



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Micheli da Cruz Cardoso Tavares

A obra do padre Siqueira para a educação da pobreza:

“a mais desvalida, a do sexo feminino” (1871-1881)

Rio de Janeiro

2022

Micheli da Cruz Cardoso Tavares

A obra do padre Siqueira para a educação da pobreza:

“a mais desvalida, a do sexo feminino” (1871-1881)



Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação como requisito final para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

T231 Tavares, Micheli da Cruz Cardoso
A obra do padre Siqueira para a educação da pobreza: “a mais desvalida, a do sexo feminino” (1871-1881) / Micheli da Cruz Cardoso Tavares. – 2022.
298 f.

Orientadora: Maria Celi Chaves Vasconcelos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo – Teses. 3. Mulheres – Educação – Teses. I. Vasconcelos, Maria Celi Chaves. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Micheli da Cruz Cardoso Tavares

**A obra do padre Siqueira para a educação da pobreza:
“a mais desvalida, a do sexo feminino” (1871-1881)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação como requisito final para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 19 de setembro de 2022

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos (Orientadora)
Faculdade de Educação da UERJ

Prof. Dr. Pablo Álvarez Domínguez
Universidade De Sevilha/Espanha

Prof.^a Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Prof.^a Dr. Anderson Machado Rodrigues Alves
Universidade Católica de Petrópolis - UCP

Prof.^a Dra. Alexandra Lima da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido, Aguimar José de Andrade Tavares, e ao meu amado filho, Miguel Cardoso Tavares.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof.^a Doutora Maria Celi Chaves Vasconcelos, suas orientações sempre aprimoraram a minha escrita. Sou e serei eternamente grata.

Ao Monsenhor José Maria Pereira, sem ele nem um sonho da minha vida teria se tornado realidade.

Ao meu marido, Aguimar, que sempre me incentivou a buscar mais conhecimentos.

Ao meu filho amado, Miguel, a quem deixarei escritas minhas palavras.

Às religiosas da Congregação de Nossa Senhora do Amparo, especialmente à Irmã Neli do Santo Deus.

Ao padre Thomás Gimenez, diretor do Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis.

A educação é tudo! É mais que tudo! É a vida do gênero humano, é o caminho da luz, da verdadeira nobreza e da felicidade.

Padre Siqueira, 1877

RESUMO

TAVARES, Micheli da Cruz Cardoso. A obra do padre Siqueira para a educação da pobreza: “a mais desvalida, a do sexo feminino”. 2022. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi fundada em Petrópolis no dia 22 de janeiro de 1871 pelo seu idealizador, padre Siqueira, que tinha como premissa atender as meninas órfãs e desvalidas. O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio dos documentos deixados pelo próprio padre Siqueira, tanto autobiográficos quanto biográficos pertencentes ao seu acervo, quais foram suas motivações, suas perspectivas, suas aspirações e, também, suas angústias, suas tristezas e seus insucessos para a realização da obra voltada à educação feminina. Em um plano mais específico o estudo pretende mostrar parte da vida do padre Siqueira; examinar suas ideias registradas nos documentos; verificar como ele se correspondia; evidenciar como ele colocou em prática tais ideias; demonstrar quem participava da idealização e criação de sua obra; levantar o acervo dos registros sobre a criação e funcionamento da escola; investigar a cultura material da escola; localizar as primeiras alunas e diretoras, bem como seu fazer pedagógico; inferir sobre as perspectivas de duração de sua obra; e analisar sua escolha pela educação feminina, além de suas concepções sobre essa educação, por meio de sua memória documental localizada na Sala-Museu. Os procedimentos metodológicos remetem a uma pesquisa qualitativa, essencialmente documental, que tem como fonte principal o acervo museológico guardado na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sobre seu fundador: o padre Siqueira e a obra. Trata-se de um acervo museológico que inclui diversas categorias documentais, desde cartas, cadernetas, anotações pessoais, objetos, listas de despesas, até a arquitetura traçada pelo próprio protagonista, artífice da construção, a partir de sua idealização. Como referencial teórico-bibliográfico tomaram-se os escritos de Heymann (2012) e Domínguez (2018) para entendimento sobre museus e arquivos; Cunha e Mignot (2002), Cunha (2015), Sartori (2019) e Castillo Gómez (2003) para a análise e estudo das cartas; Vasconcelos (2015), Brito e Corradi (2018) e Camargo e Goulart (2007) para o conceito de documentos e ego-documento; Hernández Díaz (2005), Barletta (2012) e Cunha (2005) para a análise dos documentos da escola; Burke (2004) e Carvalho (2015) para analisar as fotografias. Inicialmente, o estudo apresenta um inventário das fontes sobre o padre Siqueira pertencentes à Sala-Museu. A seguir, foca-se na trajetória de lutas e conquistas do sacerdote. Adiante, discorre-se sobre a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e sua cultura material. Por fim, exhibe-se o legado do padre Siqueira e as primeiras alunas que tiveram uma educação feminina católica no interior de sua obra.

Palavras-chave: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Sala-Museu. Ego-documentos. Educação feminina.

ABSTRACT

TAVARES, Micheli da Cruz Cardoso. The work of father Siqueira for the education of poverty: “the most underprivileged, the female”. 2022. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Our Lady of Amparo Domestic School was founded in Petrópolis on January 22nd, 1871 by its creator, Father Siqueira, whose premise was to serve orphans and underprivileged girls. The present study aims to analyze what were his motivations, his perspectives, his aspirations and, also, his anguish, his sadness and his failures to the realization of the work focused on female education, through the documents left by Father Siqueira himself, both autobiographical and biographical belonging to his collection. On a more specific level, the study intends to show part of Father Siqueira's life; examine his ideas recorded in the documents; check how he corresponded; evidence how he put these ideas into practice; demonstrate who participated in the idealization and creation of his work; survey the collection of records on the creation and functioning of the school; investigate the material culture of the school; locate the first students and principals, as well as their pedagogical work; infer about the prospects for the duration of his work; and analyze his choice for female education, in addition to his conceptions about this education, through his documentary memory located in the Museum-Room. The methodological procedures refer to a qualitative research, essentially documentary, whose main source is the museological collection kept at Our Lady of Amparo Domestic School about its founder: Father Siqueira and the work. It is a museum collection that includes several documentary categories, from letters, notebooks, personal notes, objects, expense lists, to the architecture traced by the protagonist himself, the craftsman of the construction, from its idealization. As a theoretical-bibliographic reference, the writings of Heymann (2012) and Domínguez (2018) were taken to understand museums and archives; Cunha and Mignot (2002), Cunha (2015), Sartori (2019) and Castillo Gómez (2003) for the analysis and study of the letters; Vasconcelos (2015), Brito and Corradi (2018) and Camargo and Goulart (2007) for the concept of documents and ego-document; Hernández Díaz (2005, Barletta (2012) and Cunha (2005) for the analysis of school documents; Burke (2004) and Carvalho (2015) to analyze the photographs. Initially, the study presents an inventory of the sources about Father Siqueira belonging to the Museum-Room. Next, it focuses on the priest's trajectory of struggles and achievements. Further on, it's discussed about Our Lady of Amparo Domestic School and its material culture. Finally, the legacy of Father Siqueira and the first students who had a Catholic female education within his work are shown.

Keywords: Our Lady of Amparo Domestic School. Museum Room. Ego-documents. Female education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Padre Siqueira, João Francisco de Siqueira Andrade. Retrato em meio corpo. Reprodução fotográfica. Sala das Irmãs - Amparo Barra Mansa (s/d).	16
Figura 2 -	Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em 1870.	18
Figura 3 -	Pintura do padre Siqueira.	20
Figura 4 -	Escada lateral da entrada da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, que dá acesso à Sala-Museu.	21
Figura 5 -	Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	22
Figura 6 -	Vitrines da Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	23
Figura 7 -	Uma das vitrines da Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	24
Figura 8 -	Carta Recebida em Petrópolis.	28
Figura 9 -	Arquivo contendo os documentos do padre Siqueira e da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	32
Figura 10 -	Arquivo contendo os documentos do padre Siqueira e da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	33
Figura 11 -	Carta do Padre Siqueira aos benfeitores.	38
Figura 12 -	Itinerário de viagem - escrito pelo padre Siqueira.	43
Figura 13 -	Opúsculo sobre a educação - escrito pelo padre Siqueira	44
Figura 14 -	Livro de matrículas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	51
Figura 15 -	Álbum de Fotografias da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	53
Figura 16 -	Padre Siqueira.	55
Figura 17 -	Memorial do Padre Siqueira. Capela da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	57
Figura 18 -	Registro no cemitério de Campo da Saudade – Jacareí/SP.	59
Figura 19 -	Livro de despesas do ano de 1881. Despesas com o funeral do Padre Siqueira.	61
Figura 20 -	Receita e receituário de remédio.	62
Figura 21 -	Despesas de compra da casa em Campos do Jordão.	64
Figura 22 -	Certificado de assentamento de batismo.	65
Figura 23 -	Provisão na paróquia de Moggi das Cruzes.	68
Figura 24 -	Nomeação para a guerra do Paraguai.	69
Figura 25 -	Provisão do coadjutor da Paróquia de São José da Paraíba	71

Figura 26 -	Jornal <i>O Correio Paulistano</i> - Restauração da Igreja.	73
Figura 27 -	Diário de Viagens do Padre Siqueira.....	75
Figura 28 -	Diário de viagens.....	76
Figura 29 -	Breviário de orações.....	80
Figura 30 -	Primeira página do Estatuto Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.....	83
Figura 31 -	Primeiro apelo do Padre Siqueira ao povo - Jornal <i>Correio Mercantil</i> , 1868....	90
Figura 32 -	Registro de saídas do Porto - Jornal <i>Correio Mercantil</i>	93
Figura 33 -	Oratório de viagem/ arca oratório. Madeira recortada. Policromia. Minas Gerais. Séc. XVIII/XIX. 57 x 100cm.....	96
Figura 34 -	Nota de esclarecimento e agradecimento do Padre Siqueira – Jornal <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	98
Figura 35 -	Carta enviada à Princesa Isabel.....	101
Figura 36 -	Carta ao redator - Jornal <i>Correio Paulistano</i>	103
Figura 37 -	Livro de registro de despesas – 1870.	104
Figura 38 -	Livro de registro de despesas – 1868.	106
Figura 39 -	Lista nominal dos primeiros benfeitores da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo - Jornal <i>O Apóstolo</i>	107
Figura 40 -	Publicação do amigo Ignácio Xavier Campos de Mesquita – Jornal <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	110
Figura 41 -	Prédio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	112
Figura 42 -	Chave da porta de entrada da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.....	114
Figura 43 -	Antiga Capela ao lado do Prédio da Escola	115
Figura 44 -	Fatos do dia da Inauguração. Jornal <i>O Apóstolo</i>	116
Figura 45 -	Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	118
Figura 46 -	Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	120
Figura 47 -	Corredor principal que dá acesso às salas e aos quartos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	122
Figura 48 -	Livro de Matrícula e livro de registro de saídas das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	124
Figura 49 -	Livro de registro de matrícula	127
Figura 50 -	Jornal <i>O Apóstolo</i>	130
Figura 51 -	Parte da capa do Livro sobre a vida de Bárbara Maix.	131

Figura 52 - Recibo.....	132
Figura 53 - Viúva Mayer (ao centro) e sua filha Maria Gertrudes Mayer (à direita) e Margarida Mayer (à esquerda).	133
Figura 54 - Mariana de Hamberger, diretora da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874.....	134
Figura 55 - Despesa com pagamento de professores registrado no livro de despesas do ano de 1881.	135
Figura 56 - Carteiras usadas pelas primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.....	146
Figura 57 - Quartos das meninas.....	148
Figura 58 - Quartos das meninas.....	149
Figura 59 - Pátio interno da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	152
Figura 60 - Grupo de alunas e senhoras colaboradoras – 1871.	154
Figura 61 - Livro de trabalhos de agulhas das educandas.....	156
Figura 62 - Livro de resumo de médias das alunas de todas as classes.	159
Figura 63 - Caderno de caligrafia das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.....	162
Figura 64 - 1º sino da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.....	164
Figura 65 - Foto do Padre Siqueira.	169
Figura 66 - Apelo à Província.	171
Figura 67 - Carta do Padre Siqueira dirigida ao padre Francisco de Castro Bacellar, 1874.....	173
Figura 68 - Pintura a óleo. Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar.	174
Figura 69 - Sala dos quadros.....	175
Figura 70 - Padre João Baptista Gomes.	176
Figura 71 - Testamento do padre Siqueira	179
Mapa 01 - Estados onde atualmente há a existência da congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo.	183
Figura 72 - Opúsculo sobre a Educação.....	187
Figura 73 - Livro de Registro de Saída das Alunas.	195
Figura 74 - Receita de remédios	199
Figura 75 - Livro de saída	201
Figura 76 - Receita Médica de Anna Candida.	203
Figura 77 - Assentamento de óbito.	204

Figura 78 - Cemitério Municipal de Petrópolis.	206
Figura 79 - Livro de Registro de Saída das Alunas	207
Figura 80 - Livro de Registro de Saída.	208
Figura 81 - Livro de Registro de Saída	209
Figura 82 - Livro de Registro de Saída.	211
Figura 83 - Jornal do Commercio, 1879.	212
Figura 84 - Livro de Registro de Saída.	214
Figura 85 - Livro de Registro de Saída	216
Figura 86 - Livro de Registro de Saída	217
Figura 87 - Livro de Registro de Saída.	219
Figura 88 - Atestado de Pobreza.	220
Figura 89 - Livro de Registro de Saída	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Inventário de cartas enviadas.	36
Quadro 2 —	Inventário de cartas recebidas.	36
Quadro 3 -	Inventário de documentos e ego-documentos.	42
Quadro 4 —	Documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	47
Quadro 5 -	Inventário de fotografias.	53
Quadro 6 -	Primeira Turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo do ano de 1871.	123
Quadro 7 -	Matérias de ensino.	139
Quadro 8 -	Disciplinas acrescentadas em 1870.	139
Quadro 9 -	Disciplinas acrescentadas em 1873.	140
Quadro 10 -	Alterações das Disciplinas do ano de 1874 e 1875.	140
Quadro 11 -	Saída das Primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis
D.	Dom
Ex ^{ma}	Excelentíssima
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDNSA	Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo
FUNCRIA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
OFM	Ordem dos Frades Menores
Pe.	Padre
PS	Padre Siqueira
Sr. ^a	Senhora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA VIAGEM: O ENCONTRO COM O OBJETO..	16
1 PRIMEIRA PARADA: O INVENTÁRIO DA SALA-MUSEU	28
1.1 Caminhos em busca do padre Siqueira e sua Obra	29
1.2 Palavras viajantes, a informação em curso: cartas enviadas e recebidas	34
1.3 Escrita do outro, escritas de si: documentos e ego-documentos.....	40
1.4 O nascedouro de uma Obra: documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo	45
1.5 As fotografias: imagens que guardam histórias	52
2 MAIS UM ITINERÁRIO: DE JACAREÍ PARA PETRÓPOLIS UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS.....	55
2.1 A viagem da morte e da vida: duas datas marcantes	57
2.2 O diário de viagens de um sacerdote	74
2.3 Uma parada na cidade de Petrópolis	86
2.4 O Início da Construção do Edifício em Petrópolis	97
3 PRÓXIMA ESTAÇÃO: OS PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (1871 -1881)	112
3.1 A Escola e seu edifício arquitetônico	113
3.2 As primeiras alunas.....	121
3.3 Diretora, professores e pagamentos.....	129
3.4 O saber e o fazer	135
3.5 Os Estatutos e suas temporalidades.....	142
3.6 Os artefatos e os usos da escrita	146
3.7 Práticas e rituais	166
4 FIM DA VIAGEM E INÍCIO DE UM LEGADO: AMIGOS E O FUTURO DAS ALUNAS.....	169
4.1 Amigos próximos e distantes	171
4.2 Testamento	177
4.3 Opúsculo sobre a educação.....	186
4.4 O contexto social das mulheres no século XIX	190
4.5 De malas prontas: Para onde foram essas mulheres?	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS	231

ANEXO A - Relatório enviado aos Benfeitores	249
ANEXO B - Primeira Lista de benfeitores apresentada ao Imperador	251
ANEXO C - Programa apresentado ao Imperador – 1868 (IPr1868).....	253
ANEXO D - Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis (Est. 1872)	257
ANEXO E - Estatutos de 1873 (Est 1873).....	263
ANEXO F - Estatutos de 1874 (Est 1874).....	272
ANEXO G - Estatutos de 1875 (Est 1875).....	276
ANEXO H - Estatutos apresentados à imperatriz, em 1876 (Est 1876).....	279
ANEXO I - Testamento (Test)	285
ANEXO J - Opúsculo sobre à Educação ¹³¹ (OSE).....	290

INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA VIAGEM: O ENCONTRO COM O OBJETO

Figura 1 - Padre Siqueira, João Francisco de Siqueira Andrade. Retrato em meio corpo. Reprodução fotográfica. Sala das Irmãs - Amparo Barra Mansa (s/d).



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

No centro histórico de Petrópolis, cidade serrana do Rio de Janeiro, margeando um dos rios principais, encontra-se uma Escola de fachada imponente, bem cuidada e que ocupa grande parte da extensão do quarteirão. Petrópolis, por si, traz uma raiz histórica importante por ter sido a cidade que abrigou a residência de verão da família imperial durante o segundo reinado.

As paredes rosadas da imponente construção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo guardam, também, as marcas desse passado, tendo em vista a sua existência desde a época da família imperial na cidade. O imperador, d. Pedro II, foi apresentado à Escola pelo fundador da instituição, o padre Siqueira¹, cuja fotografia encontra-se na Figura 1, deste trabalho. O sacerdote escolheu a cidade de Petrópolis para iniciar sua Obra, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Fundada em 22 de janeiro de 1871 pelo seu idealizador, tinha como premissa atender a meninas órfãs e desvalidas. A infância pobre e desvalida durante todo o período imperial, na sociedade brasileira foi um problema social denunciado, questionado, debatido, registrado nos diversos documentos do século XIX (STAMATTO, 2017). Os órfãos eram as crianças de qualquer idade que tendo família haviam perdido o pai e ou a mãe, como o caso dos filhos dos soldados mortos na guerra do Paraguai. Já a criança desvalida era aquela materialmente pobre, mas que contava com o apoio de alguém de sua família. Um indivíduo cujos pais, por sua condição miserável, não podiam lhe dar aquilo que necessitava. Além do olhar das crianças órfãs e desvalidas, padre Siqueira também se atentava para as mulheres, as meninas pobres órfãs e desvalidas. Essas meninas precisavam de um lugar para acolhê-las, protegê-las e educá-las. Para Chaves, et al. (2003, p. 88), “as meninas cujas mães, parentes, autoridades ou outras pessoas procuravam um orfanato para o seu acolhimento se encontravam em diferentes situações de desamparo ou abandono”.

Em busca de seus ideais e de meios para consolidá-los, padre Siqueira viajou a vários lugares² para angariar fundos visando a realização do seu grande sonho: a construção de uma Escola para meninas na cidade de Petrópolis. O primeiro passo foi dado no ano de 1868³ quando inicia sua trajetória de viagens. Contudo, o sonho começa a tomar forma por meio da compra e venda de um terreno, homologada no dia 30 do ano de 1869, onde seria erguido o prédio do colégio. Todos os seus esforços culminaram na construção de um amplo espaço de formação feminina, conforme pode ser visto na Figura 2.

¹ João Francisco de Siqueira Andrade, mais conhecido como padre Siqueira, nasceu em 15 de julho de 1837, na cidade de Jacaré, em São Paulo.

² O assunto será detalhado, mais especificamente, no capítulo 2.

³ Ano em que inicia suas peregrinações e abre o livro de assinaturas para angariar recursos para a construção da Obra.

Figura 2 - Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em 1870.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1870.

Meu contato com o padre Siqueira se deu ao realizar um trabalho de assessoria pedagógica para a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, na cidade de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro⁴. Jamais imaginaria que a realização de uma tarefa de trabalho poderia ser convertida no prazer de desenvolver uma pesquisa sobre um personagem intrigante, carismático e que me inspirasse. Um homem, sacerdote, diocesano, em pleno final do século XIX, preocupado e comprometido com educação de meninas pobres e desvalidas: o padre Siqueira.

Ao passear pelos corredores da casa das Irmãs da Congregação Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, deparei-me com uma fotografia que me chamou a atenção: no centro de um conjunto de três quadros, destacava-se uma de formato ovalado, emoldurada em madeira escura, com bonitos desenhos talhados e que apresentava um rosto que, para mim, traduzia placidez, retidão, confiança e, ao mesmo tempo, instigava minha curiosidade⁵. Trata-se do padre Siqueira, já em idade adulta, na fotografia que posteriormente iria inspirar uma das pinturas mais detalhadas já feitas de sua pessoa.

Lembro que naquele momento fiquei muito surpresa, pois tive a nítida sensação de que ele me olhava. Era como se me desafiasse a descobrir algo, e eu não hesitei em aceitar o desafio.

⁴ Congregação Fundada pelo Sacerdote em seu testamento.

⁵ Fotografia (1) apresentada na primeira página deste trabalho.

Ainda no clima de perplexidade, perguntei às irmãs quem era aquele homem da fotografia. Elas me responderam ser o fundador da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo no ano de 1871, o padre Siqueira. Novamente surpreendida com o fato de se tratar de um padre, envolvi-me na história que elas me contavam: um padre que no século XIX fundou uma Escola para meninas, cuja preocupação principal era que, ao saírem da Escola, tivessem condições de trabalhar em casas de família como domésticas, preceptoras ou como professoras. Ele lutou muito para que sua Obra fosse concluída.

Neste momento, a curiosidade de pesquisadora encontrou identidade, exatamente por eu transitar no mundo da educação dos colégios católicos. Diante de tantas possibilidades de pesquisa que à minha frente se abriam, imediatamente saí em busca de bibliografias que dessem embasamento e caminhos para que eu conhecesse mais sobre colégios católicos, a vida do padre Siqueira e sobre a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Sendo assim, as referências bibliográficas tomadas como leituras iniciais foram as de Brito (2004); Rodrigues (2007); Poletto (2020), que narram histórias e memórias de colégios católicos. Para compreender mais sobre a vida e a Obra do padre Siqueira, também percorri os caminhos de Deus (2020); Baggio (1987); Hóstia (2013); Deus e Silva (2014). Após essas leituras, vários outros autores também fizeram parte da tessitura do texto, possibilitando uma importante discussão bibliográfica e a tomada de posição diante do saber acumulado do tema investigado (LUCA, 2012).

Outro fato interessante que também se abria à minha frente era a descoberta de que em homenagem ao seu fundador, o padre Siqueira, vários objetos pessoais foram mantidos e estão sob a guarda das religiosas, numa sala intitulada Sala-Museu, dentro da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. A análise e a interpretação desses objetos e documentos contribuíram para a realização da escrita da tese, tornando-se, então, objeto e fonte desta pesquisa.

Ao saber de todas essas informações, fui até a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo para conhecer tanto o seu prédio quanto a Sala-Museu, existente em seu interior. Chegando à Escola, parada nos últimos degraus, aperto a campainha e, logo que a porta principal se abre, deparo-me com a segunda foto que me marcou profundamente (Figura 3). A pintura, de Canissari⁶ mostra o padre Siqueira sentado, com um livro às mãos, e um cenário da

⁶ Miguel Navarro Canizares (1834/1913), óleo sobre tela, datado de 1886, assinado pelo artista, medindo 140 x 87 cm. Trata-se de um pintor espanhol reconhecido internacionalmente que migrou para o Brasil e recebeu apoio do Barão de Lucena que fundou a Escola de Belas Artes de Salvador. Suas obras se encontram em mãos de colecionadores e algumas, como “O REMORSO” de 1887, se encontra na Pinacoteca de São Paulo. A mais conhecida de suas obras é o Retrato da Princesa Isabel, pintado em 1888, que se encontra em

cidade Imperial ao fundo. É possível imaginar, como mostra a pintura, que ele estaria contemplando a sua Obra ou que estivesse à espera de um visitante na sua instituição. De qualquer forma, a imagem, que constitui um quadro quase do tamanho da parede na recepção da Escola, é a que ficou gravada na minha memória e que permeia meus caminhos de pesquisa.

Figura 3 - Pintura do padre Siqueira.



Fonte: Fotografia da Autora, 2019.

Fui recebida por uma sorridente Irmã chamada Neli do Santo Deus que veio ao meu encontro e me abriu uma porta que há quase 150 anos guarda tesouros pouco conhecidos. Tantas pessoas já passaram por aquela porta e talvez não tenham percebido o quanto essa Escola significou e contribuiu para a cidade de Petrópolis, e o quanto a vida de tantas meninas que passaram por ali foi modificada, e, da mesma forma, a minha também.

A Figura 4 mostra parte da escada lateral da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, que leva à Sala-Museu. Assim, quando cheguei à parte superior, deparei-me novamente com vários quadros com narrativas de um passado até então desconhecido. Os quadros, as imagens e as paredes guardam segredos que serão desvendados para contar uma

exposição permanente no Museu Imperial de Petrópolis. A obra leiloadada possui três pequenos pontos que necessitam de restauro (SILVA, 2005).

história ainda não conhecida. Foi nessa arquitetura, da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, cujos resquícios remetem à sua fundação, diante da escada que leva à parte superior da Escola, que carrega em si as marcas do tempo e, de certo modo, da própria história, que me questionei ao olhar aqueles degraus: Quantos passos subiram e desceram aquela mesma escada de assoalho brilhante?

Figura 4 - Escada lateral da entrada da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, que dá acesso à Sala-Museu.



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Conforme revela a Figura 5, também há uma galeria de quadros enfileirados dentro da Sala-Museu que expõem fotografias, documentos, imagens, certidões, dando margem a uma gama de leituras e interpretações no campo da história da educação. No centro, ocupando um lugar de destaque, o retrato do padre Siqueira.

Continuei a percorrer os caminhos à procura de tentar compreender mais sobre aquele sacerdote e, ao passar pelo corredor que me reportou para o século passado, fiquei surpresa com a grandiosidade que aquele lugar apresentava: corredores ainda de assoalhos de madeira, pés direitos altos, móveis da virada do século, nada praticamente alterado pelo tempo.

Figura 5 - Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

As paredes, que têm 54 centímetros de espessura e que foram construídas com o dinheiro que o padre Siqueira angariou durante suas viagens, levaram-me a imaginar todos os percalços vividos por ele para construir algo tão significativo para acolher meninas desvalidas que, na época, eram invisíveis para a sociedade.

Entrar na Sala-Museu é fazer um recuo no tempo. As religiosas, ainda que à sua maneira e sem qualquer noção de práticas arquivistas, foram diligentes em acervar, catalogar e manter tudo o que lá está, para que se formasse um museu na sala em que o padre Siqueira, muitas vezes, usou para encontros, atendimentos e solicitações, na tentativa de que sua Obra nunca se perdesse.

Nas palavras de Domínguez (2016), certo é que o patrimônio educativo tem um importante valor histórico como fonte para o conhecimento do passado. Exatamente por isso e, ainda, pela sua capacidade de estimular e perpetuar a memória da educação, merece ser estudado, preservado e posto a serviço da comunidade. A Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo encontra eco no discurso de Domínguez (2016) à medida que, para o autor, os museus de educação são instrumentos adequados para recuperar e reconstruir a memória pedagógica, para promover a investigação histórico-educativa e a discussão pedagógica através de uma atividade sistemática de documentação e memorização.

Em duas grandes vitrines, que tomam quase toda a extensão da Sala-Museu, estão cuidadosamente separados os documentos por assunto, data e procedência. Como se vê na Figura 6 ainda ladeiam a Sala dois grandes armários de madeira com três prateleiras e portas de vidro que guardam louças, objetos pessoais, objetos de missa, crucifixos, ostensórios, certificados, relógios, entre outros pertences “congelados” no tempo. Há, ainda, um armário com diversos livros de registros de matrículas de alunas e outros com registros de professores e das finanças. Essa é apenas parte da Sala onde as vitrines são dispostas de forma perpendicular, meticulosamente arrumadas e limpas, seguindo os padrões da Congregação. Como não é aberta à visitação permanente, as mesas ficam cobertas com tecidos brancos e a Sala fica trancada para que o acervo que guarda seja preservado ao máximo possível. O acesso é realizado somente com a autorização das religiosas.

Figura 6 - Vitrines da Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

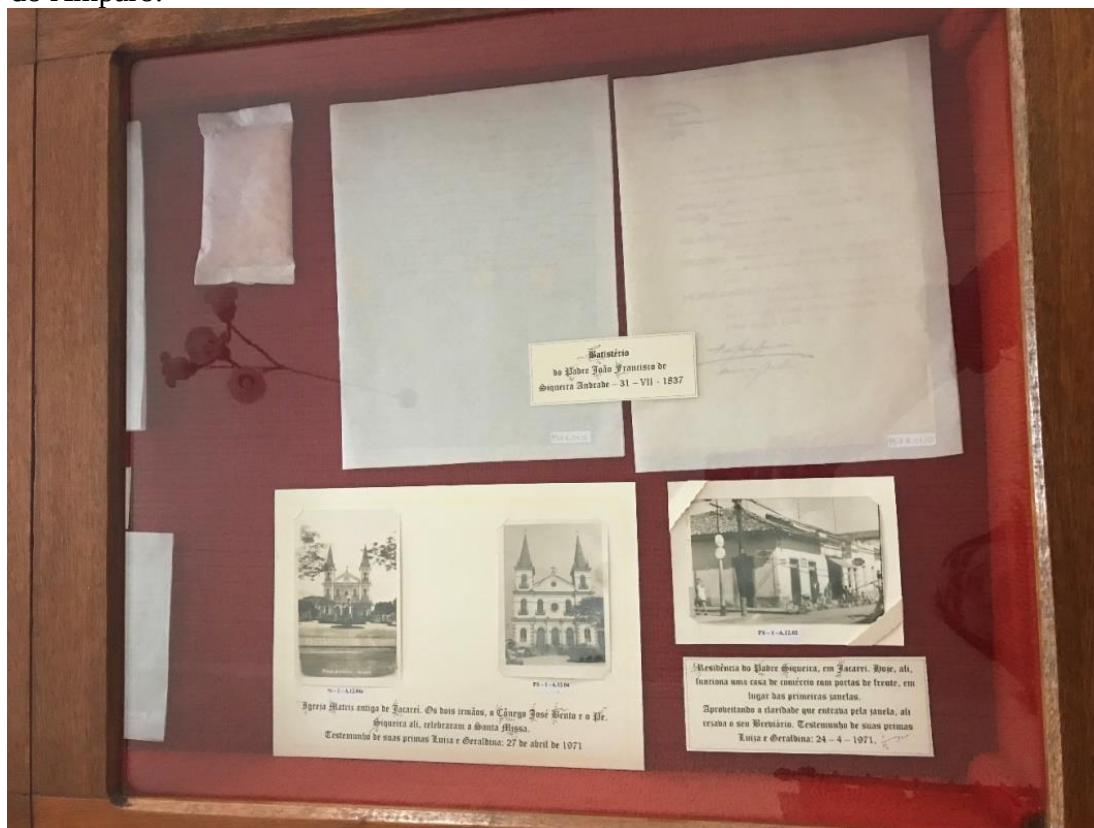


Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Na Figura 7, os documentos estão cuidadosamente arrumados e protegidos com um papel de seda, na tentativa de preservar, com todo cuidado possível, o que cada um deles contém. Para Mignot e Cunha (2006), guardar é diferente de esconder. Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor partilhar; é preservar e tornar vivo o que seria consumido, esquecido, destruído, virado lixo pela passagem do tempo. A cultura escrita apresentada deixa vestígios de um passado que agora será lido, descortinando uma vida e uma Obra. Abrir os velhos baús “vitrines” de memórias significa, muitas vezes, um reencontro com a própria vida. Os papéis amarelados e rasgados, pelo tempo guardam segredos, emoções, sonhos, expectativas, projetos, costumes e práticas (CUNHA, 2009). O ato de anotar

ordinariamente permite deixar vestígios de um passado que, ainda recontado com o olhar do presente, apresenta em si traços de um personagem até então pouco conhecido. Quando padre Siqueira anotou diariamente suas ações, itinerários, ou até mesmo quando escreveu para alguém ou recebeu uma epístola, talvez não pudesse imaginar que esses traços deixados poderiam recontar a sua história.

Figura 7 - Uma das vitrines da Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Nas vitrines, encontram-se documentos originais como certidões, diários, cartas, cartas demissórias, relatórios, fotografias, livros de matrículas, entre outros e, principalmente, o Opúsculo sobre a educação, manuscrito lavrado em Petrópolis, em 8 de dezembro de 1877, escrito pelo padre Siqueira que visava apresentar sua ideia de educação desenvolvida segundo os parâmetros de educação religiosa, em prol das meninas desvalidas. O documento é dedicado ao imperador d. Pedro II e aos demais benfeitores da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

A Sala-Museu foi construída por iniciativa das próprias religiosas e Madre Áurea de Jesus Hóstia, em 1955, foi a primeira irmã a ter contato mais estreito com os documentos. Farge (2009, p. 35) diz que o acervo nasce da desordem e ainda supõe mãos que manipulam e classificam os documentos, olhos que vigiam o escrito, cheiros que despertam memórias.

Salienta que os escritos privados, guardados no fundo dos armários ou nos sótãos, passam a ganhar “vida”. Assim, o real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas igualmente mantém ordenação de figuras da realidade e infinitas relações com o real. O que atualmente é a Sala-Museu, constituía-se numa sala que guardava um armário e dois baús e, com o objetivo de escrever um livro sobre a vida de padre Siqueira, Madre Áurea começou a mexer nesses documentos para procurar subsídios para a sua escrita. Com a organização desses documentos, ego-documentos⁷ e objetos, as primeiras características da Sala-Museu começaram a aparecer. A Irmã Neli do Santo Deus, irmã que ainda cuida do acervo até os dias de hoje, também foi uma das precursoras da Sala-Museu. Antuan Charif Simão, amigo e benfeitor da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, foi quem conduziu e supervisionou o projeto que teve sua inauguração em 1957, com a presença do príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança.

Os arquivos, que se encontram ao lado da Sala-Museu, foram organizados aproximadamente no ano 2000. Havia alguns sacos de plástico, grandes, ainda guardados e era de opinião geral que se tratava apenas de velhos recibos e papéis de pouca importância. Todavia, em especial para o campo da história da educação e para o objeto da minha pesquisa, eles guardavam as fontes que possivelmente serão as que mais terão significado na pesquisa, pois tratam-se de vários documentos como recibos de compra e venda do terreno da Escola, entre outros recibos de pagamentos, registro de saídas das alunas e etc. Segundo Cunha (2013, p. 116), documentos como esses, “quando visibilizados, despertam o interesse do historiador e podem se fazer ouvir historicizados em uma relação entre a experiência vivida e as representações”. Os sacos ficavam guardados no mesmo lugar dos baús e, com o decurso do tempo, o armário começou a quebrar, foi preciso retirar e abrir os sacos para que o seu conteúdo fosse limpo e arrumado em outro lugar para os reparos necessários. Segundo Cunha (2013, p. 116), “seu caráter de objetos frágeis e, muitas vezes, portadores de segredos pessoais, estes materiais ficaram esquecidos e, não raro, guardados silenciosamente ou escondidos em baús e caixas que, em geral, não estão preservados em arquivos públicos”.

Como num primeiro momento as religiosas tinham a impressão de que somente existiam recibos, o advogado da Escola veio analisar tais documentos. Ele passava os sábados a examiná-los e, para a surpresa de todos, não eram somente recibos, mas vários documentos como cadernos das alunas, livro de saída das alunas, jornais do século XIX e outros papéis ainda intocados. Tudo foi arrumado por data e, depois, a religiosa Rosana Espindola organizou os

⁷ A definição mais famosa de ego-documentos é a de Pretter que a eles se referia em holandês, como *egodocumenten*. Em consonância com Pretter, ego-documentos são textos escritos, nos quais o “EU”, o escritor/ escrevente, está continuamente presente no texto como o escritor sujeito, escrevendo e descrevendo a matéria. Fonte: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4499-9779-1-PB%20(2).pdf Acesso em: 01 de mar. de 2020.

documentos, classificando-os e guardando-os em caixas específicas. Até mesmo o recibo de pagamento do quadro do padre Siqueira, pintado por Canizzare, apresentado anteriormente, foi encontrado no meio desses papéis. Os documentos concernentes às atividades que as religiosas desempenhavam na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, sob a supervisão do padre Siqueira, também faziam parte desse conjunto. São recibos de pagamento de serviços prestados por arrumação de celas, limpeza de jardim, trato da casa etc.

A Sala-Museu não é aberta ao público para a visitação, conforme já dito anteriormente, e não é muito conhecida na cidade, ainda que Petrópolis seja uma cidade intitulada como “imperial” em que os lugares da história são os pontos mais importantes do local. A história da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo não é conhecida e nunca foi pesquisado com essa abordagem, o que torna o meu estudo a primeira incursão neste acervo.

Dessa forma, partir desse encontro com a Obra do padre Siqueira e com a Sala-Museu, meu objeto de pesquisa passou a ser então “a Obra do padre Siqueira para a educação da pobreza, as mais desvalida, a do sexo feminino”. Nessa perspectiva, meu problema de pesquisa é evidenciar as motivações registradas para a construção e consolidação da Obra do padre Siqueira para as meninas desvalidas, que resultou na criação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. O objetivo geral trata, portanto, de analisar, por meio dos documentos deixados pelo próprio padre Siqueira, tanto autobiografias quanto biografias pertencentes ao seu próprio acervo, quais foram suas motivações, suas perspectivas, suas aspirações e, também, suas angústias, suas tristezas e seus insucessos para a realização dessa Obra voltada à educação feminina. Para complementar o objetivo geral em um plano mais específico o estudo pretendeu mostrar parte da vida do padre Siqueira; examinar suas ideias registradas nos documentos; verificar como ele se correspondia; analisar como ele colocou em prática tais ideias; localizar quem participava da idealização e criação de sua Obra; levantar o acervo dos registros sobre a criação e funcionamento da Escola; entender a cultura material da Escola, primeiras alunas e diretoras, seu fazer pedagógico; inferir sobre as perspectivas de duração de sua Obra; analisar sua escolha pela educação feminina e suas concepções sobre essa educação.

Nessa linha, as questões norteadoras da problematização são: quem era o padre Siqueira? Quais eram as suas ideias? Como ele colocou em prática suas ideias? Quem eram as pessoas que o auxiliaram? Quais foram os documentos que contêm esses registros? Quem são os principais destinatários com os quais ele mantinha uma escrita epistolar? O que contêm esses documentos? Qual era a perspectiva que ele tinha em relação à duração de sua Obra? Como ele pensava acerca da consolidação daquilo que estava construindo? Por que ele se dedicou à educação feminina? Como ele pensava a educação feminina?

O recorte temporal da pesquisa se dará de 1869, ano em que se iniciam as suas peregrinações, até 1881, ano do seu falecimento.

Para tanto, os procedimentos metodológicos remetem a uma pesquisa qualitativa, essencialmente documental, que tem como fonte principal o acervo museológico da Sala-Museu, guardado na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sobre seu fundador, que inclui diversas categorias documentais: desde cartas, cadernetas, anotações pessoais, objetos, listas de despesas, até a arquitetura traçada pelo próprio protagonista, artífice da construção a partir de sua idealização. Para a organização dos documentos, realizei a construção de um inventário, a partir da metodologia trazida por Francisco (2017). E, por fim, a análise dos documentos foi inspirada na leitura e a técnica de “Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história” de Carlo Ginzburg (1989) que traz o paradigma indiciário prioritariamente para a micro-história. Dessa forma, a cada percepção detalhada e a cada encontro de particularidades significativas, aderi a uma postura partindo da leitura de pequenos detalhes que exigiu um intenso trabalho na análise do corpo documental. Ressalto que o corpus documental refere-se, em sua maioria, ao recorte temporal de 1871 a 1881, com ênfase na primeira turma de meninas admitidas na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Para estruturar os capítulos, tomei o próprio princípio do sacerdote, o padre Siqueira, ou seja, ele viajou por vários lugares para construir a Escola, realizando um itinerário bastante detalhado que se encontra em sua Sala-Museu. Dessa forma, para contar a história do padre Siqueira e sua Obra, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, darei início a uma viagem, tornando os capítulos paradas “obrigatórias”. Assim, o itinerário de “viagem” se dará da seguinte forma: a introdução da tese será o início da viagem. O capítulo 1 trará a primeira parada da viagem, neste, será apresentada o inventário realizado com os documentos e os ego-documentos, ditos como objeto e fonte deste trabalho. Em seguida, no capítulo 2, será visto mais um itinerário de viagem: de Jacareí para Petrópolis, a trajetória de lutas e conquistas do sacerdote. A próxima estação se dará no capítulo 3, onde são apresentados os primeiros anos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, o fazer pedagógico e a cultura material escolar. O capítulo 4 trará o fim da viagem e o início do legado do padre Siqueira, destacando o futuro das primeiras alunas, ou seja, as mulheres que saíram da Escola. As considerações finais conduzirá o leitor a uma próxima viagem. Dessa forma, agora é hora de arrumar as malas, entrar no trem e sentir a brisa do vento no rosto do leitor na viagem de conhecimento do padre Siqueira e sua Obra, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

1 PRIMEIRA PARADA: O INVENTÁRIO DA SALA-MUSEU

Figura 8 - Carta Recebida em Petrópolis⁸.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

O primeiro capítulo desta tese terá como princípio apresentar o inventário realizado para leitura, análise, interpretação e escrita da tese. Entre os inúmeros documentos inventariados, esta carta, apresentada na Figura 8, representa tantos outros que fizeram parte da construção do inventário. Os documentos existentes na Sala-Museu foram organizados, ordenados, separados

⁸ Ilmo. Reverendo Senhor João Francisco de Siqueira Andrade. Cidade de Petrópolis. (REMETENTE)

e classificados por assuntos e datas, pela autora. Alguns foram utilizados na escrita do texto, outros apenas compõem o *corpus* documental. Essa organização foi necessária para a visualização, leitura e interpretação das fontes, tendo como premissa extrair o máximo de informações de cada texto, prestando atenção ao conteúdo, mas também a outros aspectos, normalmente negligenciados, que contribuem para compreender e estabelecer aproximação/distanciamento entre autores (LUCA, 2012).

O trabalho de conhecimento dos detalhes que se apresentam numa área difusa de investigação e análise, que aborda os indícios, os sinais e signos se fizeram necessários para a leitura dos documentos, sendo assim, foi neste ponto que se tornou relevante o trabalho de investigação tal como procede um detetive (ABREU JUNIOR, 2005). Muitas vezes um historiador pode se desdobrar e ampliar seu interesse para interpretar contextos, mas necessita de um método de investigação detalhista, trabalhando na direção para decifrar pistas. O caminho para se debruçar sobre o microuniverso, inaugurado por Ginzburg, permite a abertura para enxergar algo novo em que os detalhes são os indícios aos quais o investigador deve estar atento para a compreensão de uma história mais complexa.

Para Pesavento (2004, p. 3), “a micro-história seria, assim, uma postura atualizada e condizente com as preocupações de seu tempo, esta era da dúvida e tempo da suspeita, onde tudo parece se colocar sob interrogação e questionamento, onde se amplia o leque dos possíveis e se reduz o horizonte das certezas”. Tal postura permite ao historiador interpretações que extrapolariam os limites autorizados. A micro-história é ainda um método que joga com as dimensões do geral e do específico, do todo com a parte, do particular com o geral, da regra com a anomalia, do consensual com a diferença ou ainda do texto com o contexto. (PESAVENTO, 2004).

Dessa forma, o objetivo principal deste capítulo será o de apresentar os inventários dos documentos, realizando uma discussão com autores acerca da Sala-Museu e do arquivo. Depois, serão apresentadas as categorias do inventário: as cartas enviadas e recebidas do sacerdote; a escrita de si e do outro – os ego-documentos; os documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e as fotografias que servem como testemunhas oculares de toda a história.

1.1 Caminhos em busca do padre Siqueira e sua Obra

Para iniciar a pesquisa, foi necessário um ousado mergulho na Sala-Museu no intuito de compreender a diversidade de documentos, então, abrir os arquivos e as vitrines foi o primeiro passo a iniciar o trabalho. Diante da imensidão de documentos guardados, realizou-se a

catalogação de todos para se ter noção de quais, quantos e em qual recorte temporal estavam. Após esse trabalho iniciou-se o “inventário”, uma metodologia de trabalho também utilizada por Francisco (2017) que, no campo da história, permite que o material coletado possa e deva ser analisado sob vários ângulos. Seguindo essa linha de pensamento, Burke (1992, p. 23-25) diz que o “novo é a importância dada à vida cotidiana”, ou seja, o desafio da história está em reconstruir as “suposições” cotidianas, tendo como base os registros do que foram os acontecimentos da vida. Inventariar o material foi a melhor forma de organizar metodologicamente o estudo para a realização da pesquisa sobre o acervo da Sala-Museu.

Após inventariar todo o material da Sala-Museu, o próximo passo foi buscar referenciais para um melhor entendimento sobre museus e arquivos. Heymann (2012) destaca que o “arquivo” tornou-se objeto de novos instrumentos intelectuais em diversos campos disciplinares. Anteriormente, os arquivos eram vistos apenas como um depósito de “coisas velhas” que simplesmente guardavam o passado, mas o arquivo não é um espaço inerte que mantém somente a guarda das informações a serem exploradas. É um agente na construção de “fatos” e “verdades” como locus de produção (HEYMANN, 2012).

O arquivo é objeto da pesquisa, além de conter as fontes necessárias para realizá-la e não pode ser visto somente como depósito de informações, deve ser considerado como algo a ser analisado. Algumas perguntas precisam ser feitas antes de serem explorados. Foucault (1968 *apud* HEYMANN, 2012) enfatiza a questão que “arquivo” não é a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, mas o jogo das regras que determinam, dentro de uma cultura, o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento. Analisar o discurso “arquivo” é torná-lo como um texto, capaz de ser lido e interpretado pelo pesquisador de acordo com sua cultura, olhar, aptidões e capacidades de releituras do passado e do presente, inclusive no sentido de usá-lo como um dos caminhos para se evitar o esquecimento.

[...] organizar e salvaguardar em acervos o denominado patrimônio cultural, histórico e educativo, aqui representado pela cultura material da escola, mais do que um acúmulo de objetos e documentos cristalizados no tempo e no espaço constitui-se, no tempo presente, como uma mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial da vida escolar. Tal empreendimento se caracteriza como uma força motriz para combater o esquecimento pelas práticas preservacionistas que estão a envolver com empenho e seriedade os pesquisadores da História da Educação no Brasil (CUNHA, 2015, p. 293).

O que se coloca em questão não são somente os textos, cartas, fotografias etc., colocados dentro dos arquivos, mas a leitura que se faz desse material que produz histórias, discursos e efeitos de discursos sobre os quais se encontra a própria história. A relação do historiador-

pesquisador com os arquivos permite imaginar o passado vivo, fazendo leituras dos documentos, memórias, histórias e espaços e criando relações entre estes. Essas relações engendrariam narrativas cheias de interpretações e poderes que, por sua vez, remontam o passado com os olhos do presente. Seria o que Fernandes (2005) denomina de “memória de papel”, considerando, assim, inúmeros e diferentes costumes, rituais, sociabilidades e práticas tendo em vista que:

[...] o papel é o suporte mais vocacionado para conservar o registro de momentos fugidios nas nossas vidas ou nas vidas dos outros. Aí temos dispersos pelas gavetas materiais díspares que são outras tantas histórias de vida revertidas ao contexto profissional: as velhas agendas cujos anos chegaram ao fim, nas quais foram marcados encontros, conferências a ouvir ou a proferir, projetos, concursos, moradas de novas escolas [...] mais laboriosos e mais ricos, os diários de aula, as memórias dos tempos letivos, as planificações letivas, os nossos trabalhos [...] são uma imagem baça do tumulto ou, pelo contrário, da pacatez daquilo que outrora foi vivo e atual. (FERNANDES, 2005, p. 25).

Assim, os arquivos estão no centro de uma discussão, entendidos como práticas discursivas, vistos como suporte e texto que narram fatos e que dialogam com os historiadores. Certamente, os arquivos escolares também estariam contemplados nesse mesmo viés, tendo em vista que também guardam documentos que contam uma história e preservam a memória daquilo que guardam. Nesse sentido, Mogarro (2006, p. 71) enfatiza que “os arquivos escolares motivam profundas preocupações relativamente à salvaguarda e preservação dos seus documentos, que constituem instrumentos fundamentais para a história da escola e a construção da memória educativa”.

Algumas mudanças também ocorreram com o olhar do historiador-pesquisador em contato com as fontes históricas que podem ser melhor analisadas quando colocadas dentro do contexto histórico dos documentos e principalmente dentro do contexto histórico dos arquivos. Essa narrativa vai sendo construída com interesses pessoais e identidades culturais do pesquisador e será escrita/reescrita dentro de perspectivas atuais que interferem, empoderam, qualificam e são observadas a partir de todos os contextos: sociais, políticos e técnicos.

Em meio a tantos objetos disponíveis na Sala-Museu, realizou-se uma imersão na tentativa de buscar os sinais de uma vida e de uma Obra deixados pelo registro histórico escrito, e tentar trazer a mensagem o mais próximo daquilo que ela representa. Barletta (2012, p. 105), lembra que o arquivo, por um lado, versa sobre documentos acumulados de forma espontânea, de acordo com as atividades e funções de uma instituição e, por outro, o museu acolhe coleções criadas artificialmente, resultados da cultura material humana ou da natureza. A leitura ou a interpretação da mensagem do passado com os olhos do presente pode levar o pesquisador a comprometer o resultado de seu trabalho. Ao historiador, cabe realizar uma análise das

informações obtidas sem atribuir valores próprios de uma época ou de uma sociedade distintas (SAMARA; TUPY, 2010), pois todo documento histórico traz fragmentos da realidade histórica e não a realidade histórica como um todo.

O arquivo que contém os livros e registros da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo encontra-se numa sala ao lado da Sala-Museu, esse, em especial, precisará de uma análise mais acurada, sendo necessário abrir os documentos, pois eles somente estão arquivados por ordem de tema. Alguns objetos da cultura escolar pedagógica estão guardados dentro desse arquivo, assim como listas e livros de matrículas, livros de faltas e notas das alunas, e alguns diários de classe afixados dentro dos livros. A Figura 9 apresenta o arquivo que contém vários documentos organizados por espécie e denominação.

Figura 9 - Arquivo contendo os documentos do padre Siqueira e da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. 2019.

Conforme apresentado na Figura 10, outro arquivo foi organizado com os documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e do padre Siqueira, repleto de práticas culturais de uma época. Esse acervo contém jornais da época, livros de registro de matrícula, livros de saídas das alunas, notas, contas a pagar, recibos etc., produtos de uma cultura

arquivista seguida ao longo dos anos pelas religiosas da congregação. O arquivo é a memória, a história e o esquecimento, é o registro da fase declarativa e narrativa de reconstituição dos vestígios do acontecimento (Ricoeur *apud* HEYMANN; NEDEL, 2018). Esse conjunto de materiais propiciará a realização de múltiplas leituras acerca da Obra realizada pelo padre Siqueira.

Figura 10 - Arquivo contendo os documentos do padre Siqueira e da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 2019.

Os vestígios deixados nas entrelinhas de cada egodocumento ou de documentos guardados precisaram ser lidos, analisados e entendidos como um texto que fala por si mesmo – para Cunha (2015), a inscrição de si em um acervo, envolve uma prática de reinvenção e reportação de si. Na organização, seleção e salvaguarda de um arquivo, intenções, glorificações e formação de uma memória coesa em torno de si se faz ver; a escrita, embora construída por aspectos semelhantes, obedece a novas regras, condizentes com a materialidade que suporta tal prática. Assim, o acervo aqui apresentado será objeto a ser analisado e uma fonte para o trabalho.

Por meio do acervo próprio, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo deixou não apenas um legado da cultura escolar, mas também pistas de um passado intrigante, cheio

de perplexidades de como essa Obra foi idealizada, executada e finalizada e, ainda, quais foram os desafios no caminho de sua construção. Nos últimos 40 anos, os historiadores da educação no Brasil vêm apresentando interesse e estudos no campo das práticas escolares, consubstanciando-se, para tanto, nas categorias de apropriação (bem como de representação) de Chartier e, ainda, nas estratégias de Certeau. De toda forma, é fundamental favorecer a ampliação do conceito de fontes bem como a sua disponibilização. Vidal (2004) chama atenção para a importância desses documentos, em especial, quando encontrados nos arquivos de instituições escolares, uma vez que:

[...] tomados em sua materialidade, esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e as respostas; mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de formulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo; definindo uma hierarquia de saberes...[...]. Esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetram nessas mesmas práticas escolares. O concurso de outras fontes como fotografia, autobiografias, história oral e de vida, para citar algumas, pode, ainda, aumentar a compreensão desses “fazeres com” e da constituição de corporeidades nos sujeitos da escola (VIDAL, 2004, p. 11).

Para entender melhor o que contém na Sala-Museu e nos arquivos e para se ter uma visão do conjunto de objetos e documentos, foi necessário realizar uma associação entre documentos de natureza pessoal e memória individual. O inventário apresentado vai além do recorte temporal da pesquisa, que foi do ano de 1868 a 1881, e trará alguns documentos até o ano de 1893, ou seja, nem todos os documentos inventariados foram utilizados para a escrita da tese. Tomando a postura de um detetive, como assinala Ginzburg (1989), os documentos foram analisados tendo como premissa os microdetalhes. Foi um debruçar-se sobre as prateleiras e deixar o silêncio sussurrar as pistas sobre os documentos.

1.2 Palavras viajantes, a informação em curso: cartas enviadas e recebidas

As cartas trazem em si o conhecimento de um passado – distante ou não – que permite vislumbrar um fato ocorrido como modalidades de escrita íntima, que, atualmente, têm sido muito utilizadas pelos historiadores em suas pesquisas. “As cartas constituem-se em documentos que permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir a trama de afinidades eletivas e penetrar na intimidade alheia” (Minot *apud* AGUIAR, 2015, p. 36). A carta é uma maneira de apresentar ao correspondente o decorrer da vida cotidiana, em

que o indivíduo acaba por criar uma literatura de si próprio e essa literatura objetiva transpor os limites da linguagem, pois se trata de reinventar e de ultrapassar os limites do que somos.

Para Bahktin (1992), a carta, com suas várias formas, faz parte dos gêneros discursivos e é tão rica e diversa quanto as possibilidades da atividade humana, que são inesgotáveis. Analisar uma carta e encontrar vestígios de um passado, que podem contribuir com significados para o presente e apontar bases para o futuro, demanda um certo distanciamento entre os interlocutores que é o de espaço e tempo e, ao mesmo tempo, demanda um distanciamento entre os acontecimentos que a carta remete e o olhar do autor.

A reflexão acerca da escrita da carta, do tipo de letra e sobre a mensagem que ela quer passar, precisa ser extraída com rigor científico, pois qualquer lapso pode levar à perda de informações precisas, já que a carta ganha em sua capacidade de autonomia e espaçamento, mesmo quando se perde em expressão gestual e interativa. O ato de escrever cartas pessoais íntimas consiste em:

Confrontar-se com códigos estabelecidos e, a partir deles, inventar/construir um lugar para si, através das palavras. Trocar cartas corresponder-se, escrever para alguém são formas de se expor, de compartilhar experiências, construir elos invisíveis e, muitas vezes, duradouros. A carta como uma prática de escrita, tanto fala de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe, anunciando a intensidade do relacionamento entre os envolvidos, pois nunca se escreve senão para viver, a fim de fazer frente a uma situação, para explicar, justificar-se, informar, dirigir-se a, apelar, queixar-se, sofrer menos, fazer-se amar, dar-se prazer (CUNHA, *apud* BASTOS; MIGNOT, 2002).

Expor o que se quer através da escrita de uma carta é fazer aparecer a escrita do seu próprio rosto perto de outro, é oferecer o seu olhar através do que é dito sobre si, que se torna uma narrativa da relação consigo mesmo. Na análise da escrita das cartas, é possível perceber alguns elementos como as interferências da alma e do corpo, as impressões mais do que as ações, já que, nas palavras de Castilho e Blas (2015), a escrita epistolar serve para quebrar os muros do silêncio, levantar pontes de papel e propiciar conversas a distância.

Ao eleger cartas como fonte, o historiador/pesquisador precisa realizar perguntas para sua fonte “carta”, estabelecer um diálogo interdiscursivo e perceber que o que está escrito na carta não são somente as palavras e a mensagem, mas, sim, um lugar privilegiado de emoções, acontecimentos, sentimentos e temporalidades e quais fatos subjetivamente marcantes estão inseridos naquele contexto. Tentar compreender a biografia individual, narrada em forma de cartas, abre para o pesquisador várias possibilidades para entender as intercessões entre as evoluções estruturais e as trajetórias individuais, colocando-as sob dilemas humanos e sociais. A escrita autobiográfica pode ser considerada uma escrita histórica capaz de remeter a aspectos incontornáveis da experiência humana.

O inventário de cartas, (Quadro 1), apresenta as missivas enviadas aos benfeitores e amigos pelo padre Siqueira no período de 1868 até, aproximadamente, 1880, e fazem parte da Sala-Museu da Escola de Nossa Senhora do Amparo.

Quadro 1 – Inventário de cartas enviadas.

Registro na Sala/Museu	Título	Data	Estante	Nº de Cartas	Descrição
04.36	Carta enviada ao Imperador D. Pedro II.	18/06/1868	PS – 3	1	Programa apresentado ao imperador D. Pedro II, sobre a construção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, localizado no Livro das Subscrições que se encontra no Arquivo da Casa Geral.
08.24	Carta ao Monsenhor Francisco Bacellar	22/09/1874	PS – 2	1	Documento original e transcrito por irmã Margarida Pinheiro, devido ao estado de degradação do original.
08.25a	Pedido para conservar o Santíssimo na capela	10/12/1874	PS – 2	1	Feito pelo padre Siqueira em português e em latim. A resposta foi dada por outra pessoa.
08.25b	Pedido para conservar o Santíssimo na capela	10/12/1874	PS – 2	1	Tradução feita por frei Alberto Beckäuser, OFM.
08.21	Carta de D'Amália	10/04/1880	PS – 2	1	Documento original. Carta escrita pelo padre Siqueira.
08.23	Carta Circular	10/08/1880	PS – 2	1	Publicada no jornal e distribuída aos Benfeitores.
08.25	Carta ao Tenente Narciso Antunes de Siqueira	06/10/1880	PS – 2	1	Documento original escrito por "mamãezinha" - irmã Francisca Pia e assinado pelo padre Siqueira.
08.22	Carta ao Senhor Moreira Guimarães	15/04/1880	PS – 2	1	Idem.
8103	À boa filha, Irmã Paula	Sem data	PS – 7	1	Idem
8104	À prezadíssima Irmã Margarida	Idem	PS – 7	1	Idem.
8105	Ao Monsenhor Mariano Rocha	Idem	PS – 7	1	Idem.
8106	À sua mimosa Belinha	Idem	PS – 7	1	Idem.

Fonte: A autora, 2019.

No que diz respeito às missivas, o padre Siqueira também recebia várias correspondências de seus irmãos, dos amigos e de benfeitores (Quadro 2). Essas cartas foram cruzadas com outros documentos na tentativa de compreender as nuances no caminhar do padre Siqueira.

Quadro 2 – Inventário de cartas recebidas.

Registro na Sala/Museu	Título	Data	Estante	Número de cartas	Descrição
09.26	Do Conde de Itaguay	08/04/1870	PS – 2	1	Documento original recebido pelo padre Siqueira.
09.26a	Manduca	08/01/1870	PS – 2	1	Documento original recebido pelo padre Siqueira.
09.26	Conde de Itaguay	08/04/1870	PS – 2	1	Documento original recebido pelo padre Siqueira.
09.27	Frei Antônio de Vibonacle – Capuchinho	10/10/1871	PS – 2	2	Idem.
09.27b	Monsenhor Pio	10/02/1872	PS – 2	1	Idem.
09.27c	Francisco Pedro Monteiro	22/02/1872	PS – 2	1	Idem.
9.27d	Francisco Teobaldo Teixeira Leite	29/10/1874	PS – 2	1	Idem.
09.28 ^a	Padre Antônio Maria Correa de Sá e Benevides	20/05/1876	PS – 2	1	Idem.
09.28	Compadre José M. Corrêa	06/11/1876	PS – 2	1	Idem.
09.29	Frei Manoel S. C. Pinto - Abade do Convento de S. Bento	12/11/1877	PS – 2	1	Documento original dirigido ao padre Siqueira.

Quadro 2 – Inventário de cartas recebidas.

Registro na Sala/Museu	Título	Data	Estante	Número de cartas	Descrição
09.30 ^a	Visconde de Barbacena	26/12/1877	PS – 2	1	Idem.
09.30b	José Agostinho Moreira Guimarães	22/01/1877	PS – 2	1	Idem.
09.30c	Abade frei Manoel S. C. Pinto	12/11/1877	PS – 2	1	Idem.
09.31	Padre João Batista Gomes - Capelão	19/10/1880 24/10/1880 27/10/1881	PS – 2	1	Todos os documentos originais dizem respeito ao período que antecede a escrituração do testamento do padre Siqueira.
09.31b	Amigo Ricardo	04/05/1880	PS – 2	1	Documento original dirigido ao padre Siqueira.
09.31 ^a	Eforina Otaviano	14/08/sem ano	PS – 2	1	Documento original dirigido ao padre Siqueira.

Fonte: A autora, 2019.

Os conteúdos e as temáticas trazidas nas correspondências é uma parte fundamental da história da cultura escrita (CASTILLO, 2003), e deve ser conectada aos testemunhos específicos de onde se expressam os usos e as funções atribuídos. “A escrita é produtora de infinitas possibilidades de interpretações, dado o fato de que ela não pertence a quem escreve, mas a quem se apropria dela” (SARTORI, 2019, p. 193), sendo a escrita de cartas um instrumento que diz respeito às práticas sociais, por várias vezes, apresenta uma função reguladora dos discursos e das apropriações do leitor. Os discursos trazem práticas significantes de sistemas comunicativos que emergem de interações dialógicas (alguém que envia a mensagem, alguém que recebe a mensagem), mas cada uma delas tem seu campo de significação. A mensagem que é escrita, nem sempre é a que é interpretada, tudo depende do campo de significação em que cada uma delas está inerida (MACHADO, 2018).

As cartas são produtoras de diversos signos e significados, para Moraes

é um objeto cultural, por definição, é uma partilha. Tem diversas faces: é um objeto (que se troca), um ato (que coloca em cena o ‘eu’, o ‘ele’ e os outros), um texto (que se pode publicar...), cada uma dessas perspectivas (carta/objeto; carta/ato; carta/texto) orbita uma constelação de assuntos, significados e indagações (*apud* KOHLRAUSCH, 2015, p. 149).

Nesse sentido, as cartas enviadas e recebidas do padre Siqueira com seus correspondentes serão trazidas para a discussão desta tese com análises de seus contextos de: sociabilidade, prática significativa e, principalmente, como objeto, ato e texto. Dessa forma, elas serão também confrontadas com outras fontes, na tentativa de chegar o mais perto possível da mensagem.

Como objeto a análise será: com quem padre Siqueira se correspondia? Quem eram as pessoas que ele trocava missivas? Como ato: quem está em cena nas correspondências? Quem é evidenciado? E, por fim, como texto, a análise será onde ele publicava suas correspondências.

Elas ficavam somente entre seus correspondentes ou eram publicadas em algum jornal da época?

Entre as cartas enviadas e recebidas, apresenta-se um exemplo de carta que padre Siqueira escreveu a seus benfeitores em agosto de 1880, em que, conforme observa-se na Figura 11, traz situações de rede de sociabilidade do sacerdote entre outros signos e significados na escrita do texto.

Figura 11 - Carta do Padre Siqueira aos benfeitores⁹.

Não me sendo possível continuar pessoalmente por
 ora as minhas peregrinações, promovendo auxílios em favor da E.D.N.S.A., em virtude de meu estado de saúde agravado
 pelo cansaço e sacrifício de 14 annos de contínuo viajar, espontaneamente se me offereceu para encarregar-se
 desta santa missão, o meu amigo, o Sr. Francisco Castilho de Almeida Nunes. É, pois, uma pessoa digna de
 inteira confiança. Apresentando-o aos meus amigos e às pessoas caridosas, as quaes me ajudam a chegar ao
 calvário com a minha cruz, declaro que poderão entregar, com confiança, toda e qualquer quantia em ordens
 ou mesmo dinheiro. Cinquenta meninas pobres já oram a Deus continuamente, neste Estabelecimento, por
 seus caridosos benfeitores. Corte, aonde me acho em tratamento, aos 10 de agosto de 1880. Padre João
 Francisco de Siqueira Andrade.

D. Siqueira
 Carta. onde me acha em tratamento.
 aos 10 de agosto de 1880

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 2019.

⁹ O texto correspondente à Figura 11 é: “Não me sendo possível continuar pessoalmente, por ora, minhas peregrinações, promovendo auxílios em favor da E.D.N.S.A., em virtude de meu estado de saúde agravado pelo **cansaço** e sacrifício de 14 anos de contínuo viajar, espontaneamente se me ofereceu para encarregar-se desta santa missão, o meu amigo, o Sr. Francisco Castilho de Almeida Nunes. É, pois, uma pessoa digna de inteira confiança. Apresentando-o aos meus amigos e às pessoas caridosas, as quaes me ajudam a chegar ao calvário com a minha cruz, declaro que poderão entregar, com confiança, toda e qualquer quantia em ordens ou mesmo dinheiro. Cinquenta meninas pobres já oram a Deus continuamente, neste Estabelecimento, por seus caridosos benfeitores. Corte, aonde me acho em tratamento, aos 10 de agosto de 1880. Padre João Francisco de Siqueira Andrade.” (padre SILVEIRA, 1880, grifo nosso).

A carta tem uma organização gráfica com rasuras e uma caligrafia de uma pessoa que se diz “cansada”. No discurso evidenciado no teor da missiva, padre Siqueira escreve que está impossibilitado de continuar suas peregrinações por motivos de saúde, sendo necessário delegar suas funções ao senhor Castilho de Almeida Nunes. Sua preocupação era com os auxílios da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Rabiscando muito a correspondência e escrevendo o teor de suas ideias e aspirações, ele ressalta que algumas pessoas o ajudaram a chegar ao calvário com a cruz e que sua maior preocupação era com as 50 meninas pobres que oravam a Deus continuamente. A missiva revela a situação do padre Siqueira, pois, delega funções a um amigo. Revela também a relação pessoal construída entre o sacerdote e seu amigo Castilho Nunes. Há na missiva descrição de preocupação do sacerdote com a Escola e as alunas e, ao mesmo tempo, a carta dispõe sob a forma do estado de saúde do padre Siqueira, colocando-se em cena, como num ato, onde o ato é o ‘eu’, o ‘ele’ e os outros (MORAES *apud* KOHLRAUSCH, 2015), transparecem no teor do texto. Por outro lado, aos olhos de Chartier (2010), “as correspondências não são objetos, são documentos que permitem reconstruir as variações que diferenciam os espaços legíveis” (p.12). Dessa forma, sendo objeto de troca ou documento, a carta é reveladora de nuances, dos quais o historiador precisar realizar suas inferências e ir aos micros detalhes, tal qual, um detetive, encontrando pistas para desvendar seus mistérios.

Nessa troca de missivas, no ir e vir das informações, pedidos e acordos, ele também recebeu várias correspondências como mostrou o Quadro 2, anteriormente apresentado, em que foi possível observar que seus correspondentes eram, na maior parte, seus benfeitores, amigos e sacerdotes que faziam parte da sua vida e de sua Obra.

Manejar, catalogar e analisar essas cartas e documentos da Sala-Museu fez, ainda, com que se revisasse os conceitos de Barletta (2012), quando analisa o museu em todo seu contexto e trajetória histórica, individualizando-se por ser um espaço físico no qual objetos são revelados como suportes para estudos, para demonstrações e para disseminar o conhecimento. Nessa mesma linha de pensamento, Ceravolo (1998) complementa que os objetos de museu apresentam possibilidades de análise de forma e conteúdo a serem investigados e “decifrados”, porque as informações não estão no próprio objeto. Para o autor, um livro ou um manuscrito só têm sentido se estiver contextualizado e problematizado:

No museu, o objeto é decodificado a partir de referências que são extraídas tanto de sua materialidade presente (materiais empregados, técnicas de produção, dimensões, formato, cor etc.), como referências não presentes nesse suporte, como sua história e proveniência e seu contexto cultural/natural. Ou seja, o objeto é entendido a partir de suas relações com outros objetos em um dado meio. No que tange à documentação de museus, tais referências tornam-se dados do objeto, sobre o objeto e ao redor do objeto a serem registrados (CERAVOLO, 1998, p. 48).

Mesmo sabendo que a carta faz parte dos ego-documentos optou-se por separar essa categoria. Na segunda categorização do inventário, são apresentados os documentos e os ego-documentos como: certidões, itinerários, sermões etc.

1.3 Escrita do outro, escritas de si: documentos e ego-documentos

Os registros de próprio punho, sejam em cartas ou diários, imprimem não só o ver e o sentir daquele que escreve, também conotam a individualidade de quem escreve, pois para Vasconcelos (2015), ego-documentos são todas as fontes em que o indivíduo expõe informações sobre si mesmo, voluntariamente ou não. Assim, os ego-documentos do padre Siqueira transmitem o que ele fez, como realizou e o que realizou, direta ou indiretamente, ao escrever o seu itinerário de viagens, e os percalços que apareciam no meio do caminho, deixa transparecer suas vontades, decisões que, de certo modo, tornam-se vestígios de uma personalidade até então desconhecida.

Sob a ótica arquivística, o termo ego-documento é apresentado por Camargo e Goulart (2007), que tratam de arquivos pessoais e se refere àqueles documentos não tradicionais de procedência administrativa, provenientes do espaço doméstico e que contêm elementos da personalidade do autor. Por sua essência, formam os arquivos pessoais e, por isso, diferenciam-se dos documentos institucionais que, por natureza, não evidenciam as características dos autores. Para Britto e Corradi (2019, p. 99), o que define se um documento é ou não um ego-documento é se contém a presença materializada do “eu” do autor no texto.

Os registros autobiográficos deixados pelo padre Siqueira, categorizados como ego-documentos, fazem parte do arquivo pessoal de caráter identitário e remetem à memória e à história de uma pessoa que, com o hábito da escrita, fornece pistas de quem foi. Assim, o sujeito histórico se construiu no próprio texto, colocando-se aparentemente de forma clara, e o “papel” foi o suporte para registrar boa parte dos acontecimentos diários de uma trajetória comum à primeira vista. Esses papéis guardam a história individual do padre Siqueira, apresentam marcas que nos permitem pensar as distintas interpretações da vida de quem as escreveu e agora serão lidos, estudados e vão permitir emergir traços de uma pessoa que, por meio dos manuscritos, deixa um legado de informações que nem mesmo o tempo, amarelando-os e rasgando-os, foi capaz de impedir a leitura dos fatos marcantes da vida e da Obra de um personagem intrigante que lutou por muitas mulheres para que se fizessem presente aos olhos de hoje. As religiosas da Congregação foram muito sábias ao guardar o “baú” de documentos e ego-documentos do padre Siqueira preservando documentos que resistiram ao tempo, contendo afetos, alegrias, tristezas, certezas e incertezas de uma vida que, talvez, nunca teríamos conhecido se não fosse por meio da escrita. Assim, ao iluminar esses papéis “ordinários”, pode-se pensar na

importância de uma “memória de papeis” para o reconhecimento de diferentes práticas, costumes, rituais, ações e sociabilidade (MINOT; CUNHA, 2006).

Os ego-documentos são textos que precisam passar por processos de interpretação, pois, em sua forma bruta, talvez não proporcionariam tantas informações. Além da interpretação, as variações e a análise do pesquisador permitirão que eles sejam entendidos em sua essência, portanto, não se pode fazer uma leitura rasa dos ego-documentos, caso contrário, eles não revelariam intimamente a pessoa através de um simples papel. Nos ego-documentos, a personalidade do autor aparece, sempre se fazendo presente no texto: ele diz quem é, como é, onde vive, como escreve, seu gênero, sua profissão, entre outras tantas coisas que transmitem as marcas de sua vida pessoal.

O arquivo pessoal do padre Siqueira reúne documentos identitários, ou seja, ego-documentos e um conjunto de documentos institucionais de sua Obra e, para Philippe Artières (2013), os arquivos pessoais falam de seu autor de muitas formas. Por sua vez, o arquivo traz a memória, os acontecimentos, as lições do passado, ou seja, é uma possibilidade de fala, de narrativas e de informações acerca de alguém. Assim, os arquivos contam muitas histórias e permitem várias interpretações, que levam a um mergulho profundo nas descobertas de novos horizontes, baseados, na verdade, em antigos recortes temporais.

Porém, mesmo remontando incessantemente às fontes mais longínguas, perscrutando nos sistemas históricos e linguísticos, a experiência que escondem ao se desenvolverem, o historiador nunca as alcança em sua origem, mas apenas em estágios sucessivos de sua perda (CERTEAU, 2017, p. 7). Por mais que se tente adentrar nos escritos pessoais do padre Siqueira, não será possível saber realmente quem ele foi, mas apenas pedaços de uma memória arquivada e guardada. De seus documentos e ego-documentos serão extraídas pistas de um sacerdote que utilizou da escrita para preservar sua memória, ainda que sem a intenção de preservação; criou uma instituição de ensino e se preocupou com as meninas pobres que viviam em sua localidade. Os documentos e ego-documentos não irão falar por si. Cabe, então, interpretá-los à luz de um tempo presente e com um olhar do passado, porém tendo a certeza de que uma leitura do passado, por mais controlada que seja, é sempre dirigida por uma leitura do presente (CERTEAU, 2017, p. 8).

Refletir sobre a vida e a Obra do padre Siqueira é uma atividade que demanda um afastamento do assunto a partir da análise da documentação que permite uma reflexão acerca de “fazer história” como produção científica. Não se trata de ressuscitar o “morto”, mas de usar a sua morte como um lugar de saber, dando lugar à produção e troca entre os vivos (CERTEAU, 2017). O Quadro 3 apresenta o inventário de documentos e ego-documentos do padre Siqueira, que estão sob a guarda das religiosas na Sala-Museu.

Quadro 3 – Inventário de documentos e ego-documentos.

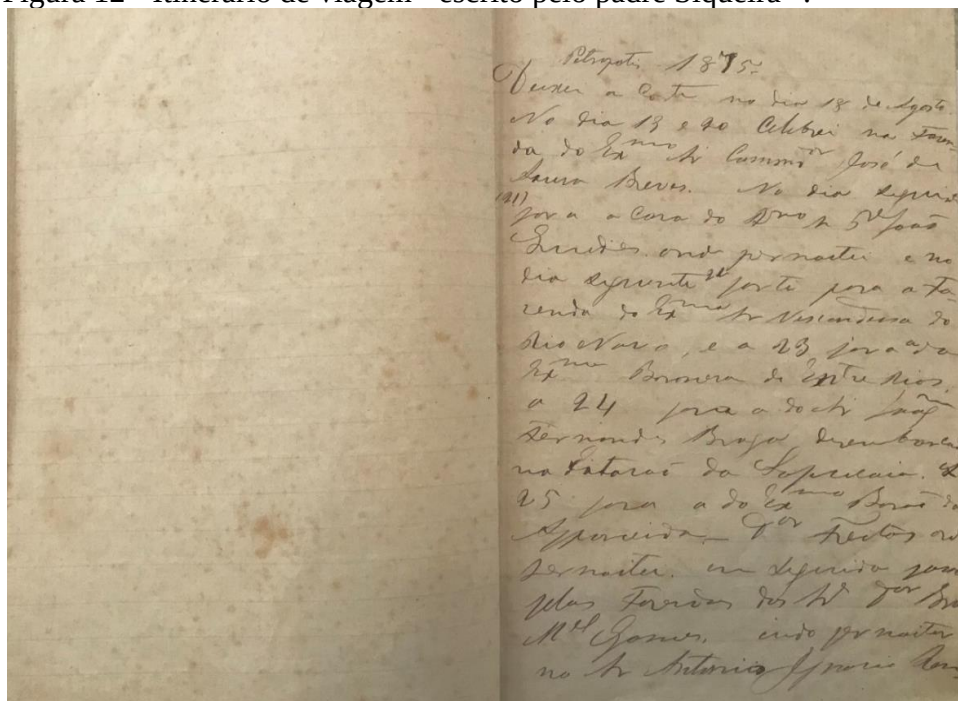
Registro na sala museu	Título	Data	Estante	Número de documentos	Descrição
01.16	Memorial de viagens	1848	PS – 1	1	Manuscrito original que acompanhou o padre Siqueira desde 1848, em que ele registra suas viagens e outras observações.
01.08	Breviarium Romanum	1854	PS – 1	1	Livro que pertenceu ao padre Siqueira e que o acompanhou durante toda a vida. O livro data de sua ordenação, em 08/12/1864.
01.01	Certidão de Batismo	28/08/1860	os – 1	1	A certidão está assinada pelo cônego José Bueno da Cunha.
02.10	Processo de Ordenação do padre Siqueira no Rio Grande do Sul	1864	PS – 1	1	Cópias dos originais que se encontram no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – alguns documentos em latim.
02.10f	Procuração	08/07/1864	PS – 1	1	Procuração do padre Siqueira nomeando o procurador, na cidade de São Paulo, o sr. Coronel Joaquim Antônio de Paula Machado para tomar parte judicial de uma morada de casas doada pelo seu pai, Miguel Nunes de Siqueira.
02.10e	Declaração	03/10/1864	PS – 1	1	Documento da Cúria Metropolitana de São Paulo. Declaração que diz quando o padre Siqueira entrou no seminário (agosto de 1857) e quando saiu (maio de 1864)
02.06	Cartas Demissórias em favor do padre Siqueira	25/10/1864	PS – 1	1	Cópia do original em latim fornecida pelo arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
04.54d	Sermão em São José do Paraíba (restauração da Igreja Matriz)	1866	PS – 4	1	Proferido pelo padre Siqueira para a reconstrução da Igreja Matriz. Mais tarde (1871), o lugar passa a se chamar São José Campos.
02.15b	Petição para confessar e pregar	09/05/1866	PS – 1	1	Petição feita pelo padre Siqueira – documento original.
02.15c	Provisão para confessar e pregar	11/05/1866	PS – 1	1	Concedida pelo Bispo Dom Sebastião Pinto do Rego.
02.15b	Petição para confessar e pregar	09/05/1866	PS – 1	1	Petição feita pelo padre Siqueira – documento original.
02.15c	Provisão para confessar e pregar	11/05/1866	PS – 1	1	Concedida pelo bispo Dom Sebastião Pinto do Rego.
04.54a	Sermão da Quinta-Feira Santa	1867	PS – 4	1	Proferido em Mogi das Cruzes.
04.54c	II Sermão de Pentecostes	Ap. 1868	PS – 4	1	Sem identificação de data, foi escrito pelo padre Siqueira.
02.10g	Pedido do padre Siqueira	20/04/1868	PS – 1	1	Documento da Cúria Metropolitana de São Paulo. Pedido do padre Siqueira para deixar a Diocese de São Paulo por motivo de saúde
01.32	Receitas de remédios e prescrições médicas	1869-1880	PS – 2	1	Receitas e prescrições médicas do padre Siqueira no período de 1869 e 1880. Documentos que comprovam seu estado de saúde sempre fragilizado.
03.18	Nota de despesa com viagens à Corte	24/12/1870	PS – 1	1	Documento original.
03.19	Nota de despesa com viagens a Valença	18/11/1871	PS – 1	1	Documento original.
01.52	Livro da Missa e da Confissão	1874	PS – 4	1	Contém dedicatória feita pelo padre Siqueira a um parente seu.
01.17	Itinerário de viagens	1875	PS – 1	1	Manuscrito original que acompanhou o padre Siqueira desde 1848, em que ele registra suas viagens e outras observações.
03.20	Nota de despesa	31/01/1875	PS – 1	1	Documento original. Nota de despesa de viagem a Guaratinguetá-SP
03.50	Empréstimo feito pelo padre Siqueira	01/07/1875	PS – 4	1	Refere-se a 11.000 contos de réis. Valor que o padre Siqueira pediu emprestado ao sr. Fernando Bacellar. A dívida foi considerada quitada em 1886.
04.56	Congregação Sacro Apostólica	mais ou menos 1875	PS – 5	1	Organização da Congregação Sacro Apostólica que seria a dos padres – documento original escrito pelo padre Siqueira em um caderno que reúne informações de viagens e donativos.
04.55	A Congregação de Nossa Senhora do Amparo	1876	PS – 5	1	Origem, fim e missão da Congregação docente. Artigo 1º e único documento original escrito pelo padre Siqueira. A Congregação de Nossa Senhora do Amparo - Cong. Docente
04.57	Congregação Benfeitora	mais ou	PS – 5	1	Corrigido pelo padre Siqueira, o manuscrito tem artigos sobre esta Congregação que seria a Congregação dos leigos.

Quadro 3 – Inventário de documentos e ego-documentos.

Registro na sala museu	Título	Data	Estante	Número de documentos	Descrição
		men os 1876			
04.54	Opúsculo sobre a educação	08/1 2/18 77	PS – 4	1	Provavelmente, publicado na 2ª edição do relatório da Escola de N. S. Amparo de 1877.
04.66	Testamento	14/1 1/18 80	PS – 5	1	Redigido pelo sr. Ricardo e assinado pelo padre Siqueira quando se encontrava já bastante doente. Documento original.
04.57a	Compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Piedade	Sem data	Sem localização	1	Escrito pelo padre Siqueira.
01.03	Certidão de Batismo	Idem	PS - 1	1	Certidão concedida pelo arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
04.54b	Sermão de Pentecostes	Idem	PS – 4	1	Ainda não analisado.

Fonte: A autora, 2021.

Dentre os documentos e ego-documentos inventariados no Quadro 3 acima, um dos itinerários de viagens do padre Siqueira relata sua sequência de compromissos. Suas viagens foram, por diversas vezes, narradas em seus diários de viagens e, além de relatar o seu itinerário, colocava suas aflições e anseios e, por muitas vezes, também escrevia o quanto gastava em cada uma de suas viagens. A Figura 12 revela a preocupação do padre Siqueira em detalhar o que fazia quando estava viajando.

Figura 12 - Itinerário de viagem - escrito pelo padre Siqueira¹⁰.

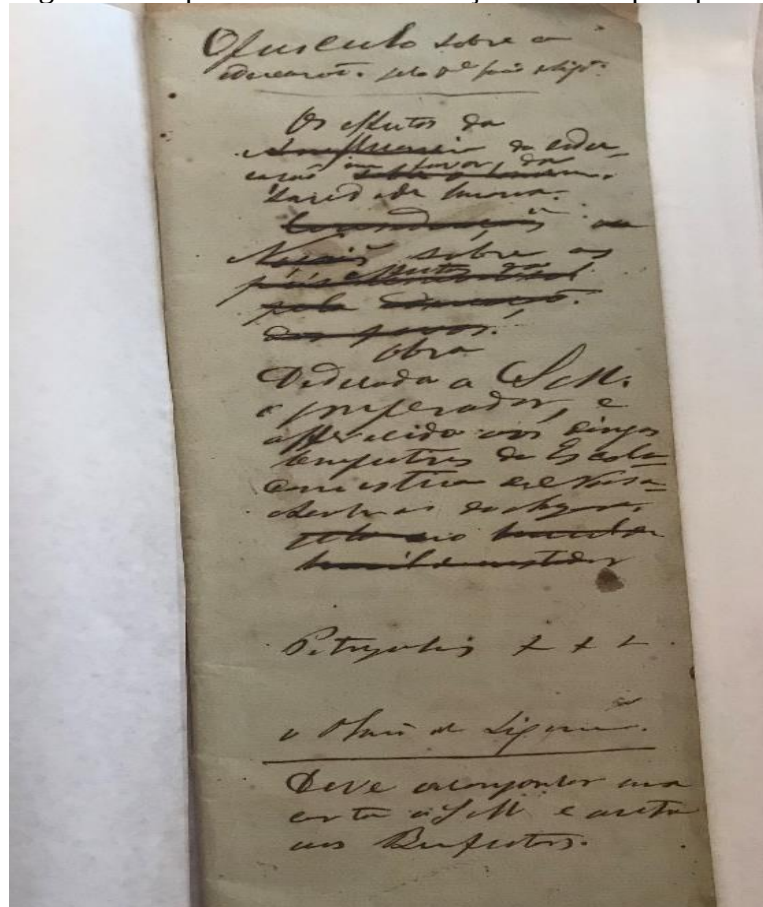
Fonte: Sala Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1875.

¹⁰ Texto correspondente à Figura 12 é: “Deixei a Corte no dia 18 de Agosto; nos dias 19 e 20 celebrei na fazenda do Ex.º Sr. Comendador José de Souza Breves. No dia seguinte, 21 segui para a casa do amigo Sr. João Guedes, onde pernoitei e, no dia 22 parti para a fazenda da Ex.ª Sr.ª Viscondessa do Rio Novo, e a 23 para a fazenda da Ex.ª Baronesa de Entre Rios, a 24 para a do padre João Fernandes Braga, desembarcando na Estação de Sapucaia [...]”

Os ego-documentos expressam a intimidade e as motivações de um personagem que aparecem em uma escrita ordinária através dos detalhes diários anotados que se caracterizam como uma preocupação em transparecer seus dias e locais por onde se encontrava. Nestes itinerários escritos, sem a preocupação do tipo de registro, deixa vestígios de sua personalidade em cada detalhe da escrita ou do que se escreve. Nos escritos do padre Siqueira, há a impressão de que ele queria que sua vida fosse lida por outros, que ele escrevia para a posteridade, revelando um traço de sua personalidade, que nos permite, hoje, buscar na sua escrita íntima a memória de um homem que idealizou uma Obra para meninas no século XIX.

Sempre com a preocupação de registrar o que gostaria que fosse concretizado, padre Siqueira deixou um documento que dá algumas diretrizes sobre o ideal da educação para as meninas, sinalizando que a educação é para o “homem”¹¹ o que o alicerce é para o edifício (SIQUEIRA, 1877). Na Figura 13, o Opúsculo sobre a educação para o sexo feminino contém traços do ideal de educação e da personalidade do seu autor.

Figura 13 - Opúsculo sobre a educação - escrito pelo padre Siqueira¹²



Fonte: Sala Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1877.

¹¹ Homem: sentido Humanidade.

¹² O texto correspondente à Figura 13 é: Os efeitos da educação em favor da sociedade humana. Obra dedicada a S.M. o Imperador e oferecida aos dignos benfeitores da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Petrópolis, 8 de dezembro de 1877. O padre João de Siqueira. Deve acompanhar uma carta a S.M. e outra aos benfeitores.

Na primeira página do documento, padre Siqueira descreve que a educação deve ser em favor da sociedade humana com especial preocupação com os menos favorecidos, ideia que é bastante evidenciada em seus escritos. O Opúsculo sobre a educação é dedicado aos benfeitores e ao imperador d. Pedro II, personalidades que colaboraram com a construção de sua Obra. No documento, também dedicado à sua Escola com indicações que deve ser de uma educação de e para o amor. Padre Siqueira vai se apresentando e revela seus ideais de uma educação voltada para as meninas pobres. O manuscrito, lavrado em Petrópolis, em 8 de dezembro de 1877, visava apresentar a sua ideia de educação desenvolvida segundo seus parâmetros de formação religiosa em prol da sociedade humana que segundo ele era: “educar é conduzir o homem pelo caminho do amor” (SIQUEIRA, 1877). O Opúsculo sobre a educação do padre Siqueira é um documento que será mais detalhado no capítulo 4 desta tese.

Dando sequência ao inventário da Sala-Museu, são apresentados os documentos que fazem parte do plano de construção, da fundação, além de documentos da Escola, como livros de matrículas e relatórios das alunas. Há ainda recortes de jornal que o próprio padre mandava publicar para explicar o que estava fazendo.

1.4 O nascedouro de uma Obra: documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo

Nesta categoria, procurou-se organizar todos os documentos que, de certa forma, se referem à Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. São apresentados documentos que foram produzidos no interior da Escola e documentos escritos pelo padre Siqueira acerca da instituição. Os documentos inventariados da Sala-Museu, aqui denominados como documentos da Escola, apresentam narrativas de histórias de vida e podem também constituir-se como um método de descobertas autobiográficas. Todos revelam funções importantes, tanto para a época, como documentos para registrar funções ou delegar atributos, quanto para os dias de hoje, pois servem para a interpretação de marcas e produções do passado.

Para Cunha (2015), documentos frutos da cultura material escolar, presentes nos acervos, criam, preservam e salvaguardam lugares de memória transpassados por continuidades e descontinuidades e, ao mesmo tempo, abrem diferentes possibilidades para o estudo a partir de múltiplas materialidades/subjetividades. Os documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, preservados e guardados pelas religiosas, são agora campo de aproximações, revelando as memórias escolar e pessoal construídas em múltiplas temporalidades. Os documentos históricos podem fornecer episódios de práticas da cultura

escolar, de narrativas diárias, de notas, faltas, presenças, filiações, endereços, evasões, matrículas etc., permitindo uma leitura do passado e recompondo aspectos do *locus* da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Preservar, com sentido societário, constitui uma fórmula viável para dar uma conservação consistente, para abrir possibilidades de diálogo com os mistérios da escola e as incertezas de seus labirintos individuais e coletivos (CUNHA, 2015).

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo possui um conjunto de documentos a respeito de sua cultura escolar, um material reconhecido como um bem que possibilita descobrir narrativas e trajetórias dos personagens que ali se encontravam. É inquestionável que o estudo dessa materialidade da Escola venha configurar relatos de episódios de uma rotina aparentemente comum. As escolas nunca deixaram de ser lugares onde as culturas materiais são construídas (DOMÍNGUEZ, 2018). Os documentos do passado da Escola são uma ferramenta útil que permitem descobrir e interpretar a história dos eventos e dilemas educacionais. Esse patrimônio é um bem que merece ser exposto publicamente para ser visto por todos (DOMÍNGUEZ, 2018). Ver, ler, analisar e apresentar o interior da Escola, com as marcas do seu fundador, o padre Siqueira, é uma tarefa árdua de leituras diárias de seus documentos à luz de um tempo presente, pois, infelizmente, do passado restam somente as marcas deixadas e preservadas até o momento. Certamente, através desses documentos que espelham as atividades-fim de uma organização escolar é possível encontrar parte das fontes para estudo e pesquisa da cultura escolar, ou seja, delinear as atividades que norteiam a transmissão do conhecimento, que acabam por variar de acordo com o tempo, o lugar, a comunidade, as ideias políticas etc. Constituintes de um universo não contemplado por normatização legal, esses documentos acabam por sobreviver ao acaso, diferentemente dos administrativos, que, sob legislação, são preservados como comprovantes dessas ações (BARLETTA, 2012).

Com efeito, a memória à qual esses documentos nos remetem, parte de práticas de uma escola que evidencia a trajetória da instituição, cujo percurso claramente se alterou ao longo do tempo e se consolidou, revelando, assim, um ciclo de vida que se modificou continuamente a partir de rupturas e recomeços. Nesse sentido, a constituição e a manutenção de acervos escolares se revestem de importância como forma de atribuir às práticas escolares elementos constitutivos da vida social (CUNHA, 2009). Desse modo, preservar essas fontes históricas é manter o patrimônio cultural escolar que se perpetua ao longo do tempo, fazendo história e apresentando as memórias. Na mesma linha, Hernández Díaz (2005) complementa que tanto ontem quanto hoje, as paredes, o mobiliário e os utensílios da Escola guardam uma ordem convencional, imposta, casual, visível ou um sistema de relações invisível, ordenado, permitido,

negociado ou desestruturado em outras ocasiões (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2005, p. 225). A seguir, será apresentado no Quadro 4 o inventário dos documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo que foi identificado a partir da seleção de vários documentos localizados no interior e ao lado da Sala-Museu.

Quadro 4 – Documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Registro na sala museu	Título	Data	Estante	N. de docs.	Descrição
S/R	Notas fiscais	1869-1872	EDNSA – 02	1	Essas notas não foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Lista de comissões	1870	PS - 3	1	Documento original. Lista de comissões encarregadas de arrecadar os donativos para a Escola.
S/R	Lista das comissões	1870	PS - 3	1	Documento original. Lista das comissões encarregadas de arrecadar os donativos para a Escola D. N. S. do Amparo.
S/R	Livro das receitas	05/09/1870	PS - 4	1	O livro contém 496 páginas. O Termo de Abertura e Encerramento foram assinados pelo padre Siqueira.
S/R	Livro das despesas	12/09/1870	PS - 4	1	O livro contém 500 páginas rubricadas pelo padre Siqueira. O termo de Abertura e Encerramento também foram assinados por ele.
S/R	1º livro de matrículas	1871-1893	PS - 4	1	O livro contém 379 páginas. O Termo de Abertura foi assinado pelo padre Siqueira. 1º livro de matrículas da Escola de N.S. do Amparo (parte 1)
S/R	Estatutos da E. D. N. S. Amparo	1873	PS - 5	1	2ª edição, Petrópolis, Typ. Mercantil, escrito pelo padre Siqueira, B. Pereira Sudré.
S/R	Alvará de licença	22/08/1873	PS - 4	1	Encanamento da Praça. Dom Affonso até o edifício da Escola de N. S. do Amparo. Alvará de licença para encanamento de água
S/R	Notas Fiscais	1873-1874	EDNSA – 02	1	Essas notas não foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Diploma dos protetores perpétuos	1874	PS - 5	1	Diploma em <i>lithographia</i> em que constava o nome dos grandes benfeitores da Escola. Diploma dos protetores perpétuos da E. D. N. S. Amparo
S/R	Estatutos da E. D. N. S. Amparo	1874	PS - 5	1	S. Paulo, Typ. Americana, escrito pelo padre Siqueira, Largo do Palácio n. 2.
S/R	Estatutos	1874	EDNSA – 01	1	Escrito pelo padre Siqueira.
S/R	Estatutos	1875	EDNSA – 01	1	Escrito pelo padre Siqueira.
S/R	Estatutos da E. D. N. S. Amparo	1875	PS - 5	1	Petrópolis, Typ. Mercantil, escrito pelo padre Siqueira, B. Pereira Sudré.
S/R	Notas fiscais	1875-1876	EDNSA-02	1	Essas notas não foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Certidões de batismo	1876-1879 1880-1899 1900-1955	EDNSA-02	1	Certidões de batismo das alunas, diversos anos. Nem todos os anos deste intervalo têm certidão, pois, quando as alunas se retiravam, levavam os documentos.
S/R	Estatutos	07/06/1876	PS - 4	1	Estatutos da E. D. N. S. Amparo apresentados ao imperador.
S/R	Requerimento para aprovação dos Estatutos da Escola de N. S. do Amparo, encaminhado ao Imperador.	18/06/1876	PS - 4	1	O requerimento solicita a aprovação de denominação, fins e administração da Escola. Ele foi devolvido com despacho, informando que isso não era da competência do imperador e que o padre Siqueira deveria resolver o assunto.
S/R	Opúsculo sobre a educação	1877	PS - 4	1	Documento que apresenta a educação segundo os parâmetros da formação religiosa em prol das meninas desvalidas. Documento dedicado ao imperador.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	1877	PS - 5	1	Acompanhado de esclarecimentos aos caridosos benfeitores – RJ, Typ. Fluminense - Rua do Evaristo da Veiga, n. 3.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	1877	PS - 5	1	Idem.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1877	EDNSA – 01	1	Relatório do ano

Quadro 4 – Documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Registro na sala museu	Título	Data	Estante	N. de doc s.	Descrição
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1877	EDNSA – 01	1	Relatório do ano
S/R	Notas Fiscais	1877-1878	EDNSA-02	1	As notas foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Notas fiscais	1879	EDNSA – 02	1	Idem.
S/R	Notas fiscais	1880-1882	EDNSA - 02	1	Idem.
S/R	Livro das despesas da construção da capela	1880-1883	PS - 09	1	Livro das despesas da construção da capela do Amparo Contém todas as despesas do ano.
S/R	Notas fiscais	1880-1881	EDNSA-02	1	As notas foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1881-1884	EDNSA - 01	1	Termo: Cônego José Bento de Andrade que assumiu depois da morte do padre Siqueira.
S/R	Centenários:	Coletâneas 1881-1981	PS - 09	1	Centenários: Amparo 1871-1971/ morte do padre Siqueira Relatos e fotografias.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1881-1884	EDNSA-01	1	Termo: Cônego José Bento de Andrade que assumiu depois da morte do padre Siqueira.
S/R	Notas fiscais	1883-1884	EDNSA - 02	1	As notas foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1885-1890	EDNSA - 01	1	Termo: Cônego Amador Bueno de Barros, foi publicado nos relatórios de 1886-1890.
S/R	Notas fiscais	1885-1889	EDNSA - 02	1	As notas foram limpas, organizadas e acondicionadas em material adequado.
S/R	Receita e despesas E.D.N.S.A	1885-1888	EDNSA-01	1	Cônego Amador Bueno de Barros.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1885-1890	EDNSA-01	1	Termo: Cônego Amador Bueno de Barros, foi publicado nos relatórios de 1886-1890.
S/R	Despesas E.D.N.S.A	1886-1890	EDNSA-01	1	Livro com despesas do ano.
S/R	Receita e Despesa E.D.N.S.A	1886-1888	EDNSA-01	1	Idem.
S/R	Livro-caixa da EDNSA	1886-1898	EDNSA-01	1	Livro-caixa da EDNSA, em Petrópolis e asilo Furquim e Porciúncula, em Vassouras.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1887	EDNSA – 01	1	Relatório do ano.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1887	EDNSA – 01	1	Idem.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	1887	PS - 6	1	Escrito pelo Cônego Amador Bueno de Barros.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1888-1889	EDNSA – 01	1	Despesas do ano.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	1889	PS - 6	1	Escrito pelo Cônego Amador Bueno de Barros.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1889	EDNSA – 01	1	Relatório do ano.
S/R	Receita e Despesa E.D.N.S.A	1889-1892	EDNSA-01	1	Receitas e despesas do ano.
S/R	Livro contábil	1889-1897	EDNSA-01	1	Livro contábil da E.D.N.S.A, asilo Furquim e asilo Porciúncula.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1890	EDNSA – 01	1	Relatório do ano.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1890-1891(5)	EDNSA – 01	1	Receitas e despesas do ano.
S/R	Notas fiscais caixa 03	1890-1899	EDNSA – 02	1	Idem
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1891	EDNSA – 01	1	Idem.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	1891	PS - 6	1	Escrito pelo Cônego Amador Bueno de Barros.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1892-1895(6)	EDNSA-01	1	Não analisadas.
S/R	Manual da Congregação de N.S.A	1893	EDNSA – 01	1	Descrição e regras.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	1893	PS - 6	1	Escrito pelo Cônego Amador Bueno de Barros.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1893	EDNSA – 01	1	Relatório do ano.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A (7)	1893-1896	EDNSA – 01	1	Receitas e despesas do ano.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1894	EDNSA – 01	1	Relatório do ano.
S/R	1º livro de matrículas da Escola de N. S. do Amparo (parte 2)	1894-1906	PS - 4	1	Esta segunda parte constitui o mesmo 1º livro que foi separado e encadernado para melhor conservação.

Quadro 4 – Documentos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Registro na sala museu	Título	Data	Estante	N. de doc s.	Descrição
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A (7)	1895-1896	EDNSA-01	1	Receitas e despesas.
S/R	Receita e despesa Asilo Furquim	1895-1898	EDNSA-01	1	Idem.
S/R	Notas fiscais caixa 04	1895-1898 1896-1899	EDNSA – 02	1	Notas fiscais caixa 04 – Asilo Furquim/ Asilo Porciúncula.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A (8)	1897	EDNSA-01	1	Idem.
S/R	Receita e despesa E.D.N.S.A	1897	EDNSA-01	1	Agostinho Francisco Benassi.
S/R	Despesas diárias da E.D.N.S.A	1897-1901	EDNSA-01	1	Receitas e despesas.
S/R	Contas do banco e Casa Sucena	1898-1903	EDNSA – 01	1	Banco.
S/R	Relatórios E.D.N.S.A	1898, 1899 e 1900	EDNSA – 01	1	Relatório do ano.
S/R	Livro dos membros congregados	1899-1929	PS - 09	1	Livro dos membros congregados e seus diplomas Congregação.
S/R	Livro de visitantes da E. D. N. S. Amparo	Sem data	PS - 6	1	Idem.
S/R	Relatório da E. D. N. S. Amparo	Sem data	PS - 7	1	Relatório da E. D. N. S. Amparo durante os anos de 1898, 1899 e 1900. Diretora: irmã Carolina da Imaculada Conceição.
S/R	Recorte do jornal O Apóstolo	1880	EDNSA-01	1	Publicado para explicar como está a Escola até o momento.

Fonte: A autora, 2021.

No que tange à cultura escolar da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, o seu fundador, padre Siqueira, procurou detalhar passo a passo o que sonhava para a sua instituição. Escreve vários relatórios explicando inicialmente como pensou sua Escola, como as meninas saíam da Escola, quanto havia gastado e quem contribuía para a sua solidificação. Inclusive, padre Siqueira faz uma publicação no jornal “O Apóstolo”, no ano de 1888, relatando o que já havia conquistado e o que ainda precisava. Segue, parte da escrita da publicação.

Sentindo-me com vocação para dedicar-me à educação e ensino da mocidade, tratei de habilitar-me percorrendo várias províncias do Império, visitando as escolas públicas e particulares, derrota em que me empreguei o espaço de tempo que decorreu de março de 1864 até setembro de 1867, com algumas pequenas interrupções e examinei minuciosamente os asilos dirigidos pelas Irmãs de Caridade. Nas escolas públicas do interior encontrei alguma instrução primária, porém, nenhuma educação ou ensino de moral, notando-se que isso se dá por deficiência de pessoal habilitado, nos asilos da corte encontrei muitos defeitos no método de ensinar e em outros pontos essenciais, cuja individualização seria longa, sobretudo, com relação às meninas pobres, razão por que o resultado dessas casas de ensino têm sido até hoje quase nulo, de modo que foi só depois de ter estudado bem o atraso em que se acham as províncias quanto à educação popular e reconhecido a necessidade em geral de preparar professoras nacionais para o ensino, bem como mulheres livres para o trabalho doméstico, que o abaixo assinado organizou o programa para a criação de um instituto e o apresentou a S. M. o Imperador em 15 de julho de 1868, sendo as bases, em resumos, as seguintes: Fundar um estabelecimento sob a denominação de – Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo – para o fim de admitir exclusivamente meninas pobres e desvalidas, expostas aos perigos da miséria. Educar estas meninas no trabalho, aproveitando, porém, as mais inteligentes e dotadas de aptidões, as quais

se ministraria maior cultura; destinando-se umas para o serviço doméstico e outra para o ensino ou professorado e, em geral, para boas mães de família. (SIQUEIRA, 1988)¹³.

O relatório também foi enviado aos benfeitores e mostra a preocupação do padre Siqueira em deixar transparecer o que estava fazendo em sua Obra e deixar o registro, de todos os fatos e acontecimentos documentados quase que diariamente. Procura descrever seus anseios e preocupações; também se importa em narrar detalhes da instituição já em funcionamento e aportes financeiros recebidos e gastos até o momento. Primeiramente, destaca o quanto percorreu as províncias e que visitou várias escolas, públicas e privadas e apresenta a sua preocupação com o método de ensino que, para ele, tinha muitos defeitos. No teor destas anotações, transparece um sacerdote preocupado com qual seria o método de sua instituição. Chega a evidenciar, a questão do nível dos professores nacionais e, em vista disso, mostra-se um educador preocupado com suas ações acerca da educação para as meninas.

Ainda ao longo de seus relatos, destaca que as alunas precisam saber quais são as suas aptidões e organiza o “currículo” escolar conforme a vocação de cada uma, determinando que para umas, a formação era mais intensa quanto ao trabalho nos colégios; e, para outras, quanto aos cuidados domésticos, sempre respeitando as habilidades de cada menina. Padre Siqueira mostra-se atento às aspirações de cada aluna.

Outro fator importante que surge no seu texto é o fato de deixar transparecer o quanto gastou até aquele momento, dessa maneira, deixa claro que era bastante responsável com suas contas e com o dinheiro das doações que recebia. Seu cuidado em deixar tudo registrado mostra que era um homem zeloso e que controlava tudo, até mesmo os gastos com os vestuários das alunas e das professoras da escola. Entendia muito bem de toda a construção que havia realizado, até mesmo de quantos palmos teria de frente e de comprimento, o pé direito da casa e ainda destaca que futuramente a capela seria construída. Apresenta as contas enfatizando que ainda não havia recebido nada da instituição governamental e que o imperador e a imperatriz estavam contribuindo com a sua Obra dos seus próprios bolsos. Essas são algumas das principais marcas apresentadas no texto deste documento, que além de conter informações precisas acerca de sua Obra, evidencia pistas de uma personalidade presente no interior de sua instituição. O discurso descrito pelo sacerdote encontra eco nas palavras de Silva (2017) acerca da narrativa que enfatiza a autoria como instância de legitimação, ou seja, um indivíduo a partir do nome próprio, que se mostra como uma distinção do sujeito social (BOURDIEU, 1996). Uma identidade social constituinte e duradoura do indivíduo em todos os campos possíveis nos quais ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida (SILVA, 2017).

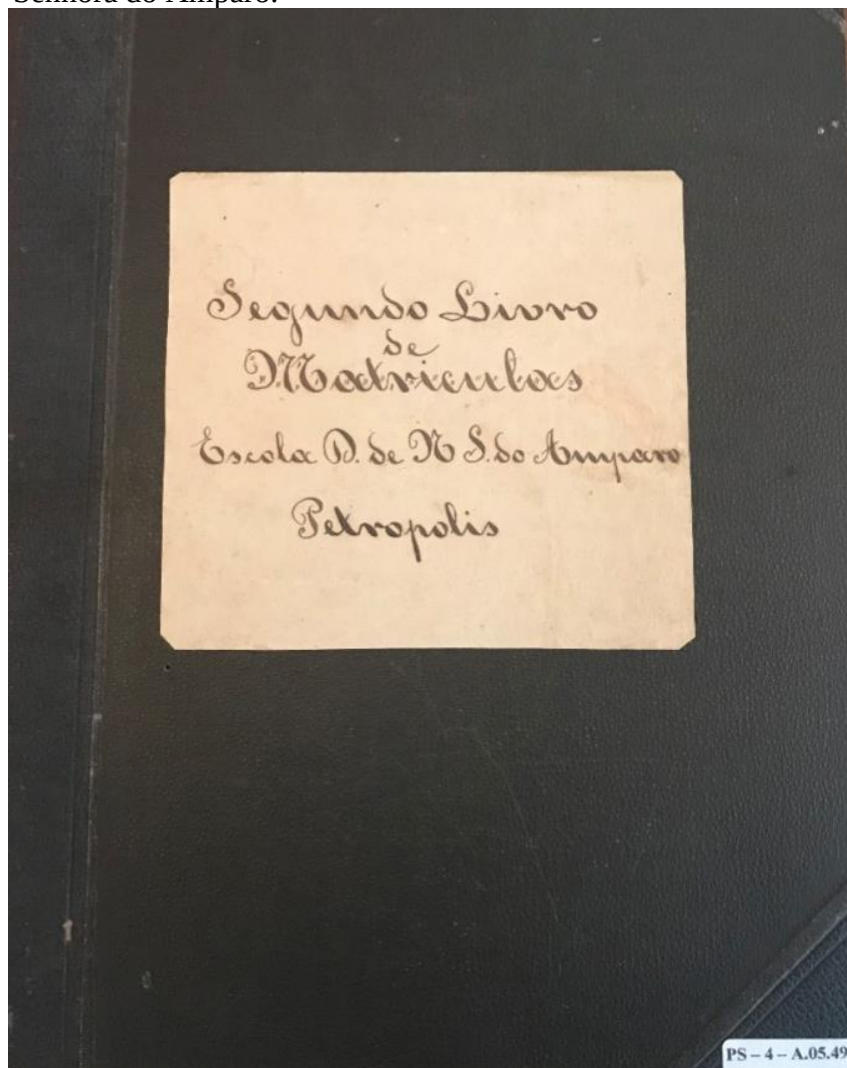
Ainda percorrendo os caminhos dos documentos que fazem parte da Sala-Museu e que estão no inventário, categorizados como documentos da Escola, vale ressaltar algumas de suas

¹³ O texto completo encontra-se no ANEXO A deste trabalho.

variedades como: notas fiscais, livros de receitas, livros de matrícula (contendo notas das alunas), livros de despesas, relatórios etc., que podem ser considerados como patrimônio cultural, histórico e educativo, aqui representado pela cultura material da Escola. Dessa forma, pode-se dizer que muito mais do que um acúmulo de objetos e documentos cristalizados no tempo e no espaço, eles são, no tempo presente, uma mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial da vida escolar (CUNHA, 2015).

A Figura 14 apresenta o primeiro livro de matrícula das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, considerado um patrimônio cultural educativo, faz parte do inventário e está localizado no arquivo da Sala-Museu, sendo considerado um objeto histórico, tem o potencial de promover relatos indiretos, desencadeando a memória e a história de cada aluna e da Escola. No livro de matrícula consta o nome das alunas matriculadas na Escola e a série subsequente de cada uma.

Figura 14 - Livro de matrículas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Para Agustín Escolano Benito (2015), qualquer objeto material da Escola pode ser considerado como fonte para entender e interpretar a funcionalidade das práticas em sala de aula. O livro de matrícula foi muito importante para toda a escrita da tese, interpretá-lo foi imprescindível para a tessitura do texto. Seguindo essa linha de raciocínio para concluir o inventário, a partir de agora são evidenciadas as fotografias que se encontram em álbum, localizado sobre a terceira prateleira da Sala-Museu. Estes foram os “olhos” da Obra realizada.

1.5 As fotografias: imagens que guardam histórias

Andar pelos corredores da Escola, passar os olhos e as mãos nas imagens das paredes também foi uma forma de investigar a história porque as fotografias permitem visualizar um fato que talvez só a nossa imaginação conseguisse alcançar. As imagens acondicionadas nas vitrines e prateleiras também trazem um vislumbre do que se busca.

As imagens e fotografias destacadas desde a introdução deste trabalho são testemunhas da evidência histórica da vida e da Obra do padre Siqueira e desde o início foram um dos elementos importantes para as descobertas realizadas até o momento. Tanto as fotografias antigas quanto as atuais são testemunhas de uma história, de uma memória, de um arquivo e das “falas” desse arquivo. A observação das imagens e das fotografias podem contribuir para conhecer aspectos e detalhes dos fatos que as narrativas não poderiam apresentar. Qualquer imagem pode ser considerada um documento à medida que o conceito amplo de documento diz respeito a qualquer informação registrada num suporte (LACERDA, 2012), ler uma imagem é obter uma informação comparada a qualquer outro texto.

As fotografias são “palavras” que “falam” num suporte textual diferente, sem letras e palavras, apenas com imagens que representam os fatos que aconteceram, sejam eles percebidos como reais ou não, as imagens falam por si mesmas. É fato que, para o pesquisador, a imagem precisa ser analisada sob vários aspectos; e algumas possibilidades de “escuta” precisam ser levadas em consideração, tais como os sentimentos, as presenças, as ausências, as limitações e tudo o que levou a realizar a fotografia e/ou a imagem. As fotografias encontradas na Sala-Museu, antigas e atuais, têm possibilitado reler um passado e refletir sobre uma Obra e uma vida que permanecem até os dias de hoje. Além disso, permitiu compreender narrativas acerca do espaço educativo criado pelo padre Siqueira. Claro que as leituras feitas das imagens não podem ser realizadas sozinhas, é impossível estudar o passado sem a assistência de uma cadeia de intermediários, incluindo os arquivistas, os escribas e as testemunhas. (BURKE, 2004).

Ao ver uma imagem, por mais nítida que seja, não é possível saber exatamente o que revela ou o que levou à sua realização. Consegue-se ver o fato em si, mas não o que estava envolvendo as pessoas no momento da produção fotográfica, quais eram seus anseios, seus

medos, suas necessidades. Assim, mesmo sendo testemunhas oculares de fatos, as imagens podem, por vezes, apresentar informações distorcidas. Nesse sentido, sempre é importante contar com outros vestígios deixados para tentar recompor a história e a memória, pois imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho (BURKE, 2004). A seguir, no Quadro 5, apresenta-se o inventário de fotografias da vida e da Obra do padre Siqueira.

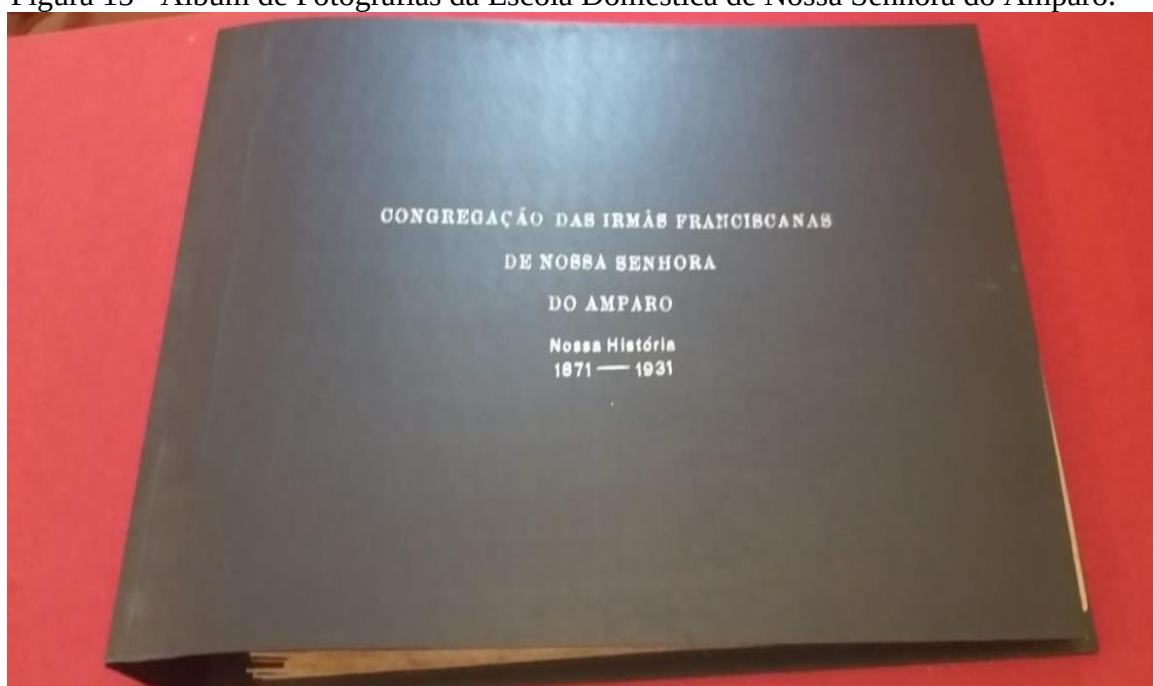
Quadro 5 – Inventário de fotografias.

Registro na sala/museu	Título	Data	Estante	Número de fotografias	Descrição
12.41	Capela Primitiva do Amparo	1871	PS-4	1	Na estrada da capela, vê-se o padre Siqueira. A foto estava no diploma dos protetores perpétuos da Escola de N. S. Amparo.
12.42	Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo	1871	PS-4	1	Foto.
S/G	Álbum de fotografias	1871-1926	PS-4	1	Fotos do padre Siqueira. Foto da primeira turma. Fotos das primeiras irmãs. Foto de atividades na Escola.
12.75	Cônego Amador Bueno de Barros	1887	PS-6	1	Fotografia.

Fonte: A autora, 2021.

Como não há muitas fotografias, principalmente, do recorte temporal da pesquisa, optou-se por evidenciar na Figura 15, o álbum de fotografias do ano de 1871 – 1931 da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo. Esse álbum encontra-se na Sala-Museu e foi construído pelas Irmãs da Congregação, numa tentativa de “guardar” a memória do padre Siqueira e dos primeiros anos da Escola.

Figura 15 - Álbum de Fotografias da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871 – 1931.

Debruçar sobre o arquivo pessoal do padre Siqueira permite trilhar e conhecer a vida desse sacerdote que, na segunda metade do século XIX, construiu uma Escola para as meninas desvalidas. A imersão em sua história acessa um universo de possibilidades obtido por olhares atentos aos mínimos detalhes de cada documento analisado – é chegada a hora de compreender a biografia deste personagem e sua Obra. As biografias fazem parte de um processo de construção do indivíduo, cuja trajetória exprime uma singularidade. Contar uma história real é um problema para o historiador, pois, às vezes, há o perigo de formatar o personagem e de induzir o leitor à expectativa ingênua sobre uma vida que não existiu. Gomes (2004), dialogando com Bourdieu, atenta ao fato de que a ideia de “ilusão biográfica” chama a atenção para a ingenuidade de se supor existir um “eu” coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo efeito de verdade que seria capaz de produzir. Carvalho (2015) lembra que o “grande feitiço do arquivo privado” está na questão de guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, revelando seu produtor de forma “verdadeira”: então, essa documentação mostraria “de fato” o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados permitiria, de forma particular, dar força à história de vida de indivíduos, com suas virtudes e defeitos, que se revelariam nesse tipo de material (CARVALHO, 2015, p. 222).

Debruçar sobre os inúmeros documentos e analisar a caligrafia escoreta do padre Siqueira leva a visualizá-lo com os dedos sujos no tinteiro, preocupado com o futuro das meninas que abrigava, traçando, nos seus escritos, as ideias para o formato de educação feminina que buscava. Ao olhar pela mesma janela do quadro (citado anteriormente) que hoje está no *hall* de entrada da Escola, é possível perceber que permanece, com as modificações do tempo e do homem, quase que a mesma paisagem por ele vislumbrada.

2 MAIS UM ITINERÁRIO: DE JACAREÍ PARA PETRÓPOLIS UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Figura 16 - Padre Siqueira.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.1870.

Para continuar essa viagem, seja ela de trem ou de mula, conforme padre Siqueira, cuja Figura 16, acima, realizou por inúmeras vezes, será necessário entender a história desse homem. Contar a história da vida de uma pessoa não é tarefa muito fácil, principalmente quando essa

pessoa possibilitou a contação de histórias de muitas outras, aliás, de mulheres que passaram pela Escola de alguma maneira. Então, para iniciar este capítulo, serão tomadas as palavras de Conceição Evaristo em seu livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), que relata história de mulheres, trazendo para a discussão a identidade e a subjetividade de suas personagens femininas.

Ora, mas o que as histórias de mulheres têm a ver com a história de um homem? Pois é por causa da história desse homem que muitas mulheres com suas identidades e subjetividades puderam tecer suas próprias histórias mudando o rumo de suas vidas no interior de uma Escola. Assim, a bela história de mulheres, que também será apresentada mais adiante passou pelas mãos desse homem, conhecido como padre Siqueira. Dessa forma, antes de contarmos as histórias de algumas dessas mulheres, vamos entender quem era esse homem e como foi sua trajetória.

Eis que é chegada a hora de interpretar as fontes e seguir como um detetive com um olhar prioritariamente para o universo micro (GINZBURG, 1989). Iniciar essa narrativa será o primeiro passo para compreender a vida, a Obra e o legado do padre Siqueira, mas, para contar essa história, será necessário ouvir as palavras de Conceição Evaristo (2016), que se encaixam perfeitamente nessa escuta ativa: “gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também”.

Ouvir a tradição oral trazida pela Irmã Neli dos Santo Deus e alinhá-la às fontes talvez seja o grande desafio para iniciar essa contação de história. “E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei” (EVARISTO, 2016). Assim, ouvir, imaginar, pensar e trazer para as mãos a escrita, permitirá que a história não seja totalmente isenta de outras falas pois, “entre o acontecimento – ou o que aconteceu – e a narração do fato, pode levar o leitor a uma emoção ou não. Em toda história, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta” (EVARISTO, 2016).

Garimpar as fontes não é mais que um mero vestígio (JINZENJI, 2012). A história somente começa quando as indagações às fontes são realizadas e, nesse momento, a paixão e a razão com que se decide escrever a história (FARGE, 2009) precisam de um equilíbrio para não se confundirem ou se justaporem. É hora de se colocar como mediador especialista entre passado e presente, em torno desse objeto maior (HARTOG, 2020).

Este capítulo terá como objetivo compreender a trajetória da vida do padre Siqueira. Para essa viagem biográfica, também serão evidenciados os seguintes caminhos: entender a morte e as doenças do sacerdote, analisar seu diário de viagens, conhecer a cidade de Petrópolis – lugar que escolheu para berço da Obra –, e compreender o início da construção do edifício da

Escola. Outro ponto importante a ressaltar é que a escrita desse segundo capítulo obedecerá a um tempo cronológico, dessa forma, o leitor fará uma viagem no tempo e compreenderá melhor a trajetória do sacerdote até o início da Obra – a Escola.

2.1 A viagem da morte e da vida: duas datas marcantes

“Significa simplesmente o começo? Isso seria quase claro. Com ressalva, entretanto, de que, para a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz.” (BLOC, 2001, p. 56). De onde começar a história? Do início ou do fim? Onde é o início e onde é o fim? O falecimento do padre Siqueira é o início de uma narrativa histórica ou a vida carregada de ecos, lida e interpretada em seus egodocumentos? O que deverá direcionar a escrita? Assim, não há um ponto inicial, e nem possivelmente um final, para começar as narrativas da vida e da Obra do padre Siqueira.

Figura 17 - Memorial do Padre Siqueira. Capela da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo¹⁴.



Fonte: Fotografia da autora, 2021.

O seu falecimento ocorrido no dia 10 de abril de 1881, não poderia ser menos comentado do que a sua vida – a notícia correu em vários jornais da época. O Jornal da *Província de Minas Gerais*¹⁵ relatou: “Faleceu em Barbacena, o Rev., padre João Francisco de Siqueira Andrade, o

¹⁴ Localizado próximo à capela no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

¹⁵ Biblioteca Nacional, Jornal da Província de Minas Gerais, 1881, Ed 44.

benemérito fundador da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.” O mesmo jornal ainda dá ênfase que a memória do padre Siqueira ficará para sempre guardada pelo seu virtuoso trabalho prestado como sacerdote à causa da infância desvalida. Porém, a notícia do jornal errou no local de sua morte. A *Gazeta de notícias*¹⁶ também relatou: “O ilustre sacerdote deixa um nome cercado de bênçãos, por isso que sua existência consagrou-se toda à pratica da caridade”.

A notícia de sua morte se espalhou rapidamente e logo chegou a São Paulo, estado onde nasceu e esteve por várias vezes angariando fundos para a sua Obra, assim, o *Correio Paulista*¹⁷ também relata o falecimento do sacerdote se reportando a ele como: “filho desta província e fundador de um grande estabelecimento de educação para meninas, em Petrópolis.” Por fim, também o jornal *O Apóstolo*¹⁸ do Rio de Janeiro exclama: “O Amparo perpetuará seu nome”. A ideia de que sua Obra permaneceria por muitas gerações sempre foi uma das grandes ambições do padre Siqueira, enfatizada em um apelo ao povo no ano de 1871 em que disse que todas as gerações se recordariam dos nomes daqueles que sempre o ajudaram para que a Obra se concretizasse. Em seu testamento, o próprio sacerdote afirmou: “com a morte do instituidor de uma boa obra, não pode morrer a instituição, ao contrário, ela deverá perpetuar com sua memória” (TESTAMENTO, 1880).

As pistas encontradas nos jornais das cidades e em outros documentos remetem a um sacerdote que se dedicou ao serviço da caridade, que esmolou, cuidou e abrigou diversas meninas órfãs em seu colégio. A repercussão de seu falecimento permite identificar parte de uma história que hoje se transformou em memória.

A história de qualquer coisa é apenas o que podemos saber sobre esta coisa, jamais a totalidade. A lacuna é onipresente. O passado não está pronto. Ele ainda está por fazer e articular-se no presente, ou melhor, na presença, onde elaboramos a memória e a transformamos em discurso (PENA, 2004, p. 23).

Mesmo com toda a memória transformada em discurso, não será possível compreender o que realmente o levou a “doar” a vida por uma Obra, pois sempre haverá a intenção da verdade e nunca a verdade. A totalidade dos fatos será impossível de ser esclarecida, cabe, então, um olhar no percurso realizado pelo Padre e não a origem ou a meta. Nada está pronto, tudo está sendo feito (PENA, 2004). Olhar para o sacerdote com as lentes ampliadas em seus documentos e egodocumentos permitirá conhecer, mesmo que superficialmente, sua vida, seus amigos, seus anseios, seus percursos entre tantas outras coisas que o historiador consegue evidenciar ao

¹⁶ Biblioteca Nacional, *Gazeta de Notícias*, 1881, Ed. 99, Ano VII, p.1.

¹⁷ Biblioteca Nacional, *Jornal Correio Paulistano*, 1881. Ed. 7371, Ano XXVIII, p. 2.

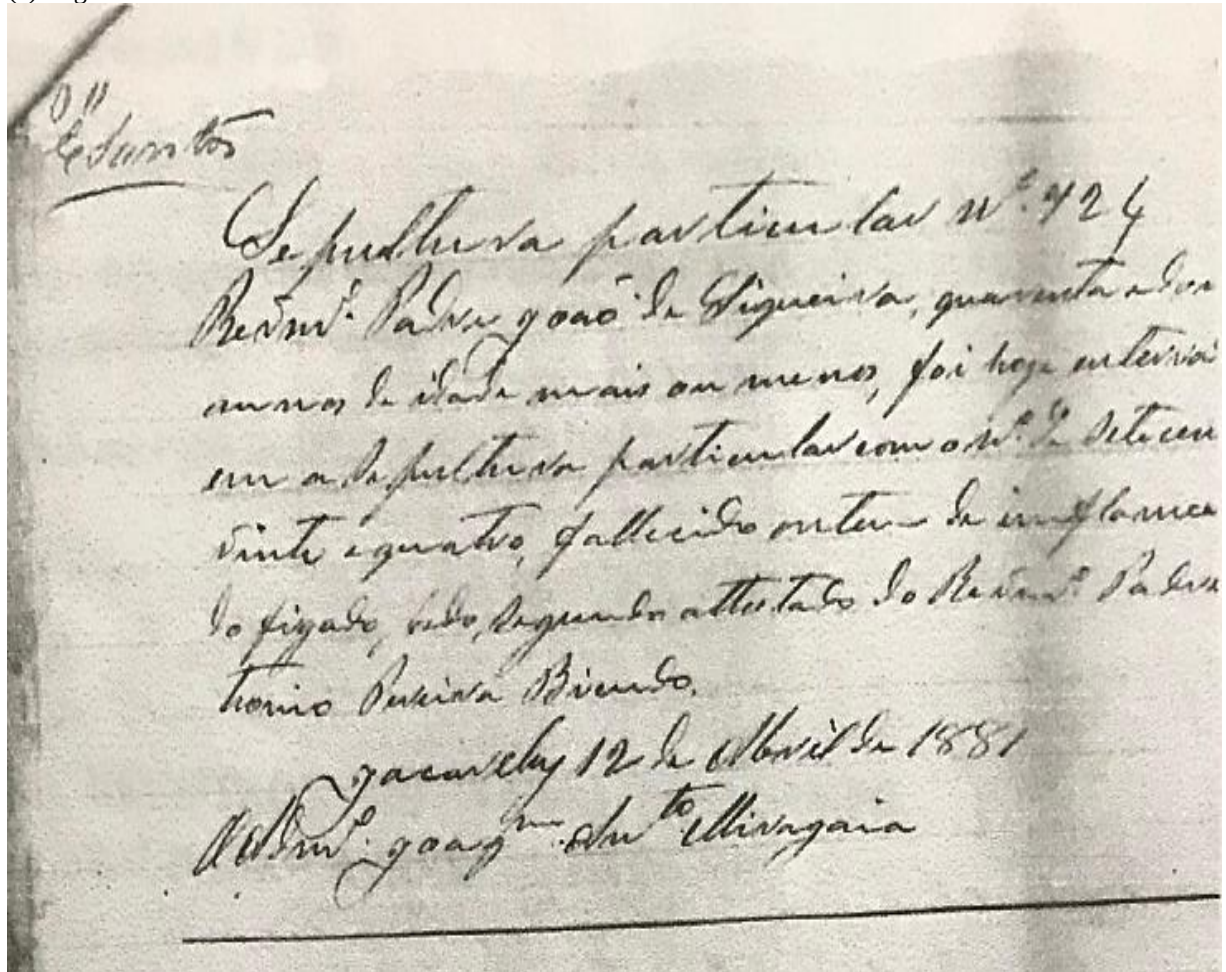
¹⁸ Biblioteca Nacional. *Jornal O Apóstolo*, 1881, Ed. 41, p2.

problematizar cada documento. Um simples documento histórico quando problematizado vira fonte histórica (CUNHA, 2015)

Seu sepultamento ocorreu aos 10 dias do mês abril do ano 1881, conforme consta no registro do cemitério¹⁹ Campo da Saudade – Avareí – Jacareí/ SP (Figura 18). O sacerdote faleceu, na cidade de São José dos Campos, dez anos após ver concretizada a sua Obra para a educação da pobreza.

Figura 18 - Registro no cemitério de Campo da Saudade – Jacareí/SP²⁰.

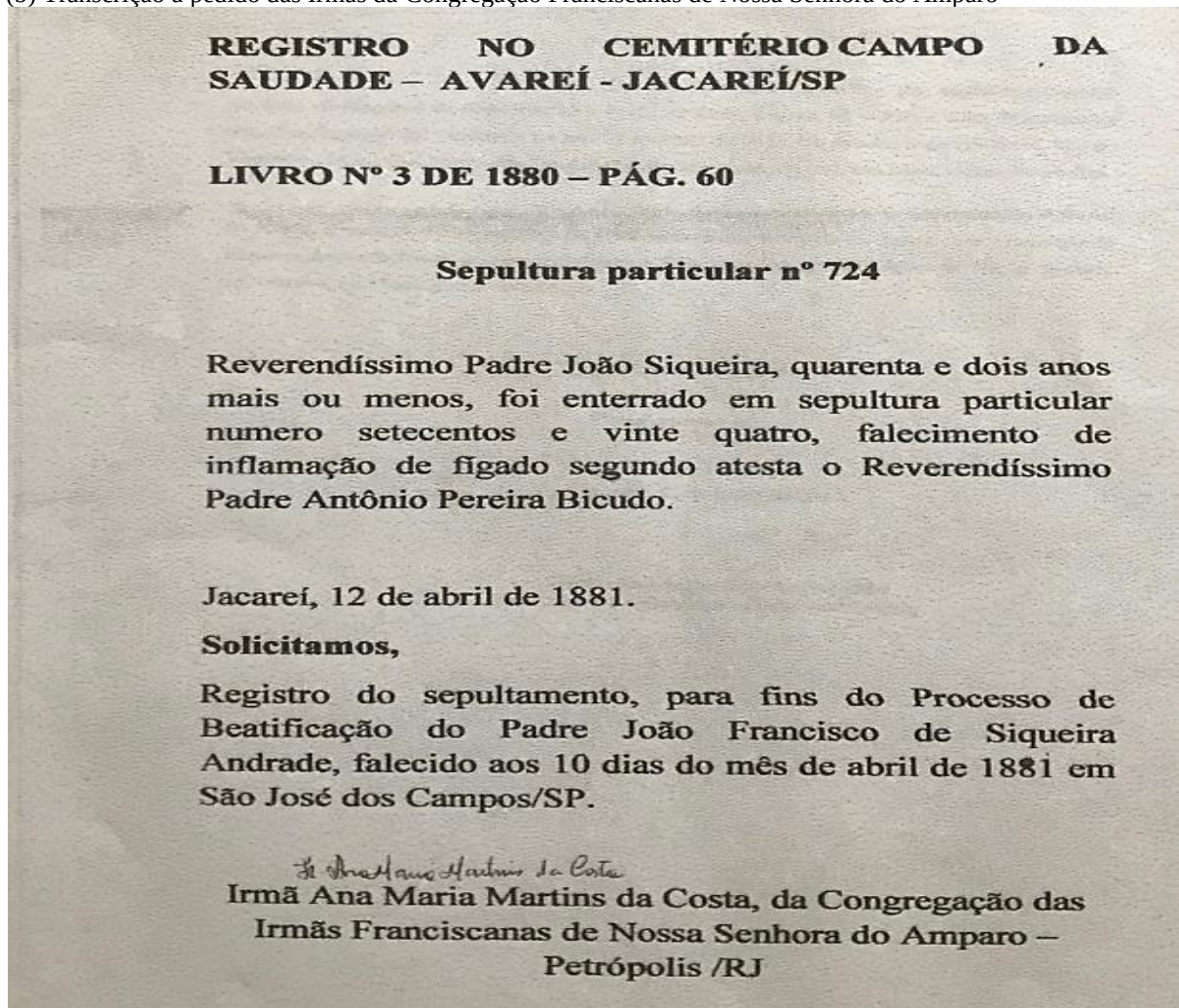
(a) Registro no livro do cemitério



¹⁹ Este documento foi solicitado pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo para o processo de canonização do padre Siqueira.

²⁰ O texto correspondente à Figura 18 é (a): Sepultura particular n.º 724. Reverendo padre João de Siqueira, quarenta e dois anos de idade mais ou menos, foi hoje enterrado em uma sepultura particular com o n.º setecentos e vinte e quatro, falecido ontem de inflamação no fígado segundo atestado do Reverendo padre Antônio Pereira Bicudo. Jacareí 12 de abril de 1881. Ilmo Srº João Antonio Minaguaia. (b) Registro no Cemitério Campo da Saudade – Avareí – Jacareí/SP. Livro n.º 3 de 1880 – Pág. 60. Sepultura particular n.º 724. Reverendíssimo Padre João Siqueira, quarenta e dois anos mais ou menos, foi enterrado em sepultura particular numero setecentos e vinte e quatro, falecimento de inflamação de fígado segundo atesta o Reverendíssimo Padre Antônio Pereira Bicudo. Jacareí, 12 de abril de 1881. Solicitamos, Registro do sepultamento, para fins do Processo de Beatificação do Padre João Francisco de Siqueira Andrade, falecido aos 10 dias do mês de abril de 1881 em São José dos Campos/SP. Irmã Ana Maria Martins da Costa, da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo – Petrópolis/RJ.

(b) Transcrição a pedido das Irmãs da Congregação Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 2021.

Ao olhar as informações e as muitas possibilidades de pesquisa contidas nos chamados registros dos eventos vitais elaborados e conservados pela Igreja (BASSANEZI, 2009), é possível identificar que o sacerdote foi enterrado em uma sepultura particular numerada, possivelmente de sua família, por ser em sua terra natal Jacareí. O local, a data e a causa de sua morte foram confirmados: Falece no dia 10 de abril de 1881 em São José dos Campos, por inflamação no fígado (REGISTRO DO CEMITÉRIO, 1881). Quem atestou o documento foi o reverendo padre Antônio Pereira Bicudo e o escrivão, o senhor João Antonio Minaguaia. As fontes vitais permitem ao historiador a interpretação de variados dados. Dessa forma:

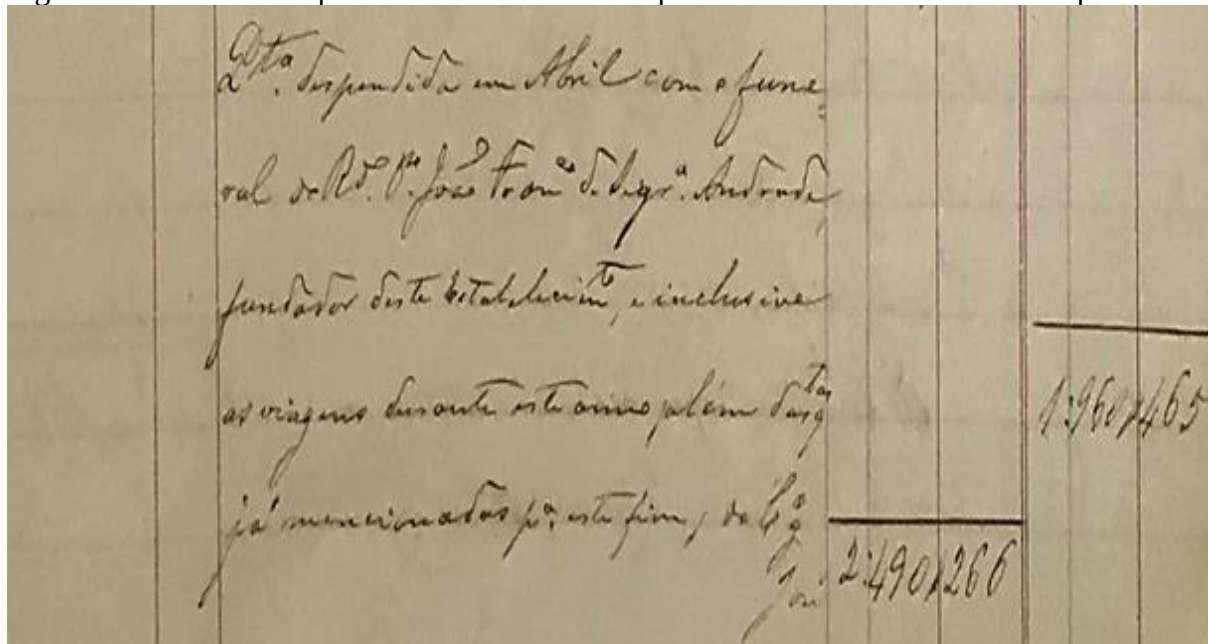
No que diz respeito à causa da morte, muitas vezes aparecem termos muito difíceis de serem classificados pelos historiadores, pois são imprecisos ou indicam apenas sintomas, tais como “febres” ou “dores”. A imprecisão do diagnóstico devia-se muitas vezes ao pouco ou nenhum conhecimento que o pároco ou familiar possuía sobre o assunto. Para se aprofundar no tema e compreender os nomes dados às “doenças” e demais causas *mortis* [...], os historiadores recorrem a antigos dicionários, dicionários médicos especializados, a teses de Medicina do passado ou a especialistas na área.

Cruzando as informações, conseguem obter muitos dados sobre as condições de saúde e a mortalidade no período estudado. (BASSANEZI, 2009, p. 154)²¹.

Em seu velório, se encontrava uma multidão composta de todas as classes sociais, desde a alta nobreza até a baixa esfera da pobreza. Para todo o povo ele foi o apóstolo da caridade, um humilde, esforçado e infatigável evangelizador que conviveu com ricos e pobres. Em seus diários de viagens, por várias vezes aparecem relatos de que dormiu em fazendas com os barões, as baronesas, os viscondes e as viscondessas²². Pedia esmolas e levava para a construção um edifício que perpetuará sua memória.

As custas do velório foram descritas pelo cônego José Bento de Andrade²³ no livro de despesas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, assim como todas as outras que fazia durante suas viagens e ou qualquer outro gasto (Figura 19).

Figura 19 - Livro de despesas do ano de 1881. Despesas com o funeral do Padre Siqueira²⁴.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1881.

²¹ Em princípio, toda a população pode ser recuperada através desses registros. Por isso, os livros que os contêm são considerados fontes democráticas. Mesmo que, para determinados momentos e locais, uma parcela dos nascimentos, das uniões conjugais e dos óbitos, por algum motivo, não tenha sido anotada, esses livros incluem de fato todos os setores da sociedade. Homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, nacionais e estrangeiros, filhos legítimos e ilegítimos/naturais, crianças expostas ou enjeitadas e também escravos e libertos (antes de 1888) tiveram (e têm) os seus eventos vitais registrados. (BASSANEZI, 2009, p. 142).

²² Relato dos diários de viagens (1875): “Celebrei na casa do senhor Comendador José de Souza Breves. Pernoitei na casa do amigo Senhor João Guedes. Estive na casa da senhora Viscondessa do Rio Novo e na casa da Baronesa de Entre Rios”.

²³ Cônego José Bento de Andrade, irmão do padre Siqueira.

²⁴ Outra despesa realizada em abril com o funeral do Revdo. Pe. João Francisco de Siqueira Andrade fundador deste Estabelecimento, e inclusive as viagens durante este ano, além de tantas já mencionadas para este fim, do Cônego José. 1:960,465; 2.490,266.

O Padre teve uma curta travessia nesta terra, pois somente viveu até os 42 anos (mais ou menos – conforme o registro vital), sem perder seu propósito, seu ideal, de tirar da pobreza a infância desvalida. Sua saúde foi bastante precária, em seus diários de viagens, comentou sobre cansaço e algumas dores.

O cruzamento das informações de seus documentos, tanto no atestado de óbito quanto nas receitas dos médicos, proporcionam um olhar atento do historiador acerca dos fatos narrados até o momento. Um olhar microscópico (GINZBURG, 1989) sobre esses documentos possibilitaram decifrar que o sacerdote durante anos tomou remédios para essa inflamação do fígado, doença que oficialmente o levou a morte, conforme pode ser observado em seu atestado de óbito.

Entre prontuários médicos, e/ou receitas, foram encontradas mais de sessenta, com datas que variam entre 1869 até 1881. Entre tantos remédios como licor ardenicol, vinho ferreginoso, xarope de genciana e muitas, muitas, pastilhas. Conforme pode ser visto na Figura 20, serão analisadas três receitas das tantas guardadas em seu arquivo na Sala-Museu.

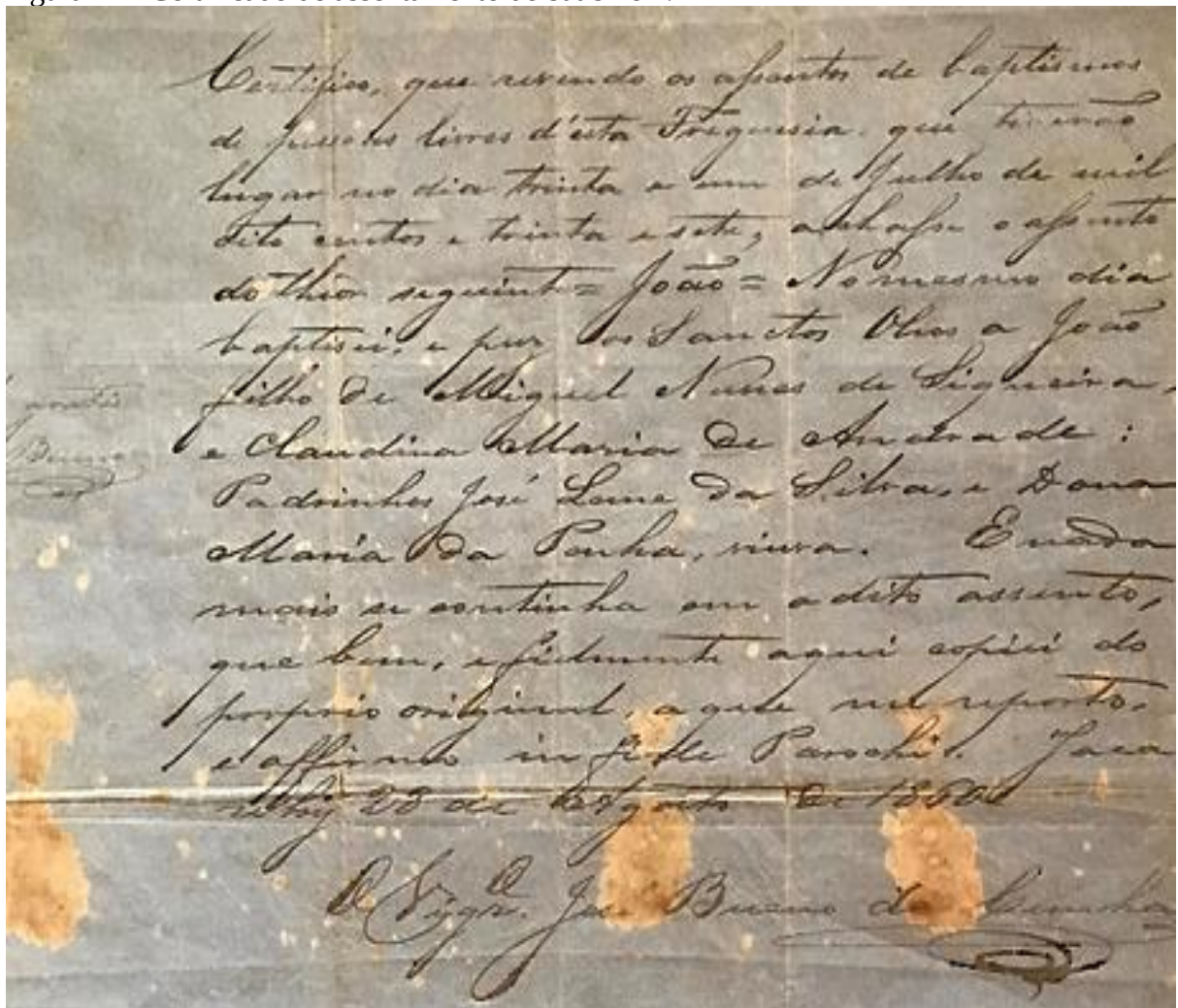
Figura 20 - Receita e receituário de remédio²⁵.

(a) Receita



²⁵ O texto correspondente à Figura 20 é (a): “O Reverendíssimo Sr. Padre Cequeira Comprou Petrópolis, 20 de novembro de 1869. 1 vidro de Ana Cauhita de Kemp. 24 1 caixa de Pastilhas de Borthé. O mesmo de Pastilhas de Jujubos. 1870 Fevereiro 2 32 pastilhas de tolu. 1 vidro de assucar candi. 40 pastilhas de jujubos. 18 20 pastilhas de jujubos. 1 vidro de Agoa de flor de caranja. Abril 20 3 vidros de fígado de bacalhau. 2 vidros de peitoral de anacauhita. 40 740. Recebem Petrópolis, 29/04/1870”. O texto correspondente a Figura (b) é: “Para o Rve. Sr. João de Siqueira nº 7574, Uso Interno. R. Licôr de aedenicol de Foioleir – 01 oitava. Vinho ferreginoso. Xarope de genciana. [ão bancos]. Inº e Mº para tomar 3 colheres de sopa ao dia. Vinho de [quenina] de laborraeque. Dº de cabembo e Dº absynthio [ão bancos]. Iv. e mº para tomar ½ colix meia hora antes das duas principais refeições diárias obrº 5/73”. O texto correspondente a Figura (c) é: “Para a casa do Senhor Padre J. de Siqueira. Uso int: Cozimento de cevada – 1 bj. Clhorato de potassa – 40 grãos – xl de belladana – 1 onça; mº para tomar um cálix de hora a hora. Ext: Cozimento de cevada – 1 bj. Chlorato de potassa – 1 oitava. Mº para buchehcar – 1g. 11-5-71”.

Figura 22 - Certificado de assentamento de batismo²⁸.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1837.

Para Bassanezi (2009), os registros de batismo, casamento e óbito da Igreja formam o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e do estado das populações modernas e tradição cristã. Seu certificado de batismo, manuscrito lavrado aos vinte e oito de agosto de 1860 pelo vigário José Bueno da Cunha, traz em sua introdução a palavra “certifico”, que confirma, que atesta ou que corrobora com alguma coisa. Portanto, certificar que alguém recebeu determinada coisa, implica numa ordem de caráter verdadeiro, sendo assim, esse documento com muitas marcas temporais, esclarece também que padre Siqueira, João²⁹, foi batizado e crismado³⁰ no mesmo dia.

²⁸ O texto correspondente à Figura 22 é: “Certifico que revendo os assentos de baptismo de pessoas livres d’esta Freguesia, que tiveram lugar no dia trinta e um de julho de mil oitocentos e trinta e sete, acha-se o assento do theor seguinte = João = No mesmo dia baptisei, e pus os Santos Óleos a João filho de Miguel Nunes de Siqueira e Claudina Maria de Andrade: Padrinhos: José Leme da Silva e Dona Maria da Penha. Viúva. E nada mais se continha em o dito assento, que bem e fielmente aqui copiei do próprio original, a que me reporto e afirmo in fide Parochi. Jacaray, 28 de agosto de 1860. O Vigário José Bueno da Cunha”.

²⁹ No caso brasileiro, geralmente o batizando aparece registrado só com o prenome (BASSANEZI, 2009, p. 149).

³⁰ Santos Óleos.

O batismo nessa época não se relacionava apenas à fé religiosa. As epidemias ocorridas no Brasil oitocentista alarmavam profundamente a população, e as crianças, talvez por serem mais frágeis, tornavam-se os grandes alvos das moléstias (AGUIAR, 2015). Para combater a variedade de malignidades a que ficavam expostos os “meúdos”, buscava-se a proteção divina, prática muito difundida no Brasil desde os tempos coloniais. Muitos acreditavam que a criança batizada estaria menos propensa à morte precoce e, mesmo assim, se o pior acontecesse, o melhor seria morrer como cristão. Talvez seus pais, conforme consta no registro de batismo, Miguel Nunes de Siqueira e Claudina Maria de Andrade, tivessem essa preocupação. Bassanezi (2009, p. 143) aponta que “por ser tratar de fonte nominativa (documentos que trazem nomes de pessoas), esses registros se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas”.

Seus irmãos eram Ana Claudia de Andrade, Daniel de Siqueira Andrade, Francisco de Siqueira Andrade, Narciso Antunes de Siqueira, Maria da Penha, Manoel Joaquim de Andrade Sobrinho, José Bento de Andrade, o primogênito. Narciso, um dos irmãos do Padre, foi o genitor de irmã Francisca Narcisa Pia, a “mamãezinha”, que mais tarde, foi coadjutora na fundação de sua Escola em Petrópolis. Por ser de família de posses, o padre Siqueira foi cercado por diversos cuidados, os quais pertenciam somente à elite. Os inúmeros livros adquiridos ao longo de sua vida, totalizando mais de 1.000 volumes de Obras, foram em grande parte comprados pela família que sempre o incentivou às boas leituras³¹. Suas brincadeiras eram comuns a todas as crianças da mesma faixa etária, fazia lições diárias e momentos de oração em família – muitas vezes sua própria mãe tomava sua lição³². O destaque intelectual sempre fez parte do seu dia a dia, principalmente nas lições com o catecismo, assim, com apenas 20 anos, em agosto de 1857 decidiu estudar mais sobre Cristo e a Igreja. Entrou para o Seminário Episcopal de São Paulo, onde permaneceu por sete anos, saindo em maio de 1864 direto para o Seminário Episcopal de Porto Alegre com cartas Demissórias³³ expedidas em seu favor pelo Bispo de São Paulo, d. Sebastião Pinto do Rego.

A vida de seminarista foi fundada em estudos, três anos dedicados à filosofia e quatro à teologia. No curso de filosofia do Seminário, estudou:

Lógica, crítica, ontologia, teodiceia e cosmologia, psicologia e ética, história da filosofia, questões de biologia e antropologia, questões de física e química, apologética científica, hebraico, grego bíblico, psicologia experimental, sociologia e economia política, literatura, pedagogia, arte sacra e arqueologia, pedagogia catequética, história das religiões, canto gregoriano e liturgia prática. (SEMINÁRIO DO BRASIL, 1955).

³¹ Livros doados para a congregação em seu testamento. Esses livros se perderam ao longo dos anos.

³² Fato comum às crianças de família abastadas da época.

³³ Carta de recomendação expedida por um bispo em favor de um clérigo, para ordenação em outra diocese. Tradução do Latim da Carta Demissória feita por Frei Alberto Beckhauser, OFM, 24 de abril de 2013. Sala-Museu EDNSA, OS 1 A.02.06 e A.02.07.

Depois, no curso de teologia, cumpriu as seguintes disciplinas:

Teologia fundamental, teologia dogmática, sagrada escritura, teologia moral, direito canônico, direito público eclesiástico, história eclesiástica, liturgia, ascética e mística, teologia pastoral e rubricas, medicina pastoral, catequética, ação católica, eloquência sagrada, escrituração paroquial, canto gregoriano, teologia fundamental, teologia dogmática, introdução à sagrada escritura, exegese do antigo testamento, exegese do novo testamento, teologia moral, direito público eclesiástico, direito canônico, história eclesiástica, patrologia, liturgia e rubricas, ascética e mística, explicação dos salmos, teologia pastoral, catequética, ação católica, medicina pastoral, escrituração paroquial e contabilidade, canto gregoriano e música sacra e eloquência sagrada. (SEMINÁRIO DO BRASIL, 1955).

Além de cursar as disciplinas citadas e inúmeras aulas o sacerdote também tinha uma vida regrada de oração, durante o dia rezava as orações em comum, orações mentais, atendia à missa cotidiana e à confissão com comunhão mensal, além de prestar serviços de seminaristas na Catedral (FREITAS, 1979, p. 188). Outra prescrição nos estatutos dos seminários era o hábito de falar em público (CONCÍLIO DE TRENTO, Sessão XXIII, Cap. 18), um hábito que foi executado pelo padre Siqueira, basta ver nas inúmeras homilias, além de muito bem escritas, mantinha a atenção de todos durante horas.

Permanecendo na província fronteira de São Pedro do Rio Grande do Sul, ordenou-se sacerdote em 08 de dezembro de 1864, pelas mãos congratulatórias do Bispo d. Sebastião Dias Laranjeiras.

Ao assumir os graus sacramentais, chegava ao ministério sacerdotal, tornando-se uma espécie de outro Cristo, representando-o no púlpito, no altar e no confessionário. O sacramento da ordem, recebido pela imposição das mãos do bispo, consagrar a hóstia e ministrar outros sacramentos. Assim, o caráter recebido durante a ordenação dura para sempre na alma. (DEL PRIORE; AMANTINO, 2013).

A ordenação dos padres era entendida pela Igreja como um sacramento que imprime caráter, uma identidade irrevogável e um poder permanente (DEL PRIORE; AMANTINO, 2013, p. 51). Eles deveriam ser reconhecidos por roupas diferentes, ou seja, pela tradicional batina³⁴, pela postura e pelo comportamento. Muitos estavam integrados às fazendas, dançavam e tocavam violas nas festas familiares. Ainda para Del Priore e Amantino (2013), “[...] aderiam ao sistema patriarcal e chegavam a morar nas próprias casas-grandes, acomodando-se, à confortável situação de pessoas da família. Com intimidade entre os personagens da casa, atuavam como padrinho dos meninos, tio-padre, mestres de escola ou capelão”. Por estarem integrados às fazendas, muitos sacerdotes capelães davam aulas nas próprias casas. Para Vasconcelos (2005, p.12), “[...] as aulas domésticas ministradas no espaço da própria casa, por

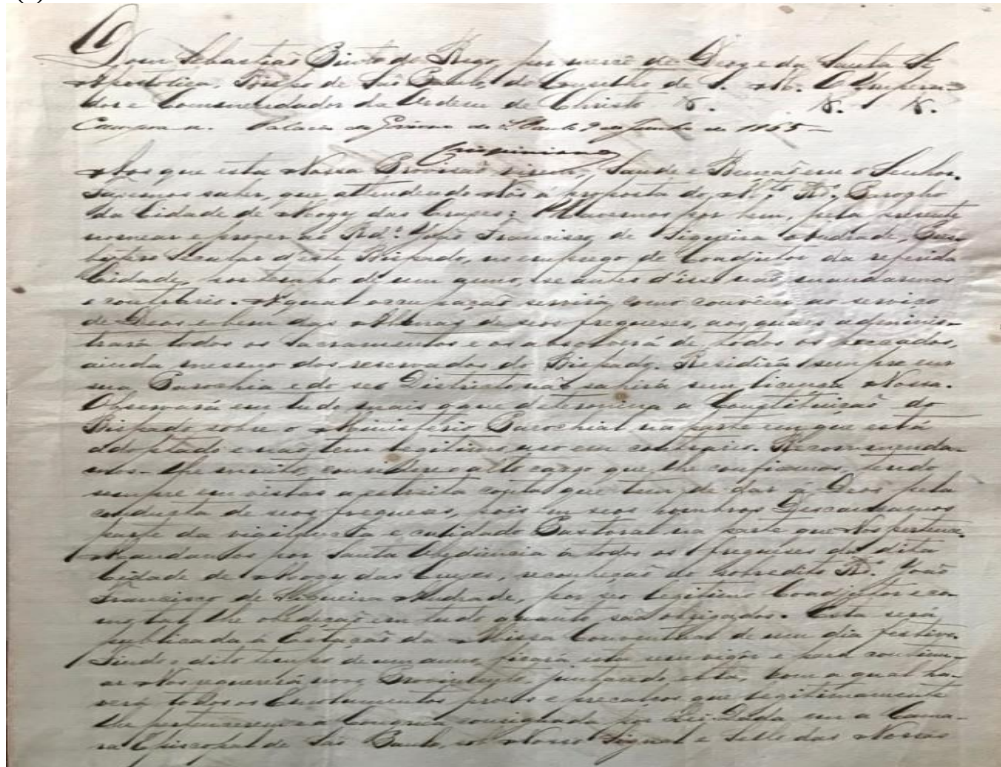
³⁴ A **batina** ou sotaina é uma roupa eclesiástica, própria dos seminaristas e clérigos (diáconos, presbíteros - padre e bispos). Tradicionalmente, possui 33 botões de alto a baixo, representando a idade de Cristo, cinco botões em cada punho, representando as cinco chagas de Cristo e sete botões no braço representando os sete Sacramentos. <https://www.dicionarioinformal.com.br/batina/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

membros da família, mãe, pai, tios, tias, avós, ou até mesmo pelo padre capelão, que não tinham custo algum e atendiam apenas às crianças daquela família ou parentela”.

Depois de ordenado em 18 de maio de 1865, padre Siqueira retorna para São Paulo, onde permanece como vigário paroquial³⁵ na cidade de Mogi das Cruzes, conforme consta em sua provisão, escrita em folhas duplas (Figura 23).

Figura 23 - Provisão na paróquia de Moggi das Cruzes³⁶.

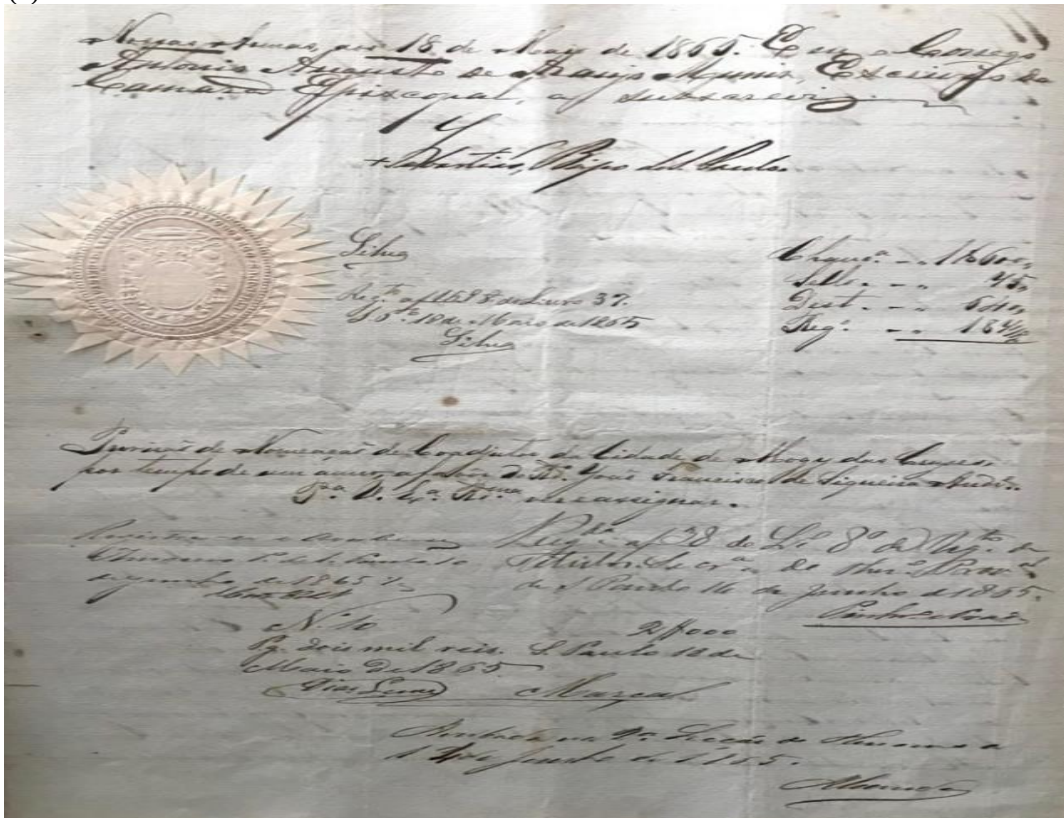
(a) Frente



³⁵ Ajudante do Sacerdote – padre coadjutor.

³⁶ O texto correspondente à Figura 23 é (a): “Dom Sebastião Pinto do Rego, por mercê de Deus e da Santa Sé Católica, Bispo de São Paulo, do conselho de S. M. Imperador e Comendador da Ordem de Cristo. Palácio do Governo de São Paulo, 09 de junho de 1865. Aos que nesta Nossa Provisão virem, Saúde e Benção em Senhor. Fazemos saber, que atendendo nós à proposta do Mtº Rdº Pároco da Cidade de Mogy das Cruzes: havemos por bem, pela presente nomear e prover o Rdº João Francisco de Siqueira Andrade, presbítero secular d’este bispado, no emprego de coadjutor da referida cidade, por tempo de um ano, se antes d’isso não se mandarem o contrário. A qual ocupação servirá como convém ao serviço de Deus e bem das almas de seus fregueses aos quais administrará todos os sacramentos e absorverá de todos os pecados, ainda mesmo dos reservados do Bispado. Residirá sempre em sua paróquia e do seu distrito não saíra sem licença nossa. Observará em tudo mais o que determina a Constituição do Bispado sobre o Ministério Parochial na parte em que está adotado e não tem legitimo uso em contrário. Recomendamos-lhe muito, considere o alto cargo que tem de dar a Deus pela conduta de seus fregueses, pois em seus hombros descansamos parte da vigilância e cuidado pastoral na parte que nos pertence. Mandamos por santa obediência à todos os fregueses da dita cidade de Moggy da Cruzes, reconheção ao sobredito Rdº João Francisco de Siqueira Andrade, por legítimo coadjutor e como tal lhe obedeção em tudo quanto são obrigados. Está será publicada à Estação da Missa conventual de um dia festivo. Findo o dito tempo de um ano, ficará este sem vigor e para continuar nos requererá novo provimento, juntando esta, com a qual haverá todos os emolumentos, proes e percalços que legitimamente lhe pertencem e a Côngua consignada por Lei. Dada em a Câmara Episcopal de São Paulo, sob nosso signal e sello das nossas [...]”. O texto correspondente a Figura (b) é: “[...] armas, aos 18 de maio de 1865. E eu, o Cônego Antônio Augusto de Araújo Muniz, escrivão da câmara Episcopal a subscrevi. + Sebastião. Bispo de São Paulo. Previsão de Nomeação de Coadjutor de Moggy das Cruzes por tempo de um ano a João Francisco de Siqueira Andrade. Bº dº Eº Aº Laranjeira.

(b) Verso



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1865.

Padre Siqueira não optou pela vida tranquila de sacerdote em uma paróquia ou capelania, mas não poderia imaginar que sua vida mudaria completamente em menos de um ano. Com apenas um mês na dita paróquia, é nomeado para a guerra do Paraguai³⁷, no dia 22 de junho, conforme evidenciado na notícia do *Jornal Correio Paulistano*³⁸ do ano de 1865 (Figura 24). Assim, deixa tudo e vai para a guerra.

Figura 24 - Nomeação para a guerra do Paraguai³⁹.

—Ao exm. Bispo.—Julgo de meu dever dar conhecimento a v. exc. que por portaria desta data nomeei o padre João Francisco de Siqueira Andrade, capelão alferes de comissão para o 7.º corpo de voluntários desta província.

Fonte: *Jornal Correio Paulistano*, 22. jul. 1865.

³⁷ A guerra seria mais longa e desgastante do que se previa de 1864 a 1870. No início dos combates, o Exército brasileiro era pequeno e mal organizado. Suas tropas somavam 18 mil homens contra um contingente paraguaio de 64 mil soldados, reforçado por uma retaguarda de veteranos calculada em 28 mil reservistas. O cenário desfavorável mudou graças a uma aliança até então considerada improvável, reunindo rivais históricos – Brasil, Argentina e Uruguai – conta o inimigo comum. (GOMES, 2014).

³⁸ Biblioteca Nacional, *jornal Correio Paulistano*, 1865, Ed. 2731, Ano XII, p.1.

³⁹ O texto correspondente é à Figura 24 é: “Ao Exm. Bispo – Julgo de meu dever dar conhecimento a v. exc. Que, por portaria desta data, nomeei o padre João Francisco de Siqueira Andrade, capelão Alferes de comissão para o 7º corpo de voluntário desta província. 22 de julho de 1865.”

Pelo decreto nº 3.317 de 7 de janeiro de 1865⁴⁰, em que o Governo Imperial apelava para a voluntariedade dos brasileiros, para o brio do povo, criavam-se corpos militares com a denominação de Voluntários da Pátria. Também a guerra trouxe consequências profundas na vida do povo, altas mortalidades, muitas doenças, e muitas crianças órfãs, assim como também muitas mulheres viúvas. As fadigas, o imenso cansaço e a tristeza da guerra levaram padre Siqueira a repensar o que seria dessas famílias que perderam seus entes queridos e como seriam educadas as filhas desses bravos guerreiros que deram sua vida pela pátria.

Retorna para sua terra natal após a guerra, no dia 18 de novembro de 1865. Além de impulsionar as inquietações do seu coração, a guerra também lhe trouxe a tuberculose⁴¹. Em 19 de março de 1866, assume a paróquia de São José do Paraíba – SP⁴², conforme consta em sua provisão que contém quatro páginas, frente e verso, com uma introdução sobre o assunto na primeira página e com o selo na última (Figura 25)⁴³..

⁴⁰ Fonte: Biblioteca Nacional, jornal Diário de São Paulo, 1865, Ed. 528, ano II, ps. 1 e 2.

⁴¹ Relato oral da Irmã Neli dos Santo Deus.

⁴² Atual São José dos Campos/SP.

⁴³ O texto correspondente à Figura 25 é (a): “Provisão de Coadjutor da Paróquia de São José da Paraíba. Dom Sebastião Pinto do Rego, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo d’esta Santa Igreja de São Paulo, do Conselho de Sua Majestade o Imperador Comendador da Ordem de Cristo. Cumpra-se: Palº do Govº de S. Paulo, 1º de junho de 1866. Aos que esta nossa provisão saúde e benção em o Senhor. Fazemos saber que atendendo nós ao que por sua Petição representou o Rdº João Francisco de Siqueira Andrade, Presbytero Secular d’este bispado: Havemos por bem, pelo presente nomea-lo e prove-lo no emprego de Coadjutor da Parochia de São José do Parayba d’esta Diocese e Província, que se acha vago pela nomeação do Rdº Amaro Severino de Gouvêa para o emprego de Vigário Encomendado da Parochia de Boqueira, por tempo de um ano, se antes d’isso não mandarmos o contrário. A qual ocupação servirá como convém ao serviço de Deus e bem das almas de seus fregueses aos quais administrará todos os sacramentos e os absorverá de todos os pecados ainda mesmo dos reservados do Bispado. Residirá sempre em sua Parochia e do seu Distrito não sahirá sem licença nossa. Observará em tudo mais o que determina a Constituição do Bispado sobre o Ministério Parochial na parte em que está adoptado e não tem legítimo uso contrário. Recomendamos-lhe muito, considere o alto cargo que lhe confiamos tendo sempre em vista a estreita conta que tem de dar a Deus pela conduta de seus fregueses...” Sequencia do texto correspondente a Figura (b) é: pois em seus hombros descansamos parte da vigilância e cuidado Pastoral na parte que nos pertence. Mandamos por Santa Obdiência a todos os fregueses da referida Igreja de São José de Parahyba, reconheçam ao sobredito Rdº João Francisco de Siqueira Andrade por seo Coadjutor e como tal lhe obedeção em tudo quanto são obrigados. Esta será publicada à estação da Missa Conventual de um dia festivo, a fim de que chegue ao conhecimento de todos. Findo o dito tempo de um ano, ficará esta sem vigor e para continuar nos requererá novo provimento, juntando esta com a qual haverá todos os emolumentos, proes e percalços que legitimamente lhe pertencem e a Côngrua consignada por Lei. Dada na Câmara Episcopal d’esta imperial cidade de São Paulo, sob Nosso signal e Sello de nossas Armas, aos 11 de maio de 1866. E eu o Cônego Antônio Augusto de Araújo Munis, escrivão da Câmara Episcopal a subscrevi. + Sebastião, Bispo de São Paulo.”

Para Koselleck (2014, p. 288), “a decisão sobre a admissibilidade de justificativas diz respeito não só às fontes disponíveis, mas em primeiro lugar às hipóteses, que desemudecem as fontes”. Diante disso, o historiador, confronta suas fontes, as interpreta e cria o seu discurso, dando vida ao ato da escrita que não se encerra em si (BARTHES, 1973). Assim, ao ter em mãos as fontes guardadas, o historiador tem condições de reconfigurar o passado (CUNHA, 2019) e, através de documentos sensíveis – como é o caso de uma provisão, onde se determina o lugar em que a pessoa irá ficar –, reconstruir os contornos, contradições e dilemas de toda a existência de um personagem, desde o seu nascimento (AVELAR; SCHMIDT, 2018).

Na provisão⁴⁴ do padre Siqueira, constava que o sacerdote deveria permanecer na paróquia por um ano e que somente sairia com a autorização do bispo. Ao confrontar esse documento com seu diário de viagens, e problematizá-los mediante um ato significativo de interpretação (CUNHA, 2019), foi possível descobrir o quanto padre Siqueira cumpre a ordem do bispo, porém, já tinha a ideia de fundar um estabelecimento. “Tomei conta de uma Igreja como vigário, onde estive por um ano exato. Durante esse tempo, nutri esperanças de criar um estabelecimento” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1866).

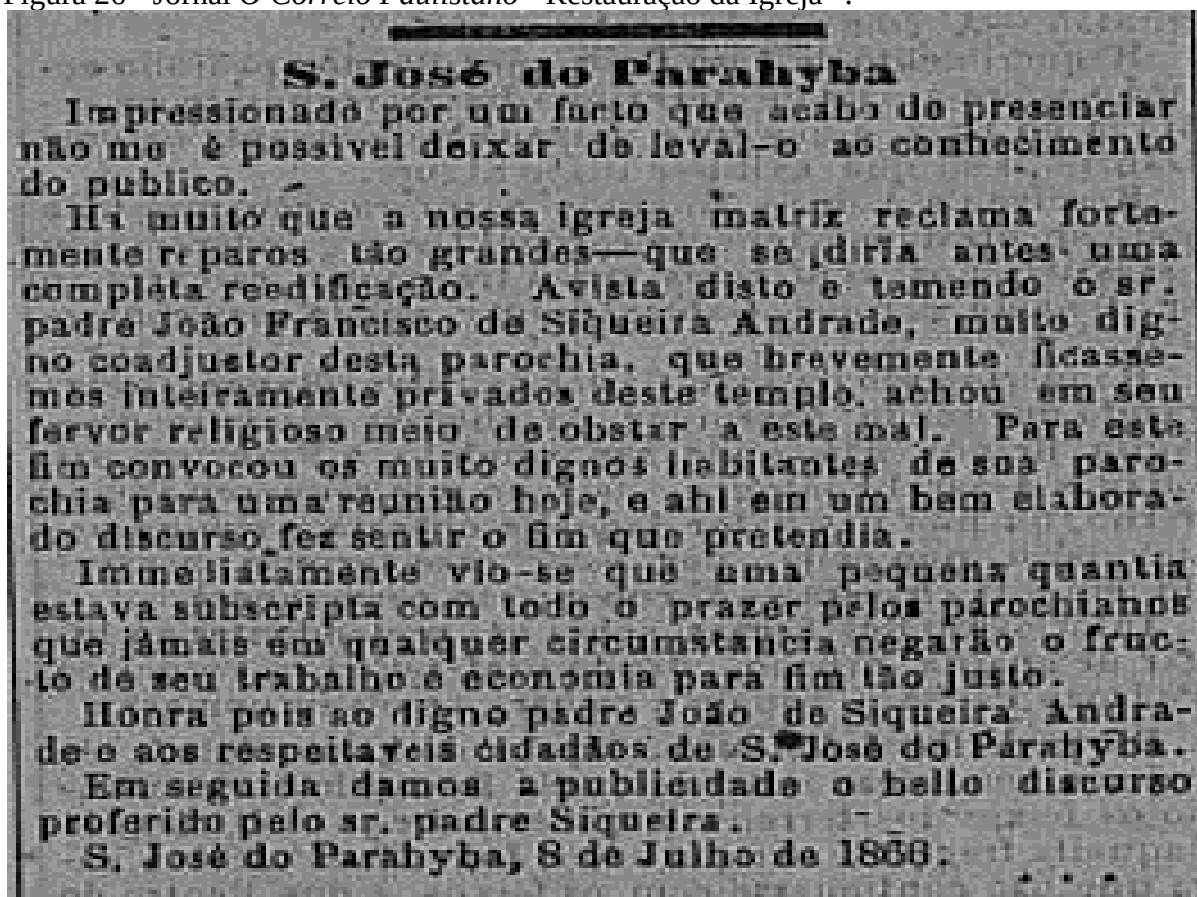
No ano de 1867, o Padre toma uma decisão muito importante, deixa a dita paróquia, que estava com “muitas obras, com o padre Godoy” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1867), grande amigo e inicia sua peregrinação. Segundo Carneiro, (2018, p. 37), “as transações são situações nas quais os indivíduos são forçados a tomar decisões, revelando as incertezas que prevalecem em toda a relação social.”

Conforme a notícia de jornal exibida na Figura 26, padre Siqueira apresenta para seus paroquianos o fruto de seu trabalho e economias para as obras da paróquia. Essa era uma de suas principais características, apresentar sempre o que obtinha de dinheiro e o quanto gastava como se pode constatar em registros de vários documentos e nos seus relatos de viagens. Um deles é o anúncio no *Jornal Correio Paulistano*.⁴⁵ O mesmo jornal ainda discorre sobre o discurso realizado por ele para a restauração da Igreja de São José – SP, em que se evidencia que, muito em breve, suas inúmeras ocupações não permitiriam mais que ele fosse tão extenso em seus discursos. Naquele momento, o sacerdote já começa a encarar o conflito entre ser padre e construir um edifício, uma Escola – a sua Obra. Padre Siqueira dá sinais de que as famílias devem ser solidárias e conclui seu texto afirmando que a caridade praticada ocupará um lugar digno na história. Ou seja, a decisão já estava tomada.

⁴⁴ Documento que nomeia um sacerdote para uma paróquia ou para qualquer outra função.

⁴⁵ Biblioteca Nacional: *Jornal Correio Paulistano*, 1866, Ed. 3054, Ano XIII, p. 2.

Figura 26 - Jornal *O Correio Paulistano* - Restauração da Igreja⁴⁶.



Fonte: Biblioteca Nacional, 2021.

Após a publicação do texto, parte para “Minas em companhia do desembargador João Monteiro de Barros outro grande amigo e sua família em vinte e cinco de junho de 1867” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1867). Permanecem no estado por 03 meses, nas águas medicinais, nas proximidades do Baependi. Durante esse tempo, apresentava sinais de cansaço, sua saúde estava abalada e a tuberculose começavam a se manifestar, sem falar da enorme dor de estômago que sentia. Relata: “Minha voz rouca devido à minha doença” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1867), mas estava somente no início de um longo caminho até a construção da Escola.

⁴⁶ O texto correspondente à Figura 26 é: “Impressionado por um fato que acabo de presenciar, não me é possível deixar de levá-lo ao conhecimento do público. Há muito que a nossa igreja matriz reclama fortemente reparos tão grandes – que diria antes, uma completa reedificação. A vista disto, e temendo o Sr. padre João Francisco de Siqueira Andrade, muito digno coadjutor desta paróquia, que brevemente ficássemos inteiramente privados deste templo, achou em seu fervor religioso, meio de obstar a este mal. Para este fim, convocou os mais dignos habitantes de sua paróquia para uma reunião hoje, e aí, em um bem elaborado discurso, fez sentir o fim que pretendia. Immediatamente, viu-se que uma pequena quantia estava subscrita com todo o prazer pelos paroquianos que jamais, em qualquer circunstância, negaram o fruto dos seus trabalhos e economia a fim tão justo. Honra, pois, ao digno padre João Francisco de Siqueira Andrade e aos respeitáveis cidadãos de São José de Paraíba. Em seguida, damos, à publicidade, o belo discurso proferido pelo senhor padre Siqueira. S. José do Paraíba, 8 de julho de 1866”.

O sujeito aqui começa a ser tecido numa relação entre a biografia e história que agora ganha uma discussão. Para Carneiro (2018, p. 35), “de forma complementar a esta discussão, objetiva-se apresentar parte das principais reflexões acerca do chamado desafio biográfico e dos usos possíveis da biografia na história”. Dessa forma, no ritmo da ordem do tempo (KOSELECK, 2006 e HARTOG, 1997), será necessário compreender as temporalidades e as inúmeras subjetividades do padre Siqueira descritas no diário de viagens para seguir com a escrita a história.

2.2 O diário de viagens de um sacerdote

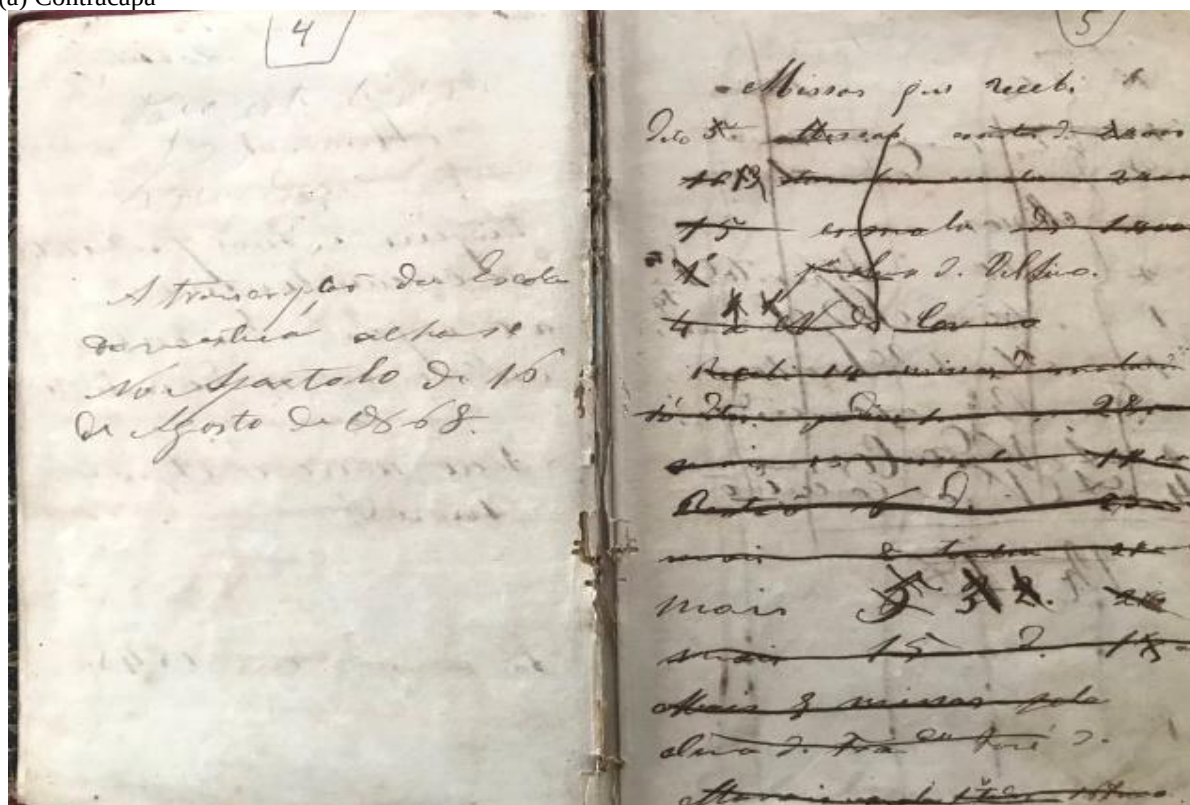
Para Avelar e Schmidt (2018, p. 10), “esgotar todos os detalhes não é suficiente para compreender a vida humana, pois esta carrega consigo uma complexidade infinita”. Entender os dilemas, os anseios e as preocupações do sacerdote, vividos no dia a dia e registrados em um diário, requer um mergulho nessa fonte também conhecida como ordinária que até agora estava dormindo silenciosa e quase escondida, até pouco tempo considerada material sem importância, e que agora quer (e pode) fazer-se ouvir (CUNHA, 2019).

Padre Siqueira escrevia suas peregrinações, detalhes dos diversos lugares por que passava, talvez escrevesse para deixar registrado o que estava fazendo, ou talvez escrevesse para aliviar a tensão que vivia, ou escrevia para manter sua escrita ativa, viva. De acordo com Ferreira (1998, p. 378 *apud* PIMENTA 2017, p. 350), “o diário representa um tempo presente contínuo acompanhando uma história de vida imprevisível e imponderável”. A escrita do diário também permite “aliviar tensões, permitir o autoexame, relatar grandes acontecimentos, exaltar qualidades e valores, estimular o aprimoramento pessoal e demonstrar capacidade de autocontrole” (FERREIRA, 1998 *apud* PIMENTA, 2017). Dessa forma, através dos registros ordinários, coloca no papel a “tinta” que escorregava de suas ideias, deixando na escrita, sonhos, práticas, projetos, desejos e várias inquietações do que via e vivia. Não se pode saber ao certo por que quis registrar sua vida, se tinha a intenção ou não de deixá-la para ser lida e interpretada, fato é que o diário se tornou uma das principais testemunhas de sua trajetória.

Para Cunha (2009), os diferentes níveis de alfabetização, expressos pelas caligrafias e tantos outros aspectos, transcendem o exato momento de sua produção e revelam as transformações históricas nas tecnologias da escrita. Essa possibilidade pode ser observada em sua caligrafia, na qual aparentemente encontravam-se aspectos de alguém “cansado”, sua letra não tomava tanta forma e por diversas vezes riscava o que escrevia conforme pode-se observar na Figura 27(a e b).

Figura 27 - Diário de Viagens do Padre Siqueira⁴⁷.

(a) Contracapa



(b) Interior do Diário



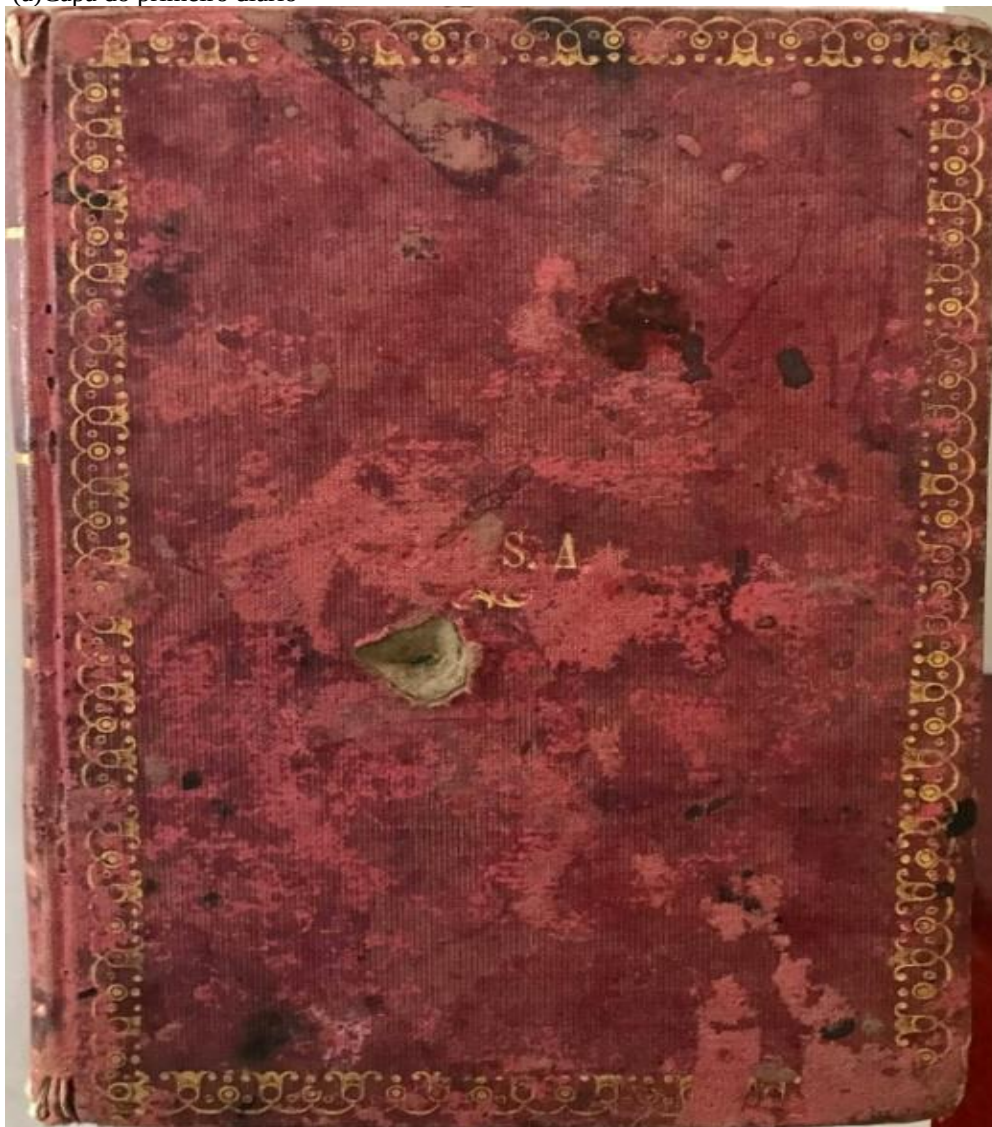
Fonte: Sala-Mseu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868.

⁴⁷ O texto correspondente à Figura 27 é (a): A transcrição da Escola Doméstica almas no apóstolo 16 de agosto de 1868. Missas que recebi. Ppto 5 terça nesta 2 - 13 - 15 esmola 2,3 1º D. Delfino 4 M- Recebi uma missa - 28 - re - mais 5, 3, 2 mais 15, 2, 18 mais 3 missas alma de J. Fracº Tere mais esmola 157000. O texto correspondente a Figura (b) é Cada uma missa é designada por um risquinho e os risquinhos [...] a missa já dita. Missas recebidas já na [...]. Esmola. Recebi para [...] e missas [...].

Durante sua trajetória de viagens, o Padre usou dois cadernos (Figura 28 a e b), para registrar a sua rotina. Suas aparências são de objetos muito manuseados, desgastados pelo tempo de uso. A primeira contém uma capa avermelhada contornada por um bordado dourado, com uma sigla S. A. ao centro e um furo que parece ter sido feito com um lápis ou com algo pontudo. Na contracapa, já aparecem datas e locais por onde ele passou. Esse primeiro caderno está datado inicialmente no ano de 1848, mas o tipo de letra que datou é completamente diferente da caligrafia do sacerdote – não há uma data de fim como a de início. Para Cunha (2009), a posse desse material coloca em evidência um desejo de ‘preservar-se em papel’ para, talvez, salvaguardar-se do esquecimento, conservar o que, quase sempre, se extravia na vertigem do tempo.

Figura 28 - Diário de viagens⁴⁸.

(a)Capa do primeiro diário



⁴⁸ O texto correspondente à Figura 28 é (a) é: S.A. (b) é: Itinerário de viagens – Padre Siqueira 1875

(b) Capa do segundo diário



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868 - 1875.

O caderno utilizado para a escrita do diário de viagens era um caderno comum à época com folhas marfim, sem linhas, hoje completamente amareladas pelo tempo, com 113 páginas, sendo que 109 foram escritas e 04 páginas, no meio do caderno estão em branco. Mignot (2005) afirma que “por estes papéis [...], juntamente com os lápis ou as canetas, deslizam sonhos, expectativas, costumes, crenças, práticas, projetos, inquietações, segredos” e isso é o que podemos ver na escrita realizada em cada página dos diários do Padre: os lugares e os dias por onde passou e o que vislumbrou.

Fato interessante no diário é que ele marca alguma data específica com “risquinhos”, o que se parece é que marcava quantas missas celebrava. A caderneta também é bastante rasurada, a impressão que se tem é que ele realmente ficava cansado e que possivelmente escrevia erradamente suas ideias. Esses são detalhes importantes para “um olhar minucioso, com lentes

de microscópio” (GINZBURG, 1989) e para “proporcionar a reflexão sobre as práticas da escrita na vida cotidiana e socializar as pesquisas sobre usos, práticas e formas de preservação da escrita.” (MIGNOT, 2005).

A segunda caderneta também contém uma capa dura, mas sua cor é azul e marfim, aparentemente uma cor encontra com a outra para formar um único desenho. Na lateral do livro há uma tira presa na posição de que está “fixando” as folhas. Sua contracapa está em branco e no centro da capa há uma etiqueta, possivelmente datada depois, pois está escrita a máquina. A primeira página escrita apresenta um termo de abertura datado no ano de 1875, a letra possivelmente é do próprio sacerdote, pois o contorno da caligrafia é o mesmo.

O tipo de caderno utilizado também era comum à época, mas este agora possui linhas azuis nas páginas marfim com o mesmo tipo de letra, bastante complicada para a leitura. Esse diário de viagens contém 100 páginas, sendo que 11 foram escritas e as demais estão em branco com o curioso fato de que a utilização para a escrita das páginas não apresenta uma sequência – o Padre escreve em 08 páginas pula 89 e volta a escrever nas demais. “Escrito ao longo dos dias, o objetivo da escrita de diários parece ser o de apresar em suas páginas o passar do tempo, ainda que de forma fragmentada e com a ausência de elaboração prévia” (CUNHA, 2007).

Nesses relatos, não são apenas apresentados seu itinerário, mas também revelam nomes de doadores para a construção da Escola. Para Pimenta (2017), os diários de viagens também podem ser considerados como fontes de escrito autorreferencial, que permitem buscar traços de como foram às representações da vida diária do sacerdote, o que sentiu, onde andou, o que presenciou, com quem conversou, o que angariou, onde ficou, entre outras informações que ajudarão, junto com outras fontes a compor, mesmo que parcialmente, sua vida e sua Obra.

Padre Siqueira tinha noção da realidade em que se encontravam as meninas pobres filhas dos soldados da guerra. Percebia que era urgente a necessidade de se fazer algo por elas, quando ainda estava no interior das províncias de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, já tinha a intenção de criar um estabelecimento para esse fim. Pensava que a educação tinha uma enorme desproporção, não via senão uma educação que, em vez de preparar condignamente as órfãs, tecia-lhes um futuro cheio de dor, dando-lhes uma educação inadequada à sua condição. Então, a orientação era de que: “educar a mulher é leval-a a compenetrar-se do seu papel providencial na família, e achal-o grande, útil, elevado, digno de saciar as mais levantadas ambições e – o que é d’uma importância capital – de pezar como uma responsabilidade tremenda no animo mais altivo” (CARVALHO, 1880, p. 11). Cada vez mais, as meninas estavam sem proteção e sem cuidados, sendo assim, pensou em uma casa de educação que pudesse mudar o rumo dessa história.

Por ter a noção do Brasil que percorria e da mais alta pobreza que via, principalmente nas menores abandonadas, o Padre inicia uma nova trajetória, na tentativa de angariar fundos para dar início ao seu sonho. Relatava em seu diário a angústia que sentia em perceber “a orfandade nas famílias desvalidas era intensa, as viúvas levando adiante de si suas filhinhas, apresentava-se às portas dos taberneiros para solicitar-lhes uma fatia de pão.” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1866). Várias eram humilhadas e insultadas na sua presença, por isso não mediu esforços para tentar ajudá-las e em um dos seus relatos em seu diário de viagens escreve que “não vou salvar toda essa porção frágil e desafortunada da humanidade; uma só infeliz que, com a graça do Senhor e proteção da Augusta Virgem do Amparo, já me será uma inexcedível consolação” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1866).

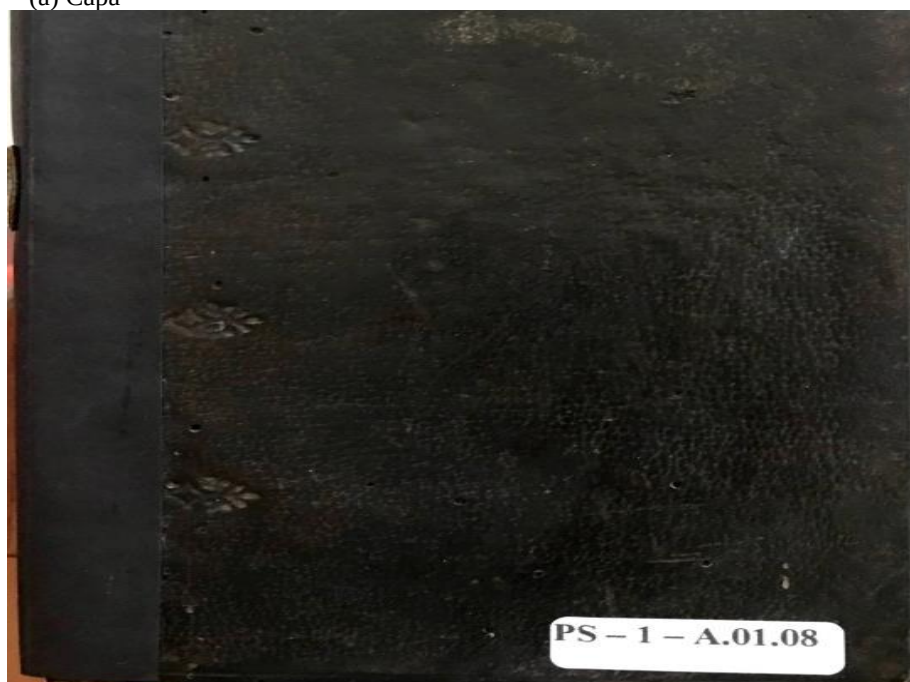
O impulso maior para essa decisão foi ver a situação da pobreza, a luta das mães e a incompreensão humana. Padre Siqueira não estava só, já havia adquirido uma imensa rede de amigos, alguns com alto poder aquisitivo e outros com boas intenções, como é o caso por exemplo do amigo Padre Godoy para quem deixou a sua paróquia. Para Del Priore (2009), o indivíduo não existe só. Ele só existe numa rede de relações sociais diversificadas e na vida de um indivíduo convergem fatos e forças sociais, assim como as ideias, representações e imaginário de um indivíduo convergem para o contexto social ao qual pertence. O convívio com pessoas completamente diferentes, tanto em relação à classe social quanto em níveis intelectuais, permitiram que o Padre usasse ainda mais todo o seu conhecimento.

Um dos seus livros mais apreciados era o seu breviário⁴⁹, que sempre carregou consigo para leituras diárias. Breviário ou liturgia das horas é um livro de orações, que os sacerdotes rezam diariamente, com as orações das laudes, ou seja, das primeiras horas, da hora média, das vésperas na parte da tarde e das completas, sempre antes de dormir. Essas orações são realizadas quatro vezes durante o dia. Com uma capa preta comum, esse “livro dos padres” era manuseado diariamente como uma prática realizada pelo sacerdote e suas páginas estão bastante “suja”, indicando a leitura constante e diária daquele trecho até “gastar” o papel. Na contracapa consta uma lista de endereços: “Rua dos Ourives, 126, Andrade e depois, Francisco José de Miranda, rua Direita, número 19, F. A. Monteiro, loja. Rua da Candelária, número 19” (BREVIÁRIO). Também fazia anotações de seu tempo de oração e colocava ali sua angústia diante de tantas necessidades: “resgatar o passado é transforma-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente” (KARNAL; TATSCH, 2009). Seu breviário estava todo escrito em latim, língua que dominava perfeitamente (Figura 29).

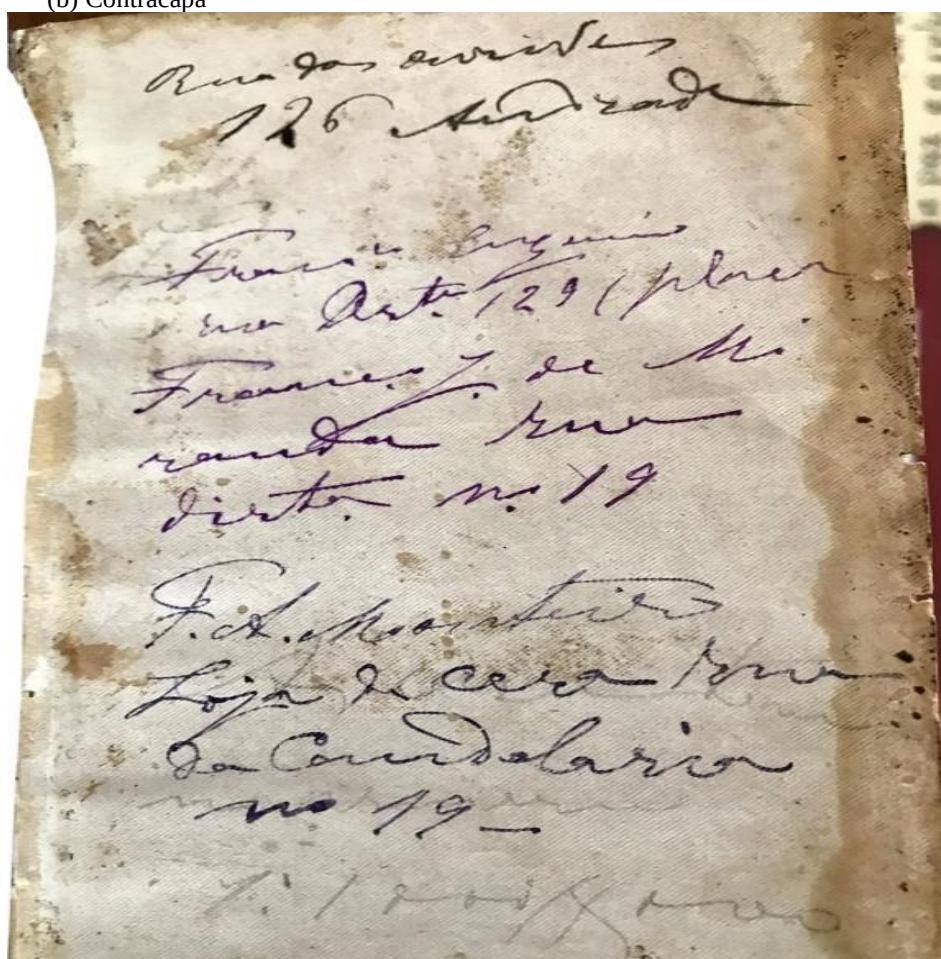
⁴⁹ Breviário: livro que reúne os ofícios que os sacerdotes católicos rezam diariamente. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/breviario/> Acesso em: 25 jul. 2020.

Figura 29 - Breviário de orações⁵⁰.

(a) Capa



(b) Contracapa



⁵⁰ O texto correspondente à Figura 29 é (b): Rua dos ouvidores 126 Anzada. Francº Buzim. Art. 129 (pher Francisco de Mi renda na direta nº19. F.A. Monteiro loja de cera na Candelária nº 19.

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868.

Compreender, na trajetória de viagens, essa rede de pessoas que lhe permitiram ter contatos políticos e afetivos é, sem dúvida, uma premissa para compreender um personagem que traz uma narrativa de vida plena de sociabilidades e conflitos. Segundo Avelar e Schmidt (2018), “a biografia é o lugar de investimentos não apenas intelectuais, mas afetivos, políticos e memoriais. É o lugar de organização da dialética do eu e do outro”. Quantas vezes o Padre parou para rezar, descansar, conversar, se alimentar e até mesmo falar com alguém que o incomodava. O seu “eu” também foi construído no meio de muitos outros “eus”, talvez a partir de um reflexo de outros sacerdotes que encontrou pelo caminho, um reflexo das pessoas com quem convivia, dos detalhes dos lugares que passava, tudo isso corroborou para a construção de sua identidade. O desejo de imortalizar o personagem através do discurso de uma narrativa sempre será um campo cheio de incertezas pois “escrever a vida segue sendo uma esfera inacessível e, sem dúvida, segue impulsionando o desejo de narrar, de compreender” (DOSSE, 2007, p. 15 *apud* AVELAR, 2012, p. 65).

A trajetória de viagens era intensa, constantemente estava em uma carroça entre uma cidade e outra com ruas estreitas, sujas e tortuosas, levando dias até chegar ao seu destino. Seguiu sua viagem conduzida por um carroceiro que na maioria das vezes era o trabalhador-proprietário. Moura (1988) lembra que os animais utilizados para o transporte desde os anos 1850 são os cavalos e a mula. Assim, é possível imaginar o quanto o desconforto das viagens provocavam dores e cansaço, apesar de que em alguns trajetos, chegou a usar o trem para se locomover com mais rapidez e menos cansaço. A partir dos anos 1850, a introdução das estradas de ferro alterou a paisagem do interior das províncias, com seus trilhos, locomotivas e túneis, e competiu com o sistema tradicional de transporte (GOMES, 2020). Ainda em 1867, em Baependi, estado de Minas Gerais, visita uma amiga chamada Nhá Chica⁵¹. Para Fioravante

⁵¹ Em 1818, com apenas 10 anos de idade, a mãe de Nhá Chica faleceu deixando aos cuidados de Deus e da Virgem Maria as duas crianças, Francisca de Paula de Jesus, com 10 anos e seu irmão, com então 12 anos. Órfãos de mãe, sozinhos no mundo, Francisca de Paula e Teotônio, cresceram sob os cuidados e a proteção de Nossa Senhora, que pouco a pouco foi conquistando o coração de Nhá Chica. Esta, chamava carinhosamente de “Minha Sinhá” que quer dizer: “Minha Senhora”, e nada fazia sem primeiro consultá-la. Nhá Chica soube administrar muito bem e fazer prosperar a herança espiritual que recebera da mãe. Nunca se casou. Rejeitou com liberdade todas as propostas de casamento que lhes apareceram. Foi toda do Senhor. Se dava bem com os pobres, ricos e com os mais necessitados. Atendia a todos os que a procuravam, sem discriminar ninguém e, para todos tinha uma palavra de conforto, um conselho ou uma promessa de oração. Ainda muito jovem, era procurada para dar conselhos, fazer orações e dar sugestões para pessoas que lidavam com negócio. Muitos, não tomavam decisões sem primeiro consultá-la, e para tantas pessoas, ela era considerada uma “santa”, todavia em resposta para quem quis saber quem ela, realmente, era, respondeu com tranquilidade: “... É porque eu rezo com fé”. Nhá Chica morreu no dia 14 de junho de 1895, estando com 87 anos de idade, mas foi sepultada somente no dia 18, no interior da Capela por ela construída. As pessoas que ali estiveram sentiram exalar-se de seu corpo um misterioso perfume de rosas durante os quatro dias de seu velório. Tal perfume foi novamente sentido no dia 18 de junho de 1998, 103 anos depois, por Autoridades

(2013 *apud* CARNEIRO, 2018), cada indivíduo mantém em seu entorno um grupo de pessoas que se conhecem e habitualmente estabelecem trocas entre si, assim, padre Siqueira tecia sua rede de amigos em cada lugar por que passava ou com quem viajava. Em Baependi, faz mais uma grande amizade, conhece Anna Leocadia Cunha Barbosa Guimarães⁵², uma senhora que o acolhe e que no futuro irá conduzi-lo até a cidade de Petrópolis.

Para Mignot, (2017, pág. 264), “viagens educam. Viagens legitimam. Viagens abrem caminhos. Viagens se desdobram em outras viagens, em redes de afetos, em projetos e realizações”. Assim, o Padre dá sequência a sua trajetória e de Baependi segue, ainda na companhia do desembargador, para o Rio de Janeiro, chegando à Corte Imperial, descansou dois meses, sem nenhuma outra rotina de viagens. Infelizmente, nessa ocasião, não conseguiu dar passo algum porque as dificuldades que surgiam diante de si eram tantas que, por algumas vezes, pensou ser impossível sua ação em semelhante época. Padre Siqueira estava em uma imensidão de tessituras, tanto as da própria grafia da vida, quanto as de entender as necessidades do outro, segundo Borges (2008, p. 103), “conhecer o outro (ou a si mesmo) não acaba”. Para compreender todas essas nuances e tentar chegar o mais próximo possível da leitura de seus egodocumentos, procedeu-se uma análise em seus documentos individuais e, justamente por serem individuais, alcançam resultados que têm uma margem inestimável de casualidades (GINZBURG, 1989). Seus dilemas começam a aparecer “modificando suas características e, ao mesmo tempo, sendo modificado por elas” (CARNEIRO, 2018, p. 53). Pensou até mesmo em permanecer ali, no Rio de Janeiro, esquecendo-se completamente do que tinha percebido: “quis tomar um emprego com o fim de esperar algum tempo, porém, consultei algumas pessoas e o meu próprio coração e tirei como resultado dar começo à Obra sem atender mais à dificuldade alguma” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1867).

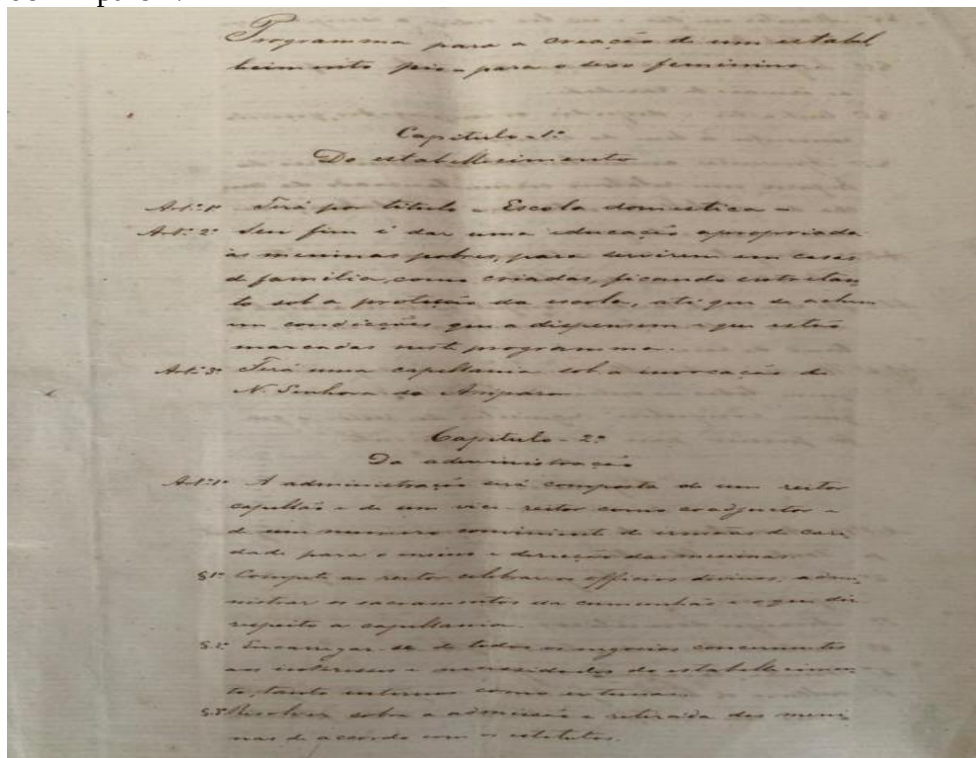
No ano de 1868, padre Siqueira começa a rascunhar o Estatuto da Escola, documento que será entregue posteriormente ao Imperador d. Pedro II. Já havia percorrido vários lugares, tentado entender instituições de educação ao longo de sua trajetória, neste instante, junta toda a sua sabedoria para iniciar a escrita do documento que iria gerir seu estabelecimento de ensino (Figura 30). O documento, lavrado em 15 de julho de 1868, especifica o que ele queria acerca de seu estabelecimento de ensino. Este primeiro estatuto, está escrito com uma caligrafia

Eclesiásticas e por membros do Tribunal Eclesiástico pela Causa de Beatificação de Nhá Chica e, também, pelos pedreiros, por ocasião da exumação do seu corpo. Os restos Mortais da Venerável se encontram hoje no mesmo lugar, no interior do Santuário Nossa Senhora da Conceição em Baependi, protegidos por uma Urna de acrílico colocada no interior de uma outra de granito, onde são venerados pelos fiéis. Disponível em: <https://www.nhachica.org.br/sobre-a-nha-chica-historia.php>. Acesso em: 8 abr. 2020.

⁵² Senhor Guimarães será no futuro o Procurador do padre Siqueira.

desenhada na cuidadosa ocupação do espaço da folha, contêm 04 folhas duplas de papel tipo almaço, sem linhas. A ordem do texto apresenta um caráter legislativo/estatutário indicando que o que está escrito fosse cumprido, não há rasuras em nenhuma das páginas dos documentos que está bastante amarelado pelo tempo. “O papel em branco, para muitos, pode causar pânico. Macular a página pelo ato da escrita é também um ato de coragem, uma forma de exposição pública de ideias, uma ação imprevisível, já que muitas vezes é iniciada sem final previsto.” (CUNHA, 2019, p. 31). A coragem de expressar suas ideias de como seria a sua instituição é descrita em todo o teor do documento.

Figura 30 - Primeira página do Estatuto Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo⁵³.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868.

Comparando suas escritas através dos documentos e egodocumentos, é notório que a caligrafia do sacerdote não é muito redonda e legível. Dessa forma, pode se dizer que padre Siqueira por diversas vezes utilizou-se de um escriba para realizar a escrita, principalmente de

⁵³ O texto correspondente à Figura 30 é: Programa para criação de um estabelecimento pio para o sexo feminino. Capítulo 1º Do Estabelecimento. Art 1º Terá por título – Escola Doméstica. Art.2 – Seu fim é dar uma educação apropriada às meninas pobres para servirem em casas de famílias, como alugadas, ficando, entretanto, sob a proteção da Escola até que se ache em condições que a dispensem e que estão marcadas neste programa. Art. 3 – Terá uma capelhanía sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo. Capítulo 2º Da Administração. A administração será composta por um reitor capellão e por um vice-reitor como coadjutor e de um número conveniente de irmãs da caridade para assumir a direção das meninas. § 1º Compete ao Reitor celebrar os ofícios divinos e administrar os sacramentos da comunhão e o que diz respeito a capelhanía. § 2º Encarregar-se-a de todas as engarias concernentes aos interesses e necessidades do estabelecimento, tanto interna como externa. § 3º Resolver sobre a admissão a retirada das meninas de acordo com os estatutos.

seus documentos que seriam entregues às autoridades da época, no caso, d. Pedro II. O próprio Imperador era responsável por autorizar ou não a abertura do estabelecimento e esses documentos adquirem “valor permanente pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os criou/produziu, acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição” (BELLOTTO, 2017, p. 137 *apud* ALMEIDA, 2021, p. 11) O Padre inicia o documento determinando o nome da escola, seria: Escola Doméstica e, seu fim seria o de dar uma educação apropriada às meninas pobres para servirem em casas de famílias, como alugadas, ficando, entretanto sob a proteção da Escola até que se se achassem em condições que a dispensassem e que estão marcadas no estatuto.

Nos exatos 1º e 2º capítulos, padre Siqueira escreve o que queria, enfatiza a intencionalidade da Escola, não deixa brechas no que tange ao que desejava do seu estabelecimento de ensino. Continua seu texto explicando que a Obra deveria ser administrada externamente por dois sacerdotes, um reitor e capelão e um vice-reitor como coadjutor e a administração interna ficaria a cargo de um número conveniente de irmãs da caridade que tomariam conta do ensino e da direção das meninas. Relata detalhadamente como deveriam ser as matérias de ensino, assim, em primeiro lugar as meninas estudariam a doutrina cristã e a história sagrada. Com certeza, a escolha destas destacava-se pelo fato de que sempre em seus sermões evidenciava que a Igreja era uma escola divina onde o homem começaria a ser ensinado e que a religião seria a primeira e senão a única amiga de um Estado. A escolha desta disciplina também se daria pelo fato de que segundo Aguiar (2015), o próprio d. Pedro II orientava que uma das primeiras coisas a se ensinar era o Catecismo. A educação religiosa certamente estava em seus planos, pois confirmava os laços do Império com a Igreja Católica. Depois, as meninas deveriam aprender a ler e a escrever bem a língua nacional e as quatro operações da aritmética, também faziam parte do “currículo escolar” arranjos domésticos, costurar, bordar, tecer, cozinhar, lavar, engomar, e cuidar das flores, no que diz respeito ao tratamento das plantas.

Por sempre ter sido beneficiado com muitos estudos e acesso à cultura, tanto na infância, quanto na adolescência no seminário, padre Siqueira conhecia muito bem as leis educacionais vigentes. Até porque, também percorreu várias escolas, no Brasil⁵⁴, conforme apontaremos mais adiante em seu modelo de educação. Entendia perfeitamente o Decreto de 15 de outubro de 1827, escrito por d. Pedro I, que retrata o ensino das primeiras letras, as matérias a serem estudadas e a escola para meninas e conheceu bastante o Decreto sobre a criação do Colégio Pedro II, instituído em 2 de dezembro de 1838.

⁵⁴ Sentindo-me com a vocação para dedicar-me à educação e ensino da mocidade, tratei de habilitar-me percorrendo várias províncias do Império, visitando as escolas públicas e particulares, derrota em que empreguei o espaço de tempo que decorreu de março de 1864 até setembro de 1867, com algumas pequenas interrupções e examinei minuciosamente os asilos dirigidos pelas Irmãs de Caridade. (RELATÓRIO, 1880). Biblioteca Nacional, Jornal “O Apóstolo”, 1880.

Outro fator que ponderava sua escrita era a Constituição de 1824, que estabelecia o ensino primário e gratuito para todas as crianças, mas infelizmente, somente os filhos das famílias das classes mais abastardas a frequentavam. Na época, também era muito comum, principalmente no cuidado das filhas dos nobres, a presença do preceptor ou preceptora. Para Vasconcelos (2005), a função era exercida por mestres ou mestras que moravam na residência da família, contratados para a educação das crianças, para ensinar a ler e a escrever e a bordar, costurar etc., como foi o caso da princesa Isabel, filha de d. Pedro II que tinha sua preceptora, a condessa de Barral, e sua mestra de bordado Madame Diémer. Para padre Siqueira, a educação deveria dar às meninas não somente o conhecimento das primeiras letras, mas também o cuidado com a casa, as prendas etc., assim, ao saírem da Escola, no futuro, sabendo essas práticas, as meninas poderiam não somente viver do trabalho doméstico, mas também do ensino do ofício de costurar e bordar. Para Carvalho (1880, p. 16), “a educação deixaria de ser um fim e tornar-se-hia o meio elevado e transformador de alcançar a perfeição moral”.

O “currículo” estabelecido pelo sacerdote, não estava longe do modelo de educação que davam ao imperador na época, segundo Lyra *apud* Aguiar (2015), ensinavam-lhe Ciências Físicas e Naturais, Literatura, Religião, um pouco de música, de desenho e de dança, Geografia e História, além da Matemática elementar. As línguas aprendidas incluíam português, bem entendido; francês, inglês, alemão, latim e grego. Ainda no Estatuto, padre Siqueira, organiza o trabalho das meninas em duas classes segundo a idade de cada e a sua disposição física. A primeira classe seria a das meninas de 07 a 12 anos que receberiam o ensino mais básico e o que em sua idade pudessem desenvolver. A segunda classe seria a das meninas de 12 a 18 anos, estas receberiam todo o ensino da Escola. O trabalho interno da Escola deveria ser desenvolvido pelas meninas, sendo distribuído semanalmente, mas ele deixa claro que tudo sempre deveria estar de acordo com o Art. 2 que era o propósito da Escola. Ou seja, padre Siqueira não queria que as meninas perdessem o foco, que era o de aprender os ofícios para servirem em casa de famílias.

Específica detalhadamente como deveria ser a admissão na Escola. Para ele, somente seriam admitidas no estabelecimento de ensino, meninas órfãs ou filhas de famílias pobres, cujos pais desejassem confiá-las ao estabelecimento. A visão do padre Siqueira – organizar o seu estabelecimento de modo que pudesse atender às filhas dos mais necessitados – o levou a também destacar que as famílias necessitadas que quisessem vagas para as filhas na Escola deveriam requerer ao reitor, apresentando documentos que atestassem a sua pobreza, bem como uma declaração autenticada pela autoridade civil de sua freguesia, fazendo constar que a família desistia de todo direito e ação de poder sobre as meninas enquanto fossem pensionistas na Escola. As vagas seriam somente para as meninas entre as idades de 07 a 12 anos. Entre tantas regras destacadas no estatuto, o sacerdote acrescenta que anualmente o número de meninas seria

fixado conforme dispusesse o estabelecimento. Acrescenta que haveria um livro de matrícula, onde seriam declarados os nomes dos pais, tutores, naturalidade, bem como todas as notas relativas ao comportamento de cada uma delas enquanto dependessem da Escola. As meninas que não tivessem um bom estado de saúde que tivessem algum defeito físico não seriam admitidas no estabelecimento.

Padre Siqueira queria que o documento escrito impactasse o leitor e que servisse de referência para a sua intenção, portanto, não mediu esforços para que todos os detalhes da sua possível Obra estivessem contidos nele. Pensa, reflete e escreve, a escrita vai ganhando forma de documento e o seu sonho era que esse documento ganhasse vida, na realidade ganhasse a forma de uma Escola. Pormenores da Obra permeiam os seus escritos, assim, relata detalhadamente também como deveria ser a retirada das meninas. Ele acreditava que elas deveriam permanecer na Escola até a idade adulta, 18 anos, quando estivessem aptas para seguirem seus destinos, mas ressalta que, mesmo assim, as meninas permaneceriam sob a proteção da Escola Amparo até os 21 anos de idade. Com isso, sempre haveria uma proteção “maior” às mais necessitadas. Para ele, ser o guardião das menores facilitaria o fato de serem “alugadas”⁵⁵ em casas de famílias pela sua posição e virtude. Assim, quando estivessem com dezoito anos, a família que alugasse uma menina, deveria pagar à Escola um aluguel até que ela completasse 21 anos. Caso a mãe decidisse retirar sua filha da Escola, deveria esperar pelo “tirocício”⁵⁶ marcado ou pela data em que a aluna completasse a idade de 18 anos. Finaliza o documento relatando sobre a economia de custos da Escola e que deveria ser sempre observado a maior simplicidade possível.

2.3 Uma parada na cidade de Petrópolis

Um homem morava em uma cidade muito bonita. Ele saía sempre correndo de casa para os sérios e graves compromissos de seu trabalho. Usava as ruas bem cuidadas da sua cidade apenas como uma pista onde ele ia em busca de dinheiro para um dia viver bem em um lugar bonito. Um dia ele encontrou uma pedra mal colocada na calçada, afinal a cidade era bem cuidada, mas, como nada é perfeito, nela tropeçou. No pronto-socorro colocaram gesso no pé machucado. Passou a ter a maior dificuldade para andar. Durante as suas idas, agora devagar, ao trabalho, para sua surpresa, percebeu os mil detalhes, pessoas, casas, sons e cheiros que formam a essência da uma cidade. Passou a cumprimentar os novos conhecidos e os velhos moradores, que o viam sempre passar apressado. Em conversa, soube de muitas histórias do local, como de um parente que viveu naquelas ruas há muito tempo. Isto lhe deu um sentimento novo: de pertencer a uma evolução, de ser um elo importante e de viver em um belo lugar (MELLO, 2005, p. 7).

Para iniciar a narrativa sobre a cidade de Petrópolis, serão tomados por base os escritos de Virginio Cordeiro de Mello (2005), que em seu livro “Petrópolis um passeio pelo centro

⁵⁵ Meninas que iriam trabalhar em casas de famílias em troca de casa, alimentação e etc.

⁵⁶ Primeiro ensino – palavra usada pelo padre Siqueira para se referir ao primeiro ensino.

histórico” relata a experiência de andar pela cidade e perceber os diversos monumentos instalados desde sua fundação, porque esse era o cenário da Petrópolis que padre Siqueira habitou. A praça d. Pedro; a igreja Luterana, construída em 1863 que é o principal monumento de referência dos colonos alemães; o palácio da princesa Isabel, construída em 1853 pelo Barão de Pilar e vendida para o Conde d’Eu em 1876;⁵⁷.

A origem da cidade se deu devido à Paula Marianna Leopoldina Joanna Carlota Faustina Mathias Francisca Xavier de Paula Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga, a quinta filha do casal imperial d. Pedro I e d. Leopoldina. Seus dois prenomes principais foram a homenagem do pai às províncias de São Paulo e Minas Gerais (cujas capitais eram Mariana e Ouro Preto), que tanto auxiliaram d. Pedro e d. Leopoldina no processo emancipatório do Brasil. Ao nascer, d. Paula foi infanta de Portugal e do Brasil, haja vista não existir, ainda, uma Constituição brasileira, promulgada somente em 25 de março de 1824; a partir daí, d. Paula foi somente princesa do Brasil, ainda que genealogicamente continuasse a ser infanta portuguesa.

Foi, em grande medida, para tratar das enfermidades de d. Paula que d. Pedro I se decidiu pela aquisição da antiga fazenda do padre Corrêa. d. Paula era asmática e epilética, como todos os demais seus irmãos – exceção para d. Maria da Glória – mais tarde d. Maria II, rainha de Portugal (CERQUEIRA, 2017). D. Pedro I tentou comprar a fazenda, mas não teve sucesso, o padre Correa não quis fazer negócio com ele, no entanto, não desistiu e comprou uma fazenda ao lado chamada Córrego Seco. Neste local, d. Pedro I fez seus planos de construir o Palácio da Concórdia (CERQUEIRA, 2017), porém, seus planos novamente não deram certo e o seu sucessor, d. Pedro II, decidiu continuar os planos em 1843 quando assinou o decreto da construção do Palácio de Verão. As obras foram concluídas em 1847 e dali por diante, d. Pedro II não deixou mais a pequena cidade de Petrópolis. Segundo Rezzuti (2019), a fazenda do Córrego Seco, no alto da Serra da Estrela, estava hipotecada e a dívida somente foi liquidada em 1840 com a Lei Orçamentária. Em 16 de março de 1843, por meio do Decreto Imperial nº 155, d. Pedro II autorizou o plano de mordomo-mor, Paulo Barbosa, de arrendar a fazenda ao major e engenheiro militar Júlio Frederico Koeler. A cidade de Petrópolis, segundo testemunho deixado pelo mordomo, deve seu nome a Paulo Barbosa: “Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego [...] e sendo o Imperador d. Pedro, julguei que lhe cabia bem esse nome” (REZZUTTI, 2019, p. 169).

Retornando a Mello (2015), andar pela cidade é um recuo no tempo e na história. A maioria das ruas é fundo de vale. Nelas, temos um rio, sempre manso e de nomes como Quitandinha, Piabanha e Palatinado, inclusive a Escola Doméstica de Nossa Senhora do

⁵⁷ A belíssima Catedral em estilo neogótico, construída em 1884; o palácio de Cristal, inaugurado em 1884 com uma estrutura toda de vidro encomendada pelo Conde d’Eu, marido da princesa Isabel. O palácio de Cristal foi palco da festa da Liberdade em 1888. Todos esses monumentos fazem de Petrópolis uma cidade única e especial.

Amparo fica à frente de um desses principais rios da cidade. A colonização alemã se deu pouco a pouco, mesmo antes de a cidade ser fundada. Primeiro chegou um navio e depois o outro com as famílias alemãs para buscarem novas oportunidades e trabalharem na construção da Serra da Estrela (MELLO, 2015). A viagem sempre era bastante penosa, desciam no Rio de Janeiro e partiam de barco a vela para o Porto da Estrela, no fundo da Baía de Guanabara, atual Magé. Depois iam a pé, por mais ou menos três dias até o meio da Serra, o fim da viagem era a Fazenda do Córrego Seco, onde se apresentavam (MELLO, 2015). Petrópolis também foi cenário para a Corte Imperial, d. Pedro II vinha constantemente à cidade nos verões cariocas para fugir do calor intenso do Rio de Janeiro, com isso, a cidade viu sua construção e emancipação com as marcas imperiais.

Segundo Resende e Knibel, (2015), no Brasil oitocentista, Petrópolis foi reconhecida como uma das cidades que mais se preocupava com a qualidade da educação, muitos professores de cidades vizinhas, e até mesma da província do Rio de Janeiro, vinham para Petrópolis para lecionar na cidade. A cidade era muito procurada por mestres desejosos em lecionar para alunos petropolitanos ou oriundos de outros lugares. Torna-se um lugar privilegiado, principalmente no que se diz respeito à educação, todos os relatos evidenciam que d. Pedro II, supervisionava pessoalmente várias instituições de ensino, públicas ou privadas. Petrópolis ganhava fama de ter um ótimo ensino, excelentes professores e de zelar pela formação moral e religiosa dos seus alunos, com isso, vários professores deixavam o Rio de Janeiro para subir a serra e lecionar na cidade (CASA DEI, 1991).

É importante deixar que a imaginação sobre a cidade se envolva com as referências históricas (MELLO, 2015) e, procurar se colocar ali, naquele território, escolhido pelo sacerdote para iniciar a sua Obra. A cidade de Petrópolis traz a alma de seu passado, imbricado de memórias de seus conterrâneos que sempre comentam todas as histórias vividas neste lugar. Padre Siqueira encontra nela um dos melhores lugares para construir a sua Obra “em Petrópolis, lugar próprio para isto, quer pelo lado sanitário, quer econômico” (JORNAL CORREIO MERCANTIL, 1868)⁵⁸. Assim, a história consiste, como toda a ciência, em constatar fatos, em analisar, aproximar, estabelecer relações (LUCA, 2012). Esse lugar, escolhido por ele, conforme pôde ser visto em sua própria narrativa consiste em um lugar privilegiado para a tessitura da vida de muitas meninas órfãs. Petrópolis se torna o berço da Obra do Padre Siqueira para a educação da pobreza, a mais desvalida, a do sexo feminino. Um homem e uma Obra para a educação da pobreza. Gestos de um indivíduo e acontecimentos seguindo lado a lado, descortinando o rumo que se dará sobre a história da Obra do Padre Siqueira.

⁵⁸ Texto do Padre Siqueira Publicado no Jornal Correio Mercantil – Ano XXV, 1868. Ed. 236, p.3. Apelo para a criação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo 1868.

Dona Ana Leocádia Cunha Barbosa Moreira Guimarães, amiga que fez em Baependi, recebe padre Siqueira em sua casa em Laranjeiras, Rio de Janeiro. O casal Moreira Guimarães vivia, desde 1855, no bairro de Laranjeiras, mas, como família de posses, possuía uma casa em Corrêas, junto à fazenda Imperial de Petrópolis, onde costumava passar a temporada quente do verão. Chamava-se o recanto “Fazenda da Olaria” (BAGGIO, 1987). Essa região acabou formando o bairro de atual Corrêas, pois, Ana Leocádia é de origem da família de onde saíram o padre Tomás de Aquino Corrêa e Arcângela da Silva, mãe de Ana Leocádia.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 1868, torna-se concreto o primeiro passo para a construção de seu sonho. Padre Siqueira pega o Estatuo e com uma carta em mãos, se apresenta em Petrópolis, ao Imperador d. Pedro II.

Senhor, com profundo respeito, venho à augusta presença de Vossa Majestade Imperial, ter a súbita honra de apresentar o programa do estabelecimento pio, que tenho projetado e sobre cujo assunto Vossa Majestade já se dignou ouvir-me. Esforço-me para ver realizado o meu pensamento, confiando em Deus, em Vossa Majestade e no povo brasileiro, cuja caridade não me há de faltar. A educação de um povo, Senhor, não está somente nos estudos que levam ao caminho das ciências. Cada um para o que nasceu e conforme as suas condições. O pobre precisa do trabalho como riqueza, para isso, a instrução apropriada, o costume e a moralidade se tornam indispensáveis. Atualmente, quando os altos poderes do Estado se ocupam da importante questão sobre a emancipação da escravatura, é quando julgo mais oportuno pôr em prática o meu pensamento; então, não me parece somente de utilidade ou caridade, considero antes como necessidade. Tenho permanecido em algumas das províncias do Império e tenho encarado com atenção para a educação da pobreza que constitui a maioria do país; e o que vi, Senhor! Foi que limitava ao ensino tosco da nossa língua e das quatro operações; - a religião completamente esquecida, os maus costumes, a indiferença pelo trabalho, os vícios, enfim, dominando a criança desde a tenra idade, crescendo com elas para serem transmitidos à nova geração, pois foi esse o legado de seus pais. Então fui impelido a revelar e por em prática o meu pensamento, a tal ponto, que, o silêncio por mais tempo, convencer-me-ia de uma falta grave perante Deus e a sociedade. D’ahi me vem o pensamento de criar um estabelecimento para a pobreza, a mais desvalida, a do sexo feminino; dando-lhe uma educação conveniente para o serviço doméstico convencido de que assim cumprirei com um dever como sacerdote, servindo à religião e à sociedade a que pertenço. Beja a mão de Nossa Majestade Imperial o seu mais humilde e reverente súbdito. (PE. JOÃO FRANCISCO DE SIQUEIRA ANDRADE, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1868)

Relata esse feito em seu diário de viagens “Apresentei-me à Sua Majestade Imperial e em poucas palavras lhe fiz sentir e conhecer o meu pensamento” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). Detalha para o Imperador o que se fazia sentir em seu coração, apresentando-lhe os primeiros passos para a construção de sua Obra. “Como toda a narrativa de vida, ela precisa se submeter a uma cronologia de fatos, mas, contrariamente à vida, ao destino” (DEL PRIORE, 2018, p. 79). Padre Siqueira deixou o Programa com sua majestade por dois meses, e recebeu a seguinte resposta: “A ideia é boa e humanitária, porém difícilima, mas que desse começo à obra” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). Diante disso, faz imprimir o Programa e deu início aos trabalhos. Ainda no mesmo ano, realiza o segundo passo para a idealização do seu sonho, escreve um apelo ao povo brasileiro e o publica no *Jornal Correio Mercantil*⁵⁹, em 27 de agosto. Era um dos tantos documentos escritos pelo padre Siqueira e seu primeiro apelo ao povo, Figura 31.

⁵⁹ Jornal Correio Mercantil – Ano XXV, 1868. Ed. 236, p.3. Disponível em: Biblioteca Nacional.

Figura 31 - Primeiro apelo do Padre Siqueira ao povo - Jornal Correio Mercantil, 1868⁶⁰



Fonte: Biblioteca Nacional, 1868⁶¹.

⁶⁰ O texto correspondente à Figura 31 é: “Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo: em Petrópolis. Apelo que faz o padre João de Siqueira a todos os cristãos para a criação de um estabelecimento pio para o sexo feminino, em condições proporcionadas à primeira necessidade do Brasil. Depois de, respeitosamente, ter apresentado a Sua Majestade se dignado dar sua aprovação, oferecendo ao mesmo tempo o seu poderoso auxílio; cumpre-me o dever de oferecê-lo à consideração de todos os cristãos em cuja caridade, depois de Deus, deposito todas as minhas esperanças. Dois grandes motivos impelem-me a levar a efeito esse meu pensamento. Primeiro, a salvação das almas, arredando do caminho da perdição, especialmente essas pobres e infelizes meninas que, sem residência fixa e sem nunca sujeitar-se ao trabalho, por falta de uma educação apropriada, percorrem as ruas esmolando, cuja vida será, antes de tudo, um escárnio à religião, um escândalo à sociedade, não vindo a ser nem ao menos úteis ao país como mães de família; motivo este que, para ninguém, será indiferente. O segundo é prevenir uma substituição conveniente e vantajosa ao elemento servil, no seio das famílias, facilitando a todos os bons cristãos proprietários, senhores e senhoras um meio de praticar um ato de caridade tão nobre quão sublime, preparando ao mesmo tempo boas alugadas para, no tempo, competente serem dignamente empregadas em suas próprias casas, (como se acha bem expresso no Art. 6º do Cap. 4 do programa); pois é desnecessário dizer que uma alugada educada no trabalho desde a sua infância e dirigida pelos princípios da moral e da religião, faz a felicidade e o descanso de uma família inteira, quando pelo contrário, sem esses princípios da moral e da religião, faz a felicidade e o descanso de uma família inteira, quando ao contrário, sem esses princípios não faz senão levar a desordem e a desgraça! Mas talvez venha a alguém esta réplica: a tal é imprópria! A isso respondo somente que um estabelecimento nas condições postas no meu programa é de uma extrema necessidade que ninguém a desconhecerá, quer encarando pelo lado da mesma guerra que já tem atirado ao mundo centenas de meninas desvalidas, e ainda em tenra idade; quer pelo lado da abolição da escravatura. Por conseguinte, considerando sob um ponto de vista sério essas mesmas questões, cada um, ditado por sua própria consciência fará o que entender e puder, confiando em Deus que sempre recompensa dando cem por um. E assim, todos faremos um grande bem a essas infelizes e inocentes meninas, à sociedade, à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo e, daremos o nosso

No seu apelo, deixa transparecer suas vontades e os seus valores, registrando nas linhas a importância de se ter um estabelecimento de ensino voltado para a camada mais necessitada. Evidencia que tinha noção dos estabelecimentos de ensino já existentes no Brasil, mas que o que ele queria seria totalmente diferente, seria somente voltado para a camada pobre, que não tinha sequer esperança do futuro. Implora ajuda ao povo brasileiro expondo os motivos que o levaram a pensar nas “infelizes” meninas e dá importante destaque a uma educação apropriada àquelas sem condições e sem residência fixa. Apresenta um local para a construção da Escola e, por fim, relata que grandes estabelecimentos de caridade e de educação se sustentam na Europa da forma que estava propondo, ou seja, pela caridade.

A trajetória de padre Siqueira é, em boa medida, a história de uma luta por igualdade social e melhoria de vida das meninas órfãs, sem deixar de ser a história de um homem (SOUZA, 2009). Depois de quatro meses de muitas lutas, já havia angariado várias assinaturas em seu livro de benfeitores e foi “seguindo como me haviam ordenado” (DIÁRIO DE

pequeno auxílio ao governo que luta hoje, com tantas dificuldades, apoiados igualmente a ele. Senhores, eu reconheço que nada sou e nada posso sem Deus e sem vós, somente tenho a melhor boa vontade sem nenhuma outra ambição mais que a da glória de Deus e do bem estar da sociedade a que pertenço, de cuja verdade, por hora só Deus é testemunha, porém, tenho a firme confiança de que vós também o sereis aceitando, como espero, esta minha boa vontade. Peço, pois, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo que, depois de haveres pesado na balança fiel de vossas delicadas consciências as dádivas ou riquezas que o Deus todo poderoso vos tem, tão liberalmente, prodigalizado, repartais com esta obra aquela porção que julgares que ela merece e exige de vossa caridade e patriotismo. Senhores, ainda há pouco por ocasião da guerra, acabastes de dar a mais eloquente prova de zelo e patriotismo; pois bem, mais um ato de caridade para uma educação nas condições apresentadas será o verdadeiro complemento de vosso zelo e patriotismo! É inquestionável que o progresso material de um povo é amuralha da nação, porém, é também certo que a moral religiosa é o seu alicerce. Não quero dizer que já não existam no Brasil, e especialmente na Corte, importantíssimos estabelecimentos pios sabiamente dirigidos; existem até demais. O estabelecimento pio de que ainda, e com urgência necessita o país, é aquele onde se dê exclusivamente a Cezar o que é de Cezar, e a Deus o que é de Deus. Isto é, à classe pobre, a educação proporcionada a fazê-la feliz na condição que a Providência Divina a colocou, à alta sociedade; a educação que satisfaça as suas naturais e justas aspirações; eis o meu tirocínio, ou antes, o objeto de todos os meus cuidados já há muito tempo. Declaro finalmente, que já tenho negociado uma casa com todas as proporções para um estabelecimento de tal ordem, em Petrópolis, lugar próprio para isto, que pelo lado sanitário, quer econômico: já estão prevenidas as Irmãs para o ensino e direção das meninas. Tenho quase organizado os estatutos para a criação de uma sociedade, que mais tarde, com o mesmo trabalho das meninas e com as esmolas e joias que for recebendo, sem ônus e com muita vantagem, sustentará a Escola do modo seguinte: poderão alistar-se pessoas de toda e qualquer posição social honesta, de qualquer idade e de ambos os sexos, contribuindo apenas com um anual de três mil e seis contos que corresponde a trezentos reis mensais, ficando por isso, com certos direitos que estarão expressos nos respectivos estatutos, os quais, depois de legal e religiosamente aprovados, serão apresentados. Serão encarregados de agenciar e receber esses anuais debaixo de uma escrituração muito bem ordenada, os meus próprios irmãos sacerdotes, especialmente os Revdos. Párcos em suas respectivas freguesias, dos quais espero um religioso apoio; além daqueles sacerdotes que logo espero tê-los comigo para auxiliar-me. É por meio dessas sociedades que grandes estabelecimentos da caridade e de educação de pobres levantam-se e sustentam-se na Europa, como estou bem informado, prestando os mais importantes serviços ao país. Confiando, pois, na Providência Divina e em vós, que estou certo não rejeitareis a um sacerdote, que amando de coração o país que viu nascer e fiel às leis de seu alto ministério, cheio de confiança irá bater às portas de vossos caridosos corações, a fim de solicitar uma esmola para uma obra, que, segundo opiniões prudentes, sábias e religiosas, é tão quão caridosa e de grandes vantagens futuras; lanço-me nos vossos braços. O padre J. F. de Siqueira Andrade.”

⁶¹ Jornal Correio Mercantil – Ano XXV, 1868. Ed. 236, p.3. Disponível em: Biblioteca Nacional.

VIAGENS, 1868). Padre Siqueira dá sequência ao seu ideal, com seu propósito, luta pela sua Obra. D. Pedro II apreciou os nomes que já ornavam o livro, porém “apresentou-me tais considerações tão opostas e absurdas à minha esperança” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868), que novamente teve vontade de desistir, sentiu-se inseguro diante de tantos desafios. Nesse momento, “quase resolvi deixar tudo e seguir para a Europa, com o fim de recolher-me em um mosteiro dos Trapistas⁶² e não mais dar notícias” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868).

Sabia que estava diante de um grande desafio, talvez o maior de todos, mas seguia também o encorajamento de d. Pedro II: “não desanime, continue” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). O diário de viagens do padre Siqueira permite um olhar em sua intimidade, faz o estatuto, leva-o ao imperador, ouve que será difícil, tem vontade de desistir, ouve novamente que era para continuar apesar dos dilemas e ansiedades comuns a qualquer pessoa. Ainda que parcialmente, pode-se identificar um personagem que, apesar de seus dilemas, também estava disposto em seguir o seu propósito.

O diário “inscreve-se numa perspectiva autobiográfica, por se tratar de um texto em que o sujeito fala e se refere a si mesmo” (VIÑAO, 2000b, p. 11 *apud* PIMENTA, 2017, p. 346), sendo assim, padre Siqueira deixa em suas narrativas características autobiográficas, naquilo que cada narrador deseja registrar a partir de seu discurso (LACERDA, 2000). Sentimentos como a insegurança, o medo, as frustrações aparecem como produto de um testemunho ocular da história de seu tempo, como se cada escritor pudesse elaborar de forma impermeável as subjetividades de seu próprio discurso (PIMENTA, 2017).

Padre Siqueira continuou, reuniu forças, juntou esperanças e deu seguimento ao seu propósito. Permaneceu na Corte durante quatro meses e, nesse espaço de tempo, “foi uma verdadeira luta e temeridade da minha parte” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). O termo “corte” era muito mais geográfico, um sinônimo da cidade do Rio (REZZUTTI, 2019), um lugar onde existiam cerimônias sempre aos primeiros sábados de cada mês, no Palácio de São Cristóvão, em que o corpo diplomático se reunia. Também havia grandes recepções nas datas nacionais, geralmente no Paço da cidade sempre após um momento religioso na Capela Imperial. Depois desses quatro meses, resolve sair e escreve que vai “deixar a Corte onde estava, direcionando meu trabalho pelo interior da Província” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868) munido de uma carta⁶³ que, espontaneamente, lhe ofereceram os amigos sr. conselheiro João Augusto Moreira Guimarães, Manuel José Moreira Guimarães, Aluísio Montenegro. Partiu aos 21 de outubro de

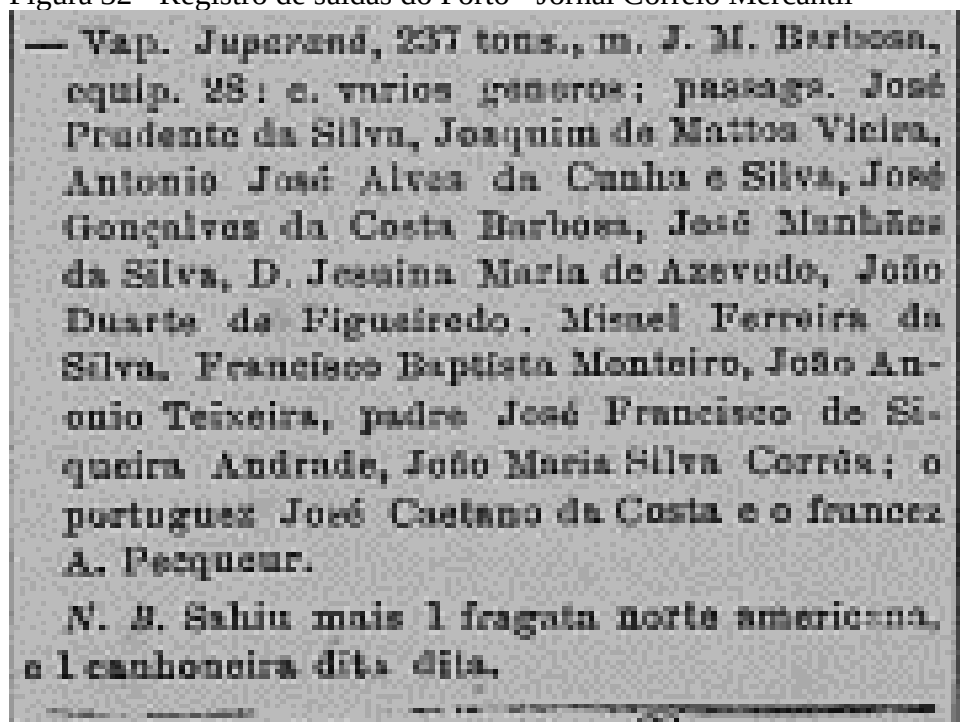
⁶² Trapistas: monges beneditinos cenobitas. Os mosteiros trapistas tiveram início com a abadia de Notre-Dame de La Trappe, fundada em 1664 na Normandia, noroeste da França.

⁶³ Essa carta não se encontra nos Arquivos do padre Siqueira.

1868, no vapor Juparanã, às 4 horas da tarde, chegando no dia seguinte, às 7 horas da noite, na cidade de Campos dos Goytacazes.

O progresso material introduziu “a velocidade do universo da viagem, fator que reduziu as distâncias e alterou a percepção do tempo” (SOUZA, 1995, p. 63). Padre Siqueira então, se locomove nesse vapor, conforme pode-se observar na Figura 32, no documento de registro de saídas do Porto publicado no *Jornal Mercantil*⁶⁴.

Figura 32 - Registro de saídas do Porto - Jornal Correio Mercantil⁶⁵.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1868.⁶⁶

Na viagem, novamente desabafa nas linhas do seu diário: “a impressão que eu levava dos acontecimentos que se tinham dado comigo, fazia-me ouvir a cada momento as palavras seguintes: “Pois deixastes a Corte, o depósito das riquezas e onde deverá prestar seus serviços esse Estabelecimento, para vir ao interior?” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). O medo agora o assombrava. Para onde seguir. Por onde começar. “Os eventos contados pela narrativa do historiador são impostos por documentos e não nascidos da imaginação” (DEL PRIORE, 2009). Dessa forma, o diário de viagens tem ocupado uma análise de ciência como arte, como

⁶⁴ Biblioteca Nacional: Jornal Correio Mercantil, 1868, Ed. 298, ano

⁶⁵ O texto correspondente à Figura 32 é: “Vap. Juparanã, 237 tons. M.J.M. Barbosa equip. 28: e vários gêneros; passags. José Prudente da Silva, Joaquim de Matos Vieira, Antônio José Alves da Cunha e Silva, José Gonçalves da Costa Barbosa, José Manhães da Silva, D. Jesuina Maria de Azevedo, João Duarte de Figueiredo, Misael Ferreira da Silva, Francisco Baptista Monteiro, João Antônio Teixeira, padre José Francisco de Siqueira Andrade, João Maria Silva Corrêa, o português José Caetano da Costa e o francês A. Pequeur. N.B. Saiu mais 1 fragata Norte Americana, e uma caminhoneira dita.”

⁶⁶ Biblioteca Nacional: Jornal Correio Mercantil, 1868, Ed. 298, ano XXV.

observação, como análise documental e em ciência leitora e interpretativa (DEL PRIORE, 2009). Analisar e interpretar esses dados para escrever a biografia do padre Siqueira e dar sequência em suas temporalidades requer ciência. Pensar e hipotetizar como tudo poderia ter acontecido e tentar se colocar ali, em sua mala de viagem, observando suas dificuldades e seus dissabores. O historiador traz para o texto uma determinada prática significativa (BARTHES, 1987), que de certa forma não se isenta de um estado engenhoso, que, por vezes, usa para dar sentido à sua produção. De fato, o historiador reconstitui significativamente as coisas do passado e, ao fazê-lo, tenta imaginá-las como se as tivesse visto (DEL PRIORE, 2009).

Mesmo com todas as particularidades ao seu redor, padre Siqueira continua a sua trajetória, sai para Campos e lá vai diretamente para a casa do vigário daquela paróquia, Padre João Carlos, onde se hospedou. Permaneceu com o amigo até o dia 23 de novembro do mesmo ano e depois, logo cedo, após um dia de descanso, saiu a esmolar tirando 100\$000. No dia seguinte, 24, mais 200\$000, essas eram pequenas esmolos da cidade de Campos⁶⁷. Além dessas informações, seu diário transparece os detalhes com maior clareza, suas narrativas diárias agora apresentam um personagem que observa as cidades, os rios, as flores e todo o caminho percorrido. Assim, relata: “Dia 25, domingo, segui para a fazenda do Barão de Itabapoana, onde pernoitei; no dia seguinte, depois de celebrar a santa missa, atravessei o rio Muriaé, desci pela margem esquerda até a casa do Governador José Sobrinho de Castro, onde descansamos por três quartos de hora” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868).

Depois, novamente segue para Campos e ainda faz descrições de onde a fazenda estava situada: “a fazenda do Barão está situada a doze milhas da cidade de Campos, à margem direita do rio Muriaé. Fica situada numa vista majestosa – toda cercada de grandes montes bem coloridos e limpos” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). O diário do padre Siqueira representa um tempo presente contínuo acompanhando sua história de vida imprevisível (FERREIRA, 1998). É como que nesse momento ele quisesse enfatizar as experiências vistas e vividas, aliviar tensões, permitir autoexame, relatar grandes acontecimentos ou vistas monumentais, exaltar qualidades e valores, estimular o aprimoramento pessoal (FERREIRA, 1998). Continua narrando detalhes que seus olhos puderam vislumbrar e suas mãos trouxeram para a folha em branco do seu diário: “ao lado esquerdo da casa de sua residência, que é um grande sobrado, vivamente ornado, achasse o grande sótão dos cafeeiros, dos açougueiros, contando uma carpintaria, sapataria, livraria e etc.” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1998). Observa detalhes, dedica-se a perceber a natureza ao seu redor: “as vistas contemplam campinas verdes, matizadas de

⁶⁷ Diário de Viagens.

flores, ornada pelo gracioso rio, que sem ruído segue seu curso percorrendo todos os terrenos produtores” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). Chega a ser um pouco poeta em seus trocadilhos de escrita, contempla os belos verdes e o gracioso rio. Parece que o rio é algo bastante significativo para o sacerdote, fato é que irá construir sua Escola na frente de um rio majestoso, conforme seu próprio relato.

Suas referências começam a transparecer em cada detalhe de sua narrativa e é claro que tinha um foco, angariar fundos para construir uma Escola. O Padre não para, sai de Campos no dia 1º de dezembro de 1868 para a fazenda do Visconde Serra⁶⁸ e lá permanece até o dia 14 janeiro de 1869. Logo em seguida, de Visconde da Serra parte para a fazenda de Monte Alegre⁶⁹, pertencente ao sr. Antônio Leite Monteiro de Barros, que conforme registra em seu diário, era “um homem muito esperançoso e dedicado” (DIÁRIOS DE VIAGENS, 1869). Os detalhes que transparecem agora são de um sacerdote completamente envolvido em uma teia de sociabilidades. Conversa com os fazendeiros independentemente da posição social, analisa as propriedades e o trabalho realizado, abrange círculos religiosos, celebra missas, faz orações e, por fim, sempre pede esmolas para os mais excluídos – fatos exclusivamente econômicos, políticos e sociais começam a transparecer. Lucien Febvre chega a afirmar que “não há história econômica e social; há somente história, em sua unidade” (1992, p.45). Dessa forma, analisar essa história que aparece nas entrelinhas do seu diário é entender o sacerdote como um sujeito envolvido em uma enorme conjuntura de fatos sociais, uma vez que estariam ocorrendo no interior da sociedade a partir dos relacionamentos dos homens e dos grupos de homens uns com os outros. “A fazenda está a quatro léguas de Monte Verde. [...] Alegres jantamos na mesma fazenda e daí seguimos para a fazenda do Sr. João Batista Ferreira Pinto, de nome Boa Vista [...]” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1869). Os jantares, as festas e a vida cotidiana nas fazendas era algo que padre Siqueira sempre viveu em suas viagens: “passando pelo sítio de Antônio Guedes de Oliveira Lima. Em seguida, pela fazenda de São Pedro, pertencentes à família Custódio Teixeira Leite, passando pelo sítio Serrote, sítio de Boa Esperança, pertencente a Plácido Monteiro de Barros” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1869).

Detalhes de sua vida são colocados de forma simples e clara em suas anotações, dessa forma: “materializados em papel, lápis e tinta, a grande maioria desses documentos apresenta-se com anotações pessoais que permitem variadas leituras.” (CUNHA, 2019, p. 21). Celebrar a

⁶⁸ Longitude de Campos – légua e meia à direita do Paraíba, a meia légua de São Gonçalo. Visconde da Serra vem do antigo possuidor, Visconde da Serra, Exm^a Sr^a Ana Gregória Miranda Pinto, viúva, Domingos Pinto Filho, Gregório Pinto Miranda, José Osório e Francisco Miranda Pinto. (DIÁRIO DE VIAGENS, 1869).

⁶⁹ Está a quatro léguas de Monte Verde. Pertencente ao Sr^o Antônio Leite Monteiro de Barros (DIÁRIO DE VIAGENS, 1869).

Missa era algo diário para o sacerdote, em diversos trechos de seu diário de viagem encontram-se relatos que celebrou a missa em algum oratório de alguma fazenda. Muitas fazendas tinham seus próprios oratórios: “no sobrado da casa, do lado direito acha-se o oratório da Missa ornado, quanto é competente a uma fazenda em tais proporções” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1868). Para uma maior compreensão acerca dos oratórios, a Figura 33 retrata um oratório do século XIX através de uma imagem em madeira recortada.

Figura 33 - Oratório de viagem/ arca oratório. Madeira recortada. Policromia. Minas Gerais. Séc. XVIII/XIX. 57 x 100cm.



Fonte: Museu do Oratório. Ouro Preto, 2021. Acervo da Autora.

Além da preocupação de se manter firme ao sacerdócio, padre Siqueira vê em suas peregrinações a possibilidade de conseguir arrecadar recursos para a construção de sua Obra, para isso, sobe e desce matas, ruas, rios, montanhas, luta em prol de um ideal. Sente muitas dores, sabe que tem uma doença que, num primeiro momento, parecia que não o venceria, mas continua a sua trajetória e, em 17 de janeiro de 1869, “na companhia do Coronel Felisberto e filhos, foram para a dita aldeia, lá, foram recebidos com muita música pelo Sr. Francisco – vulgo Chico – e aí conseguiram grandes esmolas, mais ou menos perto de 390\$000” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1869).

Depois de passar por muitas e muitas fazendas “no dia 14 de março de 1869, hospedou-se no hotel seguindo para Petrópolis dia 23 do mesmo mês” (DIÁRIO DE VIAGENS, 1869). Para Cunha (2009, p. 259), “[...] na escrita do diário confluem o individual e o familiar e a

memória que se cria pode ser analisada como uma memória que também comporta o pertencimento a um grupo e, como tal, pode ser tratada como uma forma memória coletiva”. Dessa forma, pertencente há vários grupos, convivendo com diversas pessoas, padre Siqueira carrega em si memórias individuais e coletivas de tudo o que viveu nos anos em que realizou as diversas viagens em prol de seu estabelecimento.

2.4 O Início da Construção do Edifício em Petrópolis

“A alma de uma comunidade só pode ser vista através dos olhos e dos sentimentos de seus habitantes” (MELLO, 2005). Habitar na cidade de Petrópolis e atualmente poder entrar no edifício construído pelo padre Siqueira é, sem dúvida alguma, uma experiência dos olhos e dos sentimentos dos habitantes da cidade. As obras e as realizações passam a significar a marca de uma pessoa pela terra (ABREU, 1996). Assim, padre Siqueira deixou sua marca, através de sua Obra, na cidade de Petrópolis.

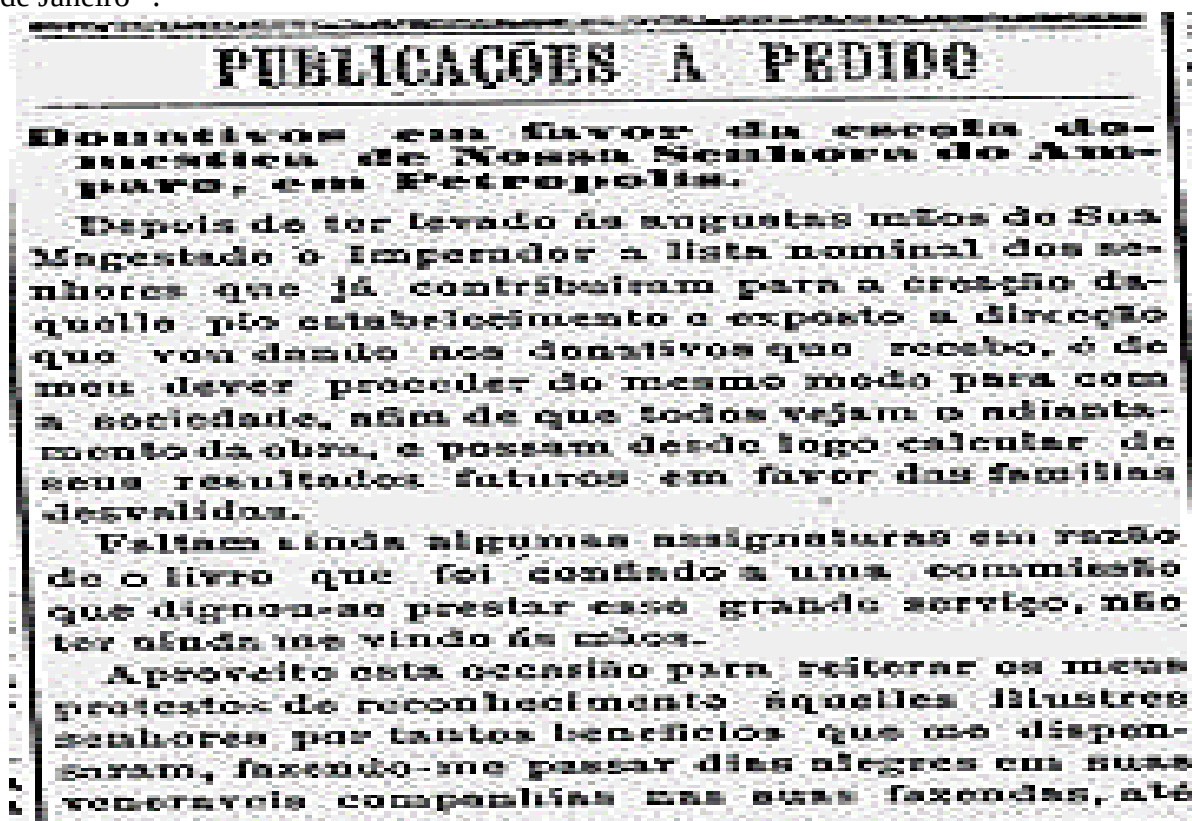
Para a construção dessa marca (Obra), no dia em que chega à cidade, seu primeiro passo oficial foi a compra do terreno em 30 de abril, 17 de julho e 11 de setembro de 1869, quando adquiriu, respectivamente os terrenos de nº 192, 191, 189 e 190, na cidade, onde pretendia edificar a Escola. Agora sim, o sacerdote estava diante de uma das compras mais importantes de sua vida, o terreno que margeava o rio. Nele, será erguido um dos maiores espaços de educação que a cidade de Petrópolis poderia testemunhar. Após a compra do terreno ainda em 1869, com apoio de amigos e benfeitores, inicia as obras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Estando em Petrópolis, novamente se apresenta ao Imperador d. Pedro II, levando diante dele outra carta.

Senhor. Tenho a súbita honra de trazer à augustas mãos de Vossa Majestade Imperial a lista nominal dos senhores que já contribuíram para a criação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, na cidade de Petrópolis, e, expor o modo por que vou dispor das quantias que recebo. No espaço de três meses que me apresentei implorando da caridade e patriotismo dos cristãos esmolas para aquele estabelecimento, consegui reunir a soma de 17:702\$000, durante cujo espaço de tempo teve ainda ocasião de mais convencer-me de sua necessidade, sendo forçado a tomar desde logo sob minha responsabilidade algumas meninas, cujas mães, sabendo da criação deste estabelecimento, se me apresentam pedindo socorro em favor de suas filhas, declarando que seus pais tinham morrido na guerra, cuja verdade me foi logo testemunha por pessoas fidedignas. Foi então, deliberei aprontar uma casa provisória que pudesse ir amparando essas meninas até que se tenha fundado a outra nas proporções que exigem as necessidades do país. Empreguei, portanto, na compra dessa casa a quantia de 7:200\$000; em três salões que se estão preparando 5:000\$000, e para capela e outras obras que completam o estabelecimento 3:500\$000, restando a quantia de 2:002\$000 que já tinha destinado para começar o capital necessário para sua manutenção, o qual, confiado em Deus, e continuando a merecer a alta e poderosa proteção de V. M. Imperial, a caridade e o patriotismo dos cristãos, espero conseguir.

Beija as mãos augustas de Vossa Majestade Imperial, o seu súdito humilde – Padre João Francisco de Siqueira Andrade.⁷⁰

Em seus relatos junto à sociedade deixa registrado o quanto já havia angariado e o quanto estava destinado para começar a erguer a Escola. A carta acima transcrita foi publicada no Jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁷¹, junto à publicação, no mesmo Jornal, o Padre faz um esclarecimento e agradece aos senhores que já o haviam ajudado. Retrata em seus agradecimentos a acolhida dos senhores benfeitores em suas residências e se diz eternamente grato aos filhos da pátria pelas suas virtudes (Figura 34).

Figura 34 - Nota de esclarecimento e agradecimento do Padre Siqueira – Jornal Diário do Rio de Janeiro⁷².



Fonte: Biblioteca Nacional⁷³.

⁷⁰ Segunda carta apresentada ao Imperador D. Pedro II. Disponível na Biblioteca Nacional, jornal Diário do Rio de Janeiro, 1869, Ed. 140, p. 3.

⁷¹ Disponível na Biblioteca Nacional, jornal Diário do Rio de Janeiro, 1869, Ed. 140, p. 3.

⁷² O texto correspondente à Figura 34 é: “Depois de ter levado às augustas mãos de S. M. o Imperador a lista nominal dos senhores que já contribuíram para a criação daquelle pio estabelecimento e exposto a direcção que vou dando aos donativos que recebo, é de meu dever proceder do mesmo modo para com a sociedade, afim de que todos vejam o adiantamento da obra e possam, desde logo, calcular de seus resultados futuros em favor das famílias desvalidas. Faltam ainda algumas assignaturas em razão de o livro que foi confiado a uma comissão que, dignou-se prestar este grande serviço, não ter ainda me vindo às mãos. Aproveito esta ocasião para reiterar os meus protestos de reconhecimento a aqueles illustres senhores por tantos beneficios que me dispensaram fazendo-me passar dias alegres em suas veneráveis companhias nas suas fazendas, até que, em ocasião mais própria, eu possa de um modo mais sério testemunhar essa gratidão oferecendo-lhes um tributo eterno de respeito e veneração às suas virtudes e patriotismo.”

⁷³ Disponível em: Jornal Diário do Rio de Janeiro, 1870. Ed.273, p. 3.

Em maio de 1870, a notícia da construção da Escola já era sabida por muitas pessoas, a notícia de seu feito se alastrava tanto em Petrópolis, cidade em que naquele momento o Padre residia, quanto em São Paulo, lugar de onde era natural. O *Jornal Diário de São Paulo*⁷⁴ saudosamente menciona que o grande sacerdote deixou a Corte a fim de executar uma grande Obra.

Distinto sacerdote ex-capelão do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria e paulistano, nunca poupou esforços para tornar-se útil ao país. Encontra-se em Petrópolis, lugar escolhido para uma residência ordinária para acompanhar as obras da criação de um estabelecimento de instrução e educação denominado Escola Doméstica em benefício ao sexo feminino. (JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1869)⁷⁵.

Entre outras coisas destacadas na notícia, percebe-se um homem que nutre suas intenções na preocupação com as camadas sociais mais desfavorecidas e que volta seu olhar para as vítimas da sorte, as meninas de pequena idade e as mais desvalidas de fortuna. Confia o encargo de sua Obra a algumas irmãs da caridade e sabia que a empresa que construía seria espinhosa e difícil, mas que, por outro lado, daria dignidade a essas crianças e reestruturaria a educação das meninas pobres. É importante ressaltar que, nessa época, o Brasil vivia uma realidade política, econômica, cultural e religiosa bastante conflitante, a guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, que foi um dos maiores conflitos armados ocorrido internacionalmente na América do Sul. A guerra travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) trouxe como consequências altas taxas de mortalidade decorrentes dos conflitos e das doenças causadas pela má alimentação e contaminação como a cólera. A guerra deixou muitas crianças abandonadas e órfãs e mulheres viúvas (DOURADO, 2010).

Economicamente, a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos, não gerou efeitos imediatos desejados pelo governo do Brasil, seja pelo alto preço e inflação do mercado escravocrata ou mesmo pela intermediação e transição interna entre fronteiras desiguais dentro do Brasil, seja pela gradual mudança que a sociedade imperialista impunha à prática escravista de se fazer cumprir a Lei, reduzindo a entrada de escravos. Após 1850, o Brasil Imperial se encontrava numa realidade distinta em que tráfico ilegal de escravos desenvolvia-se intensamente por conta das questões acima citadas ou decorrentes de uma ou da outra (FABRICIO, 2021).

O movimento abolicionista já acontecia com pequenos avanços como a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871, que considerava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir da sua data, e que regulamentou práticas costumeiras forjadas no bojo da instituição escravista,

⁷⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal Diário de São Paulo*, 1869, Ed. 1102, Ano IV, p. 2 e 3.

⁷⁵ Biblioteca Nacional, *Jornal Diário de São Paulo*, 1869, Ed. 1102, Ano IV, p. 2 e 3.

que para muitos escravos significou direitos conquistados (PERUSSATTO, 2009). Segundo o disposto dessa Lei, os filhos dos escravos eram chamados de ingênuos, ou seja, nascidos das mães escravas após a Lei (ZERO, 2003).

Outro termo também usado para as crianças da época eram: órfãs, pobres ou desvalidas (ZERO, 2003), estas eram filhas de pais falecidos ou criança em situação de extrema pobreza (ZERO, 2003). Sendo assim, esta infância em especial – constituída por crianças órfãs, abandonadas, infratoras e filhas de pais pobres – representava um sério problema para a sociedade brasileira, para o qual providenciaram-se asilos e reformatórios, instituições moralizadoras onde o trabalho se constituía em importante recurso pedagógico (MORAES, 2000).

É importante ressaltar que padre Siqueira, quando inicia sua Obra, pensa em uma Escola voltada para as meninas desvalidadas, principalmente as filhas dos soldados mortos pela guerra. Anos depois, em 1876, quando a Escola já estava funcionando e há necessidade de realizar algumas mudanças no Estatuto da Escola, padre Siqueira acrescenta no “novo” Estatuto a possibilidade de acolher meninas ingênuas, em virtude da Lei do Ventre Livre. Junto com o Estatuto, padre Siqueira envia uma carta, solicitando aprovação do documento. Na ocasião, a princesa Isabel estava na regência do trono e cabia a ela a decisão. Na missiva enviada, discorre sobre o funcionamento da Escola e conduz a escrita solicitando aprovação para acolher as ingênuas com o seguinte teor conforme pode ser visto na Figura 35 (a e b) ⁷⁶..

⁷⁶ O texto correspondente à Figura 35 (a e b) é: Senhora. Diz o Padre João Francisco de Siqueira Andrade que, desejando concorrer com um pequeno contingente de suas débeis forças para o bem de seu país e, entendendo que nenhum poderá ser mais relevante do que amparo da infância desvalida, resolveu procurar na caridade dos fiéis e de todas as pessoas do bom coração, os meios necessários para poder satisfazer o seu benfazejo intuito. E, com efeito, percorrendo desse muito tempo, diversas províncias, batendo de porta em porta, pode conseguir e acumular diversas esmolas que o animaram a construir uma casa de asilo com uma decente capela, a cujo abrigo tem sustentado e educado 40 meninas inteiramente desamparadas que, a não ser isto, estariam a estas horas, entregues a toda qualidade de vícios. Convencido, senhora, de que na terra de Santa Cruz não se recorre em vão para a caridade pública, desde que se trate de um fim pio e generoso, está o supracitado resolvido a continuar na sua peregrinação até que possa conseguir completamente o seu desideratum que vem a ser: “instituir em bases duradouras um estabelecimento que tenha por fim recolher e educar meninas inteiramente desprotegidas de fortuna, as quais se possam habilitar para os diversos misteres da sociedade, e, destes possam haver com honra a sua necessária subsistência, quer na qualidade de mães de família, quer como professoras dos asilos que se tenham de criar no Império e quer, finalmente, nos serviços domésticos, ainda os mais humildes, pretendo para isto, o supracitado, receber também ingênuas que, em virtude da Lei que decretou a emancipação dos escravos, terão de ser entregues aos cuidados do Governo. Para que, porém, a intenção do Supracitado possa cobrar no presente e no futuro, certo caráter de estabilidade que acoroça cada vez mais a benevolência dos protetores do seu Estabelecimento, vem trazer hoje, à presença de Vossa Alteza Imperial, Regente em nome do Imperador, o Estatuto que determina a invocação, os fins e a administração da humanitária Instituição que tem fundado, a fim de receber o apoio, proteção e completa aprovação de Vossa Alteza Imperial. Petrópolis, 7 de junho de 1876. O Padre João Francisco de Siqueira Andrade. **(Grifo nosso). Resposta do Império na lateral:** Não se tratando de uma sociedade anônima, mas de um colégio de instrução primária e secundária na cidade de Petrópolis, entendo que o Governo Imperial não tem competência para aprová-los.

Após análise da carta e do “novo” Estatuto, o Governo Imperial retorna a mesma missiva, com visto do Império e com um despacho escrito em sua lateral (Figura 35, a), negando a solicitação do sacerdote acerca a aprovação. Importante ressaltar que todos os Estatutos enviados anteriormente a d. Pedro II foram autorizados. Qual teria sido o motivo da não autorização da princesa Isabel, que no momento, estava regente no trono? Apenas pelo fato de que a partir daquele ano a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, criada apenas para atender meninas pobres e desvalidas, passaria a receber as ingênuas? Por que o governo Imperial se julgou sem a competência para a aprová-lo?

Alguns projetos de ampliação da instrução pública para viabilizar a educação popular foram iniciados nesse período (PAPALI, 2003, p. 123), mas não era somente repensar a educação das meninas órfãs, era muito mais do que isso. Assim, ainda para Papali (2007), tais iniciativas, ao pensarem a educação popular, o fizeram de forma discriminatória, uma vez que a escola projetada para os mais carentes foi concretizada somente em caráter primário, ministrando as chamadas “primeiras letras”. Padre Siqueira queria que as alunas tivessem, além da instrução, a condição de saírem e conduzirem suas próprias vidas com seu trabalho.

A edificação do Asilo de Meninos Desvalidos se deu no ano de 1874 pelo governo Imperial com a ideia de abrigar os meninos “pobres desvalidos”, dando-lhes ao mesmo tempo educação primária e profissional, algo que não era novidade, pois já havia sido previsto no Regulamento de 1854 (SCHUELER, 1999). Os meninos órfãos em estado de pobreza entre 6 e 12 anos eram acolhidos nos asilos e recebiam um tipo de instrução no ensino primário e, depois, até os 21 anos, o ensino secundário visava à educação profissional, com um currículo próprio para a vida de trabalho. Dessa forma, Xavier, et al. (1994) enfatizam que o ensino técnico em nosso país, teve sua origem nas chamadas escolas para desvalidos.

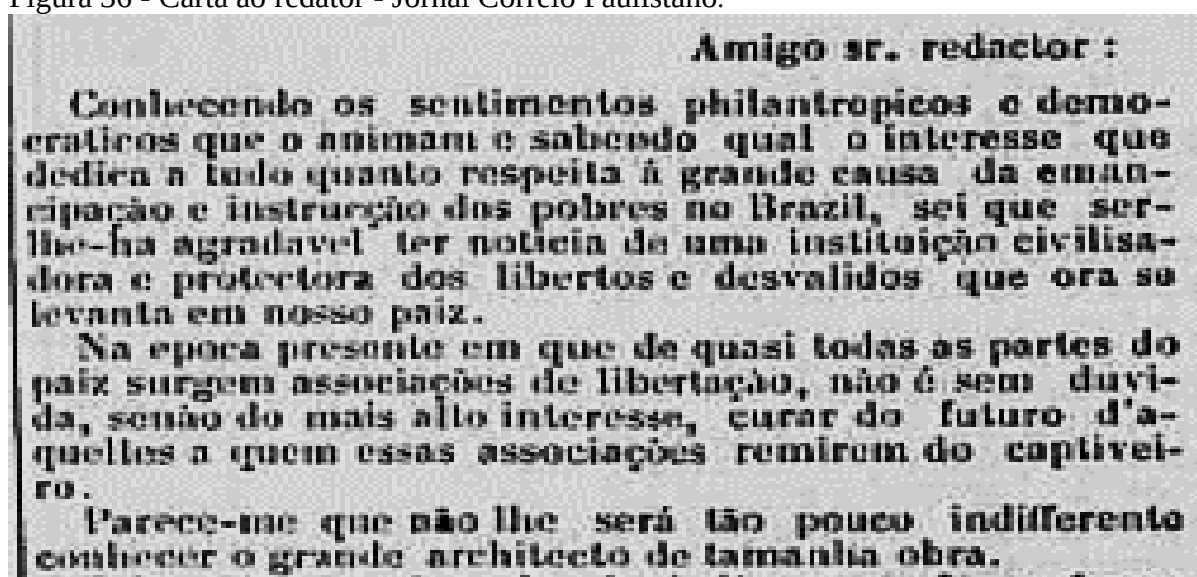
Por outro lado, as ordens religiosas instaladas no Brasil recebiam, sob o regime de internato, muitos jovens de várias partes da província (DEL PRIORE, 2016). Em São Paulo, em 1825, foi criado o Seminário as meninas para abrigar filhas de militares mortos nas guerras da Independência (BRITO, 2004). Entre os anos de 1855 e 1883, o padre cearense José Antônio de Maria Ibiapina fundou as Casas de Caridade no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, todas destinadas a amparar meninas órfãs (BRITO, 2004). A essas iniciativas, somou-se a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, fundada em 1871 em Petrópolis, Rio de Janeiro, conforme já citado anteriormente.

Entre tantas casas de caridade instaladas no Brasil, o próprio padre Siqueira relata em seus escritos que a Obra é “o primeiro Asilo-Escola do país, de origem verdadeiramente nacional, isto é fundado por um humilde sacerdote brasileiro” (RELATÓRIO, 1877). A Escola também foi a primeira para as meninas desvalidas na cidade de Petrópolis, seu fundador, sem

dúvida alguma, entre tantas viagens realizadas, conheceu diversos asilos para, enfim, realizar sua Obra na cidade Imperial. Para Carvalho (1880, p. 25), “[...] a sociedade e a civilização requintada e corrupta dos nossos tempos ainda não ensinaram à mulher o caminho verdadeiro e útil que tem a seguir, antes d’elle a teem afastado mais e mais, ela pode ainda erguer-se do marasmo intelectual em que se compraz”. O sacerdote olhava para essas mulheres e queria lhes dar um futuro digno, por isso, era importante que a Escola ficasse pronta o mais rápido possível e que pudesse acolher as menores desvalidas.

Ainda em 1870, mais precisamente num sábado, 4 de junho, o Conde de Itaguay⁷⁷, Luis Pires Garcia⁷⁸, Joaquim Antônio de Araujo e Silva e Manoel de Monteiro publicam uma carta no *Jornal Correio Paulistano*⁷⁹ relatando o grande feito que estava sendo realizado na cidade de Petrópolis, sob os cuidados do padre Siqueira. A narrativa dessa missiva noticia a criação da instituição civilizadora e protetora dos libertos e desvalidos que se levantava na cidade, conforme pode ser visto na Figura 36.

Figura 36 - Carta ao redator - *Jornal Correio Paulistano*.⁸⁰



Fonte: Biblioteca Nacional, 1870⁸¹.

⁷⁷ Título nobiliárquico passado a 22.04.1868, para a família Pavão, estabelecida em São Paulo. Não existiu baronesa de Itaguaí, por ter falecido sua esposa antes da concessão do título. Título de origem toponímica. Serra e vila do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. BUENO, Antônio Henrique da Cunha. Dicionário das Famílias Brasileiras. Volume II, S.P.

⁷⁸ Drº Luis Pires Garcia. Consul Geral. Fonte: Biblioteca Nacional. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1893 Ed. A00050 p. 188

⁷⁹ *Jornal Correio Paulistano*, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

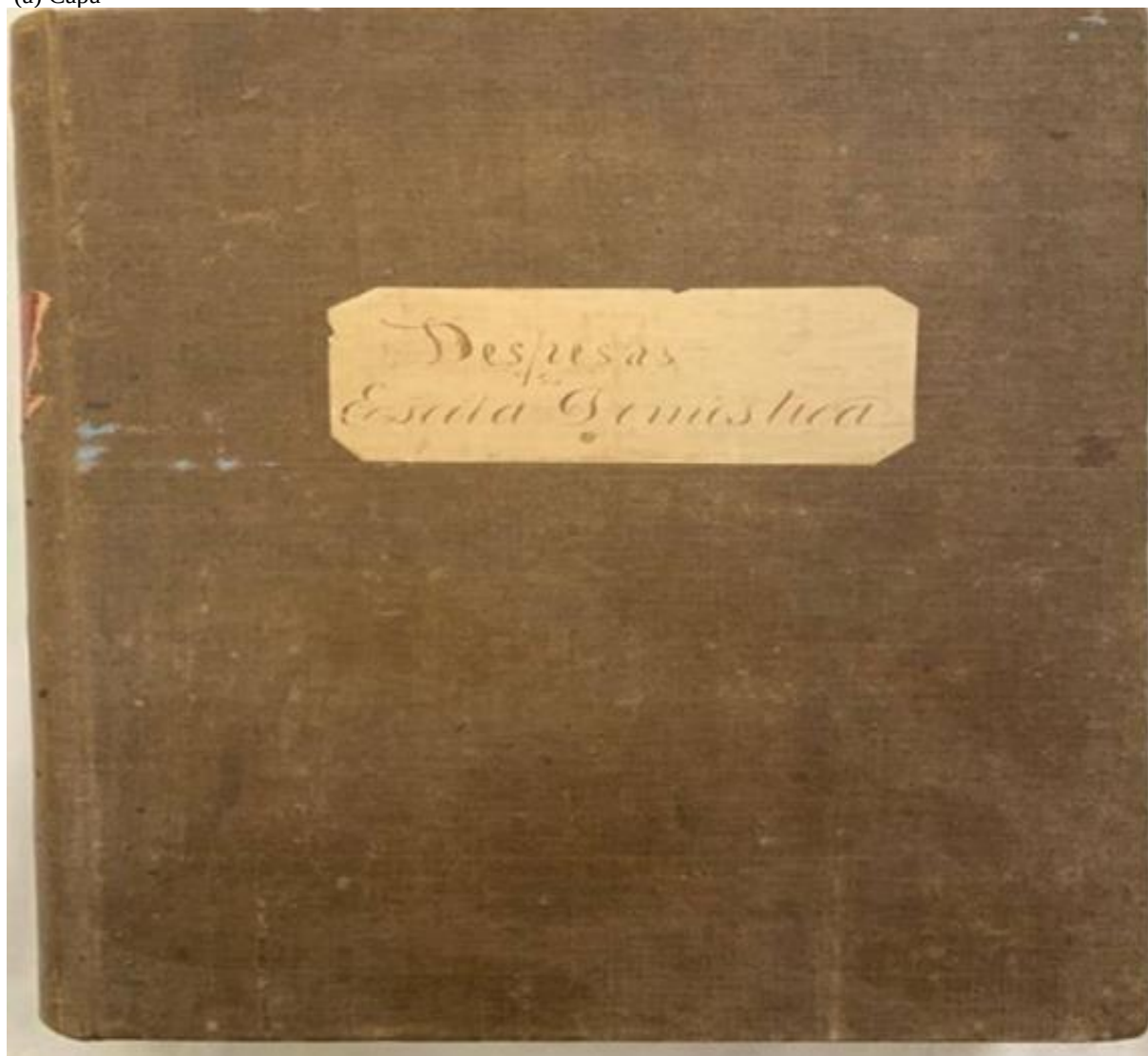
⁸⁰ O texto correspondente à Figura 36é: “Conhecendo os sentimentos filantrópicos e democráticos que o animam e sabendo qual o interesse que dedica a tudo quanto respeita à grande causa da emancipação e instrução dos pobres no Brasil, seu que lhe será agradável ter notícia de uma instituição civilizadora e protetora dos libertos e desvalidos que ora se levanta em nosso país. Na época presente em que, de quase todas as partes do país, surgem associações de libertação, não é sem dúvida, senão do mais alto interesse, cuidar do futuro d’aquelles a quem essas associações remirem do cativoiro. Parece-me que não lhe será tão pouco indifferente conhecer o grande arquiteto da tamanha obra.”

⁸¹ Disponível em: Biblioteca Nacional – *Jornal Correio Paulistano*, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

A Obra era grande e seu arquiteto, padre Siqueira, acreditava que o sentido de ir à Escola representaria a possibilidade de ascensão social (OLIVEIRA, 2012) e que a partir da data que entrassem para a Escola as meninas pobres poderiam mudar suas histórias. Também indagava as formas de educação social que pudessem definir mudanças na esfera dos costumes das meninas, da vida cotidiana, (re)definindo padrões de intervenção social que se equilibrassem entre a tradição e a transformação (OLIVEIRA, 2012). Isso permitiria que as desvalidas tivessem oportunidades de trabalho como professoras ou como “alugadas” em casa de famílias. Entre tantas coisas importantes para o funcionamento da instituição, o padre não se esquece de instituir o livro de despesas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em que inclui lançamentos desde 1868, fato que aconteceu no início de suas peregrinações (Figura 37 a e b).

Figura 37 - Livro de registro de despesas – 1870⁸².

(a) Capa



⁸² O texto correspondente à Figura 37 é (a): Despesas Escola Doméstica. (b) Impressos e em branco de todas as qualidades e objetos para escriptorio, 124 rua quitanda 124 (em frente ao Branco Rural) Rio de Janeiro.

(b) Contracapa



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.1868

O livro de despesas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo tem uma capa marrom dura com 400 páginas, algumas em branco, e a contracapa ainda traz a etiqueta do local em que foi adquirido. A Figura 38 (a e b) traz o interior do dito livro.

Figura 38 - Livro de registro de despesas – 1868⁸³.

(a) Termo de Abertura

Este livro há de servir para o lançamento das despesas feitas com as obras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo instituída pelo Pe João Francisco de Siqueira Andrade, nesta cidade de Petrópolis, está numerado e rubricado com o uso de Pe Sqr e tem no fim o termo de encerramento. Petrópolis 12 de Setembro de 1870.

(b) Primeira página.

Escola de Nossa Senhora do Amparo		
Despesas feitas com as obras da mesma		
1868	Março 30	Despesa feita em uma viagem a cidade de Marianna para falar com Exmo Sr° Bispo sobre a escola
1869	abril 30	Despesa com a compra da casa da rua de Bragança a João Fonseca Campinha, como da escriptura pública laudêmio da mesma a casa imperial
		Escrituras e selos
		Junho 28

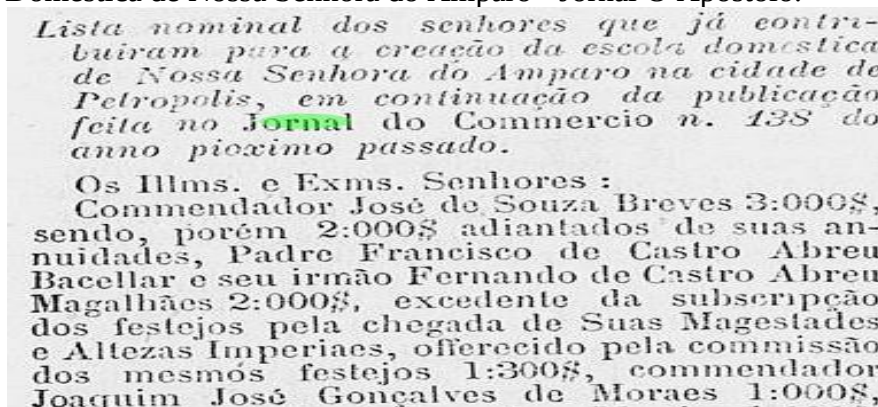
Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868.

Todo o livro foi dedicado para as despesas das obras da Escola além de diversas despesas, entre elas, sua viagem à cidade de Mariana para se encontrar com o Bispo d. Antônio

⁸³ O texto correspondente à Figura 38 (a) é: Este livro há de servir para o lançamento das despesas feitas com as obras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo instituída pelo Pe João Francisco de Siqueira Andrade, nesta cidade de Petrópolis, está numerado e rubricado com [ilegível] de que uso Pe Sqr e tem no fim o termo de encerramento, Petrópolis 12 de setembro de 1870. (b) Pe João de Siqueira Escola Nossa Senhora do Amparo. Despesas feitas com as obras da mesma. 1868 março 30. Despesa feita em uma viagem a cidade de Marianna para falar com Exmo Sr° Bispo sobre a escola 120\$000. 1869 abril 30. Despesa com a compra da casa da rua de Bragança a João Fonseca Campinha, como da escriptura pública laudêmio da mesma a casa imperial 6500\$00. [ilegível] da mesma 390\$000 escriptura e selos 68\$000. Junho 28 décima urbana da mesma 45\$000.

Ferreira Viçoso⁸⁴ para falar sobre a abertura da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Antes da inauguração da Escola, o padre publica no Jornal *O Apóstolo*⁸⁵ a primeira lista dos benfeitores apresentadas ao Imperador d. Pedro II, conforme evidenciado na Figura 39.

Figura 39 - Lista nominal dos primeiros benfeitores da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo - Jornal *O Apóstolo*.⁸⁶



Fonte: Biblioteca Nacional. 1870⁸⁷.

No dia 20 de setembro de 1870, o padre publica no Jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁸⁸ os resultados que obteve em favor da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em especial ressalta a profunda gratidão pela província do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais lugares em que foi bem acolhido pelo povo e angariou a quantidade necessária para dar início às obras. Também nessa mesma publicação, padre Siqueira pediu desculpas por não ter respondido às cartas que lhes foram enviadas até o momento. Um pedido de desculpas diante da importância de se corresponder, falar com os amigos o que estava vivendo. Dessa forma, trocar cartas, corresponder-se, escrever para alguém são formas de se expor, de compartilhar experiências, de se constituírem elos invisíveis e, muitas vezes, duradouros (CUNHA, 2019, p. 148). Assim, padre Siqueira construía e mantinha suas relações com seus amigos e trocava palavras escritas numa forma de pedir ou de agradecer. Mantinha nas suas correspondências uma prática de escrita que por diversas vezes falava de quem a escreve e revelava algo sobre que a recebia (CUNHA, 2019). Mesmo com pouco tempo para responder suas correspondências, parava e escrevia, o seja, se correspondia. Padre Siqueira recebia diversas

⁸⁴ Dom Antônio Ferreira Viçoso. Nasceu em 1787 em Peniche, Portugal e faleceu em Mariana no dia 07 de julho de 1875. Foi o primeiro e único Conde da Conceição.

⁸⁵ Disponível em: Biblioteca Nacional, jornal *O Apóstolo*, 1870, Ed. 41, p. 327.

⁸⁶ O texto correspondente à Figura 39 é: “Lista Nominal dos senhores que já contribuíram para a criação da escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo na cidade de Petrópolis, em continuação da publicação feita no Jornal do Comércio nº 138 do ano próximo passado. Os II^o e Ex^o Senhores: Comendador José Breves 3:000\$, sendo porém 2:000\$ adiantados de suas anuidades, Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar e seu irmão, Fernando de Castro Abreu Magalhães 2:000\$: excedente da subscrição dos festejos pela chegada de Suas Magestades e Altezas imperiais, oferecido pela comissão dos mesmos festejos 1:300\$, comendador Joaquim José Gonçalves de Moraes 1:000\$”. (A lista completa encontra-se no ANEXO B deste trabalho).

⁸⁷ Disponível em: Biblioteca Nacional, jornal *O Apóstolo*, 1870, Ed. 41, p. 327.

⁸⁸ Biblioteca Nacional, Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 1870, Ed. 273, p.3.

cartas, que, por vezes, utilizava para agradecer ou explicar o estado de sua saúde e ou narrar sobre de suas viagens.

Durante sua jornada de esmolas e sua dedicação à Escola, enviou e recebeu missivas que atravessaram fronteiras, acalmaram os corações, levaram palavras, fizeram pedidos e mostraram muitas inquietações, tornando-se testemunhas de sua história. As cartas trocadas com os amigos possibilitam entender seus laços, suas vontades, seus limites e suas ansiedades. O nível de expressão em seus escritos denota uma pessoa extremamente letrada, detentora de uma enorme bagagem de conhecimentos, como pode ser observado nas cartas enviadas ao Imperador d. Pedro II.

Recebia diversas cartas umas com pedidos de vagas para a Escola e outras com relatos de amigos preocupados com sua saúde. Também recebia cartas de amigos que ele já havia se correspondido, como a carta que recebe do amigo Manduca mais ou menos um ano antes da inauguração da Escola em oito de janeiro de 1870, apresentando evidências dos laços de amizades e a preocupação com a saúde do sacerdote e sua Obra. Assim vale a pena observá-la:

Meu querido Padre Siqueira,
Rio, 8 de Janeiro de 1870

Já estava bem incomodado por não receber notícias suas, quando ontem e hoje fui agradavelmente surpreendido com três cartas me escrevestes, sendo suas datas: 21 de dezembro do ano que acabou, 3 deste janeiro e ainda do próximo passado. Respondendo a todas elas, tenho que vos dizer que grande foi minha satisfação em saber que o meu bom amigo e digno sacerdote goza de saúde, e ainda maior é o meu contentamento, vendo em próspero caminho a obra que a vossa dedicação e zelo está empreendendo. Com a vossa carta de 21 de dezembro, recebi 6 ordens, todas no valor de 550\$, das quais já recebi 150\$. Com a de 3 de janeiro, recebi 11 ordens no valor de 1.400\$, que vou apresentar às pessoas contra as quais serão sacadas, tendo a notar-vos que algumas delas (as que têm prazo de 1 ano) não serão por vós endossadas. Finalmente, com a de dezembro fico certo que hei de receber de Luis de Souza Breves 950\$. Já procurei a este que ficou de me mandar pagar está quantia - Nesta carta me encomendais [...], que nesta ocasião vos mando, conforme a direção que me encomendais. Creio que ficareis tranquilo quanto ao recebimento, por mim, de todas estas ordens. Cada vez mais confio no bom resultado de vossos esforços. Prossegui com ânimo e plantarei a cruz da caridade que sobre os vossos ombros carregais. Nossa gente toda vai passando apraz a Deus. Uma você minha mãe, e, tudo quanto dela dimana, se recomenda com afeto ao amigo Padre Siqueira. Eu, que vos direi? Que cada vez mais vos admiro, respeito e estimo como amigo dedicado de todo coração.

Manduca⁸⁹

Para Malatian (2009, p. 196), “o envio de uma carta traz implícito, ou explícito, um pedido de resposta na conversação realizada a distância”. O fato de não responder, por algumas vezes, pela falta de tempo, às diversas missivas que recebia, conforme o próprio sacerdote cita no Jornal o Diário, fez com que enviasse três cartas ao amigo Manduca. Infelizmente por não

⁸⁹ Arquivo Geral, 1870, A 8.1-01 02. Transcrição realizada por Irmã Neli do Santo Deus e Irmã Rossana Espindola da Silva no livro Padre Siqueira Escritos, crônicas e outros testemunhos, Ed. Vozes, 2014. Segundo as irmãs a tradução de algumas palavras em alguns trechos estavam ilegíveis.

termos acesso às informações contidas na missiva enviada pelo padre Siqueira, fica uma lacuna, mas, pela correspondência recebida, é certo que a amizade e a preocupação do amigo com o sacerdote eram grandes e que, possivelmente, os dois eram confidentes. Manduca relata as diversas ordens de pagamento e se une ao sacerdote, relatando que o admira pelo êxito realizado até o momento.

Assim, o tempo se passava e ainda nas cartas, pode se ver os responsáveis pelos preparativos da inauguração da Escola. O medo e a insegurança batiam à sua porta, mas os amigos estavam ao seu lado: barões, viscondes e condes realizavam feitos para a Obra e lhe enviavam cartas.

Os amigos Conde de Itaguay, Antônio Dias Pavão, Luiz Pires Garcia, Joaquim Antonio de Araújo e Silva e Manuel de Azevedo Monteiro relatam numa carta a comissão encarregada dos festejos da inauguração da Obra.

Ilmo Rev. Sr. Pe. Siqueira
A comissão encarregada dos festejos para a recepção de S.S. M.M. e A. I.I., desejando empregar, em Petrópolis o excedente da subscrição agenciada, tem a honra de enviar-lhe a quantia de 1:305\$000, que V. Ver. Aceitará como coadjuvação da obra utilitária e filantrópica de instrução e educação do pobre por V. Ver. empreendida.
Queira V. Rev. Aceitar a expressão de nossa estima e consideração
De V. Rev. Amigos e criados
Petrópolis, 8 de abril
De 1870
Conde de Itaguay
Dr. Luiz Pires Garcia
Dr. Joaquim Antônio de Araújo Silva
Dr. Manuel de Azevedo Monteiro⁹⁰

As cartas também revelam as relações de poder e apresentam as autoridades que estariam nos festejos de inauguração, ressaltando a rede de sociabilidade do padre Siqueira. As cartas transparecem, ainda, os comportamentos, o grupo social e as ações dos indivíduos, sendo capazes de apresentar a individualidade e mapear “as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes” (MALATIAN, 2009, p. 209). Essas foram as duas correspondências (encontradas) no ano de 1870, antes da inauguração da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Durante todos os anos em que esteve presente na Escola, padre Siqueira enviou e recebeu diversas outras missivas que, no decorrer dos próximos capítulos serão apresentadas.

⁹⁰ Sala-Museu Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. 1870, OS-2, A.09.26. Transcrição realizada por Irmã Neli do Santo Deus e Irmã Rossana Espindola da Silva no livro *Padre Siqueira Escritos, crônicas e outros testemunhos*, Ed. Vozes, 2014. Segunda as tradutoras: Antônio Dias Pavão, primeiro e único Barão, Visconde com grandeza e Conde de Itaguaí. Destacou-se como fazendeiro produtor de açúcar, café e aguardente, acumulando grande fortuna, empregada em obras da caridade e instituições sociais. Joaquim Antônio de Araújo e Silva, primeiro e único Barão com grandeza de Catete e Visconde da Silva. Também era médico.

Está chegando a hora de conhecer a Obra do padre Siqueira, mas, antes de entrar no ano da inauguração, ainda é importante conhecer uma publicação do amigo Ignácio Xavier Campos de Mesquita (Figura 40) no Jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁹¹ que relata o “grande feito” realizado pelo sacerdote em um curto espaço de tempo.

Figura 40 - Publicação do amigo Ignácio Xavier Campos de Mesquita – Jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁹².



Fonte: Biblioteca Nacional, 1870⁹³.

O amigo resalta uma frase do padre Siqueira quando se refere aos verdadeiros amigos do país, coisa que já havia feito anteriormente apontando os filhos patriotas do Brasil, porém,

⁹¹ Jornal *Diário do Rio de Janeiro* – Ed. 273, p. 3. Disponível em: Biblioteca Nacional.

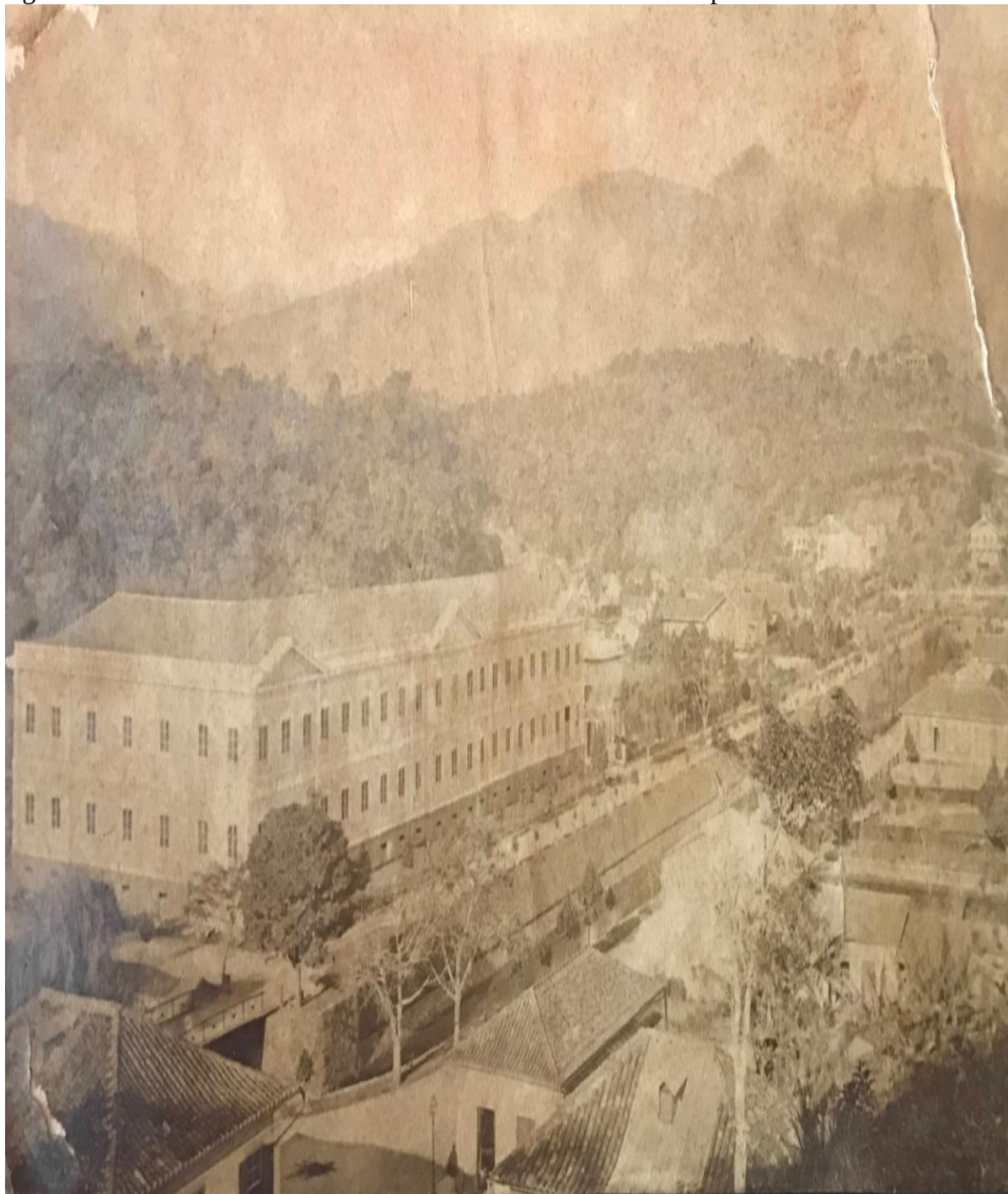
⁹² O texto corresponde à Figura 40 é: “Sr. Redator –Com o título acima, saiu publicado no jornal de 24 do corrente, uma prestação de contas que faz o instituidor dessa mesma escola o Rev. padre João Francisco de Siqueira Andrade. Esse digno sacerdote deve estar relativamente lisonjeado com o benévolo acolhimento que tem encontrado em todas as pessoas, as quais tem recorrido para fundar aquela casa. De fato, em um espaço de tempo relativamente curto, já tem ele reunido uma boa quantia com a qual tem dado grande impulso a sua obra. Todos que tiveram visitado Petrópolis nesses últimos tempos, terão sem dúvida, notado o adiantamento daquele edificio e esperamos que, graças à energia e força de vontade do padre Siqueira, aquela obra, cujas consequências úteis são avaliadas por todos, deverá em breve, achar-se pronta para receber certo número de meninas pobres. É, principalmente, olhando para o futuro de nosso país, que podemos avaliar a grande importância do serviço que o padre Siqueira vai prestar ao Brasil. Desse modo, pensam todos aqueles que, com tanta espontaneidade, têm coadjuvado o padre Siqueira na realização desse grande pensamento. Estamos certos de que, esse sacerdote trabalhador e infatigável, ainda continuará a ser ajudado pelos verdadeiros amigos do Brasil. Publicado este artigo anexo, muito obrigará, Sr. Redator, ao seu constante leitor. Ignácio Xavier Campos de Mesquita – 28 de setembro de 1870”.

⁹³ Jornal *Diário do Rio de Janeiro* – Ed. 273, p. 3. Disponível em: Biblioteca Nacional.

o mais importante a ser destacado na publicação é o fato que a grandiosidade do edifício foi enaltecida, uma vez que quem visitava Petrópolis se deparava com a Obra. Realmente essa construção, conforme citado anteriormente, ocupa grande parte da extensão de uma das principais avenidas da cidade de Petrópolis e os turistas que se encontram na cidade, até os dias de hoje, se encantam com o majestoso edifício às margens do rio. Assim, pode-se pensar como a Obra estava ganhando estrutura e, à medida que ficava pronta, chamava a atenção de todos que passavam por lá. Assim, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é uma das mais impressionantes obras realizadas na cidade. O abrigo para as meninas pobres, órfãs, desvalidas já estava quase pronto e eis que é chegada hora de comemorar a sua inauguração.

3 PRÓXIMA ESTAÇÃO: OS PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (1871 -1881)

Figura 41 - Prédio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Este capítulo terá como foco principal entrar na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo apresentada na Figura 41, e compreender a instância socializadora das meninas órfãs. Para tal, será tomado como base, nesse preâmbulo, as inferências de Maria Celi Chaves

Vasconcelos e Carlota Boto (2020) acerca da escola enquanto instituição de letramento e de formação dos cidadãos. Para as autoras, a escola é uma instituição que transmite formas de agir, de sentir e de compreender o mundo, em seu interior, crianças e jovens são preparados para viver a vida social, uma vez que, em sua pedagogia, a cultura escolar é permeada por práticas e por características próprias, como ritos, atos e linguagens.

Observar a Escola do padre Siqueira⁹⁴ perceber as ações realizadas em seu interior – saberes, valores, atitudes, arquitetura, programa, tempo escolar, disciplinas e registros de controle (VASCONCELOS; BOTO, 2020). Cabe, agora, novamente, um olhar minucioso, com lentes de microscópio (GINZBURG, 1989) nas fontes, desde os diversos utensílios até os documentos existentes em seu interior, frutos de uma cultura escolar até então arquivados e/ou guardados. Para a narrativa deste capítulo também será necessário adquirir uma postura ativa, pois caberá a iniciativa de inquerir o documento, preceito que se mantém válido na prática historiográfica contemporânea (LUCA, 2012).

Reconstruir o passado dependerá das perguntas que serão realizadas às fontes, que por sua vez relacionam-se com o momento vivido (LUCA, 2012) para se compreender os discursos realizados no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo à luz das nuances que cercam essa instituição formadora de cidadãos. Além disso, entender as formas de instrução/socialização realizadas será ponto principal desta discussão. Para tanto, este capítulo será organizado com a finalidade de apresentar ao leitor uma sequência de fatos acerca da Escola. Primeiramente apresenta-se o prédio da Escola e as primeiras alunas do ano de 1871 e, logo em sequência, discorre-se acerca das irmãs que assumem a direção da Escola, dando atenção ao saber e ao fazer pedagógico. Também abordam-se as mudanças no Programa/Estatuto da Escola e a cultura material escolar, finalizando com a alusão à rotina diária das alunas. É importante ressaltar que o recorte temporal deste capítulo será da data da inauguração da Escola, em 1871, até a data da morte do padre Siqueira, em 1881. A escolha deste período se deu pelo fato de que foi a época em que o sacerdote esteve à frente de sua Obra.

3.1 A Escola e seu edifício arquitetônico

“Declarar um lugar, um edifício, um objeto patrimônio muda imediatamente o olhar que se porta sobre ele; permite e proíbe certos gestos” (HARTOG, 2020, p. 46). Dessa forma, ao se

⁹⁴ Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

olhar para o prédio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é possível ver a grandiosidade da Obra que ali se encontra, um edifício, um patrimônio que atualmente, ainda, encanta a todos que o vêem. Padre Siqueira apresentou seu estabelecimento da seguinte forma: “um belo e vasto edifício que se está sendo construído expressamente, à custa de subscrições alcançadas e de doações espontâneas. As obras estão adiantadas e já podemos afirmar que sua arquitetura, de gosto moderno, sem luxo e nem riqueza, tem merecido atenção e elogios” (CORREIO PAULISTANO, 1870)⁹⁵. E, sim, o estabelecimento mereceu atenção e elogios pelos diversos detalhes escolhidos e principalmente pela sua arquitetura. Todo o monumento arquitetônico construído com detalhes leva-nos às diversas interpretações como uma “história cristalizada, [...] fonte potencializada para a leitura e percepção de significados” (MARTINS, 2009, p. 289).

A arquitetura projetada e construída seguindo a esquina da avenida apresenta o formato de “L” com enormes e diversas janelas que se abriam para vislumbrar as imensas árvores, as belas flores e um rio majestoso, que também se fechavam para guardar cada menina que foi recebida e amparada com suas histórias de vida. “A cultura material envolve dois grandes elementos inter-relacionados: o edifício, ou artefato fixo, e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta” (FUNARI; ZARANKIN, 2005). Pensar em abrir as janelas e a porta de entrada da Escola, com a chave que pode ser vista na Figura 42, não é somente a possibilidade de abrir uma escola – seu prédio físico ou a sua cultura material –, mas abrir as histórias de vida de cada uma dessas meninas.

Figura 42 - Chave da porta de entrada da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Quantas meninas não passaram pela mesma porta e quantas outras ao passarem por essa porta não abandonaram uma história e começaram a construir outras. Quantas não subiram e desceram as escadas de madeira que dão acesso ao andar superior da Escola (conforme

⁹⁵ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

apresentado no capítulo 1). Analisar essas problematizações faz-nos recuar no tempo e tentar se colocar ali, dentro da Escola, como uma das acolhidas. Para Martins (2009), “percorrer o sistemático uso das fontes pelo historiador do patrimônio e levantá-las, implica primeiramente retomar a prática inicial dos órgãos preservacionistas, circunscrita a um campo restrito: patrimônio edificado de pedra e cal”. Dessa forma, a Obra do padre Siqueira para a educação da pobreza tornou-se um edifício monumental, ainda existente na cidade de Petrópolis, com todas as suas implicações e subjetividades que possibilitam diversas leituras.

A missa de inauguração da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo se deu em uma antiga capela que já existia ao lado da Escola (Figura 43).

Figura 43 - Antiga Capela ao lado do Prédio da Escola



Fonte: Sala-museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

No centro da fotografia encontra-se padre Siqueira, encostado em uma das pilastras que compõem a arquitetura da capela. Estavam também presentes as responsáveis pela educação das crianças, as mestras – irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria –, madre Barbara da Santíssima Trindade, acompanhada das irmãs Isabel do Precioso Sangue, Maria de Jesus Estanislau da Assunção e Joana da Cruz. As primeiras alunas, vestidas com um típico uniforme preto para solenidades, estavam posicionadas em fileiras, uma ao lado da outra, com as menores à frente. Essa organização marca claramente a pretensão da fotografia em ser produzida na e para a escola. Atualmente, essa capela é considerada pelas irmãs da Congregação Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo como uma antiga capela (ou seja, ela já existia antes da construção da Escola) que se localizava ao lado do prédio da Escola. Ao olharmos para a

capela, mais precisamente nos detalhes de sua fachada ornamentada, é possível perceber detalhes de uma construção neoclássico⁹⁶ com quatro pilastras que compõem a sua frente e os dois vitrais que também apontam para o mesmo cenário. A “fotografia enquanto resultado de ciência, técnica e arte” (CIAVATTA, 2002 p. 12 *apud* ALVES, 2010 p. 108) permite termos em “mãos” a materialização da imagem que “rompe a barreira do tempo, imortalizando aquela fração da vida, e, com ela, um pouco da própria pessoa” (ALVES, 2010 p. 111).

A missa da solene inauguração, que foi celebrada às 10h pelo Exmo. Internúncio Apostólico Monsenhor d. Domingos Sanguigni e seguida por um pequeno discurso de padre Siqueira aos presentes na cerimônia, as majestades imperiais e quase toda a população da cidade de Petrópolis. A solenidade ganhou destaque nas páginas do jornal *O Apóstolo*⁹⁷ (Figura 44)⁹⁸ que revelou outros fatos do dia da inauguração.

Figura 44 – Fatos do dia da Inauguração. Jornal O Apóstolo.

ESCOLA DOMESTICA. — No dia 22 do corrente na cidade de Petropolis inaugurou a *Escola domestica de Nossa Senhora do Amparo* o Revd. Padre João Francisco de Siqueira Andrade. As 10 horas da manhã SS. MM. Imperiaes assistiram á missa celebrada pelo Exm. e Revm. Sr. Internuncio Apostolico, Monsenhor D. Domingos Sanguigni. Terminada a Missa o Revd. Padre Siqueira pronunciou algumas palavras tão repassadas de unção, que comoveram o auditorio numeroso, que assistio ao acto, agradecendo aos bemfeitores que até ali o tinham ajudado e excitando a caridade de todos para que fosse criada a obra importante que tinha tomado sobre si para realizar.

Com effeito se ha obra meritoria e que mereça a protecção de todos é a *Escola domestica de Nossa Senhora do Amparo*, cujo fim humanitario é aproveitar para a sociedade e para Deos tantas meninas, que a educação religiosa e domestica vai tirar de um abysmo certo e inevitavel.

Os esforços e dedicação do prestante sacerdote principiam a manifestar-se e assegurar aos seus contribuintes o optimo emprego de suas esmolas.

Fonte: Biblioteca Nacional, 1871.⁹⁹

⁹⁶ O neoclassicismo foi um movimento artístico (pintura, literatura, escultura e arquitetura), surgido na Europa por volta de 1750, durando até meados do século XIX. Este movimento teve como objetivo principal resgatar os valores estéticos e culturais das civilizações da Antiguidade Clássica (Grécia e Roma). Fonte: <https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-18/neoclassico/>. Acessado em: 21 de jul de 2021.

⁹⁷ Biblioteca Nacional. Jornal o Apóstolo, 1871- Ed 05 – p. 40.

⁹⁸ O texto correspondente à Figura 44 é: “Escola Doméstica – No dia 22 do corrente, na cidade de Petrópolis inaugurou a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo o Revdo. Padre João Francisco de Siqueira Andrade. Às 10 horas da manhã, SS.MM. Imperiais assistiram à missa celebrada pelo Ex. e Rev. Sr. Internúncio Apostólico, Monsenhor D. Domingos Sangiogni. Terminada a missa, o Revdo. Padre Siqueira pronunciou algumas palavras, tão repassadas de unção, que comoveram o auditório numeroso, que assistiu ao ato, agradecendo aos benfeitores que até ali o tinham ajudado e excitando a caridade de todos, para que fosse criada a obra importante que tinha tomado sobre si para realizar.”

⁹⁹ Disponível em: Biblioteca Nacional. Jornal o Apóstolo, 1871- Ed 05 – p. 40.

Mesmo com toda a grandiosidade da Obra, vista na foto de abertura deste capítulo, apenas estava pronta uma parte do edifício. Era possível acolher as primeiras meninas que precisavam de educação e cuidados. Em seus relatos, padre Siqueira afirma que anteriormente tinha a ideia de construir uma Escola, num primeiro momento para meninos, e depois se focou na educação das meninas: “ainda estudante, apenas sonhava com o porvir, a educação da mocidade já constituía o objeto principal de todos os meus cuidados e preocupações, e havia assentado de, logo depois de ter abraçado o sacerdócio, ocupar-me de um asilo de meninos pobres” (RELATÓRIO, 1877). Ainda no mesmo documento explica sobre a mudança de seu propósito: “passando a fundar um estabelecimento não mais para o sexo masculino, porém para o sexo feminino, ainda se deu só depois que, quando já ordenado, fiz uma viagem à República Oriental e tive então a ocasião de apreciar pessoalmente ali, onde não há escravos, as imensas vantagens desta empresa sobre a primeira.” (RELATÓRIO, 1877).

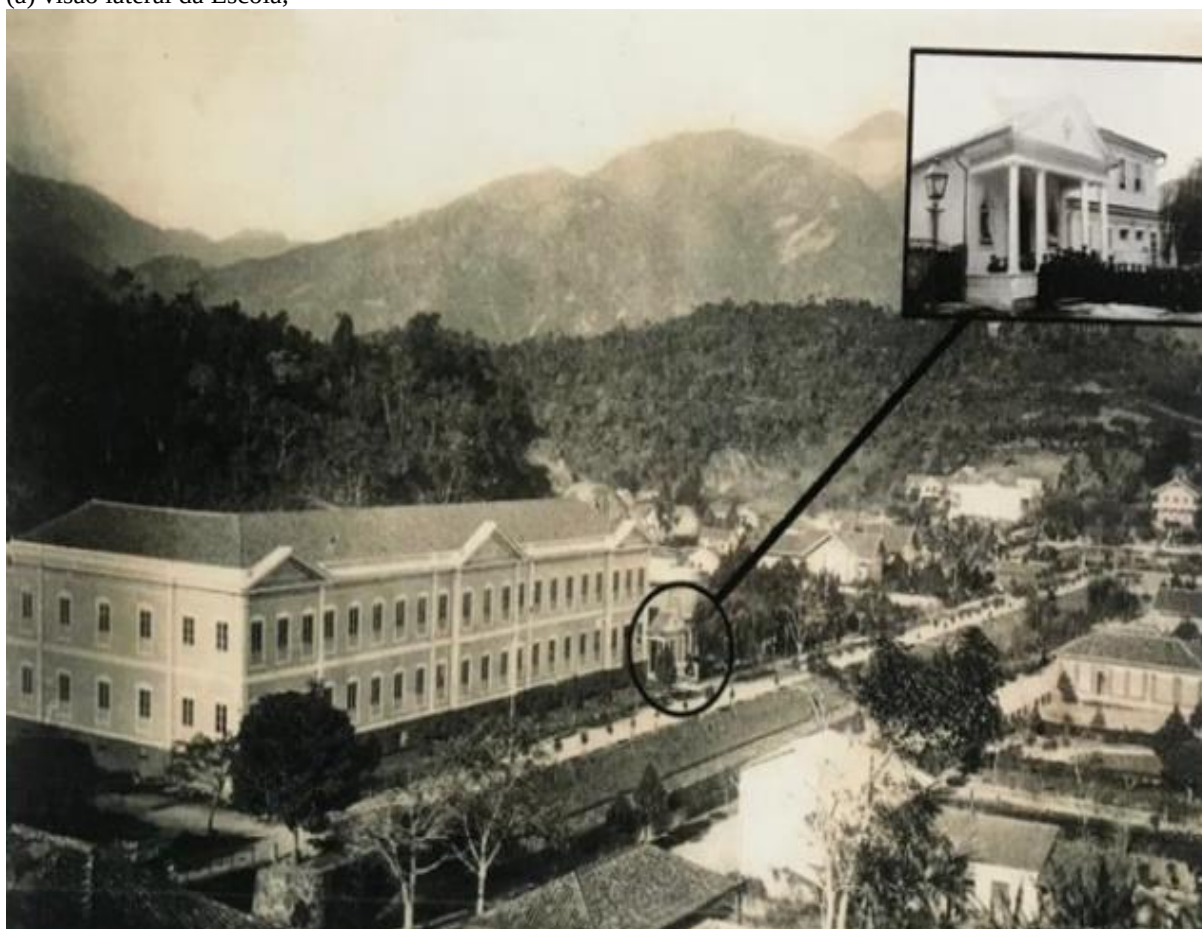
Partindo do princípio de que o sacerdote sempre teve em mente em montar um asilo, um estabelecimento de ensino, eis que agora a Obra estava pronta: um prédio “que antes de tudo, era um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro do qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber ‘legítimo’” (FUNARI; ZARANKIN, 2005), ou seja, a Escola. “A arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social” (FRAGO, 2001, p. 333). Ali, dentro daquele “lugar”, as meninas foram “educadas”, “tecidas”, “moldadas”. Podemos citar, ainda nas palavras de Frago e Escolano Benito (2001), que o edifício escolar é uma forma que comporta determinada força semântica através de signos e símbolos que exibem uma variante chamada de arquitetura institucional. Assim, o próprio prédio, exerce uma força educativa constituindo-se em um espaço problematizador e potencializar configurando-se em um gênero específico na ordem espacial.

A construção analisada como uma cultura material escolar tem uma tradição secular que contribuiu – e ainda contribui – para a formação de muitas mulheres. Nesse lugar, as meninas pobres tiveram estudo, alimentação, roupas, trabalhos, entre tantas outras coisas que ficavam “guardadas” no interior do prédio arquitetônico. A Escola, no entanto, era um local que exercia a função de educar para que no futuro as meninas pudessem utilizar todo o conhecimento para o seu próprio sustento. A importância da função do lugar que acolheu indivíduos (meninas) que frequentavam os espaços escolares, a força de socialização que eles vivenciaram imprime marcas profundas na construção de identidades (ALVES, 2010). Dessa forma, a Escola cumpriria uma função cultural e social e sua arquitetura favorecia o desenvolvimento das necessidades físicas e de diversos outros fatores, como intelectuais e culturais que também se relacionam com a pedagogia.

Analisar a arquitetura possibilita entender o quanto esses espaços comunicam formas e governam os sujeitos. Pensar nos lugares onde as meninas passavam, andavam, conversavam, instiga a pensar nos sentidos e os afetos a eles atribuídos. Um exemplo disso é a distribuição das classes, divididas por idades e aptidões, que será aprofundada mais adiante, ou como se realizava a limpeza das salas e a organização diária dos serviços que também era de responsabilidade das meninas. Os diferentes elementos expressam o quanto a arquitetura escolar informa e contribui para o entendimento de diversas práticas exercidas, vivenciadas, em seu interior. As duas imagens (a e b) apresentadas na Figura 45 permite apreciar por dois ângulos a arquitetura monumental da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e analisar a sua arquitetura como uma cultura material escolar. Na imagem (a), tem-se uma fotografia onde a visualização da Escola está lateral, e na imagem (b) destaca-se uma fotografia com uma aproximação mais frontal. Dessa forma, pode-se compreender e realizar comparações em diferentes visualizações.

Figura 45 - Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

(a) visão lateral da Escola;



(b) visão frontal da Escola.



Fonte: Sala-museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Analisando a fotografia (b), percebe-se a imponência da construção localizada em uma das principais avenidas da cidade de Petrópolis, a parte frontal do monumento arquitetônico contém duas portas de entrada, uma em cada ponta do prédio. As diversas janelas altas e largas possibilitavam a boa ventilação do 1º e 2º piso e na frente do prédio da Escola encontra-se um rio que corta de uma ponta a outra e diversas árvores frutíferas, trazendo, assim, todo um cenário que completa a arquitetura da Escola. A escolha do local para a construção do prédio foi algo mencionado pelo sacerdote: “o local do estabelecimento é Petrópolis. Petrópolis, pela amenidade e salubridade de seu clima e pela tranquilidade de vida de seus habitantes, reúne todas as condições para estabelecimentos dessa ordem” (CORREIO PAULISTO, 1870)¹⁰⁰. Na fotografia (a), percebe-se a outra parte da Escola, que margeia a avenida e o rio e a outra fachada, na posição de “L”, dando continuidade para o outro lado da avenida. Nessa fotografia também é possível vislumbrar a antiga capela, a mesma onde foi realizada a missa de inauguração, lembrando que essa capela é uma construção anterior à Escola.

O edifício da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo expressava a soberania naquele lugar, uma construção que relaciona a grandeza dimensional à grandeza moral – “uma instituição civilizadora e protetora dos libertos e desvalidos que ora se levanta em nosso país”

¹⁰⁰ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

(CORREIO PAULISTO, 1870)¹⁰¹—, ou seja, “a arquitetura transforma-se em pedagogia eloquente que ensina aos indivíduos os princípios da sociedade” (BENCOSTTA, 2007, p. 123 *apud* POLETTTO, 2020). Ainda sobre a parte externa da Instituição, a Figura 46 (a, b e c) permite um olhar do conjunto arquitetônico em diferentes épocas.

Figura 46 - Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

(a) Imagem de 1880



(b) Imagem 1890



¹⁰¹ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

(c) Imagem de 1900



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1880, 1890 e 1900.

Na sequência da análise da arquitetura externa da Escola, a monumentalidade da Obra, observada através das fotografias dos anos de 1880, 1890 e 1900, não se perdeu. Ainda que estivesse somente pronta a 1ª parte do edifício, é como se não faltasse mais nenhuma outra parte. Na fotografia do ano de 1880, a Escola é cercada por lotes de casas, mas as árvores nesta época estavam grandes, cobrindo quase toda a fachada. Em 1890, é possível perceber uma pequena obra já realizada ao lado da Escola. Já na fotografia tirada no ano de 1900, é possível ver detalhes de sua porta de entrada, seu muro baixo e até mesmo uma cruz ao lado esquerda, na ponta do prédio.

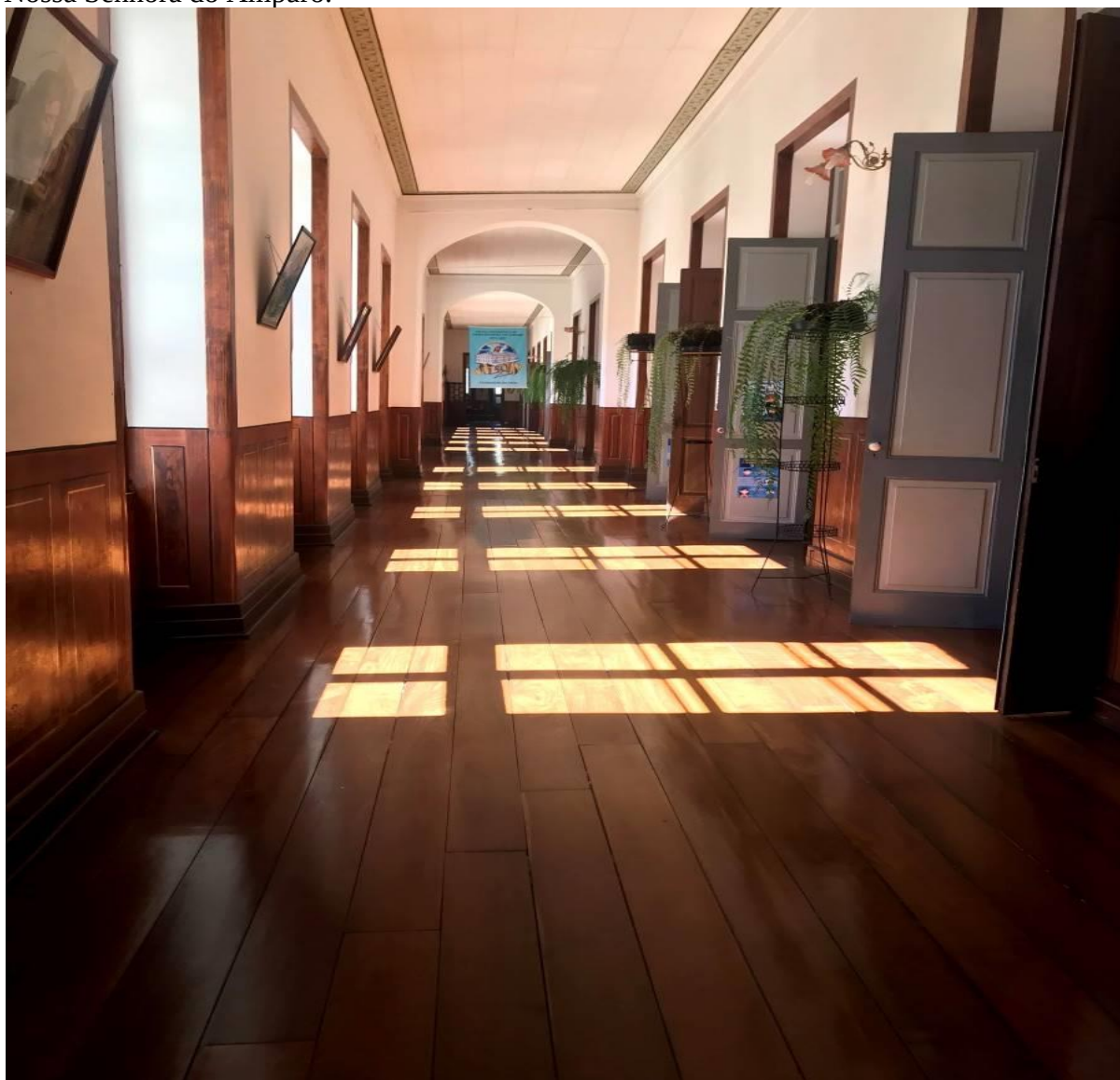
Através das fotografias apresentadas, percebe-se o quanto a arquitetura escolar pressupõe o espaço e o tempo, ambos como produtores de estratégias que permitiram – e permitem – os atores circularem ciclicamente (em determinados tempos algumas saíam e outras entravam). Esse espaço de formação chamado Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no decorrer do tempo, contribuiu para o crescimento da cidade e de toda a urbanização na localidade, demonstrando o cruzamento das relações entre a escola e o tecido urbano da cidade de Petrópolis. Percebe-se que a cada período histórico há um discurso: arquitetônico, visual, ou oral, uma ordem ou uma orientação. Vários foram os discursos realizados no interior da Escola assim as descrições da função arquitetônica externa dão lugar às descrições da parte interna.

3.2 As primeiras alunas

Subindo os degraus da Escola e adentrando os seus corredores (Figura 47), no ano de 1871, as primeiras meninas começaram a fazer suas matrículas. Fechando os olhos e fazendo

um recuo no tempo, com certeza é possível imaginar nesse amplo corredor, ainda mantido pelas irmãs da Congregação, as meninas andando de um lado para o outro e começando a tecer suas histórias de vida no interior da Escola. Pode-se dizer que “as narrativas comportam quadros e, por sua vez, os quadros dispõem de relatos” (PROST, 2009, p. 236). Assim, ao olharmos ainda para a Figura 47, várias e várias narrativas começam a soar em nossos ouvidos. Como as alunas se sentiram ao andar por esse corredor? Como chegaram ali? O que trouxeram como sonhos? Quem eram essas meninas? Quais eram suas histórias? Tantas outras possibilidades poderiam ser colocadas aqui: repensar o tempo, o lugar e os componentes dos discursos das meninas, e trazer para o texto essas narrativas com imparcialidade, embora, certa de que todo texto narrativo estará sempre incompleto (PROST, 2009).

Figura 47 - Corredor principal que dá acesso às salas e aos quartos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Acervo Pessoal da Autora, 2021.

É hora de conhecer a primeira turma de alunas do ano de 1871 e compreender o nome, a origem e a idade de cada aluna instalada na Escola. Vieram de vários lugares e, para seus pais ou somente mãe (muitas eram viúvas), aquele lugar poderia proporcionar às meninas um futuro diferente da condição em que viviam. O Quadro 6 apresenta a ordem de chegada na Escola, das alunas que compuseram a primeira turma. Dentro do rigor científico, o Quadro seguiu o livro de matrícula confrontado com o livro de saída da instituição.

Quadro 6 - Primeira Turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo do ano de 1871.

Nº	Nome da aluna	Natural	Data da entrada	Data de Nasc.	Idade	Protegida	Alfabetizada
01	Eulalia Maria Francisca de Mello	Reino de Portugal	22/01/1871	14/05/1863	8 anos	D. Anna da Rocha Miranda	Sabia ler
02	Anna Mathilde Lacher	Juiz de Fora/Minas Gerais/Brasil	22/01/1871	27/09/1861	10 anos	Sua mãe D. Anna Catharina Lacher	Sabia ler
03	Leopoldina Maria Maia	Petrópolis/Rio de Janeiro/Brasil	22/01/1871	06/07/1863	8 anos	Padre Siqueira	Lia sofrivelmente
04	Florisbella da Cunha Feijó	Rio de Janeiro/Brasil	12/02/1871	Sem registro	8 anos (presumida)	Conselheiro Pereira Jorge	Analfabeta
05	Rosa Antonia Machado	Petrópolis/Rio de Janeiro/ Brasil	22/01/1871	01/09/1865	6 anos	Mãe D. Margarida Pereira Machado	Analfabeta
06	Antônia Maria da Conceição ou Antônia Mathilda Van Ervan (Nome escrito de outra forma no Livro de Registro de saída)	Rio de Janeiro/Brasil	22/01/1871	Sem registro	9 anos (Descrição)	Sr. Van Erven	Analfabeta
07	Libania Mathilde Caldeira	Rio de Janeiro/Brasil	22/02/1871	Sem registro	Sem registro	Seus parentes	Analfabeta
08	Amélia Siqueira Carvalho	Petrópolis/Rio de Janeiro/Brasil	22/02/1871	Sem registro	Sem registro	Mãe D. Leolinda Carvalho	Sabia ler
09	Albina Maria da Conceição	Rio de Janeiro/Brasil	18/03/1871	01/11/1864	7 anos	D. Escolástica Bastos	Analfabeta
10	Anna Candida de Siqueira Lima	São Paulo/Brasil	03/04/1871	25/12/1860	11 anos	Sem registro	Lia sofrivelmente
11	Claudina Maria de Siqueira Lima	Jacarey/São Paulo/Brasil	03/04/1871	29/06/1861	10 anos	Seu tio Padre Siqueira	Analfabeta
12	Balbina Maria de Siqueira Lima	Jacarey/São Paulo/Brasil	03/04/1871	07/10/xxxx	Sem ano	Seu tio Padre Siqueira	Analfabeta
13	Maria Emília da Rocha	Jacarey/São Paulo/Brasil	03/04/1871	Sem registro	Sem registro	Seu tio Claudinei Oliveira	Sabia ler
14	Izabel Pinto Nogueira	Batizada na igreja de Sat'Anna da Corte	03/04/1871	06/06/1863	8 anos	D. Adelaide de Jesus Nogueira	Analfabeta
15	Amélia da Jesus Medeiros	Batizada em Petrópolis	04/04/1871	08/02/1864	7 anos	D. Francisca de Assis Mello	Analfabeta
16	Luiza Fortunata de Moura	Batizada em Iguassu	08/04/1871	22/12/1856	15 anos	Sr. Comendador Braga	Analfabeta
17	Maria Antonia da Silva Ultra	Sem registro	14/04/1871	14/12/1867	4 anos	Mãe d. Anna Ultra	Analfabeta
18	Francisca Henriqueta de Souza Lopes	Batizada na igreja de Nossa Senhora da Piedade /Rio Claro	06/05/1871	xx/09/1861	10 anos	D. Henriqueta Rosa de Almeida	Lia e escrevia sofrivelmente
19	Geraldina Maria Souza	Sem registro	09/05/1871	22/02/1862	9 anos	D. Candida de Souza	Lia sofrivelmente
20	Luhmisa Borges do Espírito Santo	Batizada no município de Estrella	29/06/1871	30/06/1861	10 anos	Pessoa benfazeja	Lia e escrevia sofrivelmente
21	Josephina de Sousa Werneck	Sem registro	02/07/1871	Sem registro	Sem registro	Pai Ignácio Werneck	Lia
22	Maria Angela do Rosario	Sem registro	21/09/1871	Sem registro	Sem registro	Sr. Barão de Santa Helena	Analfabeta

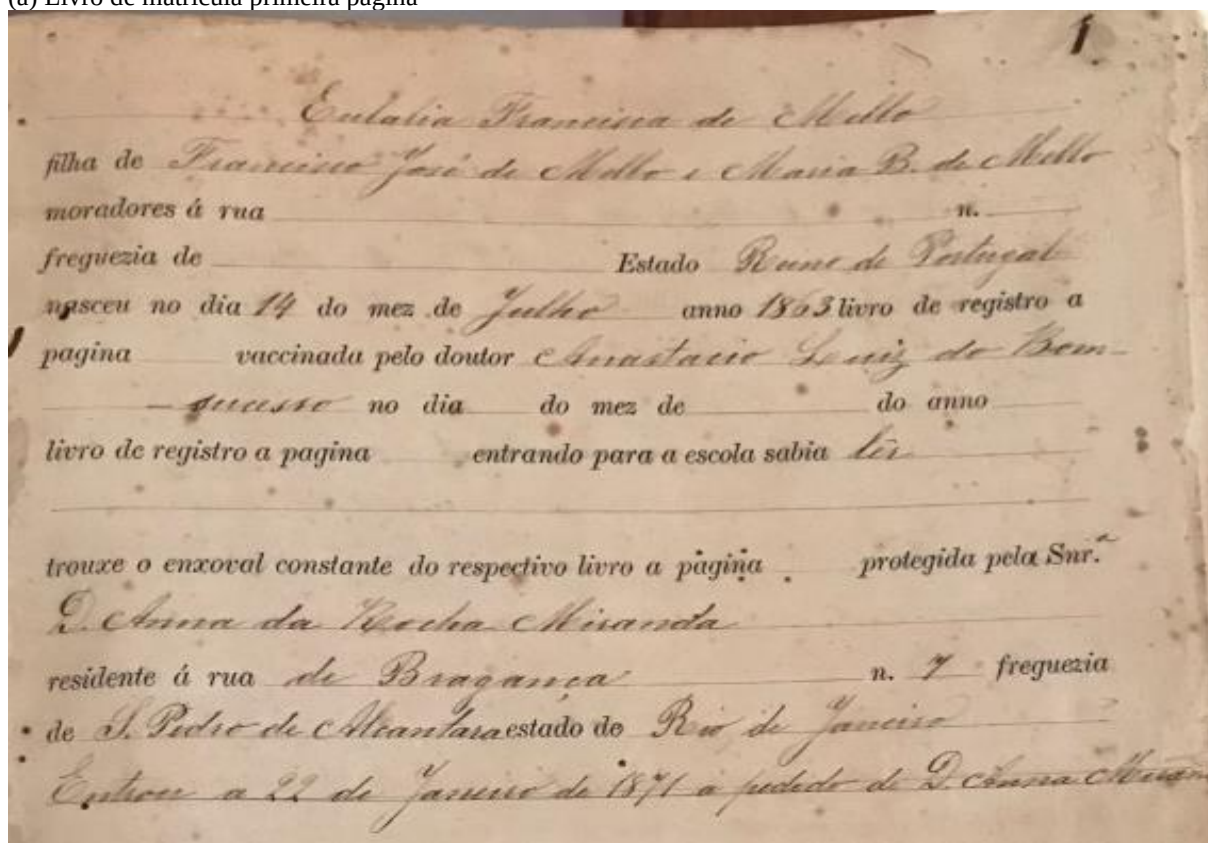
23	Rosalina Knabel Krumser	Batizada em Juiz de Fora	23/09/1871	22/01/1862	9 anos	Padre Francisco Emerick	Analfabeta
24	Francisca Chagas	Sem registro	11/12/1871	Sem registro	8 anos	Sr. Comendador José Breves	Lia soavelmente
25	Francisca Henriqueta de Moraes	Batizada na Igreja de Santana	11/12/1871	24/02/1863	8 anos	Sr. Comendador José Breves	Analfabeta

Fonte: Livro de Matrícula e de saída das alunas do ano de 1871. Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 2021.

Para construir os dados do Quadro 6, foi analisado o livro de matrícula da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo do ano de 1871 e o livro de registro de saída das alunas, Figura 48 (a, b e c).

Figura 48 - Livro de Matrícula e livro de registro de saídas das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo¹⁰².

(a) Livro de matrícula primeira página



¹⁰² O texto correspondente à Figura 48 (a) é: Eulalia Francisca de Mello filha de Francisco José de Mello e Maria B. de Mello, moradores à rua, nº, freguesia de Estado Reino de Portugal, nasceu no dia 14 do mez de julho anno 1863 livro registro a página, vacinada pelo doutor Anastacio Luiz do Bom Sucesso no dia, do mez de, do anno, livro registrado a página, entrando para a escola sabia lêr. Trouxe o enxoval constante do respectivo livro a página, protegida pela Sr.ª D. Anna da Rocha Miranda, residente à rua de Bragança nº 7 freguesia de S. Pedro de Alcantara estado do Rio de Janeiro. Entrou em 22 de janeiro de 1871 a pedido de D. Anna Miranda. Matrículas – (b): Documento nº 1. Sahio como adjunta para o collegio de Santa Candida, no dia 7 de junho de 1887. Voltou para continuar como adjunta na mesma Escola no dia. (c): Eulalia Maria Francisca de Mello – filha legitima de Francisco José de Mello e de Maria Borges de Mello (natural de Portugal), nasceu em Maio de 1863 e foi baptizada aos 10 de Setembro de 1864 com idade de 14 mezes na Matriz de Santa Rita – forão Padrinhos o Dº Anastacio Luiz do Bom Sucesso e Protectora Noysá Senhora. Entrou 22 de janeiro de 1871. Entrou a pedido da senhora D. Anna Miranda.

(b) Verso da primeira página

Documento n.º 1

Saio como adjuvta para o collegio de Santa Candida, no dia 7 de Junho de 1884.

Voltou para continuar como adjuvta na mesma escola no dia

(c) Livro de saída, segunda página

2

Matriculas - Documento n.º 1.

N.º 1 Eulalia Maria Fran^{ca} de Mello - filha legitima de Fran^{co} de Mello e de Maria Borges de Mello (natural de Portugal), nasceu em Maio de 1863 e foi baptizada aos 10 de Setembro de 1864 com idade de 14 meses nas Matriz de Santa Rita - foram Padrinhos o Dr. Anastasio Luiz do Bom-sussico e Protetora Nossa Senhora.

Entrou 22 de Janeiro de 1871 Entrou a pedido da Mãe Sr. D. Anna Bernardes.

7 annos.

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Nas Figuras (a, b e c), acima, tem-se a primeira página do livro de matrícula e do livro de registro de saída com as informações que se repetiam a cada página dos livros. No livro de saída, foram encontradas algumas descrições mais completas que ajudaram a compilar as informações. É importante ressaltar que, conforme relatado na introdução desta tese, alguns documentos que compõe o acervo do padre Siqueira e de sua Obra, foram encontrados bem depois, dentro de um saco preto, por uma irmã da congregação. O livro de registro da saída das alunas foi um desses documentos encontrados posteriormente. Para a pesquisa, o livro de registro de saída se tornou muito importante, pelo fato de que muitas informações estavam sem registro (em branco) no livro de matrícula. Repensando as lacunas encontradas no livro de matrícula, considera-se que aparentemente as alunas entravam com alguns dados e até mesmo documentos faltando e, depois, a inclusão das informações eram apenas adicionadas a esse livro

de registro de saídas. Importante destacar que no livro de registro de saída encontravam-se os dados da matrícula em uma página e os dados de saída em outra. Por exemplo, se a matrícula estava na página 2, a saída da aluna estava na página 3.

O livro “oficial” de matrícula continha alguns dados pré-estabelecidos como: *filha de moradores à rua, número da casa, freguesia de estado, nasceu no dia, mês e ano, livro de registro à página, vacinada pelo doutor, no dia, do mês, do ano, livro de registro a página, entrando para a escola sabia, trouxe o enxoval constante do respectivo livro a página, protegida pela senhora, residente à rua, número, freguesia de estado de*. Outro fator de importante consideração para a análise foi o de que neste mesmo livro também constavam perguntas pré-estabelecidas acerca da saída das alunas como: *retirou-se no dia, do mês de ano, à requisição de, para companhia de empregada em casa de, mediante contrato celebrado e registrado no livro competente à página, casou-se com livro de casamentos à página, faleceu no dia, do mês de, do ano, livro de óbitos à página*.

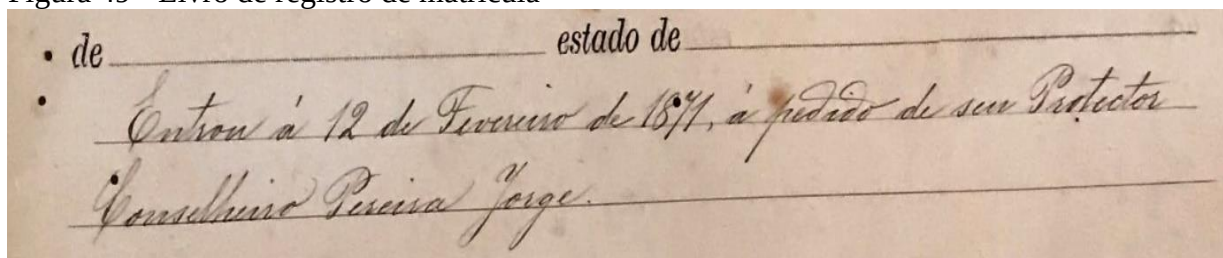
Por outro lado, no livro de saída, apenas havia linhas em branco e numeração de páginas onde os relatos eram registrados, sem seguir uma ordem pré-estabelecida, conforme foi apresentado na Figura 48 (b). Sendo assim, “é inegável o valor dessas fontes, que, ao despertarem dos silêncios das caixas e baús, autorizam o historiador a considerá-las, em seus traços descontínuos, indícios dos modos de fazer e compreender a vida do dia a dia”. (CUNHA, 2019).

Com efeito, ao interpretar as fontes, foi possível identificar a chegada das meninas da 1ª turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e analisar os diversos lugares de onde vieram. Das 25 alunas matriculadas no ano de 1871, uma aluna veio de Portugal e as demais do Brasil. Algumas da cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, outras da cidade de Jacaréí, São Paulo, terra natural do sacerdote. Outras da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais e algumas sem procedência ou somente com a informação da igreja de batismo. É importante ressaltar que o assentamento de batismo era o documento oficial de registro de nascedouro da época. O registro de batismo de algumas meninas estava descrito no livro de registro de saída e, infelizmente, não foi possível ter acesso ao livro de assentamento de batismo de cada uma das primeiras acolhidas.

Para chegar à conclusão acerca das idades das alunas, novamente foi confrontado o livro de matrícula com o livro de saída. Algumas informações estavam sem registro e não foi possível encontrar a idade de todas as alunas, mas, diante dos dados obtidos, pode-se perceber as diferenças de idade: 06 alunas entraram com 08 anos de idade, 06 alunas com 10 anos de idade, 01 aluna com 06 anos de idade, 03 alunas com 09 anos de idade, 02 alunas com 07 anos de idade, 01 aluna com 11 anos de idade, 01 aluna com 15 anos de idade, 01 aluna com 04 anos de idade e 04 sem registro de idade. Conforme ainda será mais detalhado, neste capítulo, padre

Siqueira organizava as alunas por idade e aptidões. Outro fator importante localizado no livro de matrícula foram os registros das “protetoras” de cada aluna, ou seja, uma pessoa que possivelmente ajudava nas despesas da aluna e solicitava a vaga ao sacerdote. É importante ressaltar que para serem matriculadas na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, além do atestado de pobreza, por vezes, precisavam ser “protegidas” por alguma senhora da sociedade, por algum amigo do sacerdote e ou até mesmo pelo próprio sacerdote, conforme pode ser visto na Figura 49:

Figura 49 - Livro de registro de matrícula¹⁰³



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

O próprio sacerdote analisava cada pedido e atestado e fazia com que se cumprisse o Estatuto da Escola. Esse tipo de proteção pode ser percebido em uma carta analisada nesta pesquisa, a da senhora Euforina Otaviano. Na missiva, ela solicita três vagas na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, dessa forma, “pelas cartas trocadas percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum” (MALATIAN, 2009, p. 208). Essa organização fica clara no teor da missiva.

Il. Ex. Sr. Padre Siqueira

Rua de Stº Ignácio, Catete, nº 15

Tenho uma órfã de pais que desejaria por no seu Asilo, caso esteja nas condições dos Estatutos. É uma pardinha chamada Eleodora, filha de uma preta que foi ama de minha filha e que nós alforriamos, ela tem 8 anos, o protetor morreu. Ficou a preta e esta menina. A mãe lava e engoma, quando sair não pode deixar a filha só, ela tem de lavar roupa fora de casa do freguês. Assim, ela veio pedir-me arranjá-la em qualquer colégio para não sair e que ela iria visita-la. Lembrei-me do seu Asilo que tanto gostei quando estive lá vendo o estabelecimento. Tenho mais 3 meninas pobres órfãs de mãe, o pai é trabalhador e tem de sair constantemente, não pode deixá-las só em casa. A mais velha tem 8 anos, a segunda tem 6 e a terceira tem 4 anos. Caso o seu estatuto admita, peço-lhe mandar-me resposta se posso manda-las, e como, e se não é possível.

Otaviano muito se recomenda.

Sou de V. Exª amiga e criada obrigada

14 de agosto 1871

Euforina Otaviano¹⁰⁴

¹⁰³ O texto correspondente à Figura 49 é: De estado de Entrou à 12 de Fevereiro de 1871, à pedido de seu Protector Conselheiro Pereira Jorge.

¹⁰⁴ Arquivo Geral, A.81-01-2.

O fato de a senhora Euforina Otaviano solicitar uma vaga para uma “pardinha” chamada Eleodora, e ainda perguntar se haveria a possibilidade de se ter mais 3 vagas na instituição, remete-nos a um discurso direto detalhado de uma pessoa que *a priori* parece ser muito amiga do sacerdote. Sua correspondência ainda traz ao final um discurso de que seu marido, o sr. Otaviano, mandava recomendações e que ela era amiga e criada do sacerdote. De certa forma, cria-se aqui, “um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância” (MALATIAN, 2019, p. 197). A resposta a essa missiva, dependia do Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, que relatava claramente quais eram os processos de admissão das meninas, entre tantos assuntos tratados no documento, em especial no seu Art. 6º que destaca: “serão igualmente consideradas tuteladas e sob todas as condições acima postas, (as citadas nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º), aquelas meninas nascidas, embora de ventre cativos, porém cujos senhores ou senhoras as libertarem com o fim de lhes darem uma educação apropriada à condição, e depois irem servir como alugadas ou criadas nas mesmas casas que nasceram”. (ESTATUTO, 1868). O pedido da senhora Euforina, deve ter sido lido e analisado pelo sacerdote, mas “[...] as cartas devem ser sempre confrontadas com outros documentos” (MALATINA, 2009). Dessa forma, ao triangular a carta da senhora Euforina com o livro de matrícula da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, não foi encontrada o nome da aluna Eleodora, possivelmente, após analisar o caso, o sacerdote não foi favorável à sua admissão.

Consta no livro de matrícula o nível de escolaridade com que cada aluna chegava à Escola, ou seja, se já sabiam ler ou não. Os termos encontrados no livro de matrícula foram os seguintes: sabia ler, lia sofrivelmente, lia, analfabeta. Das 25 alunas recebidas no ano de 1871, 3 sabiam ler, 6 liam sofrivelmente, 2 liam e 14 eram analfabetas, o que caracterizava um alto índice de analfabetismo, fato muito comum às meninas pobres da época. Para Holanda (1977), “a educação, especialmente a instrução primária, sempre parecera, efetivamente, a necessidade fundamental do povo”, mas o segundo imperador do Brasil “mantinha lentidão extrema [...] com que se cuidou da matéria em seu reinado”. O autor ainda acrescenta que “em 1869, falando no Senado, lembrara que na própria Côrte havia apenas 4.800 alunos primários para uma população estimada em 400.000 a meio milhão de almas” (HOLANDA, 1977).

Se não fosse a Escola para as desvalidas, essas meninas, com certeza, não teriam nenhuma condição de ter um nível de escolaridade. Pagava-se uma mensalidade altíssima para estudar nos colégios de elite do Rio de Janeiro, como, por exemplo, o colégio da Imaculada Conceição, que tinha uma mensalidade entre 100 e 150 mil réis e ainda exigia um enxoval com vestidos pretos, brancos, diversos lençóis e uma outra infinidade de coisas (MAUAD, 2018) e o colégio para meninas de Mme. Geslin, situado na Glória. Os altos custos faziam com que somente os filhos da elite pudessem frequentar essas escolas. Outra possibilidade para se ter

acesso ao nível de alfabetização era a contratação de uma preceptora para a realização da educação doméstica que, segundo Vasconcelos (2005), “era aquela que ocorria na casa do aprendiz, na esfera privada, na qual os pais contratavam, mediante sua livre escolha, os mestres, os conteúdos e as habilidades a serem ensinados a seus filhos”. Mas isso também só era possível para as classes mais abastadas. Para essas meninas, restava-lhes a sorte e a indicação para uma vaga em uma escola para pobres.

Ainda nos livros de matrícula e de saídas das alunas, encontrava-se a filiação das meninas, informação que não foi acrescida no quadro apresentado acima – das 25 alunas matriculadas no ano de 1871, 16 alunas tinham em seus registros de matrículas o nome do pai e da mãe, 8 alunas tinham somente o nome da mãe em seus registros, possivelmente, o pai teria falecido ou era desconhecido. Apenas o registro de matrícula de uma aluna, Francisca Chagas, aponta que seus pais eram incógnitos.

A Escola começava a tecer a história das meninas em seu interior, tessitura esta realizada através da vida de oração, estudos e trabalhos domésticos. Mantidas num regime de internado, as meninas passavam o dia na Escola se educando mutuamente, era o lugar de moradia e de convívio integral, desde o café da manhã até o jantar, passando por orações diversas, estudos e alguns momentos de lazer. Nesse lugar em que habitavam, partilhavam seus afetos, desafetos, experimentavam alegrias e dissabores, construía aprendizagem e produziam sensibilidades. Entende-se o espaço escolar como uma construção cultural que, além da sua materialidade, manifesta determinados discursos (ESCOLANO BENITO, 1998).

Algumas acolhidas na Escola Doméstica eram filhas de viúvas que perderam seus maridos na guerra. Para Mauad (2018, p. 149), “[...] a mãe viúva de um capitão do exército, cuida dos três filhos com dificuldade, sem poder envia-los ao colégio” e essa foi uma das maiores causas, conforme já citado anteriormente, de que padre Siqueira repensa em todo o momento seu sacerdócio para cuidar das filhas dos “patriotas”. Sendo assim, o principal motivo para a construção da Escola era a de que essas e outras meninas pudessem garantir a sua subsistência, pois não tinham nenhuma situação econômica para tal. O próprio sacerdote sempre deixa transparecer em seus relatos “criada ou dama, deixa a menina o colégio, capaz de ser mãe de família, condição vital para todas as sociedades e, sobretudo, para as que começam a sua existência como a nossa.” (CORREIO PAULISTANO, 1870)¹⁰⁵.

3.3 Diretora, professores e pagamentos

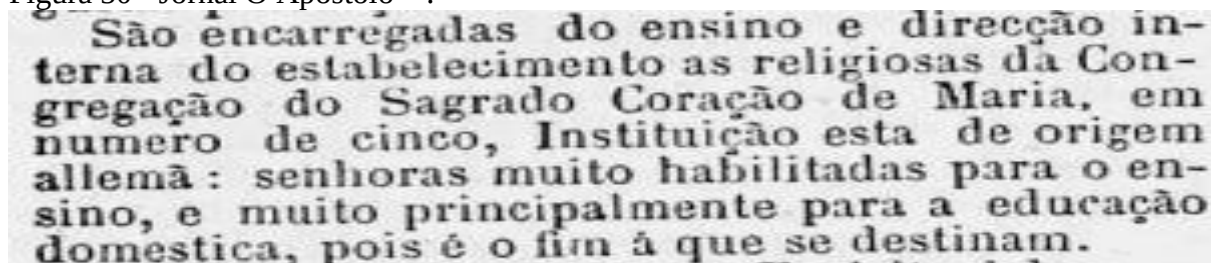
Mexer nos documentos para procurar vestígios; abrir o livro de fotografias e colocar as lentes ampliadas na busca de detalhes se tornou um ato constante da pesquisadora na construção

¹⁰⁵ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

da narrativa histórica da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Dessa forma é possível usar as palavras de Barthes (2009) de que “todo discurso vem de um lugar e vai para outro”, ou seja, a produção do “novo” discurso está e estará sempre “fundada sobre o corte entre um passado, que é o seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática” (CERTEAU, 2017). Ao interpretar as fontes e construir novos discursos, é possível ir tecendo fio a fio a escrita que torna-se um texto que não pode ser considerado como um produto, mas uma produção (BARTHES, 2009).

Compreender quem eram as colaboradoras do padre Siqueira para início das Obras seguindo os seus escritos, onde apontava que “a Superiora será competente para celebrar os contratos respectivos com as pessoas que se dirigirem à casa e oferecer as garantias que hão de constar dos estatutos” (RELATÓRIO, 1877). Com essa premissa, o sacerdote convidou para dirigir a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, a Congregação do Sagrado Coração de Maria, que, em 1855, já havia assumido o Asilo Nossa Senhora da Conceição em Pelotas, no Rio Grande do Sul. As irmãs também receberam a missão do Bispo d. Sebastião Dias Laranjeiras para educar as órfãs num asilo e pensionato de Porto Alegre, em 1863. O jornal *Correio Paulistano*¹⁰⁶ comemorava a contratação das religiosas que iriam chegar para assumir a direção da Escola: “a educação quer espiritual, quer artística, é confiada a uma Congregação de senhoras Alemãs, especialmente contratadas na Alemanha pelo Revdo. padre Siqueira” (CORREIO PAULISTANO, 1870).¹⁰⁷ No dia 10 de janeiro de 1871, chegaram à cidade de Petrópolis, a madre fundadora da Congregação, madre Bárbara da Santíssima Trindade, e as madres Isabel do Preciosíssimo Sangue, Maria de Jesus, Teresa dos Prazeres de Nossa Senhora e Estanislau da Assunção. As irmãs já tinham bastante experiência na área da educação brasileira, pois apesar da origem alemã, a congregação já estava habilitada no Brasil para a educação doméstica como constata a reportagem do jornal *O Apóstolo*¹⁰⁸ (Figura 50).

Figura 50 - Jornal O Apóstolo¹⁰⁹.



Fonte: Biblioteca Nacional.¹¹⁰

¹⁰⁶ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

¹⁰⁷ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

¹⁰⁸ Biblioteca Nacional, ano VI nº3 – O Apóstolo – 15 de janeiro de 1871. p. 22.

¹⁰⁹ O texto correspondente à Figura 50 é: “São encarregadas do ensino e direcção interna do estabelecimento as religiosas da Congregação de Maria, em número de cinco, Instituição esta de origem Alemã, e muito habilitadas para o ensino, e muito principalmente para a educação doméstica, pois é o fim a que se destinam.”

¹¹⁰ Biblioteca Nacional, ano VI nº3 – O Apóstolo – 15 de janeiro de 1871. p. 22.

Padre Siqueira pagou a passagem das 05 congregadas do Sagrado Coração de Maria, de Porto Alegre à Corte, no Rio de Janeiro e, depois, o próprio sacerdote foi buscá-las para levá-las a Petrópolis. Ao subir a serra de Petrópolis, o que se passava no pensamento do sacerdote e das religiosas, que, de certa forma, possuíam a missão de iniciar uma Obra para a educação da pobreza, numa época em que a mulher não tinha participação social e nem grandes acessos ao saber e à escola. A superiora da congregação do Sagrado Coração de Maria, madre Bárbara da Santíssima Trindade, mais conhecida como Bárbara Maix (Figura 51), sobe a serra de Petrópolis provavelmente com o intuito de fazer parte da história das meninas desvalidas.

Figura 51 - Parte da capa do Livro sobre a vida de Bárbara Maix¹¹¹.



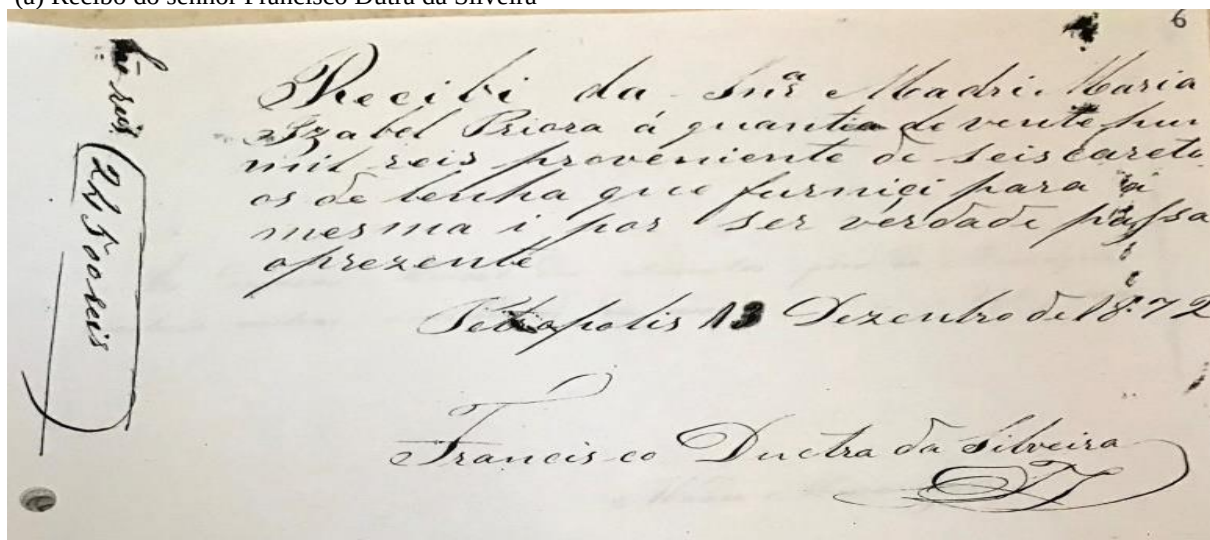
Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 2010.

¹¹¹ Bárbara Maix. Fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Bárbara Maix nasceu e foi batizada aos 27 de junho de 1818, em Viena, na Áustria. É a nona filha de José Maix, empegado do palácio de Schonbrunn, em segundas núpcias com Rosali Mauritz. Bárbara viveu sua infância e adolescência na família. Seu lar foi atingido pela pobreza, doenças e mortes. Muito cedo aprendeu a ser corajosa paciente e esperançosa. Aprendeu a confiar na Providência Divina. Aos 15 anos ficou órfã de pai e mãe e viu-se obrigada assumir a vida e seus desafios. Aos oito de maio de 1843, deu início a uma vida em comum, constituiu uma nova forma de Vida Religiosa, animada pelo espírito missionário. Foi perseguida e presa. Veio para o Brasil aos nove de novembro de 1848 com outras congregadas. Foram acolhidas e hospedadas no Convento Nossa Senhora da Ajuda, no Rio de Janeiro. Em oito de maio de 1849, fundou a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Bárbara e as primeiras Irmãs assumiram a causa das crianças e jovens em Orfanatos e Escolas. No dia três de julho de 2008, o Santo Padre Bento XVI autorizou a promulgação do Decreto referente às Virtudes Heróicas da Serva de Deus, Maria Bárbara da Santíssima Trindade, Fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Com este Decreto, Bárbara Maix é proclamada Venerável, na Igreja. Fonte: Um compromisso com a vida: Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

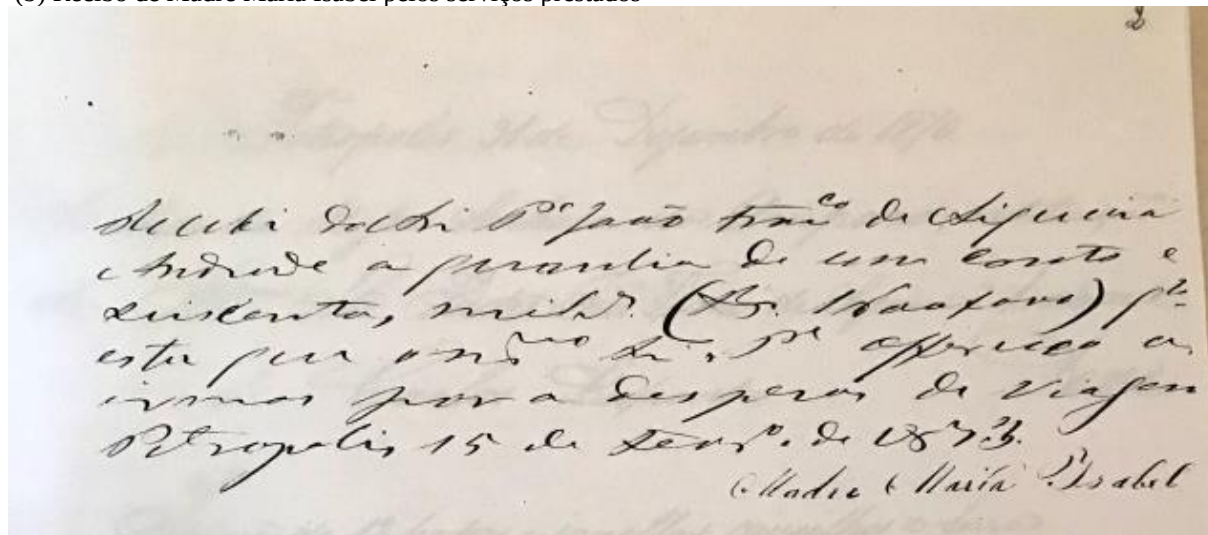
Bárbara Maix e mais 04 congregadas, vem para Petrópolis, conforme já relatado, a pedido do padre Siqueira, no ano de 1871 para assumir a direção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo até o ano de 1873 quando, então, falece. Com o seu falecimento, uma das congregadas, madre Maria Isabel, que já ajudava bastante madre Bárbara em suas funções, assume a direção da Escola, a partir de dezembro de 1872, e começa a ser responsável por tarefas, como receber e realizar pagamentos. Madre Isabel pagava fornecedores e recebia salário por seus serviços prestados e para despesas de viagens, conforme os documentos da Figura 52 (a e b).

Figura 52 - Recibo¹¹².

(a) Recibo do senhor Francisco Dutra da Silveira



(b) Recibo de Madre Maria Isabel pelos serviços prestados



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1872 e 1873

¹¹² O texto correspondente à Figura 52 (a) é: “Recebi da Irmã Madre Maria Izabel Piora à quantia de vinte um mil reis proveniente de seis caretas de lenha que forneci para a mesma i por ser verdade passa aprezent. Petrópolis, 13 de dezembro de 1872. Francisco Dutra da Silveira.” (b): “Recebi do Sr^o Padre João Francisco de Siqueira Andrade a quantia de um conto e seiscentos mil reis (1,600\$000), quantia esta que eu mesmo Sr. Pe. Ofereço às Irmãs para despesas de viagem. Petrópolis, 15 de fevereiro de 1873. Madre Maria Isabel.”

Madre Maria Isabel já exercia certa liderança na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo mesmo antes da morte de Bárbara Maix, em dezembro de 1872, realizando pagamentos em nome da Instituição. Mas, somente assume o cargo oficialmente em 1873. Há indícios de que antes de ser diretora da Escola, Maria Isabel não recebia por serviços prestados, apenas, auxiliava a congregação.

As mulheres começam a tomar “seus lugares” na Obra do padre Siqueira. Além das congregadas do Sagrado Coração de Maria, assumem tarefas as colaboradoras a viúva Mayer e suas filhas Maria Gertrudes Mayer e Mariana Hamberger (Figura 53) estas, davam aulas diárias para as meninas, provavelmente, desde o ano da fundação da Escola. Segundo Vasconcelos e Rodrigues (2011, pág. 70), “os colégios de meninas, na Petrópolis, se destacavam não apenas pelo público atendido, mulheres filhas da elite que pretendiam buscar uma educação europeia, como atraíam a atenção de educadoras [...] que buscaram aplicar suas concepções sobre educação”. Por outro lado, essas distintas senhoras, não queriam educar a elite e ampliar suas concepções, mas estavam dispostas a colaborar para mudar o rumo da vida de cada aluna que se encontrava no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, meninas pobres, sem uma condição digna de viver.

Figura 53 - Viúva Mayer (ao centro) e sua filha Maria Gertrudes Mayer (à direita) e Margarida Mayer (à esquerda).



Fonte: Álbum de fotografias da Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1873.

Em 1874, Mariana de Hamberger (Figura 54), ex-freira da Congregação do Sagrado Coração de Maria também chega à cidade de Petrópolis, possivelmente retornando para a congregação e assume a direção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, mas não

exerce o ofício sozinha, conta com a colaboração de outras senhoras e congregadas que já estavam morando na Instituição. Analisando as fontes dos registros de recibos e de pagamentos assinados, foi possível perceber, que entre os anos de 1874 e 1885, consta o nome de várias diretoras na Escola: D. Jesuína, D. Eufrosina, D. Mara Carolina, D. Mariana Rosina Hamberger e D. Teodora de Schaeft. Havia, então, uma espécie de colaboração entre as irmãs da Congregação e as filhas da D. Ana Maria Mayer (viúva Mayer), além de outras mulheres.

O álbum de fotografias que se encontra na Sala-Museu, no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, foi também importante para a produção historiográfica das diretoras, e, é claro, problematizado e relacionado a outras fontes, sendo válido ressaltar que, “diante de fontes fotográficas, o historiador não pode prescindir de métodos de análise que partam das especificidades da imagem, mas que devem alcançar sempre uma perspectiva plural, relacionando-a com outras” (LIMA; CARVALHO, 2013, p. 45). Por outro lado, “as imagens, assim como os textos e testemunhas orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica” (BURKE, 2004, p. 17).

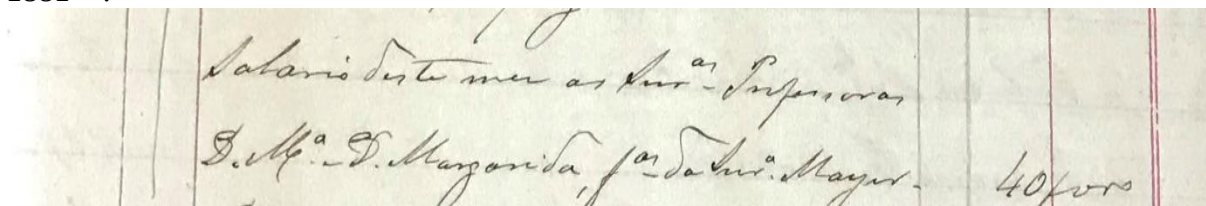
Figura 54 - Mariana de Hamberger, diretora da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874.

Todas as professoras e diretoras, quando assumiam o cargo de direção eram devidamente contratadas e recebiam salários para a função que exerciam (Figura 55). Encontrase no livro de registro de despesas do ano de 1881, no mês de dezembro, a despesa com o pagamento de d. Maria e d. Margarida, filhas do senhor Major, o que indica que as mulheres viúvas, como a viúva Mayer, precisava sustentar as suas filhas.

Figura 55 - Despesa com pagamento de professores registrado no livro de despesas do ano de 1881¹¹³.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1881.

No ano de 1876, a Irmã Francisca Pia, sobrinha do padre Siqueira e apelidada pelas crianças de “Mamãezinha” chega à cidade de Petrópolis, aos 20 anos para auxiliar o tio na Escola. Assume a direção nos anos de 1876 até aproximadamente 1909.

3.4 O saber e o fazer

Os detalhes da Escola foram idealizados pelo sacerdote, a vida diária, os estudos as matérias a serem lecionadas e os trabalhos da casa a serem realizados pelas meninas. Dizia: “[...] todas deverão se prepararem para viverem do seu trabalho, quer como criadas ou governantes da casa, conforme o sistema seguido na Europa ou como professoras as que se habilitarem para o magistério, quer constituindo-se em família, pelo casamento” (SIQUEIRA, 1877). Ao analisar os decretos regulatórios da Escola na época em que o padre orientava a formulação das disciplinas curriculares a serem lecionadas, percebe-se que ele definia a doutrina cristã e a história sagrada, como disciplinas iniciais para a vida, e os arranjos domésticos e o bordado como a forma de instruir as alunas para os afazeres domésticos. Segundo Mauad (2018), à época a instrução das meninas variou e, apesar de manter a valorização das habilidades manuais e dos dotes sociais, já se encontrava no currículo das escolas, um conjunto de disciplinas e de obras de agulha de todas as qualidades.

A Escola começa a tomar seu curso e a educar as meninas com aulas diárias, instruções, orações e apontamentos domésticos, tudo isso fazia parte do currículo da Escola, seja ele oculto

¹¹³ O texto correspondente à Figura 55 é: Salário deste mês as Sr.ª professoras D. Maria e D. Margarida, filhas do Sr. Major. 40\$000

ou visível, o currículo tem diversos significados que vão além das disciplinas. Para Silva (2005, p. 150), “o currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade”. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. Pensar nos significados dos espaços e do território em que todas as meninas foram educadas é, sem dúvida alguma, uma ação de tentar entender o saber-fazer no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. O currículo eleito para a Escola, “é também um processo de invenção social, que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não” (SILVA, 2005). A construção social do currículo escolar (OLIVEIRA, 2012) e o conjunto de práticas, regras, rituais visam inculcar certos valores e normas de comportamentos (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

As meninas viviam sob essa ótica de transformação dos saberes escolares em saberes sociais e vice-versa, Vasconcelos e Boto (2020) corroboram com essa discussão trazendo à tona a escola como uma instância de socialização, que transmite formas de agir, de sentir e de compreender o mundo. Pode-se dizer, então, que ao analisar os diversos documentos da Escola e, principalmente os egodocumentos do sacerdote, sua ideia era a de que “a mulher pobre [pode vir] a ser além de uma boa e futura esposa, uma digna empregada no santuário das famílias, bem como ajudar o próprio governo na direção e governança de escolas e asilos que muito cedo ver-se-á forçado a criar pelo interior” (JORNAL MERCANTIL, 1875)¹¹⁴. Dessa forma, as alunas seriam “formadas” para transmitir os valores que aprendiam no interior da Escola, além de serem inseridas em situações próprias projetadas para que, no futuro, se tornassem mães, professoras e diretoras.

A cultura escolar da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo trazia em si uma gama de práticas que expressava a maneira pela qual as meninas deveriam ser educadas para viver em sociedade: “organiza(va) um mundo sócio-histórico com características próprias: ritos, atos e linguagens” (VASCONCELOS; BOTO, 2020). As orações diárias pela manhã voltadas para os benfeitores, os afazeres domésticos e as aulas, principalmente as de religião, indicavam um currículo oculto existente na Escola, que acolhia as meninas pobres desvalidas e as conduzia para ser mães de família e/ou professoras, promovendo, conforme citado por Vasconcelos e Boto (2020), “a instância intermediária entre a família e a vida social”. Para ser inserida em uma vida social, era preciso mais do que a cultura oral e “a escola [era] a instituição voltada a ensinar a criança a lidar com os códigos da cultura escrita” (VASCONCELOS;

¹¹⁴ Biblioteca Nacional. Jornal Mercantil, 1875, Ed.08, Ano XIX, p.2.

BOTO, 2020). (idem). Ainda tomando como base os escritos de Vasconcelos e Boto (2020), a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo exercia a função de proporcionar o “aprendizado de valores e códigos de comportamentos considerando adequados e condizentes com o que a sociedade entende ser importante” (p.15).

A ação pedagógica de fazer o que se aprendia em uma rotina diária era o que mais se exercia na Escola, as meninas eram divididas por idade e por aptidões. Maria Celi Chaves Vasconcelos em: *Ensinos e contos: Maria Amália Vaz de Carvalho e sua estratégia para a educação da mulher* (2020) coteja com a discussão acerca da importância do letramento feminino, até mesmo, para as criadas. A autora traz apontamentos acerca de temáticas discutidas por Maria Vaz de Carvalho que, em seu tempo, aponta o comportamento feminino, a formação adequada para gerir a casa, cuidar dos filhos e desempenhar os papéis reservados a ela na sociedade. (VASCONCELOS, 2020, p. 1518). O texto traz nuances de Maria Vaz de Carvalho que pensava em uma educação onde as meninas que não demonstrassem disposições mais elevadas, deveriam receber uma educação para o seu futuro papel na sociedade, ou seja, o de criadas, devendo ser ensinado a elas a leitura, a ortografia e alguns elementos de aritmética; já as que demonstrassem manifestações inequívocas de claro e perspicaz entendimento deveriam ir para uma casa de educação que as preparassem para serem futuras professoras (VASCONCELOS, 2020). De certa forma, o ideal de educação do padre Siqueira, corrobora com essa prática. Para ele, todas, de certa forma, realizavam práticas do ofício que lhes eram ensinadas e, para as mais inteligentes, havia um outro destino o ensino do professorado. Mas, todas eram educadas para serem boas mães de famílias. Ao organizar a Escola dessa forma, fica em evidência a preocupação do padre com a “classe pobre, em que também há mulheres muito dignas por sua piedade que não só abraçariam o magistério, como alugariam serviços, não estão preparadas; faltam-lhes, em geral, método de trabalho e instrução” (RELATÓRIO, 1877).

Partindo de uma leitura mais apurada, a partir do estudo e análise de outros documentos relativos ao padre e à própria Escola, é possível detectar vestígios do que poderia ter sido encarado por ele como um método possível de aplicação na sua Escola, tendo em vista as suas observações em relação à estrutura e à aplicabilidade do ensino nas escolas públicas e particulares. Por outro lado, em um dos seus egodocumentos, produzido no ano de 1880, verifica-se uma passagem em que escreve: “encontrei muitos defeitos no método de ensinar e em outros pontos essenciais, cuja individuação seria longa, sobretudo em relação às meninas pobres” (RELATÓRIO, 1880). Traçando um paralelo com as outras informações colhidas acerca do seu caminhar e dos seus ideais pedagógicos, é possível entender que, além da organização das meninas por idade, aptidão, padre Siqueira, entretanto, também olhava para

aquelas que revelavam maior inteligência e ministrava maior cultura de modo que se preparassem para serem professoras. No relatório apresentado no ano de 1877 deixa isso transparecer, “entretanto, aquelas que revelam inteligência e maior soma de aptidões, lhes é ministrada cultura de modo a se prepararem para o professorado; e então fazem todos os exercícios apropriados ao magistério, vão sendo desde logo encarregadas de ajudar na direção e ensino de suas discípulas e a inspeção da casa” (RELATÓRIO, 1877).

O próprio sacerdote chega a criticar os asilos da corte comentando: “nos asilos da corte encontrei muitos defeitos no método de ensinar e em outros pontos essenciais, cuja individuação seria longa, sobretudo, com relação às meninas pobres” (RELATÓRIO, 1880). É válido compreender que a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de Primeiras Letras, foi a primeira grande lei educacional do Brasil, mas reduzia os estudos das meninas a ler, a escrever, às quatro operações de aritmética, à prática de quebrados, aos décimos e às proporções. Excluía das meninas as noções mais gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina católica e apostólica, essas eram somente ministradas aos meninos. Por outro lado, acrescentava as disciplinas de prendas, economia e arranjos domésticos. De acordo com essa legislação, as meninas e os meninos deveriam estudar separadamente. Como a intenção do sacerdote era a de formar mulheres, mães e professoras, todas com os princípios católicos, com certeza, não aderiu a esse modelo de escola.

Seguindo ainda o entendimento acerca das regulamentações, a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte (1331-A, 1854) não mencionava tanto as meninas, o que demonstrava que a instrução para o sexo feminino não consistia em prioridade. Para o regulamento de 1854, a instrução para meninos e meninas mantinha-se separada e em locais distintos. Mas, houve uma pequena mudança no currículo relativo às aulas dos meninos. Para eles, estabelecia o ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias e, para as meninas, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar seriam ensinados suficientes, acrescidos de aulas de agulha bordados e costura. (SCHUELER, 1999). O entendimento sobre as legislações possibilita compreender qual foi o modelo de matriz curricular escolhido pelo sacerdote para a sua Escola com disciplinas estabelecidas pelas regulamentações próprias da época. O padre deixou escrito em diversos documentos que “as educandas aprendiam a ler e escrever, contabilidade e doutrina cristã, faziam suas semanas de cozinhar, lavar, engomar e todas as obras de agulha, bem como trabalhavam em horticultura e jardinagens” (RELATÓRIO, 1877). Ainda colaborando com essa discussão, Vasconcelos (2020), sinaliza que para Maria Vaz de Carvalho o ensino comum às filhas das camadas mais

desvalidas da população recebia pouca instrução. Os asilos de caridade empenhavam-se em preparar a maior parte das meninas para serem criadas nas casas, assim, o currículo limitava-se somente a:

ensinar a ler, escrever, contar, coser, marcar, borbar de branco, bordar com cabelo, fazer crochê, toar órgão e, em algumas, a gramática, história, geografia, etc. Assim, de cada cem, [...] apenas dez meninas, mais tarde aproveitariam desse gênero de estudos, com inteligência para se tornarem mestras régias, caixeiras de alguma pequena loja ou mesmo professoras particulares se houvessem progredido no estudo e adquirido uma instituição mais sólida e mais profícua (VASCONCELOS, 2020 p. 1529).

As matérias a serem cumpridas no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foram estabelecidas como se demonstra no Quadro 7:

Quadro 7 - Matérias de ensino.

Matérias de Ensino
Doutrina cristã e história sagrada.
Ler e escrever bem a língua nacional e as quatro operações.
Arranjos domésticos.
Costuras, bordados, tecidos e flores.
Cozinha, lavagem e engomado.
Cultura de horta e jardim no que diz respeito à sua conservação ou tratamento das plantas.

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Programa apresentado ao imperador, 1868.

É importante ressaltar que essas disciplinas foram as primeiras que fizeram parte do Programa¹¹⁵ apresentado ao Imperador d. Pedro II para iniciar os trabalhos de construção da Escola. No referido Programa, também há destaque para as duas classes de meninas, ou seja, a primeira classe para alunas de 7 a 12 anos e a segunda classe, de 12 a 18 anos. Em 1870, quando já havia a autorização de funcionamento da Escola, padre Siqueira faz um adicional ao Programa¹¹⁶ apresentado ao imperador. Neste, acrescenta disciplinas na organização curricular da Escola (Quadro 8).

Quadro 8 - Disciplinas acrescentadas em 1870.

Matérias de Ensino
Doutrina cristã
Ler e escrever bem a língua nacional e as quatro operações da aritmética.
Exercício de leitura em livros piedosos, história sagrada e música de canto.
Todas as obras de agulha, costura, bordados, tecidos, flores, calçados de lã, chapéus etc.
Cozinhar, lavar e engomar.
Doces ou confeitarias.
Tratar de hortaliças e flores etc.

Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional. Diário de São Paulo, p. 3, 1872.

¹¹⁵ Programa apresentado ao Imperador d. Pedro II em julho de 1868. Sala-Museu Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. No documento original, já é apresentado o nome de Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

¹¹⁶ Adicional ao Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Arquivo Biblioteca Nacional Digital – Diário de São Paulo, p. 3, 1872.

Quando o referido documento foi totalmente esgotado, ou seja, não havia mais cópias físicas, padre Siqueira imprime novamente o Programa¹¹⁷ no ano de 1873. No que tange ao currículo escolar, mais uma vez a matriz é modificada (Quadro 9), possivelmente, de acordo com a necessidade de ampliação de conteúdos e práticas pedagógicas, realizadas no interior da casa. As disciplinas ficaram assim organizadas:

Quadro 9 - Disciplinas acrescentadas em 1873.

Matérias de Ensino
Doutrina Cristã
Ler e escrever corretamente a língua nacional e as quatro operações fundamentais da aritmética.
Exercício de leitura em livros piedosos, história sagrada e música de canto.
Obras de agulha, costura, bordados, tecidos, flores, calçados de lã, chapéu etc.
Cozinhar, lavar e engomar.
Confeitaria.
Conhecimento prático de horticultura e jardinagem vulgares.
Práticas na enfermaria da casa.

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1873.

Em 1874 e 1875¹¹⁸, o Programa foi reimpresso, mas as alterações em seu teor não foram acerca do currículo da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Já em 1876, o documento¹¹⁹ é reimpresso com algumas alterações, principalmente no que tange ao currículo escolar, conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Alterações das Disciplinas do ano de 1874 e 1875.

Matérias de Ensino
Doutrina Cristã e Moral.
Leitura e escrita.
Noções de gramática portuguesa.
Aritmética até decimais.
Elemento de sistema métrico.
Exercício de leitura de livros piedosos e história sagrada.
Canto coral.
Costura, bordados, trabalhos de agulha e flores.
Cozinha, lavagem e engomado de roupa.
Confeitaria.
Elementos com exercícios práticos de horticultura e jardinagem.
Economia doméstica.
Prática na enfermaria da Escola.

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874 e 1875.

¹¹⁷ No documento original encontramos a denominação de Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

¹¹⁸ No documento original não houve nenhuma alteração acerca da matriz curricular.

¹¹⁹ Documento original entregue à Princesa Isabel no ano de 1876. No teor do documento há a explicação sobre as ingênuas e desvalidas. Padre Siqueira, nesse último relatório, tentou direcionar o trabalho da escola para as ingênuas, mas não foi autorizada pela Princesa Isabel que alegou ser responsabilidade do Estado, conforme dito anteriormente.

Os saberes instituídos pela Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo compreendiam uma educação moral, religiosa, intelectual e física para as meninas. O currículo escolar foi construído com base nos fins que a Escola se propunha, voltado para uma formação geral para a qual as discentes deveriam aprender os saberes numa ordem dialógica: teoria/prática. A ideia de uma educação por aptidão e por inteligência também estava relacionada à falta de professores capacitados para lecionar para as meninas, dessa forma, a intenção era de que as próprias alunas se tornassem professoras da própria casa, como o sacerdote relatou essa intenção.

Conhecendo que uma das verdadeiras necessidades era a aquisição de senhoras idôneas para o ensino, as dificuldades que há de encontrá-las nacionais habilitadas para assumirem a direção de qualquer instituição pia, e mais ainda de fazê-las vir da Europa, devia, por certo, aproveitar-me já da parte do edifício que se acha pronta para pôr em prática a convicção que sempre tive, de que é da classe pobre e do seio da própria escola que elas deveriam sair, embora adiasse a conclusão do edifício para inaugurá-lo mais tarde com um completo pessoal docente tirado dentre elas. (JORNAL MERCANTIL. 1875)¹²⁰.

Ainda sobre a metodologia aplicada na Escola e em cada disciplina e a classificação das meninas por aptidões, o sacerdote também escreve que: “ainda mais convencido fiquei da eficácia e preferência deste método depois das observações que tenho feito a respeito da educação dos ingênuos e dos sacrifícios que tenho dificilmente superado antes de organizar o pequeno pessoal que atualmente me coadjuva” (JORNAL MERCANTIL, 1875)¹²¹.

Fazendo uma leitura dos documentos e das matrizes de conteúdos acerca da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, é possível perceber que a intenção do sacerdote era a de educar as meninas para o trabalho próprio à sua condição, ou seja, à sua aptidão: seja como professora, como boa mãe de família ou como “alugada” em casa de família. Implantar esse modelo de escola na cidade de Petrópolis representava uma mudança na educação da cidade e quem sabe até na Província do Rio de Janeiro. Padre Siqueira tinha noção de que o que estava fazendo era algo novo e apresentava em seus relatos a seguinte colocação: “é um sistema novo em nosso país, porém, muito antigo na Alemanha e em outros países da Europa, onde as meninas pobres são educadas em estabelecimentos especiais para crianças e são ali procuradas ou por si mesmas vão procurar empregos no seio de famílias opulentas, onde sempre são felizes” (GAZETA DE CAMPINAS, 1872)¹²².

¹²⁰ Biblioteca Nacional. Jornal Mercantil, 1875, Ano XIX, Ed. 35, p. 1,2 e 3. Apelo ao Povo.

¹²¹ Biblioteca Nacional. Jornal Mercantil, 1875, Ano XIX, Ed. 35, p. 1,2 e 3.

¹²² Biblioteca Nacional. Jornal A Gazeta de Campinas, Ano III, 1872, Ed. 280, p.2. Apelo à Província de São Paulo.

3.5 Os Estatutos e suas temporalidades

“Os espaços históricos se constituem graças ao tempo, que nos permite percorrê-los e compreendê-los, seja do ponto de vista político ou do econômico” (KOSELLECK, 2014, p. 09). Dessa forma, é importante compreender as mudanças no Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo conforme as temporalidades, olhar para o passado como um espaço de experiência, focar no futuro como expectativa (KOSELLECK, 2014). Esse foi, sem dúvida, um movimento realizado pelo sacerdote para escrever, em cada tempo, as mudanças necessárias no Estatuto da Escola. É importante ressaltar que em 1854 começam as primeiras ações, através de um Decreto Imperial, para o recolhimento de meninos que vagavam nas ruas, enquanto as meninas desvalidas indigentes eram recolhidas, há tempos, na Santa Casa da Misericórdia¹²³. Começa, então, no Brasil Império, a ampliação de instituições destinadas a atender a crianças e adolescentes órfãos, pobres e abandonados (FRANCISCO, 2011).

Quando o sacerdote escreve em 1868 o primeiro Estatuto, que, conforme já citado, foi entregue ao Imperador d. Pedro II para seu conhecimento e autorização da obra, tinha a ideia de uma Escola para meninas pobres. Conforme o tempo passou, as mudanças políticas forçaram ajustes no documento. O primeiro Estatuto traz informações claras acerca de todo o andamento e rotina da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, apresenta o nome da Escola e a sua finalidade: “seu fim é dar uma educação apropriada às meninas pobres para servirem em casas de famílias, como alugadas.” (ESTATUTO, 1868).

O primeiro documento explicita informações sobre a administração externa da instituição, relatando que dois sacerdotes estariam à frente da obra e relata que as irmãs de caridade tomariam conta do ensino e da direção das meninas. Discorre sobre as matérias que seriam lecionadas, registra que somente seriam admitidas meninas de 7 a 12 anos de idade órfãs ou de famílias pobres e comenta sobre o livro de matrícula para registro das alunas. Também deixa explícito que a Escola não aceitaria crianças de saúde valetudinária ou aquelas que tiverem defeitos físicos e reitera que logo que o estabelecimento tenha maiores proporções receberá também crianças que não necessitem mais serem amamentadas, abrindo possibilidades para crianças menores. Ressalta que a menina que completar 18 anos de idade estará apta a seguir seu destino, porém, ficará sob a proteção da Escola até os 21 anos de idade. Deixa bem evidente que as meninas serão entregues para servirem como “alugadas” a famílias, ou

¹²³ No Brasil, a atuação dessas instituições apresentou duas fases: a primeira, compreendeu o período de meados do século XVIII até 1837, de natureza caritativa; a segunda, o período de 1838 a 1940 com preocupações de natureza filantrópica. <https://www.cmb.org.br/cmb/index.php/institucional/quem-somos/historico>. Acesso em: 18 de Set. 2021.

destinadas a trabalhar em colégios, desde que recebam por isso e que os pais e ou os tutores podem retirar as meninas quando quiserem. Destaca que todos os arranjos da Escola serão simples e os serviços destinados às meninas, inclusive a costura de roupas para uso diário. Por fim, encerra o documento afirmando que os artigos do Programa servirão como base para a organização da Escola¹²⁴.

Em 1870, imprime-se novamente o Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e realizam-se algumas alterações em seus artigos, mantendo-se a finalidade do estabelecimento – educar meninas desvalidas – porém, acrescentam: “sem distinção de classe ou de cor nos misteres domésticos e no santo temor de Deus” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1872)¹²⁵. É ampliada a administração da Escola para uma superiora regente e mais 04 congregadas e informa-se que receberá meninas a partir de 05 anos de idade, sem distinção de classe, de cor ou de origem, além de reforçar sobre os documentos necessários para a admissão. Novamente se escreve sobre a retirada das meninas da Escola e a questão do casamento. Descreve-se o contrato das meninas para algum emprego doméstico, casamento ou qualquer outra posição na qual vierem a ocupar. É importante ressaltar que no capítulo que descreve as condições de contratos, padre Siqueira relata sobre a impossibilidade de que as meninas viessem a ser escravas ou outro tipo de trabalho sem liberdade. O padre acrescenta um capítulo que aborda os trabalhos realizados pelas alunas, as visitas das famílias ao estabelecimento, sobre a religião, a função do capelão, sobre o único uniforme para todas as meninas e, por fim, faz um capítulo especial ressaltando acerca de como devem efetuar os casamentos.¹²⁶

Em 1871, ano da inauguração da Escola e da Lei do Ventre Livre¹²⁷, a questão da criança pobre ficou em bastante evidência, com uma associação direta entre crianças escravizadas livres e crianças abandonadas, órfãs e desvalidas (FRANCISCO, 2011). Em 1872, o padre não muda em nada o Estatuto, apenas faz uma introdução, relatando que a Escola já estava com 30 meninas, mas tinha capacidade para 300. Agradece à caridade realizada por todos os benfeitores até o momento, além de chamar atenção para a folha introdutória do Estatuto: “adicionando a este Estatuto mais esta folha, tenho em vista comemorar o dia de hoje, 19/03/1872 (acréscimo nosso), o mais solene da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, o da Primeira

¹²⁴ -Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868, OS-3, A. 04.36. Apresentado ao Imperador em 15 de julho de 1868 (o documento completo encontra-se no ANEXO C).

¹²⁵ Biblioteca Nacional Digital – Diário de São Paulo, p. 3, 1872.

¹²⁶ Biblioteca Nacional. Diário de São Paulo, p. 3, 1872- Ano VII (Documento completo encontra-se no ANEXO D).

¹²⁷ Por esta lei, toda criança filha de escrava, que nascesse a partir daquela data não era mais escravo, mas livre. A mãe continuava escrava, mas a criança era livre. Até os oito anos, a criança ficava com a mãe. Depois dessa idade, se fosse embora, o senhor da mãe recebia uma indenização do estado, mas a criança não recebia nada. Caso contrário, ficaria até os 21 anos de idade prestando serviços ao senhor (FRANCISCO, 2011).

Comunhão de parte das suas educandas, ato a que assistiram Suas Altezas Imperiais” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1872)¹²⁸.

Em 1873 faz pequenos ajustes com acréscimos à introdução do documento que ganha bastante teor: explicita detalhes de suas intenções e relata que o sexo feminino é o mais exposto e melindroso. Na finalidade da Escola aparece, nessa versão, o nome de seu amigo Francisco de Castro Bacellar¹²⁹, apontando que ele será o seu superintendente. Para a direção da Escola, indica que o estabelecimento será dirigido por senhoras brasileiras e terá por finalidade educar meninas desvalidas de proteção e amparo, sem distinção de classe, cor ou origem. No mais, relata sobre a admissão, retirada das alunas, condições de contratos, obras realizadas, visitas, religião, vestuário.¹³⁰

O documento é reimpresso no ano de 1874 e traz uma nova introdução que explicita detalhes sobre os benfeitores, e seus amigos e, é claro, novamente Francisco de Castro Bacellar. O Padre não muda praticamente nada no teor do documento, apenas o deixa mais claro sobre a retirada das meninas da instituição¹³¹. Em 1875, novamente o documento foi reimpresso, mas não houve nenhuma alteração em seu teor.¹³² No ano de 1876, padre Siqueira vai refazer nos mínimos detalhes o Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, com uma introdução do “novo” documento e mudando bastante suas cláusulas. É importante ressaltar que, agora, aparece na finalidade da Escola o seguinte: “tem por fim, receber gratuitamente, meninas desvalidas, menores de 10 anos; e, mediante contribuição pecuniária que for estipulada, as ingênuas, em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871, que o Governo quizer para aí mandar, de acordo com o Diretor” (ESTATUTO, 1876).

Sobre a administração da Escola, já menciona que, após a sua morte, ressalta as competências do diretor da Escola e que um sacerdote brasileiro deverá ser nomeado pelo Bispo Diocesano para este cargo. Acrescenta um capítulo acerca do patrimônio da Escola e outro sobre a direção interna, institui a admissão com a idade de 04 anos para entrada na Escola, amplia o discurso acerca da retirada das meninas e chega a comentar sobre as possíveis filias

¹²⁸ Biblioteca Nacional Digital – Diário de São Paulo, p. 3, 1872.

¹²⁹ Será mais detalhado no próximo capítulo.

¹³⁰ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. PS-5, A.05.59. (Documento completo encontra-se no ANEXO E).

¹³¹ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. 1874. PS-05, A.05.61.(Documento completo no ANEXO F)

¹³² Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. 1875. OS-5, A.05.61 (Documento completo encontra-se no ANEXO G).

da Escola.¹³³ É importante ressaltar que esse Estatuto foi entregue à princesa Isabel e não obteve a sua autorização, conforme já comentado anteriormente no capítulo 2.

A questão central da legislação nas primeiras décadas do Brasil Império, conforme Fortes (2007), diz respeito à infância em torno do recolhimento de crianças órfãs e expostas, calcada na ideologia cristã de amparar a infância órfã e abandonada. A Igreja Católica, que exercia significativa influência nas searas política, e jurídica e representava as iniciativas privadas de cunho religioso e caritativo, praticava medidas de caráter assistencial com fim precípua de recolher, corrigir e educar. Por sua vez, devido a essa influência, a administração pública agia através das instituições católicas, que eram as primeiras a se preocupar com a questão das crianças e adolescentes órfãos e abandonados (FRANCISCO, 2011). Padre Siqueira, em seu último Estatuto, foca sobre essa infância que “aparentemente” não era cuidada pela administração pública.

Fortes (2007) salienta que, no que concerne à educação, é de se observar que, desde 1808, essa preocupação já se faz presente e que, a partir da década seguinte, inicia-se o controle voltado para o ensino religioso e para a salvaguarda dos costumes (FRANCISCO, 2011). Em consequência, a partir da segunda metade do século, leis e decretos começam a ser criados no sentido de regulamentar o ensino primário e secundário com a criação de escolas públicas de instrução primária.

De acordo com Zaluar (1999), o século XIX finda como um período de significativas transformações no Brasil, como o aumento da urbanização e industrialização, que acarretam o crescimento e a concentração das populações urbanas e, conseqüentemente, uma expressiva quantidade de crianças sem acesso à escola. Ainda nos finais do século XIX, chegam ao Brasil ideias de que para a solução do problema da moralização compulsória da infância, certas medidas deveriam ser aplicadas às crianças e as suas famílias. À luz desses conhecimentos, revigora-se a iniciativa intervencionista cimentada nas sociedades modernas na construção do ideal de homem. No fluxo desse movimento, diagnósticos embasados em receituários científicos procuravam referir-se à ideia da criança como gênese da sociedade (CAMARA, 2010). Proteger a infância, principalmente a mais pobre e desvalida, crianças que ainda muito pequenas, eram “introduzidas ao mundo do trabalho, especialmente das fábricas e das oficinas desenvolvendo atividades de risco”. (CAMARA, 2010, p. 221). Dessa forma, padre Siqueira deixa registrado em seu último estatuto que várias filiais da Escola deveriam ser criadas para amparar a infância pobre, desvalida e até mesmo a ingênua.

¹³³ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. 1876. OS-5, A.05.58. (Documento completo encontra-se no ANEXO H).

3.6 Os artefatos e os usos da escrita

O que é a escola, senão um edifício com suas salas de aula, carteiras escolares, lousas e quadras de esportes? (FURNARI; ZARANKIN, 2005). A cultura material da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo está distribuída por meio de um repertório de materiais da cultura escolar, desde o prédio até as lousas, passando por manuais, uniformes, cadernos escolares, instrumentos de escrita e os mais diversos materiais (ALVES, 2010). Conforme já citado no início deste capítulo, o prédio monumental da Escola levanta questões acerca de um lugar projetado para o cuidado das meninas desvalidas – todos os seus espaços, conforme pensado pelo próprio idealizador da Obra, o padre Siqueira, foram idealizados para acolher e educar essas meninas. Mas muitos outros fatores podem ser investigados pelas lentes da cultura material escolar transpassados por categorias que vão desde a arquitetura escolar até os mobiliários, utilizados nos usos das práticas escolares (Figura 56, a e b).

Figura 56 - Carteiras usadas pelas primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

(a) Carteira visão frontal



(b) Carteira visão lateral



Fonte: Porão da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Ao entrar novamente no edifício – vem a tona a imagem hipotética de que, subindo as escadas, vislumbram-se nas salas de aulas um conjunto de artefatos, cuja existência, uso e significado se ligam historicamente ao processo de escolarização (ALVES, 2010). Como pode ser visto na Figura 56 (a e b), o mobiliário integra parte de um acervo que traz questões de investigação. Esses mobiliários estavam guardados em um porão da Escola e, tomando como base as palavras de Souza (2007), guardados em “velhos baús”, os materiais escolares revestiam-se (revestem-se) de uma carga simbólica, constituindo-se em tesouros pessoais de

seus portadores, restos de sua infância ou testemunhos de memórias familiares, proporcionando a coleta de dados significativos sobre o material remanescente.

Esse material possibilita a pesquisa de onde as meninas estudavam, sentadas nas carteiras, que por muitas vezes ali riram e ou choraram; trouxeram suas tristezas ou alegrias; fadiga, na falta de vontade estudar, virtudes ou tantas outras coisas que passavam no pensamento de cada uma. Esses móveis contêm marcas de um passado que agora é interpretado com seus signos e significados, trazendo à tona diversas possibilidades de leituras. A memória materializada, apresentada na imagem, “recortada na ampla rede de relações culturais que constrói a escola e suas práticas, a cultura material escolar não pode, portanto, ser pensada fora dela” (ALVES, 2010). O mobiliário fazia parte daquele espaço que ali se encontrava organizado, pensado nos detalhes pelo próprio sacerdote como ele mesmo diz: “as salas de estudos, bem como as diferentes oficinas de trabalho já se acham acabadas e nada deixam a desejar no que respeita à extensão confortável e limpeza que exige uma reunião de tantas pessoas” (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870)¹³⁴. Essas salas, com seus mobiliários permitem a reflexão acerca da cultura material escolar e, a partir delas, construir problemas de investigação. Como esses artefatos eram usados? Quais eram seus usos sociais? Quanto tempo por dia eles eram usados? Entre outras questões.

Ao se observar as imagens, é perceptível os detalhes de que o lugar para o estojo e para a caneta era demarcado no próprio mobiliário. A mesa e a cadeira eram fixas, o que não permitia que as alunas a arrastassem. A determinação do lugar e a ordem das “carteiras”, também era demarcado, cada aluna tinha seu lugar. Ou seja, os saberes escolares eram transmitidos de tal maneira que ensinam às alunas um conjunto de esquemas ligados à organização da sociedade (LAURIZETE e DIVA, 2010). Verifica-se que a escola ensinava muito mais do que os conteúdos programáticos e que esses lugares – sala de aula- entre outros espaços também ensinavam o rigor, a disciplina e a atenção, formas de socialização considerada não como uma inculcação voluntária, mas como um modo de socialização às necessidades da sociedade da época.

Trazer os espaços de formação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo para a discussão é, sem dúvida, pensar os lugares da Escola, desde o prédio até os artefatos que o compõem como, por exemplo, os quartos das meninas (Figura 57, a e b), lugares que também exerceu uma função educativa. Havia horário para ir para os quartos, horário de silêncio e

¹³⁴ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano. 1870, Ed. 4172, ano XVII, p. 1 e 2. O sacerdote pede um relator para escrever o texto, mas ao final, assina toda a redação.

horário para sair dos quartos, ensinado certa ordem e disciplina para as educandas. Os quartos, também foram lugares de choros, rizadas, angústias e inquietações.

Figura 57 - Quartos das meninas¹³⁵.

(a) Visão da porta de entrada



(b) Visão de dentro do quarto



Fonte: Fotografia da autora, 2021.

As irmãs da Congregação, que zelam pelo espaço da Escola, no ano de 2021 quando a pesquisa estava em andamento, relataram que os quartos foram mantidos conforme os primeiros organizados pelo próprio padre Siqueira. Nas fotografias (a) e (b), os quartos são grandes, por isso, foi necessário, para ter uma visão mais ampla dos ambientes, fazer duas fotografias para

¹³⁵ É importante destacar que estas fotografias foram produzidas atualmente e que representam espaços utilizados pelas acolhidas dormirem. Segundo a irmã Neli do Santo Deus, tudo se mantém conforme era em 1871. Os móveis são de madeira maciça e foram adquiridos juntamente com outros mobiliários da Escola.

poder melhor analisar as imagens. Padre Siqueira deixa registrado em seus escritos a ideia de projetar: “grandes salões, construídos debaixo de todas as regras de higiene e comedidas, servirão de dormitórios” (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870)¹³⁶. Na fotografia (a), pode-se visualizar um armário mais ou menos no meio do salão, como se ele dividisse o quarto ao meio e cada cama tem o seu criado mudo. Esse grande armário de madeira dividia o quarto, fato que pode ser significativo se pensarmos em dois grupos de alunas, divididas nas camas do dormitório.

Percebe-se ainda várias janelas grandes no quarto, numa possível alusão às regras de salubridade propostas pelo padre. Na fotografia (b), há uma porta que dá acesso a outro quarto, possivelmente da pessoa – superiora ou aluna mais velha - que ficava responsável por aquele grupo de meninas e, se encontra no canto, próximo à janela, uma imagem de Nossa Senhora anunciando, um discurso religioso, comum para a Escola Católica. Michelle Perrot (2011) descreve o quarto como um lugar de práticas normalizadoras, um terreno de experiências, um local democrático e, por vezes, solitário. Os quartos das fotografias (a) e (b) eram das meninas menores e, como nos outros, revelam a disciplina a partir da organização das camas colocadas em fileiras – posicionadas nos lados esquerdo e direito, com o criado mudo acoplado.

Na Figura (58, a e b) pode-se observar um discurso mais significativo de vigilância, segundo as irmãs da Congregação que zelam pela Escola, este era o quarto das 05 meninas maiores, que eram vigiadas pela superiora que dormia no fundo, onde aparece uma cruz na parede.

Figura 58 - Quartos das meninas.

(a) Visão da porta de entrada



¹³⁶ Biblioteca Nacional. Jornal Correio Paulistano. 1870, Ed. 4172, ano XVII, p. 1 e 2.

(b) visão próxima ao quarto da superiora



Fonte: Fotografia da autora, 2021.

O discurso emitido pelo silêncio dos quartos também era o de sensação de vigilância, mesmo quando não houvesse a presença física de alguém – de alguma superiora, pois o quarto “foi um cadinho de civilização, ao mesmo tempo produtor de normas, lugar de criação e terreno de experiências” (PERROT, 2011, p. 326).

Entre os diversos momentos da história em que se presenciavam mecanismos reguladores direcionados à mulher, pode se considerar um exemplo clássico, aqueles que ocorriam em escolas confessionais, nas quais a educação era uma forma de moldar as mulheres, obedecendo aos padrões de feminilidade e submissão exigidos (VASCONCELOS; LEAL, 2014). Esse quarto, que fica no andar superior da Escola e divide a parede com a capela, possui quatro grandes vitrais coloridos que parecem portas, mas são apenas os vitrais da capela. Segundo Michelle Perrot (2011), “os quartos só excepcionalmente são ‘lugares de memória’, são muito particulares”, trazem narrativas de vida de cada aluna que ali se instalava. Talvez, se fosse possível estar com alguma aluna que dormiu nesses quartos, ela poderia contar fatos de brincadeiras realizadas, bagunças, talvez morte, repressão, tristeza entre tantas outras coisas que aconteceram naquele lugar. Nesses espaços as alunas viviam sob regras: a hora de deitar e dormir era sempre um comando. Pensando no espaço regulador ele “tende a se dividir em tantas parcelas [...]. A disciplina organiza um espaço analítico. E ainda, encontra um velho procedimento arquitetural” (FOUCAULT, 1987).

Lugar de repressão, de medo, de saudade, de vontade de ir embora, mas também lugar de alegrias, fraternidade, companheirismo etc. Quem dera “ouvir” a voz de Eulalia, a primeira

aluna a dormir nesse quarto. E das outras, Anna Mathilda, Leopoldina e tantas outras meninas pobres que foram para a Escola. Para que “neste estabelecimento pudessem ser verdadeiras mães de família, habilitam-se a, por si mesmas, guiarem seus futuros filhos no caminho da honra e do trabalho” (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870)¹³⁷. Será que era esse mesmo o sonho de cada acolhida. Ou esse sonho era da família pobre que não podia dar-lhes recursos. Quantas vezes o travesseiro de cada uma não ouviu rumores do que as esperava no futuro. Pensar no quarto como lugar de aprendizado é também repensar as diversas questões que se constituía dentro daquele espaço.

A ideia de coletividade do internato também é evidente por meio desses ambientes compostos por diversas camas, dispostas em linha reta. As redes de afeto produzidas nesse regime coletivo, disciplinador e hierárquico também se estabeleciam nessa disposição do quarto e da sala de aula, tudo dentro da escola/casa. Para Vinão-Frago (1997 *apud* Poletto, 2020), a divisão das classes nas salas de aula, a disposição das camas e a divisão dos dormitórios também nos incitam a pensar sobre como o mobiliário e os usos dos espaços internos são estrategicamente construídos. Comparando os dormitórios com as salas de aula, o alinhamento do caráter disciplinar é perceptível, o que permite verificar o quanto esses lugares contribuíram para o fortalecimento ou o enfraquecimento de construções de vínculos. Vivendo em regime de internado, as meninas ocupavam os espaços formativos no mesmo lugar, dentro da Escola, que era a casa e ao mesmo tempo a escola de cada uma. As diversas questões de subjetividades, de possibilidades e fragilidades estão todas imbricadas nesses espaços, pois a Escola foi a casa das meninas e de suas mestras. Acordavam, rezavam, estudavam, trabalhavam e dormiam, “todas eram obrigadas ao trabalho. Diversas artes serão ensinadas, desde a culinária até a música” (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870)¹³⁸. A presença da professora – mestra ou superiora na escola/casa representa um elemento de afirmação, talvez de medo, ou até mesmo de punição, porque no início das atividades da Escola, muitas mestras eram responsáveis pela orientação dos afazeres da casa. Mais tarde, as próprias alunas, na medida em que cresciam, iam assumindo algumas funções reservadas às mestras, ressaltando que muitas alunas não saíam da Escola após completar a idade para deixar o estabelecimento, permaneciam na instituição dando aulas já com a profissão de professora.

Ainda pensando na cultura material escolar, é a hora de descer as escadas e seguir para o pátio interno da Escola (Figura 59). Esse espaço também foi idealizado pelo sacerdote: “no centro do Edifício acha-se situada uma enorme área ou pátio circundado todo por uma bela e

¹³⁷ Biblioteca Nacional: Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

¹³⁸ Biblioteca Nacional: Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

vasta varanda aberta, permitindo assim, às alunas gozarem de recreio franco ao ar livre, mesmo nos dias mais chuvosos” (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870)¹³⁹.

Figura 59 - Pátio interno da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1917.

Para discutir algumas das relações que podem ser percebidas através da Figura 59¹⁴⁰, cabe um aprofundamento quanto ao seu uso como fonte histórica em que a sua materialidade instaura formas de viver, sentir, olhar e atuar sobre o mundo, ao mesmo tempo em que resulta de processos que, embora esparsos temporalmente, nela aparecem concentrados (ALVES, 2010). Ela faz parte de um tempo histórico, e precisa sempre ser confrontada com outras fontes. A análise semiológica oferece à fotografia um arcabouço teórico sólido que fortalece a relação entre a imagem e a realidade que um dia esteve em frente à câmera fotográfica (LIMA; CARVALHO, 2009). Semiologicamente, observa-se na imagem anterior um espaço aberto em que a Escola dispunha, com algumas janelas do prédio que davam para o pátio. Algumas casas faziam muro com a Escola, permitindo assim, que as meninas ficassem protegidas da rua. Essa fotografia não é do ano de 1871, foi tirada em 1917 e inserida na discussão da tese para evidenciar o espaço destinado às aulas ao ar livre na varanda, pois “os retratos serviram

¹³⁹ Biblioteca Nacional: Jornal Correio Paulistano, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

¹⁴⁰ Esta fotografia foi tirada no ano de 1917, mas representa claramente como era o pátio interno da Instituição. Na verdade, as irmãs da Congregação mantêm o pátio até os dias de hoje com as mesmas premissas do dia de sua fundação, em 1871.

(servem) de instrumento de documentação em distintas áreas de investigação científica” (LIMA; CARVALHO, 2009). As meninas participavam das aulas com os mesmos uniformes escolares que participavam de uma aula de qualquer outra disciplina, nas mãos uma espécie de taco/batedor, no chão, alguns ferros em formato de possíveis balizas de gol e algumas bolas, (Figura 59),

A fotografia não é apenas problematizada pelo âmbito do que se vê na imagem, mas também em suas representações. O que aquele uniforme representa para a escola. Porque usavam num possível momento de lazer. Que tipo de poder o uniforme representaria para as alunas. Enfim, o que se pode ver a “olho nu” é que se trata de um possível momento de lazer ou de Educação Física, e que, ao olhar cada detalhe do uniforme, vê-se as diferenças de idade entre as alunas. Ao seu lado estavam as Irmãs da Congregação vestidas com um hábito preto e um véu branco, cuja cobertura se estende abaixo do queixo e sobre o peito, além de um longo véu preto colocado no topo da touca drapejada nas costas.

As meninas menores usavam um uniforme aparentemente na cor marfim com um detalhe preto sobre o peito em forma de “V”, as meninas maiores estavam com um uniforme parecido, porém, sem o detalhe preto. A distinção entre as “classes” é visível através do uniforme – professoras e alunas -, mostrando que “toda a prática comporta um discurso, explícito ou subjacente, assim como uma forma de governo” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 112).

Para contribuir ainda mais com as análises acerca do cenário da cultura material escolar, discute-se acerca do uso do uniforme como um objeto de padronização. Para Ribeiro e Silva (2017, p. 577) “dentre o conjunto de elementos materiais que compõem a escola e sua cultura está o uniforme, materialidade aqui concebida como um dos elementos constitutivos da cultura escolar”. Ele é uma vestimenta que determina um sentimento de pertencimento à escola e carrega várias outras possibilidades que estão implícitas em seu uso. O uso do uniforme, também assegura emblemas, distintivos, insígnias e lemas adotados pelo seu próprio regulamento (o da escola). As reflexões de Escolano Benito (2010) apontam que as instituições escolares induzem à desnaturalização dos objetos, que não podem ser vistos como neutros, já que a sua incorporação às práticas escolares comporta significados e valores adicionados à sua materialidade física e funcional e define modos de pensar o ensino. Para Lira (2009b *apud* VASCONCELOS; LEAL, 2014), nas escolas confessionais, a elaboração do comportamento esperado também era determinada pela sujeição do corpo, assegurada na utilização de roupas que o abrigavam e o mantinham escondidos, como mantos e hábitos. Nas diferentes temporalidades, o uniforme parece ser uma constante na vida das alunas, conforme pode ser

visto na Figura 60, que mostra o uniforme usado pelas primeiras alunas da Escola no ano de 1871.

Figura 60 - Grupo de alunas e senhoras colaboradoras – 1871¹⁴¹.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Se compararmos as duas fotografias, (Figuras 59 e 60) com temporalidades distintas, o uniforme, num olhar rápido, parece ser o mesmo. As distinções das vestimentas entre o grupo de professoras e o de alunas reforçam o quanto alguns rituais atravessaram os diferentes estratos do tempo, reafirmando que algumas ações se assentam em questões históricas. “Os tempos históricos constituem em vários estratos que remetem uns a outros, mas que não dependem completamente uns dos outros” (KOSELLECK, 2014, p. 19). Ao analisar a Figura 60, anterior, o uniforme das alunas de idades diferentes parece ser o mesmo e não apresenta nenhuma distinção. Para Beck (2014, p. 138), “é também observado que foi marca presente nos corpos das jovens que ingressavam à escola em meados do século XIX uma espécie de vestimenta vocacionada. As alunas trajavam uniformes que mais se pareciam com hábitos, longos vestidos compridos remetendo às roupas das freiras”. Haja vista que o uniforme foi e é um mecanismo de padronização, manter as alunas “iguais” era uma forma de uniformizar, como o próprio nome diz. Por outro lado, também, a educação tinha como finalidade formar a mulher detentora de boas maneiras, capaz de atuar em sociedade no seu papel de esposa e mãe. Dessa forma, a própria vestimenta colegial era um símbolo que investia na caracterização do pudor, por meio do corpo coberto (VASCONCELOS; LEAL, 2014). As normas de conduta quanto ao uso do

¹⁴¹ Encontram-se na fotografia Dona Ama Maria Mayer (viúva Mayer) e suas duas filhas: Maria Gertrudes Mayer e Maria Hamberguer.

uniforme, o comprimento da saia, a forma de portá-lo sempre fechado até o pescoço levando a um certo padrão de comportamento. Manter mais da metade das pernas das alunas escondidas no tecido poderia ser também uma forma de exigir respeito e decência, padrões morais rigorosamente exigidos na época. Pode-se trazer à tona que o próprio uso do uniforme tornava-se uma forma de controle da sexualidade, pois tinha como intuito esconder “[...] os corpos das jovens, o que combinava com a exigência de uma postura discreta e digna” (LOURO, 1997, p. 461 *apud* POLETTTO, 2020). Outro fator importante quanto ao uso do uniforme é o sentimento de identificação e de pertença das alunas, que representava esteticamente os modelos estabelecidos e significava a produção de sujeitos dóceis, ordeiros e produtivos.

O caráter disciplinador novamente pode ser observado no interior da Escola Doméstica de Nossa senhora do Amparo, na organização da fileira para o registro da fotografia, que embora feita em um cenário montado, retrata disciplina, visto que novamente as meninas aparecem em ordem de tamanho, as maiores atrás e as menores na frente. Também a posição das mãos das alunas, a maior parte, principalmente as maiores em altura, está com as mãos postas sobre a barriga e as menores com os braços esticados para baixo. Os estudos de Dallabrida (2011) e Boto (2017) reiteram as premissas da escola como espaço disciplinador, seja em um cenário apenas montado para a fotografia, seja uma cultura já estabelecida no interior da Escola. A herança do modo de viver no convento, nas escolas confessionais, teve, é claro, a disciplina como uma prática mais acentuada (POLETTTO, 2020).

Ainda caminhando no interior da Escola Doméstica de Nossa senhora do Amparo, é chegado o momento de abrir os arquivos e retirar das prateleiras as materialidades produtoras de discursos e práticas – provas, anotações, livros de resumos de média e livros de lições de caligrafias –, que serão analisados como artefatos que serviram aos processos de escolarização, levando em conta que o artefato de uso escolar “[...] conta coisas acerca da instituição em que foi utilizado, das práticas postas em ação com ele nas escolas, por docentes e alunos, como também das teorias pedagógicas” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 226 *apud* POLETTTO, 2020, p. 171). No campo da História da Educação, esses artefatos, aparentemente comuns, produtos da cultura escolar, carregam historicidades e são suportes de leitura e escrita que produzem sentido sobre a prática docente cotidiana. O livro de trabalho de agulhas (Figura 61), por exemplo, é um artefato usado para registrar as encomendas das “distintas” senhoras que compravam¹⁴² esses trabalhos na Escola.

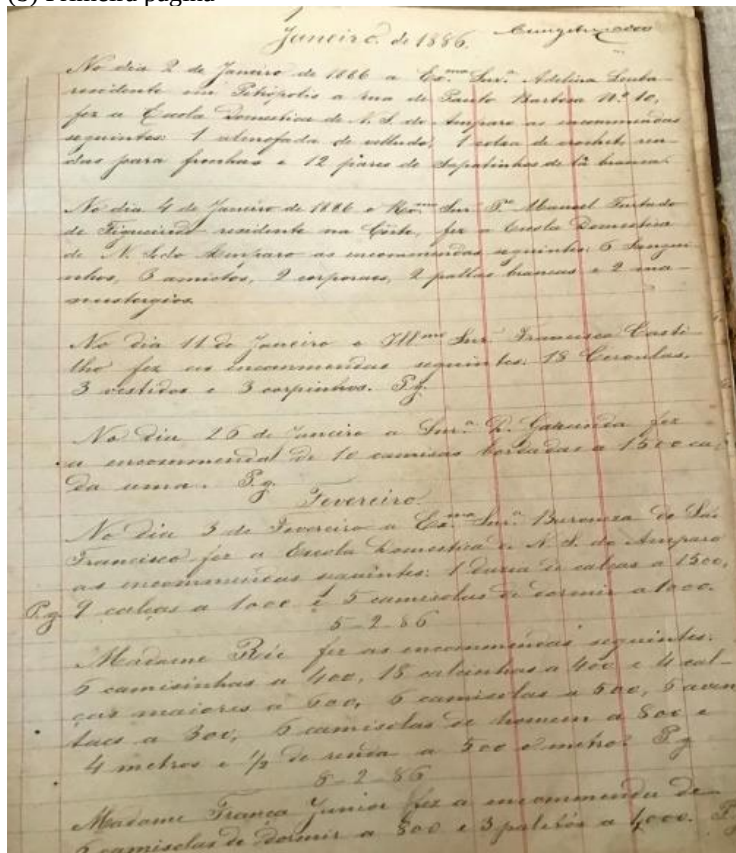
¹⁴² Esses trabalhos com agulhas eram vendidos em festas e ou eventos para angariar fundos para a escola.

Figura 61 - Livro de trabalhos de agulhas das educandas¹⁴³.

(a) Capa do Livro



(b) Primeira página



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1886 e 1887.

Para a discussão desse artefato como cultura material escolar, toma-se como base um livro que foi utilizado entre os anos de 1886 a 1897, infelizmente não se encontra no arquivo o volume do ano de 1871. O livro de agulhas das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (Figura 61, a e b) provoca uma reflexão acerca da cultura material escolar no que se refere não apenas ao que está escrito, mas também e, sobretudo, a práticas, apropriações e atribuições de novos significados que produzem configurações múltiplas e variadas.

O livro tem uma capa dura com uma etiqueta ao centro em que consta o seu título e em seu interior, as páginas apresentam ao leitor a descrição de tudo o que era produzido no interior

¹⁴³ O texto correspondente à Figura 61 é (a): Trabalho s de agulha das educandas 1886 a 1897. (b): Janeiro de 1886. No dia 2 de janeiro de 1886 a Exma Sr^a Adelina Silva residente em Petrópolis a rua Paulo Barbosa n^o 10 fez a Escola Doméstica de N. S. do Amparo as encomendas seguintes: 1 almofada de veludo, 1 colxa de crochet, vendas para fronthas e 12 pares de sapatilhas de lâ branca. No dia 4 de janeiro de 1886 o Revm. Sr^o F. Manuel Furtado de Figueiredo residente na Corte, fez a Escola Doméstica de N. S. do Amparo as encomendas seguintes: 6 sanguinhos, 3 amictos, 2 corporaes, 2 pallas brancas e 2 manustergio. No dia 11 de janeiro o Ilmo Sr^o Francisco Castilho fez encomendas seguintes: 18 ciroulas, 3 vestidos e 3 corpinhas. Pg. No dia 26 de janeiro a Sr^a D. Garcinda fez a encomenda de 10camisas bordadas a 1500 cada uma. Pg. Fevereiro. No dia e de fevereiro a Exma. Sr^a Baroneza de São Francisco fez a Escola Doméstica de N.S. do Amparo as encomendas seguintes: 1 duzia de calças a 1500, Pg. 9 calças a 1000 e 5 camisolas de dormir a 1000. 5.2.86 Madame Réé fez as encomendas seguintes: 6 camisinhas a 400, 18 calcinhas a 400 e 4 calças maiores a 600, 6 camisetas a 500, 5 aventaes a 300, 6 camisetas de homem a 800 e 4 metros e 1/2 de renda a 500 o metro. p. 8.2.86 Madame França Junior fez a encomenda de 6 camisolas de dormir a 800 e 3 paletós a 4000 p.

da Escola pelas alunas. Como pode-se observar na folha da Figura 61 (b), a cada mês tudo o que era vendido era descrito com informações sobre quem comprou; onde morava; o que comprou; se pagou etc., proporcionando a quem lê uma espécie de detalhamento dos objetos fabricados e suas vendas. Assim, a pesquisa em documento envolve, como afirma. Farge (2009, 21), um sentimento “[...] entre a paixão e razão que” nos leva a “escrever a história a partir dele [o documento]. Ambas, lado a lado, sem que uma jamais supere a outra ou a sufoque, e sem jamais se confundirem ou se justaporem, mas imbricando seu caminho até que não se coloque mais a questão de ter de distingui-las”. Dessa forma o documento permite ao historiador buscar outras formas de saber.

As narrativas trazidas até o momento é a e que as meninas entravam na Escola e estudavam (se alimentavam, se vestiam, se calçavam etc.) sem precisar pagar nenhuma mensalidade. Por outro lado, ao realizar a leitura do livro de registro de agulhas, verifica-se que, possivelmente, elas ajudavam nas despesas de moradia, alimentação e estudos com a produção de trabalhos manuais. As solicitações de costuras e bordados analisados no livro de registro de agulhas, leva a supor que cada acolhida se mantinha na Escola realizando diversos trabalhos como: confecção de camisolas, calças, palas etc. As encomendas eram grandes, pois no mês de janeiro houve 04 solicitações e no mês de fevereiro mais 03, mês a mês o sustento chegava até a Escola pelas mãos das alunas.

Essas práticas, também consideradas como “civilizatórias”, que se referem ao discurso em torno das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, se fazem presentes em relação às menores e às maiores, assim como vimos na matriz curricular, a prática de bordar e costurar era para todas as alunas. Pode-se considerar também que apresentar os trabalhos produzidos era uma prática comum. Padre Siqueira organizava uma espécie de “Bazar da Caridade” com a intenção de fazer uma festa que “era comum nas cidades da Europa” (JORNAL MERCANTIL, 1875)¹⁴⁴, sendo “abrilhantada” pelas princesas e senhoras das mais alta sociedade. Nessas festas, as famílias se reuniam e todos apresentavam seus belos trabalhos manuais, conforme publicava a imprensa sobre futuros eventos: “as asiladas da escola também apresentavam seus trabalhinhos” (JORNAL MERCANTIL, 1875)¹⁴⁵.

A venda do que as alunas produziam, dava às meninas uma certa emancipação dentro dos moldes propostos para a época – produzir para vender, produzir para se sustentar. Conforme se observa na Figura 61 (b), a maioria dos que compravam eram da própria localidade, ou de bem próximo, como por exemplo, a compra feita no dia 02 de janeiro de 1886 pela senhora

¹⁴⁴ Biblioteca Nacional. Jornal Mercantil, 1875, Ed. 03. p1.

¹⁴⁵ Biblioteca Nacional. Jornal Mercantil, 1875, Ed. 03. p1.

Adelina, moradora da cidade de Petrópolis. Em verdade, a festa também possibilitava a apreciação dos trabalhos confeccionados pelas alunas e promovia a venda do artesanato.

Livros produzidos em escolas contêm práticas, discursos diretos, talvez reguladores ou não e até mesmo repreendedores. Para Escolano Benito (2017, p. 226), o livro pode contar “coisas acerca da instituição, [...] das práticas postas em ação com ele nas escolas, por docentes [...], como também das teorias pedagógicas”. Um exemplo é o livro de resumo de média das alunas que traz variantes das médias, as disciplinas curriculares e os meses de escolaridade. O livro é do ano de 1890 e representa tantos outros anteriores e posteriores no exercício de “repreensão”¹⁴⁶ da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

É um livro grande, com aproximadamente 500 páginas. É um volume pesado, na sua forma e no seu conteúdo. Ver o livro já produz certa impressão: de que o seu conteúdo pode ser decisivo. Ao se abrir o pesado livro pode-se passar as páginas da vida de cada aluna. Segundo Jinzenji (2012, p. 15), “escutá-lo naquilo que ele não apresenta explicitamente, mas que faz parte do cenário (inclusive sonoro) de sua produção”.

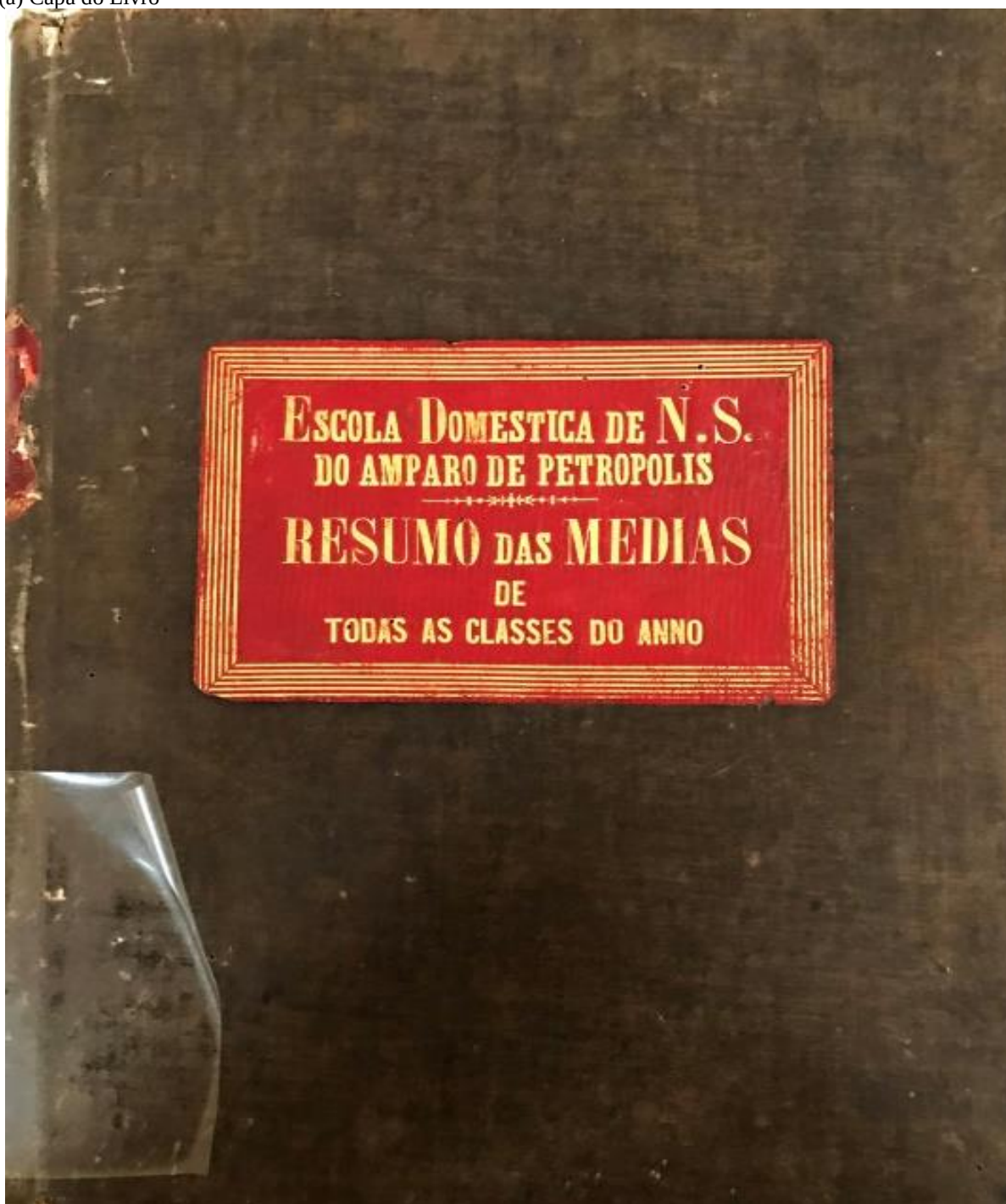
O livro contém os seguintes discursos em cada página: *Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, classe*. Na lateral os meses: *janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro*. Acima os nomes das disciplinas: *história sagrada, doutrina cristã, caligrafia, ortografia, leitura, análises, aritmética elementar, sistema métrico, noções de história pátria, idem de geografia, desenho linear, regras de civilidade, economia doméstica, música vocal, exercícios em machinas, corte, serzidos, tricot, marcha, crochet, bordados, tapeçaria, trabalhos de fantasia, arte culinária, padaria, engomado e lavanderia*. As observações também eram descritas neste livro e as notas das que variam entre A e C. As alunas recebiam notas em quase todas essas disciplinas que, de certo modo, faziam parte da matriz curricular da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (Figura 62, a e b).

O discurso de repreensão descrita no livro através das menções aferidas a cada aluna, pode revelar que, as mesmas, temiam ser repreendidas e, por vezes, procuravam obter uma boa qualificação em seus resultados. A ênfase nos castigos e nos comportamentos modestos era digna de nota, em especial porque estas composições eram reproduções dadas pela professora e copiadas pelas alunas, que, assim, introjetavam, junto ao jeito considerado legítimo de escrita, os comportamentos desejados pela ordem da época. (LAURIZETE e DIVA, 2010).

¹⁴⁶ A palavra “repreensão” foi utilizada no intuito de que nessas páginas a menção/nota das alunas era colocada e, por muitas vezes, acredita-se que várias superiores usavam a menção/nota para obrigar alguma aluna a estudar. O velho e conhecido: “Estuda para não tirar nota baixa!” “Tem que estudar direito para não ficar reprovada!” Entre tantas outras repreensões conhecidas na escola.

Figura 62 - Livro de resumo de médias das alunas de todas as classes¹⁴⁷.

(a) Capa do Livro



¹⁴⁷ O texto correspondente à Figura 62 é (a): Escola Doméstica de N.S. do Amparo de Petrópolis. Resumo das médias de todas as classes do anno. (b): Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo de Petrópolis. Classe. 1890. Maria Guilhermina Ribeiro. Mez. Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro. História Sagrada, Doutrina Cristã, caligrafia, orthografia, Leitura, Analyses, Arithemética elemental, Sistema métrico, Noções de História Pátria, Idem de Geografia, Desenho linear, **Regras de civilidade**, Economia doméstica, Música vocal, Costura usual, Exercícios em marchinas, Corte, Serzidos, Tricot, Marca, Crochet, Bordados, Tapeçaria, Trabalhos de fantasia, Arte culinária, Padaria, Engomado e Lavanderia. Observações: Ac. B, BB. **(Grifo nosso)**.

como desenvolvimento “físico, moral e social”, de acordo com os padrões daquilo que era considerado como comportamentos adequados às mulheres. (LEAL, 2011; VASCONCELOS, 2010; ALAMINO, 2010; 2008 *apud* VASCONCELOS e LEAL, 2014).

Ensinar regras de civilidade era tão importante quanto às aulas de gramática, de história e ou de geografia. A aprendizagem da civilidade escolarizada, tinha um papel importante para o bom comportamento da criança (CUNHA, 2013). “Escrever bem”, esse é um dos termos utilizados pelo sacerdote para denominar a escrita como um dos aspectos de grande importância para as meninas da época. A caligrafia era fundamental para que uma menina tivesse sucesso em sua vida futura: tanto em casa de família, quanto como professora. Para Souza (2009), em nível de conteúdo, o próprio título dos manuais de caligrafia evidenciava os assuntos a serem estudados, e constituíam, à época, as matérias básicas do ensino elementar: ler e escrever. A esses conteúdos acrescentavam-se normas de civilidade e doutrina cristã. Nesse sentido, entre a escrita caligráfica além de instruir o traçado das letras ditava boa educação incutidas à ideia de autocontrole como preceito da civilidade, efetivadas ao processo civilizador (CECHIN; CUNHA, 2007). “A fim de fazer das mulheres boas mães, esposas e gestoras da casa” (VASCONCELOS; LEAL, 2014, p. 15), esses manuais de caligrafias, levavam a criança e ou o adolescente não somente a ter uma bela caligrafia, mas a refletir sobre questões de obediência e cuidados entre outras boas maneiras.

Princípios ligados a moral, obediência, respeito e bondade eram demarcados no texto e sinalizavam para que essa conduta não fosse repetida, entretanto, o modelo de comportamento moral esperado estaria na noção de uma formação harmônica entre moral e virtudes cristãs (CUNHA, 2013). Os manuais de civilidade, textos possibilitadores à construção de uma dada conformidade social num tempo e espaço delineados, permitem modelos civilizatórios reverberados na sociedade como protocolos de etiqueta inclinados à formação da boa moça de família, obediente e bondosa (CUNHA, 2013). É preciso lembrar que, ao ler a composição a ser copiada interiorizava-se o conteúdo, ou seja, a regra de civilidade implícita acabava sendo aprendida.

Conforme pode ser visto nos cadernos de caligrafia apresentados na Figura 63 (a e b), o texto remete a uma criança desobediente, invejosa e que se comparava com sua irmã. Nessa narrativa, a reflexão acerca do comportamento da criança é extremamente clara, tornando-a quase como um “mantra” de conduta de boas maneiras.

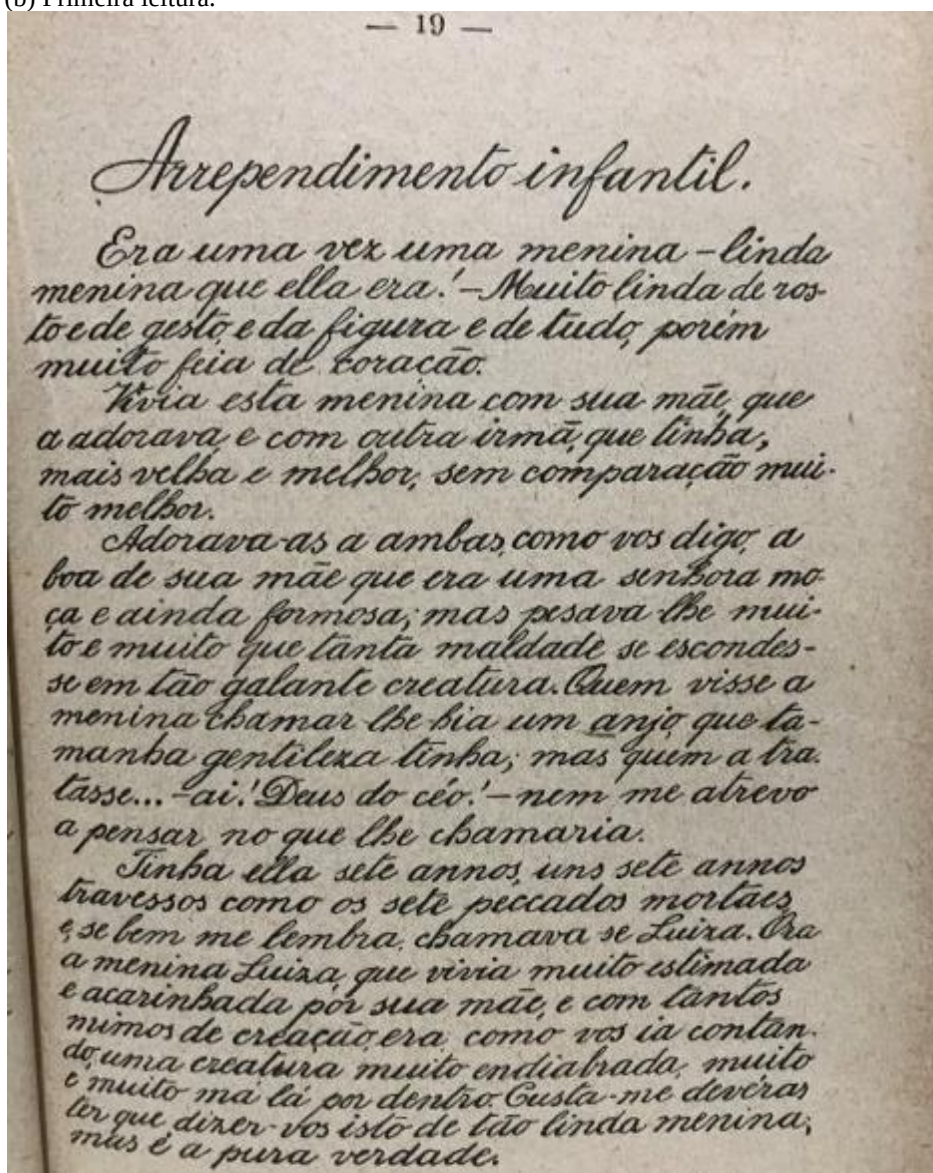
Figura 63 - Caderno de caligrafia das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo¹⁴⁸.

(a) Capa



¹⁴⁸ O texto correspondente à Figura 63 é (a): “Leitura Manuscripta. Lições coligidas por B.P. R. (b): Arrependimento infantil. Era uma vez uma menina-lindamenina que ella era! – Muito linda de rosto e de gesto e da figura e de tudo, porém muito feia de coração. Vivia esta menina com sua mãe que a adorava e com outra irmã que tinha, mais velha e melhor, sem comparação muito melhor. Adorava-as a ambas, como vos digo, a boa de sua mãe que era uma senhora moça ainda formosa; mas pesava-lhe muito e muito que tanta maldade se escondesse em tão galante criatura. Quem visse a menina chamar-lhe-hia um anjo que tamanha gentileza tinha; mas quem a tratasse...-ai! Deus do céu! – nem me atrevo a pensar no que lhe chamaria. Tinha ella sete anos uns sete anos travessos como os sete pecados mortaes, e, se bem me lembra chamava-se Luiza. Ora a menina Luiza que vivia muito estimada e acarinhada por sua mãe e com tantos mimos de criação era como vos ia contando uma criatura muito endiabrada, muito e muito má lá por dentro. Custa-me deveras ter que dizer-vos isto de tão linda menina, mas é a pura verdade.”

(b) Primeira leitura.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa senhora do Amparo, 1871.

Esses manuais de caligrafia corroboraram para o desenvolvimento da escrita e para o avanço da leitura e da interpretação dos textos, sendo instruções fundamentais para o aprendizado da escrita e da religião (SOUZA, 2009). Ao ensinar certos valores e habilidades, através dos manuais de civilidade a educação exercida modificava a consciência, as atitudes e o comportamento das educandas, conformando-a à sociedade, ou seja, socializavam-nas. Por isso, aquilo que se enfatiza são os efeitos diretos de socialização da educação, primeiro sobre o educando, e depois, através deste, sobre a sociedade (SILVA, 1992).

Para Del Priore (2020), a formação de uma criança acompanhava-se também de certa preocupação pedagógica que tinha por objetivo transformá-la em um indivíduo responsável. A doutrina cristã ou as boas maneiras, apareciam nas cartilhas e nos cadernos de leituras como uma prática diária que levava à uma reflexão sobre valores e boa conduta, objetivando uma

educação feminina católica, plenamente estabelecida, em que a tarefa educacional era educação e instrução.

Segundo Manoel (1996), à instrução caberia municiar a inteligência com as conquistas e descobertas do saber e da ciência em assuntos humanos, e à educação caberia a tarefa de modelar o caráter da educanda conforme os preceitos e valores morais católicos. Sendo assim, a missão Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo era a de “asilar meninas pobres e desvalidas, salvando-as da perdição forçada, quantas vezes, pela miséria e pela ignorância e dar-lhes uma educação conveniente ao seu estado” (JORNAL MERCANTIL, 1875)¹⁴⁹. A concretização da missão da Escola se dava por meio de uma prática diária, que se compunha da educação em sala de aula e da vivência cotidiana, dessa forma, as alunas podiam ser “salvas” das perdições e da ignorância. A razão desse modelo de educação também seria o de modelar o caráter da educanda conforme os preceitos e valores morais católicos (MANOEL, 1996). Tornar as jovens cultas, sociáveis, cristãs, católicas, mães e ou professoras era o objetivo final do sacerdote e, assim, entre orações e instruções, as meninas aprendiam e cresciam sendo moldadas no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Agora é hora de soar o sino para que as meninas possam iniciar sua rotina na Escola. Conforme pode ser visto na Figura 64, o primeiro sino foi tocado em 22 de janeiro de 1871, que, de certa forma, conduziu as meninas para uma rotina de sonhos ou tristezas, permitindo-lhes que a história de vida de cada uma fosse ou não, modificada (Figura 64).

Figura 64 - 1º sino da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

¹⁴⁹ Biblioteca Nacional. Jornal Mercantil, 1875, Ano XIX, Ed. 35, p. 1,2 e 3.

O livro “Os sinos da Agonia”, de Autran Dourado (1974), traz para a discussão a observação da linguagem dos sinos, como formas utilizadas pelo narrador para personificar os sinos, configurando o caráter humano de suas atividades. Para compreender melhor a ideia de Dourado (1974), segue um trecho de sua obra analisada por Martha (2001).

Os sinos-mestres dobrando soturnos, secundados pelos mãos retomando a onda sonora no meio do caminho, os sinos pequenos repenicando alegres, castrados, femininos, nas manhãs ensolaradas, diáfanas, estridentes. Não agora, de noite [...]. Muito antes, quando esticava os ouvidos, alargava-os, buscando adivinhar, reconhecer, ouvir o que aqueles sinos diziam (DOURADO, 1974).

Com essa narrativa, o leitor sente sua curiosidade aguçada pelo significado e função dos toques da agonia na organização do mundo narrado. O modo como as personagens ouvem e sentem os toques, e decifram a mensagem veiculada nas badaladas; e os significados que são deflagrados pelo uso emocional dos signos (MARTHA, 2001). Para a compreensão da linguagem dos sinos, a observação será feita, especialmente, a partir de *semas* verbais, ou seja, como as formas utilizadas pelo narrador personificam os sinos, configurando o caráter humano de suas atividades. Dessa forma, ainda para Martha (2001), pode-se dizer que repercute o emprego do verbo dizer – “os sinos diziam” (DOURADO, 1974, p.15) – cujo significado pode indicar, claramente que os sinos traziam uma mensagem, entendida por todos. Além do verbo dizer: [...] “quando o sino do Carmo e a garrida da cadeia batiam as nove pancadas pedindo reza, sono e silêncio, [...]” (DOURADO., p. 29), pode-se entender como que os sinos faziam um pedido. Pedido para rezar e descansar.

Outro fator que também é destacado pela autora é que o verbo silenciar, em “Os sinos silenciaram” (DOURADO, 1974, p.179), por sua vez, parece indicar de forma mais contundente a personificação dos sinos, a capacidade que tinham de emitir mensagens. Além de dizer, pedir, silenciar, há o verbo chamar – [...] “agora um sino chamando para a missa” [...] (DOURADO, 1974, p. 206) – que enfatiza a personificação do objeto, na medida em que cumpre, inclusive, uma função específica de estabelecimento da comunicação (MARTHA, 2001). Dessa forma, através da leitura de “Os sinos da Agonia” de Dourado (1974), segundo a análise de Martha (2001), a lógica comunicativa do sino da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo pode ser considerada como um tipo de linguagem de controle das meninas. Quando o sino soava, sempre dizia alguma coisa: em algum momento pedia para que as alunas fizessem algo, também ordenava o silêncio da noite e chamava para o despertar ao amanhecer. Dizer, fazer, pedir e chamar, assim, o sino cumpria sua função comunicativa e, de certa forma, também reguladora.

Boto (2017) acentua o caráter disciplinador (regulador) como próprio da constituição escolar, tendo como um de seus fundamentos o princípio da produção e autorregulação dos alunos. O soar do sino, as filas para os traslados, o silêncio e até mesmo o medo, objetiva a produção em massa, cercada de controle civilizatório, que se refere a uma produção discursiva

em torno das meninas. Ao pensar nessa produção, as reflexões acerca do processo civilizatório, trazidas na discussão por Elias (2011), acentuam a posição de que o processo civilizatório não foi sempre o mesmo. O processo de civilidade foi sendo modificado e/ou recebeu uma nova roupagem no decorrer dos séculos (POLETTTO, 2020). Ainda nessa discussão, Escolano Benito (2017), aborda as questões da cultura empírica da escola imbuída de uma cadeia de ritualidades: hora de rezar, de comer, de dormir, de conversar, de brincar etc., criando liturgias específicas. Dessa forma, o cotidiano educacional reforça determinadas práticas cercadas de discurso civilizatório (ESCOLANO BENITO, 2017).

3.7 Práticas e rituais

Ante ontem, às 9 horas da manhã, Suas majestades e Altezas Imperiais dirigiram-se à capela de Nossa Senhora do Amparo, onde depois de terem assistido a uma missa celebrada por seu instituidor, o à capela de Nossa Senhora do Amparo, onde depois de terem assistido a uma missa celebrada por seu instituidor, o Rev^o Padre João Francisco de Siqueira Andrade, recém-chegado de suas árduas e penosas peregrinações, visitaram o estabelecimento. Suas Majestades e Altezas mostraram-se plenamente satisfeitos pelo progresso que encontraram naquele pio estabelecimento, devido aos piedosos esforços e à força de vontade e ilustração do distinto sacerdote, o Revdo. Padre Siqueira Andrade. À chegada dos augustos visitantes, houve uma cerimônia tão simples e tocante como são sempre todas as angélicas festas. Ao transpor o limiar da capela, Suas Majestades e Altezas foram recebidas pelo Rev.do Padre Siqueira e pelas órfãs suas asiladas, as quais vestidas de branco formaram ala e saudaram aos simpáticos e augustos visitantes com a mais expansiva alegria, que se divisava no semblante dessas inocentes criaturas, resgatadas aos horrores da miséria pela mão caridosa de seu benfeitor, o qual a terra tem sabido compreender a alta nobre missão de seu sacerdócio. Em seguida, foi entoada uma harmoniosa ladainha e logo depois, celebrou-se a missa com hinos e cânticos religiosos, admiravelmente executados pelas asiladas e acompanhados, no órgão, por uma das mais hábeis professoras do estabelecimento. Assistiram a essa angélica solenidade algumas famílias que muito se edificaram e todos testemunharam os esforços e a infatigável constância do distinto sacerdote e nosso patrício e, reconheceram os vantajosos resultados que para o futuro oferece em favor das famílias brasileiras, a pia e importante instituição da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, fundada sob um programa nacional, adaptado às circunstâncias especiais do nosso país e erguido, tão somente, pela força de vontade, pela evangélica dedicação de um jovem crente, que animado pelos mais nobres e virtuosos sentimentos e pela inesgotável caridade brasileira, tem conseguido, pouco a pouco, os seus sagrados intentos. (JORNAL DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1874, grifo nosso).¹⁵⁰

O *Diário do Rio de Janeiro*¹⁵¹ traz, no ano de 1874, evidências de uma rotina de festa, ou seja, um dia diferenciado para as meninas, um dia cercado de práticas regulatórias e formalidades que acentuam o caráter disciplinar da Escola. O texto do jornal apresenta no início da descrição um tópico regulador importante, o horário: “às 9 horas da manhã”, ou seja, as meninas já deveriam estar a postos bem cedo, limpas, organizadas e arrumadas para receber as Altezas e participarem da missa. Segundo Dallabrida, (2011), ali estavam as meninas, formadas

¹⁵⁰ Biblioteca Nacional: Jornal Diário do Rio de Janeiro, 1874, Ed. 361, Ano 57, p.2.

¹⁵¹ Biblioteca Nacional: Jornal Diário do Rio de Janeiro, 1874, Ed. 361, Ano 57, p.2.

como sujeitos dóceis e ordeiros. A ordem e a disciplina eram sempre ensinadas, seja pelas fileiras organizadas, seja pelo cumprimento dos horários e demais afazeres. Assim, “vestidas de branco”, conforme vimos na Figura 59, anterior, portavam um típico uniforme de festa, que corrobora a diferenciação entre o uniforme de uso diário e os de dia de festa. A troca do uniforme também apresenta um caráter disciplinador e ordeiro. Ao vestirem o uniforme de festas, rituais e liturgias, as posições disciplinadoras são muito mais evidenciadas, afinal, receberiam visitas.

Decerto, pode-se dizer que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, ao longo de seus dias, estava impregnada de camadas de jurisdições. A primeira camada pode ser entendida como uma forma da sociedade da época olhar para a mulher, conduzindo-a a um lugar específico para aquilo que era esperado: “ser boa mãe, gestora da casa e uma esposa atenta às determinações do marido” (VASCONCELOS, 2015, p. 108). A segunda camada pode ser vista como as decisões e escolhas do sacerdote sobre a Escola, propondo-lhes rituais inspirados em programas de educação que ele havia visto em suas peregrinações. E, por fim, uma terceira camada pode ser observada na rotina diária das meninas exigida pelas religiosas e pelas professoras.

Outro fator importante para se destacar na descrição do jornal é o fato de que as meninas estavam “formando alas”, uma ao lado da outra. Tudo indica uma espécie de corredor, que demonstra novamente formas de disciplina, rigor, normas e práticas. Um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo épocas - finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização- (LAURIZETE e DIVA, 2010). Ainda segundo o jornal, “foi entoada uma harmoniosa ladainha e logo depois, celebrou-se a missa com hinos e cânticos religiosos, admiravelmente executados pelas asiladas”. A música e o canto faziam parte do currículo escolar, elas eram ensinadas a cantarem os cantos da missa e a se apresentarem sempre que alguém visitava a Escola. A disciplina das alunas e a preparação para a recepção são bastante evidenciadas através do rigor do horário, do cumprimento e da cor da roupa, do posicionamento em alas, do cantar para os visitantes, enfim, da apresentação dos rituais quase que litúrgicos para as recepções.

De certa forma, tudo isso revelava uma forma de rituais civilizatórios para que as asiladas se tornassem boas mães de famílias ou que pudessem ter a instrução apropriada às suas idades e fossem preparadas para as futuras obrigações (ARRAIADA, 2008), impostas pela sociedade da época. Essas práticas também realçavam comportamentos e reforçavam a obediência que elas tinham ao fundador e aos professores, e podem ser consideradas como formas de regulação que produzem autorregulação (ELIAS, 2011). Desde o momento de

acordar até a hora de dormir, as meninas eram acompanhadas e vigiadas sendo conduzidas a agir conforme as diretrizes daquele lugar. Como era viver naquele internato? Como era viver com rituais diários? Infelizmente não há como perguntar para as primeiras alunas, mas, analisando outras referências na área como a discussão de Poletto (2020), encontram-se narrativas de alunas que estavam internadas no colégio São José em Caxias do Sul entre os anos de 1930 a 1966. Em suas análises, Poletto (2020) destaca que algumas meninas não tinham boas memórias do colégio, principalmente por causa dos castigos, e que outras eram muito gratas pelos rituais específicos.

De acordo com Vasconcelos e Leal (2014):

As escolas confeccionais femininas, fechadas em seus muros e claustros, nos quais todo um paradigma de feminilidade consentida era ensinado, inculcado e vivenciado em um cotidiano ritualizado, cujo objetivo era de que, cada vez mais, se afastassem da imagem pecadora da Eva e se aproximassem da imagem imaculada de Maria (p. 18).

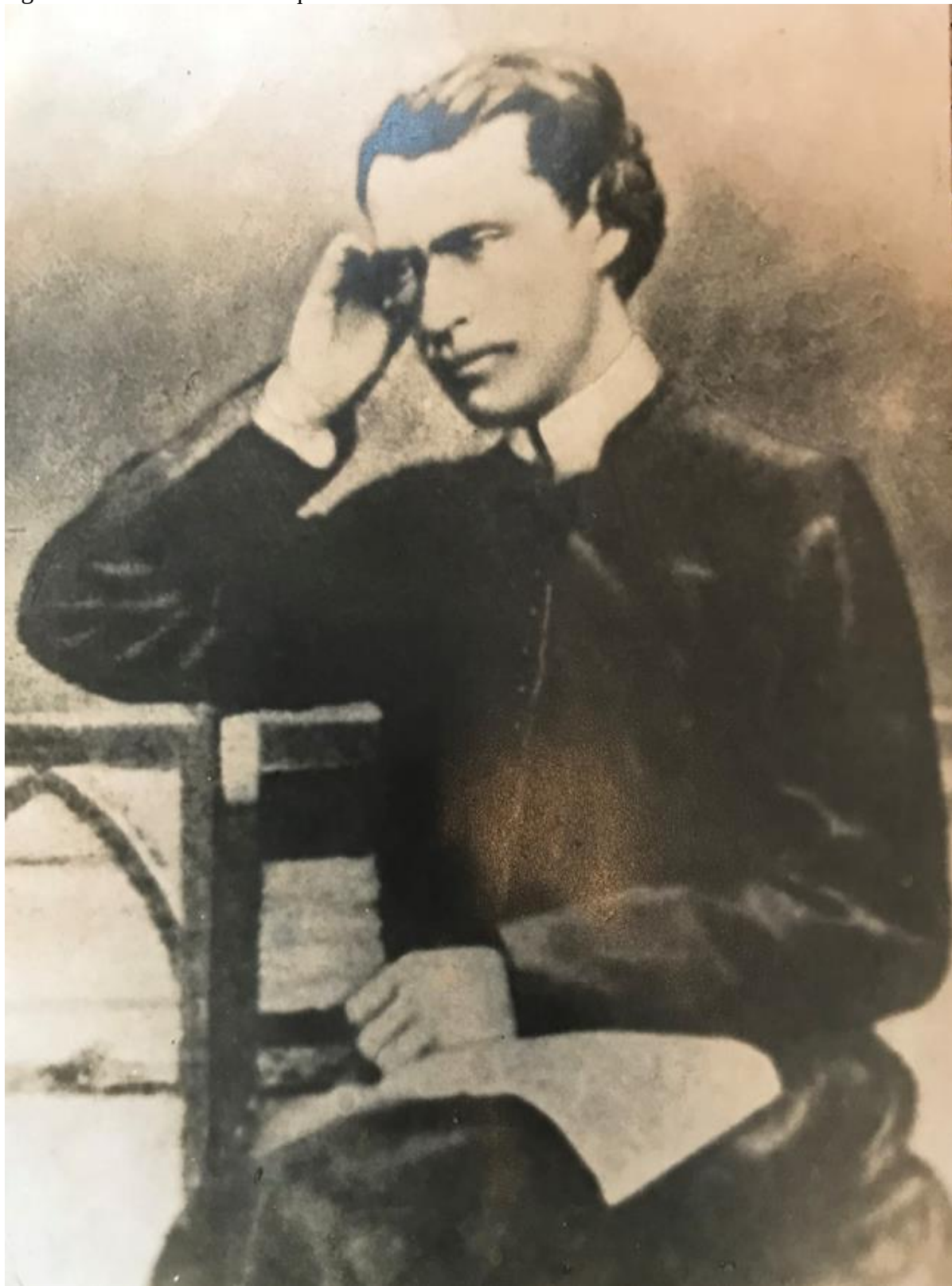
Nesse sentido, os rituais diários fazia parte da rotina das alunas onde cada rito tinha a sua “intenção” “ajoelhar-se significava mostrar devoção a alguém superior, mãos postas indicavam súplica” (VASCONCELOS; LEAL, 2014, p. 20), enfileirar-se significava ordem/organização para apresentar-se para alguém, ou seja, os movimentos reiterados no cotidiano da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo caracterizavam-se como símbolos, não só de religiosidade, mas também de submissão exigida aos partícipes da comunidade (VASCONCELOS; LEAL, 2014). Dentro da Escola, invariavelmente, essas práticas, normas e concepções, revelam um sistema rígido de controle da ordem e da disciplina, desde as ações diárias de higiene, alimentação e lazer, até as aulas propriamente ditas. (VASCONCELOS; LEAL, 2014).

Como sinal sonoro, o sino também marcava a hora, para as refeições, esse, também era um momento ritualizado, entendido como momento de saciar necessidades físicas. Comia-se nos refeitórios em silêncio absoluto e toda a alimentação era baseada em uma lógica de não desperdício e sacrifício, na qual todas deveriam comer e apreciar os alimentos oferecidos, sob pena de ficarem com fome (VASCONCELOS; LEAL, 2014).

Enfim, as meninas eram modeladas diariamente na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo exercendo práticas e rituais estabelecidas para os padrões femininos da época. Pensar para onde foram cada uma dessas meninas, após saírem da Escola, será a temática de maior ênfase no próximo capítulo.

4 FIM DA VIAGEM E INÍCIO DE UM LEGADO: AMIGOS E O FUTURO DAS ALUNAS

Figura 65 - Foto do Padre Siqueira.



Fonte: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo – Sala Museu, 1871.

O que deixamos ao partir? Amigos, escritos ou um futuro diferente para aqueles de que cuidamos? Pensar nessas nuances será importante para a escrita do último capítulo dessa tese. A morte de uma pessoa permite que analisemos sua vida e pensemos no que ela deixou. A saudade dos amigos, a escrita de documentos direcionando fatos, um futuro diferente para aqueles que amamos. Enfim... Quando partimos, deixamos algo. Para Moreira (2010), a possibilidade da morte significa estarmos vivos, marcamos nosso compasso com a morte desde o instante de nosso nascimento, pois, a morte e a vida se completam e se entrelaçam, se encontram na mesma fórmula, são polos distintos da mesma razão e são interrogações cujas respostas se complementam. Nascemos sabendo que iremos morrer e nesse “meio do caminho”, deixamos algo. Assim, padre Siqueira deixou seu legado. Grandes amigos passaram pela sua vida. Deixou registrado o que queria para sua Obra, além de deixar escrito um Opúsculo sobre a educação e um testamento contendo diversas informações acerca de suas posses. Mas o que de mais significativo e perene padre Siqueira deixou foi a vida das meninas, a possibilidade de um futuro diferente para cada uma delas. Cada aluna que entrou naquela Escola no ano de 1871, ao sair, anos mais tarde, teve sua história de vida possivelmente modificada, seja de uma forma positiva ou negativa.

No livro “A fabricação do imortal”, Regina Abreu (2010) apresenta o caso de Alice Calmon que tentou imortalizar o seu marido, Miguel Calmon. Sua coleção, contendo peças, trabalhos escritos, diplomas, condecorações etc., objetos portadores de significados, foi imortalizada em uma Sala-Museu. Dessa forma, a memória de Miguel Calmon está indissociavelmente vinculada ao museu – agência cristalizadora de representações materiais das memórias individuais (ABREU, 2010). Analisando o caso de Calmon, pode-se trazer essa mesma premissa para o padre Siqueira. Um sacerdote, um homem, que além de deixar um legado por meio de sua Obra, esta passou a significar a marca de sua passagem pela terra (ABREU, 2010), também possibilitou uma eternização de sua memória, cujos vestígios estão guardados e arquivados (Sala-Museu) e são testemunho evocativo de sua Obra, objeto e fonte desta tese.

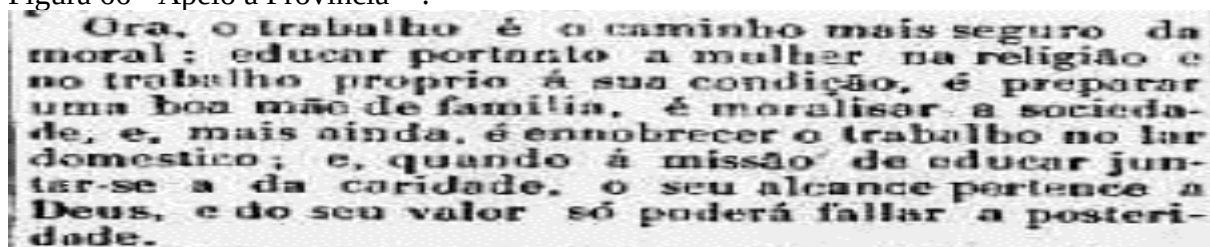
Tecendo a escrita acerca dessas considerações de Abreu (2010), a fabricação do padre Siqueira tomará como premissa o seu legado neste último capítulo, ou seja, será evidenciado que ele continuou (continua) vivo na memória de seus amigos, nos documentos que deixou escrito e principalmente na vida que cada aluna pôde obter ao sair da Escola Doméstica de Nossa senhora do Amparo. Também, suas ideias e ideais, encontram-se no campo da memória, possivelmente das religiosas que hoje fazem parte da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, e nas diversas pessoas que frequentam a Sala-Museu do padre Siqueira. Sendo assim, os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas (ABREU, 2010). Nesse sentido, nas próximas páginas deste trabalho,

será escrito com letras “desenhadas”, o legado da vida e da Obra do padre Siqueira. Num primeiro momento, serão apresentados os amigos mais próximos do sacerdote, aqueles com quem contou para a realização da Obra. Depois, será evidenciado seu testamento que explicita os desejos do sacerdote após sua morte. Adiante o Opúsculo sobre a Educação do padre Siqueira será discorrido e problematizado acerca de uma educação que, segundo ele, era de e para o amor. Por fim, ganharão espaço na discussão deste trabalho as mulheres, ou seja, as primeiras alunas que saíram da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

4.1 Amigos próximos e distantes

“Os espaços históricos se constituem graças ao tempo, que nos permite percorrê-los e compreendê-los, seja do ponto de vista político ou do econômico” (KOSELLECK, 2006). Depois de percorrer o curto espaço de tempo da organização da Escola, será necessário retornar às narrativas temporais da história da Obra do padre Siqueira. Após a inauguração da Escola, ainda no ano de 1871, o Padre realiza uma de suas primeiras viagens para o interior, mas antes de sua saída cria uma comissão encarregada de receber auxílios para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Essa comissão deveria receber os objetos de vestuários, artigos para leilão entre outras coisas, que pudessem ser usados para benefício da Escola e, também era encarregada de levar todos os donativos para o estabelecimento. O Jornal *A Gazeta de Campinas*¹⁵² publica, em julho 1872, um apelo que o padre Siqueira faz para a Província de São Paulo com novas solicitações de esmolas para as acolhidas. Conforme pode ser visto na Figura 66, padre Siqueira sempre coloca que a Escola deveria ter a intenção de educar as meninas para a religião e para o trabalho, preparando-as para serem boas mães de família. Esse apelo à Província se dava pelo fato de que o sacerdote queria educar as meninas e, segundo ele, moralizar a sociedade.

Figura 66 - Apelo à Província¹⁵³.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1872.¹⁵⁴

¹⁵² Jornal A Gazeta de Campinas ano III, 1872, Ed. 280, p. 2.

¹⁵³ O texto correspondente à Figura 66 é: Ora, o trabalho é o caminho mais seguro da moral. Educar, portanto, a mulher na religião e no trabalho próprio à sua condição, é preparar uma boa mãe de família, é moralizar a sociedade, mais ainda, é enobrecer o trabalho no lar doméstico; e quando à missão de educar, se junta a dada caridade, o seu alcance pertence a Deus e do seu valor só poderá falar a posteridade.

¹⁵⁴ Jornal A Gazeta de Campinas ano III, 1872, Ed. 280, p. 2.

As palavras do padre Siqueira, encontram eco nos escritos de Jinzenji (2010, p. 29), segundo a autora, “cabe às senhoras brasileiras uma instrução “mais sublime e sólida, pois como esposas e mães, [...] fazem o fundamento principal para a sociedade humana” A instrução da mulher não seria uma prática emancipatória e sim, uma contribuição importante no bem estar da família (JINZENJI, 2010).

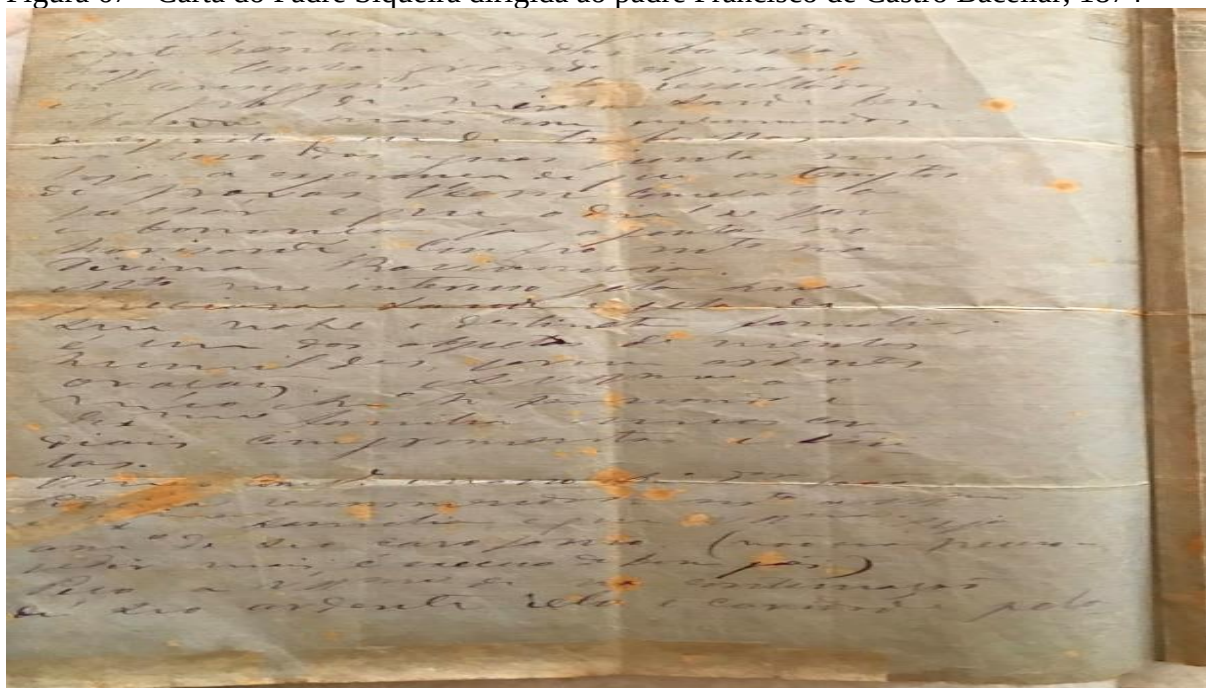
Novamente, em 1873, padre Siqueira sai a esmolar pelo interior da província e deixa o amigo padre Francisco de Castro Abreu Bacellar¹⁵⁵ como diretor e administrador da Escola. Além de ser sacerdote, padre Bacellar também era um “importante fazendeiro da Santa Fé, em Cantagalo, onde é venerado e respeitado por sua caridade e, distinto proprietário nesta cidade de Petrópolis; homem nobre por sua família e mais nobre ainda por seu coração humanitário” (JORNAL O APÓSTOLO, 1873)¹⁵⁶. Através de uma procuração, padre Bacellar, representava a instituição enquanto o padre Siqueira estava viajando, era bastante dedicado e zeloso com a Obra, sempre cooperando para que todas as desvalidas estivessem “protegidas”, tanto materialmente, quanto espiritualmente na ausência do padre Siqueira. Em 1874, padre Bacellar aceita ser o tesoureiro geral da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sendo empossado ao cargo pelo próprio padre Siqueira. A amizade dos dois era bastante significativa, como aparece em uma carta escrita pelo padre Siqueira (Figura 67)¹⁵⁷ nesse mesmo ano, quando precisou viajar e deixar a escola nas vésperas da chegada do padre Bacellar em Petrópolis.

¹⁵⁵ Padre Monsenhor Francisco de Castro Bacellar. Construiu para sua residência o prédio à R. D. Afonso – hoje propriedade da família Franklin Sampaio. Posteriormente foi levantado à sua frente a Vila Itararé, tendo hoje o antigo palacete acesso pela Praça Rui Barbosa. Nascido em Portugal, transferiu-se para o Brasil e aqui ordenou-se sacerdote. Foi proprietário em Petrópolis, construindo muitas casas da rua que, então, se abria e que veio a receber o seu nome. Fundou-se em Petrópolis a Associação Caritativa e Religiosa Santa Isabel (em homenagem à Princesa Isabel) e que seria a semente do Colégio Santa Isabel. A casa da Condessa do Rio Novo elevava-se no local em que está hoje o prédio próprio do estabelecimento. O Colégio fundou-se em 1877.

¹⁵⁶ Biblioteca Nacional. Jornal O Apóstolo, 1873, Ed. 8. P.4.

¹⁵⁷ O texto correspondente à Figura 67 é: Ilmo Revmo. Pe. Francisco de Castro. Meu muito prezado e respeitado amigo. Com o pesar, deixei Petrópolis na véspera de sua chegada ai. Que fazer? As circunstâncias de minha laboriosa vida, não me permitindo mais pertencer aos meus amigos, me privam, muitas vezes, de gozar, mesmo por momentos, da preciosa companhia de tão respeitáveis e distintos amigos. Sei que já me desculpou há muito minha falta, porém, o pesar sempre me acompanha. Deus, confio, terá acompanhado a V. Revma., seu digno irmão e meu precioso amigo, Senhor Fernando e Exma. Família com uma feliz viagem em paz e boa saúde. Lá estaremos, em Petrópolis, nos ajudando o mesmo bom Deus, pelos fins de outubro. Tive, até estas águas onde pretendo demorar-me um mês mais ou menos, uma boa viagem. Comecei a usar das águas desde anteontem e dos banhos hoje. Tenho grande esperança de conseguir muitos resultados em prol de minha saúde bem abalada mais com incômodos de espírito e trabalhos: no uso das águas junta-me hoje a esperança de que os tempos de provas têm começado a passar e que o dia de paz e bonança já aponta no horizonte; confio muito na Divina Providência. Muito me interesse pela preciosa saúde e pela sua nobre e distinta família; é um dos objetos de minhas humildes, porém ardentes, orações. A V. Revma. Ao meu amigo Sr. Fernando e Exma. Família meus cumprimentos e visitas. O meu compadre e nosso amigo, Dr João Pedreira, recomendou-me e muito a V. Revma. E Exma. Família e que V. Revma. Seja amigo de seu caro Sônio (não era mais preciso mais, é excesso de bom pai). Peço a V. Revma. De, na continuação de seu ardente zelo e caridade pela nossa santa instituição da escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, visita-la todas as vezes que puder aí celebrar algumas missas; pois acredito confiado em Deus que o último

Figura 67 - Carta do Padre Siqueira dirigida ao padre Francisco de Castro Bacellar, 1874



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874.

A missiva em quatro partes traz testemunhos da amizade entre os sacerdotes e encontra-se com marcas de dobras com algumas partes bem apagadas pelo tempo. Para Cunha (2019, p. 147), “as cartas oferecem ao historiador do presente, versões e vestígios de suas experiências individuais e relações”. Revela o pesar do padre Siqueira em não estar presente em Petrópolis, quando padre Bacellar chega à Escola, o carinho com que refere ao amigo e a delicadeza em dizer que estava se banhando nas águas de Baependi¹⁵⁸. “As cartas fazem parte de uma lógica discursiva que abre possibilidades de (re)conhecer outras maneiras de narrar o vivido, retomando, por meio da cultura escrita, histórias construídas e reconstruídas em meio às sensibilidades (SARTORI, 2019, p. 196). As sensibilidades percebidas no teor da missiva escrita pelo padre Siqueira, é apontada no uso frases reveladoras do sacerdote: “minha laboriosa vida não me é permitido mais pertencer aos amigos”, “esperança em prol da saúde”, “confiança na providência Divina” (CARTA, 1874). Muitos pontos de proximidade entre os amigos são demonstrados, como o fato de que o padre Siqueira gostaria de estar próximo ao amigo em Petrópolis, e o pedido de continuar com zelo ardente a sua Obra. Dessa forma, “a carta revela que a relação entre eles não se limitava às construções linguísticas ou estilo de escrita” (SARTORI, 2019, p. 198), mas que havia ali uma forte amizade e cumplicidade.

passo foi dado e que ora em diante tudo caminhará em ordem a alcançar-se o resultado tão desejado e sua presença ai muito me alegra e me anima. De V, Revma amigo verdadeiro e servo humilde e atento. Padre João Siqueira. Minas gerais, nas águas de Caxambu, Baependi, 22 de setembro de 1874. Peço a V. Revma para, no fim do corrente mês, fornecer ao Padre João, capelão da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, mais a quantia de 300\$000 e me levar em conta. Quantia essa que ele entregará à Superiora da Casa.

¹⁵⁸ Como dito anteriormente no segundo capítulo. Baependi, casa da Nhá Chica. Também grande amiga do padre Siqueira.

Anos mais tarde, o mesmo pintor que realizou a pintura do quadro do padre Siqueira, que se encontra na introdução desta tese, também fez a pintura do padre Bacellar (Figura 68).

Figura 68 - Pintura a óleo. Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar¹⁵⁹.



Fonte: Salão de teatro. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1893.

No Estatuto do ano de 1874, padre Siqueira destaca quatro grandes amigos e faz referência de que exporá em uma das salas do estabelecimento uma galeria com os retratos em testemunho “de imorredouro reconhecimento” (ESTATUTO, 1874), tanto no que diz respeito à amizade quanto à ajuda financeira realizada por eles. Entre esses quatro grandes amigos, destaca-se o padre Bacellar, citado, o Sr. Vicente Übelhard, que deixou em seu testamento um legado de 74:000\$000 em apólices da dívida pública, que foi aplicado ao patrimônio da casa, o sr. Comendador José de Souza Breves, “um dos mais importantes benfeitores da casa, tendo já contribuído para as obras a soma de 15:000\$000” (ESTATUTO, 1874), e realizado outros tantos favores ao amigo padre Siqueira. E, por fim, o padre José Benedito Moreira um respeitável amigo e benfeitor do estabelecimento de Ensino. A sala, denominada atualmente

¹⁵⁹ Foi tesoureiro e responsável pela obra da Escola Doméstica de nossa Senhora do Amparo. Pintura a óleo do amigo e benfeitor do padre Siqueira. O quadro pintado pelo artista Miguel N. Canizares, 1893.

como sala dos quadros, ainda encontra-se preservada na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (Figura 69).

Figura 69 - Sala dos quadros.



Fonte: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Fotografia da Autora, 2021.

As Religiosas da Congregação ainda mantêm alguns locais da Escola com a mesma disposição de antes como acontece na sala dos quadros, onde quase todo o mobiliário e artefatos são da época em que padre Siqueira esteve à frente de sua Obra. Irmã Neli do Santo Deus narrou alguns pontos importantes acerca da sala, apontando que atualmente os quadros que estão lá não são mais os que o padre Siqueira relatou em seu Estatuto. Infelizmente, os quadros transcritos no documento foram retirados, guardados e depois, descartados, sem a preocupação com o valor histórico.

Pode-se destacar, ainda, outros diversos amigos e benfeitores da Escola. Um deles não pode ser deixado de lado, o grande amigo do padre Siqueira, o padre João Baptista Gomes, sacerdote que foi capelão da Escola entre 1872 e 1880. A confiança do padre Siqueira em seu amigo era tanta que, mesmo exercendo a função de Capelão do Estabelecimento, foi convidado para ser diretor, mas, o amigo não aceitou. A carta recebida pelo padre Siqueira em 19 de outubro de 1880 traz essa transcrição:

Meu Padre Siqueira

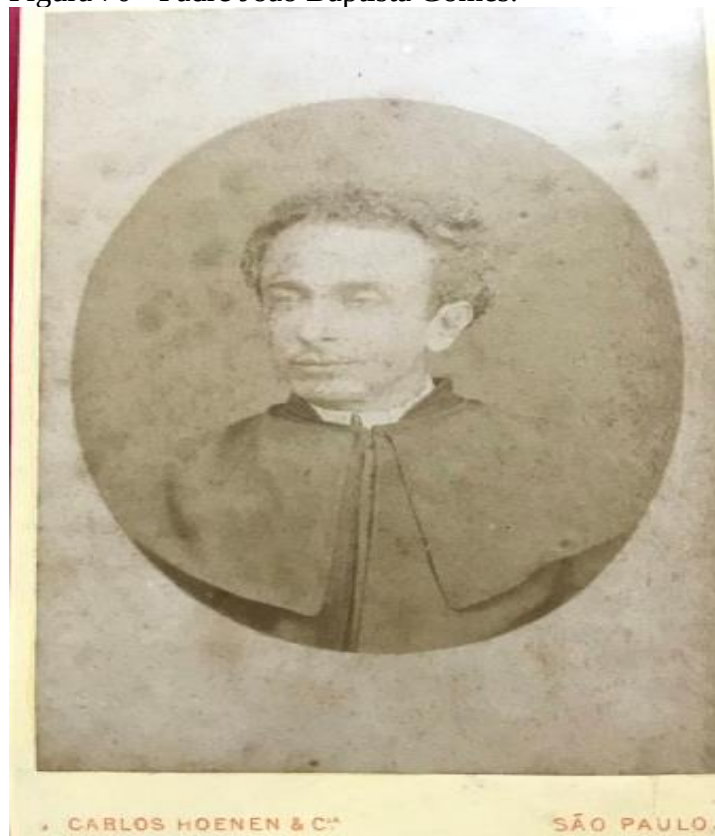
Pelo que me disse há tempos, vejo que se tem lembrado de mim para me encarregar da direção do Asilo, caso Deus o chame antes de mim; mas eu, consultando minhas forças, sou obrigado a declarar-lhe que não posso assumir tão grande responsabilidade e por isso peço-lhe não contar comigo porque decididamente não aceito.

Peço-lhe me responda certificando-me que recebeu esta minha muito formal recusa e que, dica dela ciente.

Sou como sempre vosso irmão J. C. e amigo.
Petrópolis, 19 de outubro de 1880¹⁶⁰.

A carta, como prática de escrita, tanto descreve quem a escreve como revela algo sobre quem a recebe (CUNHA, 2019). A missiva transcrita acima revela um sujeito que diz não ao pedido do padre Siqueira, alguém que aparentemente está com receio de assumir a Escola, possivelmente por não se achar à altura do cargo que lhe foi confiado. Por outro lado, a carta também revela seu receptor, alguém que espera pelo sim do amigo. Dessa forma, a carta como produtora de infinitas possibilidades de interpretações, não pertence somente a quem escreve, mas também a quem se apropria dela (SARTORI, 2019). Revelando a amizade e o companheirismo entre os dois como nesse trecho em especial, “como sempre vosso irmão e amigo” (CARTA, 1880), transparece a confiança, entre ambos os amigos. É uma carta escrita com teor de confiança, possivelmente em resposta a um pedido. “Para além de suas normas, a escrita é um instrumento que diz respeito às práticas, ações e aos valores pertencentes à sociedade” (SARTORI, 2019, p. 193), São práticas que se constituem como espaços de afabilidade e civilidade, utilizadas para narrar fatos, contar histórias, evidenciar experiências e, por diversas vezes, anunciar e enunciar inúmeras situações vividas. A fotografia do amigo padre João Baptista Gomes encontra-se no álbum de fotografias, na Sala- Museu (Figura 70).

Figura 70 - Padre João Baptista Gomes.



Fonte: Álbum de Fotografias. Sala-Museu, 1879.

¹⁶⁰ Disponível: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. 1880, OS-2, A.09.31^a.

Juntamente com outros amigos, quatro anos após a inauguração da Escola, pela primeira vez, padre Siqueira vai pedir novamente ajuda financeira para a população da cidade de Petrópolis – doações, donativos e presentes – para realizar um bazar beneficente. Os petropolitanos já vislumbravam a primeira parte do edifício, uma construção imponente na cidade e para esse evento contou com a ajuda de suas amigas, as senhoras distintas, que, através de uma comissão, organizaram todo o evento para que tivesse sucesso e pudesse ajudar as meninas que já estavam instaladas na Escola. Conforme a publicação no *Jornal Mercantil*¹⁶¹, as senhoras amigas do sacerdote que organizaram o evento foram: Condessa de Barral¹⁶², Viscondessa de Souza Franco¹⁶³, Viscondessa de Silva, Viscondessa de Mauá, Baronesa da Lagoa, Dona Josefa Leonissa de Torres e Alvim, Dona Eulália Pulcheria Bulhões de Oliveira Bello, Mme. Ramirez, Dona Amália Caymari e Dona Maria da Gloria Vaz. Além de contar com todo o apoio das majestades imperiais, a comissão também contribuiu com prendas e se comprometeu a exibir os objetos à venda para outras senhoras da cidade. Para a realização desse evento, também chamado “Festa da Caridade”¹⁶⁴, que aconteceu no dia 02 de fevereiro do ano de 1875, o desejo do padre Siqueira era que o bazar pudesse apresentar à população de Petrópolis o trabalho já realizado pelas acolhidas (os de agulha citados anteriormente), além de arrecadar dinheiro com as prendas doadas pelas senhoras e demais colaboradores. Entre amigos e benfeitores, padre Siqueira compartilhou seus sonhos com aqueles que puderam ver de perto a sua Obra.

4.2 Testamento

Nas mãos do historiador, o testamento pode se transformar em testemunho sobre a morte, mas, acima de tudo, sobre a vida principalmente nas dimensões material e espiritual, ou seja, a morte passa a ser testemunho da vida. Ao analisar as primeiras linhas do testamento do padre Siqueira, percebe-se que o sacerdote não tinha nenhum bem de fortuna e nem herdeiro para deixar, sua Obra era o seu grande legado. Geralmente um testamento é produzido no contexto da morte (FURTADO, 2009), e contém os últimos desejos do testador. Em novembro de 1880,

¹⁶¹ Fonte: Biblioteca Nacional, *Jornal Mercantil*, 1875, Ed. 03. p. 1.

¹⁶² Luisa Margarida de Barros Portugal, mais tarde, na França, por casamento, condessa de Barral, e no Brasil condessa da Pedra Branca, foi uma nobre brasileira. Preceptora das princesas D. Isabel e D. Leopoldina. Fonte: FRANCISCO, 2017.

¹⁶³ Viscondessa de Souza Franco tornou-se Viscondessa por seu casamento com Souza Franco. Residia na praia de Botafogo, nº 138, Rio de Janeiro. Fonte: *Dicionário das Famílias brasileiras*, 1999.

¹⁶⁴ Citado na segunda página do Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Sala-Museu, 1875, PS – 5, A.05.61.

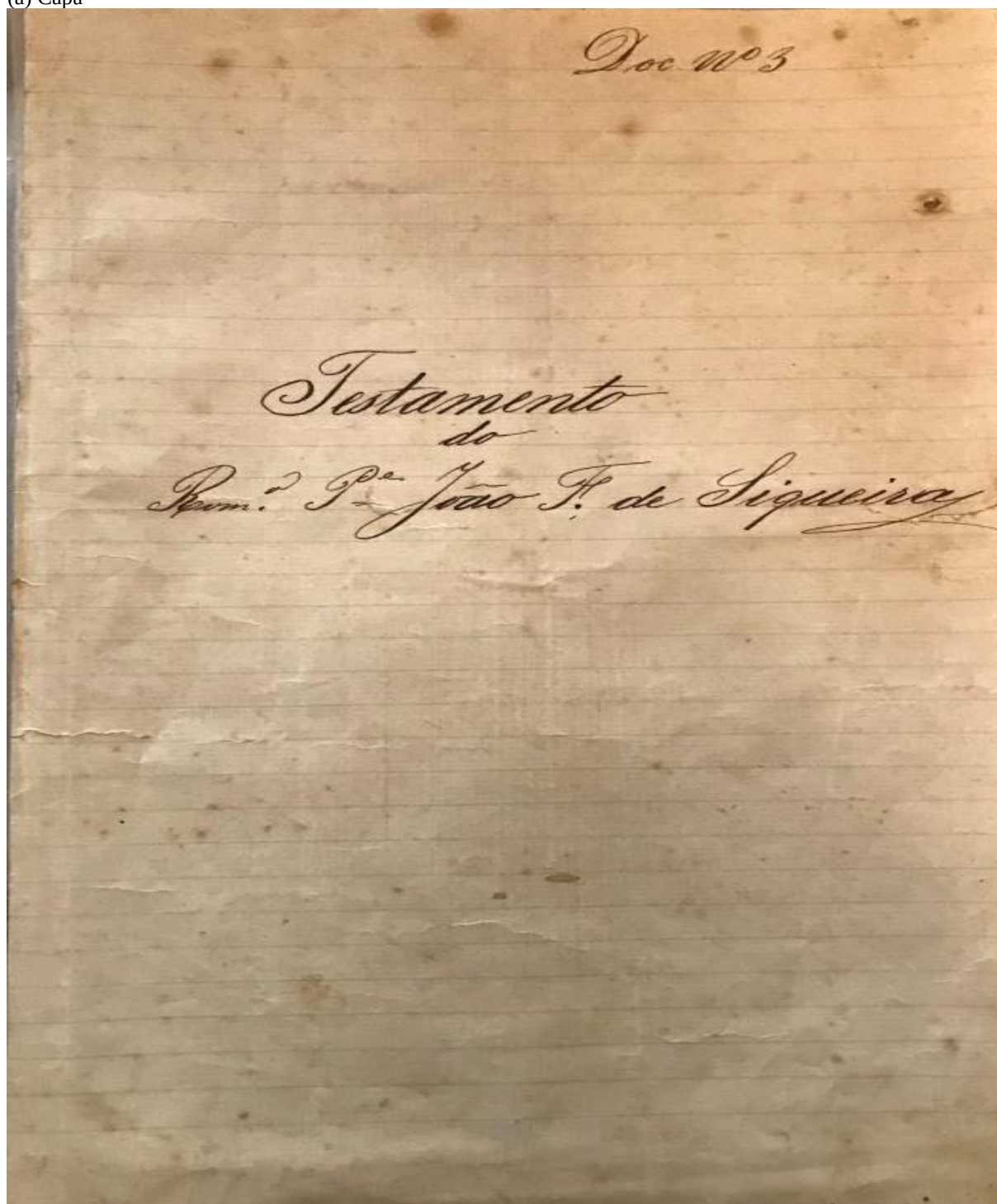
como já estava com sua saúde bastante abalada, dita o que queria deixar por escrito: “por me achar fraco, pedi ao meu amigo Ricardo Narciso da Fonseca que escrevesse este testamento conforme lhe ditava” (TESTAMENTO, 1881). Assim também, “esses documentos contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que viveu” (FURTADO, 2009, p. 93).

No Brasil, os testamentos pouco variaram ao longo dos tempos. Segundo as Ordenações Filipinas¹⁶⁵, os testamentos deveriam ser escritos por ou na presença de um tabelião, acompanhado de mais cinco testemunhas, livres, varões, maiores de 14 anos de idade, mas muitas vezes o testamento é realizado à beira da morte e o testador nem sempre é capaz de cumprir todas as exigências formais, estabelecidas (FURTADO, 2009). As Ordenações Filipinas previam ainda outro tipo de testamento, o testamento palavra, que era apenas ditado na presença de seis testemunhas, homens ou mulheres, que tinham a obrigação de, logo após a morte do testador, declará-lo e registrá-lo perante ao tabelião (FURTADO, 2009). Nas análises do documento do testamento do padre Siqueira, foi possível identificar as testemunhas presentes, são elas: Francisco Antônio de Lima e Castro [...] de Fagundes, Joaquim José da Silva Leite, João Cordeiro de Carvalho, Victorino Rodrigues de Figueiredo, José Joaquim da Silva Leite e capitão Ricardo Narciso da Fonseca que foi o redator, além do tabelião Ignácio da Gama Moret. O documento que se encontra na Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (Figura 71 a e b)¹⁶⁶, é uma cópia, solicitada no ano de 1887, pois o documento original encontra-se no cartório do 1º ofício da cidade de Petrópolis. O documento contém 22 páginas e está bastante danificado pelo tempo.

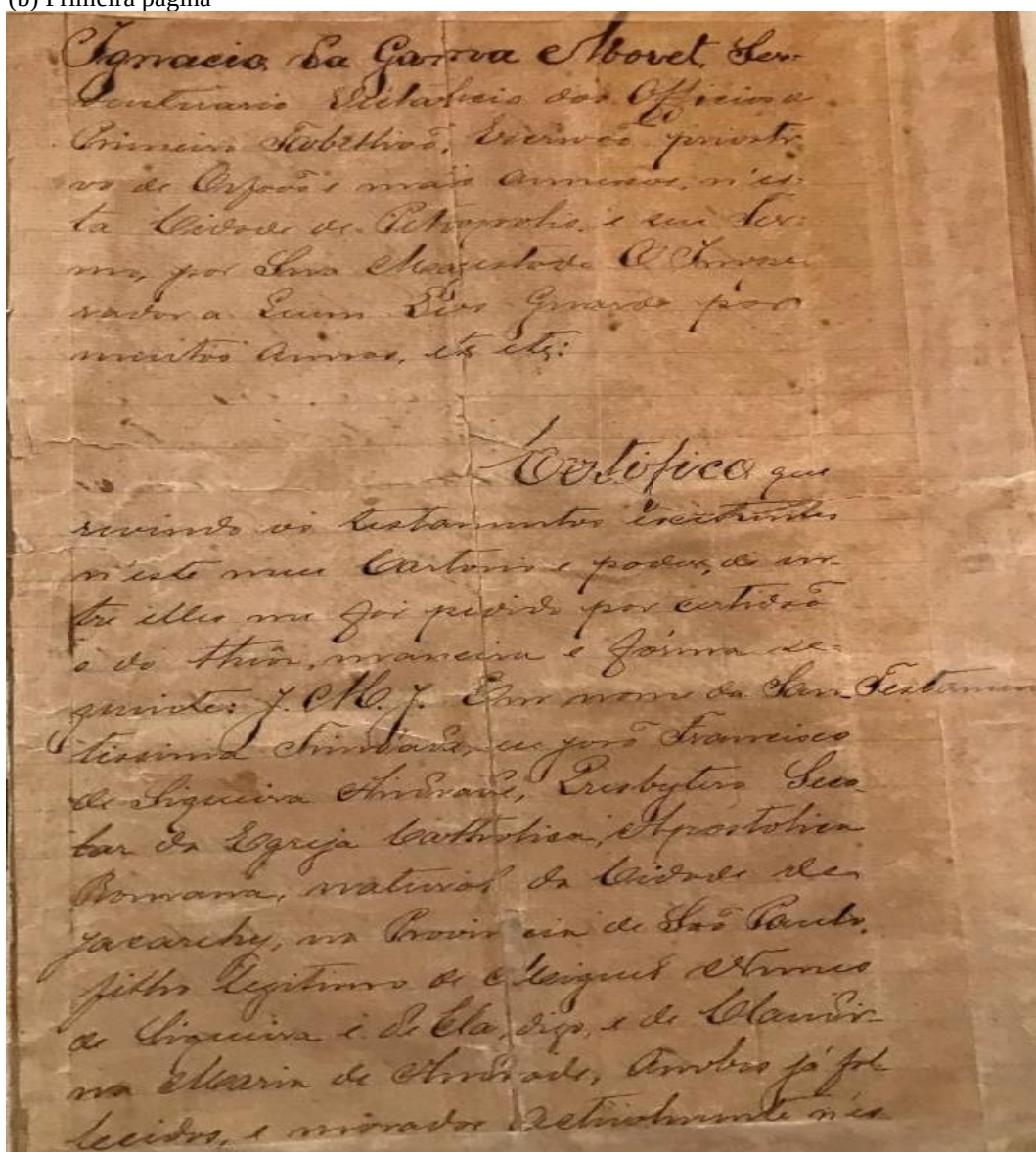
¹⁶⁵ As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigindo em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil. Blake informa que esta é a primeira edição brasileira deste código. Fonte: <https://www2.senado.leg.br/> Acessado em: 11 de Nov. de 2021.

¹⁶⁶ O texto correspondente à Figura 71 é (a) Doc. Nº 3 Testamento do Revmo P. João F. de Siqueira. Testamento. (b) Ignácio da Gama Moret serventuário vitalício do ofício de tabelião, escrivão provo [...] de órfãs e mais ofícios nesta cidade de Petrópolis e seu termo por sua majestade o Imperador a quem Deus guarde por muitos anos etc etc. Certifico que revendo os testamentos existentes neste meu cartório e podendo entre eles me foi pedido por certidão a do teor maneira e forma seguintes: JMJ. Em nome da Santíssima Trindade, eu João Francisco de Siqueira Andrade, presbítero secular da Igreja Católica Apostólica Romana, natural da cidade de Jacareí, na província de São Paulo, filho legítimo de Miguel Nunes de Siqueira e de Claudina Maria de Andrade, ambos já falecidos e morador actualmente, nesta...(Continua no anexo I)

Figura 71 - Testamento do padre Siqueira
(a) Capa



(b) Primeira página



Ignacio Da Gama e Novet, Sen.
 Contrario e Testador das Officinas
 Primarias Substituidas, Viúvas, prout
 as de Officinas e mais Annuaes, m' es-
 ta Cidade de Petrópolis, e seu Ter-
 mo, por Sua Magestade O Chame-
 vado a Euam São Grande por
 muitos Annos, etc. etc.

Certifico que
 revendo os testamentos existentes
 neste meu Cartório e poder, de ar-
 te illa me foi provido por certidão
 e do thór, m'ancieira e Joana de
 quindes J. M. J. Com nome de San. Testam.

issima Simbiana, eu poro Francisco
 de Siqueira Andrade, Presbytero Sec-
 tar da Igreja Catholica, Apostolica
 Romana, natural da Cidade de
 Jacarehy, na Província de São Paulo,
 filho Legitimo de e Siquis e Thomas
 de Siqueira e de Ela, d'q. e de Clauir
 na Maria de Andrade, Ambos p' pte
 secidos, e m'orados actualmente m' es-

Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1887.

Tomando o princípio de Furtado (2009), é necessário tomar alguns cuidados ao escolher o testamento como documento histórico, principalmente, estar atento à possibilidade de haver distorções nas informações. Testamentos são documentos oficiais redigidos por normas e técnicas estabelecidas e é comum o uso de um escrivão ou mesmo de um escriba no leito de morte. Enfim, documento distorcido ou não, o testamento do Padre Siqueira traz inúmeras informações acerca do seu legado.

Pensando nas múltiplas informações que este documento pode revelar, é importante ressaltar que, no ato da escrita do testamento, padre Siqueira mora provisoriamente, conforme escrito no próprio documento, na rua Dona Leopoldina, residência nº 15, na cidade de Petrópolis, próximo à sua Obra. Sua preocupação com a infância feminina desvalida é ditada claramente e chega a ser enfático dizendo “não admitir-se na Escola Doméstica de Nossa

Senhora do Amparo senão meninas exclusivamente pobres e expostas ao desamparo e a miséria” (TESTAMENTO, 1880). Ressalta o princípio da Escola, “educar as meninas para a religião e para o trabalho” (TESTAMENTO, 1880) e comenta sobre a forma da educação “as mais inteligentes, para professoras, ministrando-se então a estas uma maior cultura e em geral as boas mães de família podendo permanecer na casa por sua livre e espontânea vontade” (TESTAMENTO, 1880). Fica claro em suas colocações a ênfase de que “não serão consideradas jamais nesta classe de meninas pobres e desvalidadas as ingênuas ou libertas” (TESTAMENTO, 1880).

Furtado (2009) aponta que esse tipo de documento pode revelar várias possibilidades, entre elas a religiosidade, a vida familiar, a cultura material entre outras diversas temáticas que transparecem. Produzidos num contexto de morte, esses documentos ajudam a formar um retrato bastante revelador da vida do falecido e da sociedade que o cercava (ARAÚJO, 2005, p. 115). Assim, a escrita toma forma e as regras que o sacerdote queria deixar transparecem nos escritos de seu testamento. Ele não somente pensava em educar as mulheres para o trabalho e para o exercício dos afazeres do lar (boas mães de famílias), mas, também deixa testamentado que “o pessoal docente nacional, [deveria ser] tirado de preferência entre as educandas da própria casa” (TESTAMENTO, 1880), assim, as meninas já em idade adulta, conforme a sua aptidão, teriam emprego garantido na própria Instituição. Também imagina outra possibilidade para as alunas, então, determina que:

O pessoal docente, uma vez organizado, tem o título de Congregação de Nossa Senhora do Amparo e que, para a sua boa ordem e direção, tome a Regra da Terceira Ordem de São Francisco da Penitência, regra esta aprovada pela Igreja e adotada no Brasil por inúmeras Irmandades (TESTAMENTO, 1880).

Dessa forma, as alunas que não quisessem sair da casa (Escola) para trabalhar em outra instituição também poderiam tornar-se congregadas. Essa parte do testamento traz a possibilidade de uma idealização de que ele não queria que sua Obra ficasse somente em Petrópolis, mas aspirava a possibilidade de que se expandisse pelo Brasil e até mesmo fora do país. Comenta que se ele falecesse antes de ter organizado a instituição, ficaria responsável pela Obra, seu irmão, o cônego José Bento de Andrade (TESTAMENTO, 1880). Com a impossibilidade de seu irmão assumir a Escola, pois, morava em Jacaré e estava envolvido em outras atividades educativas, nomeia como procurador o cônego Amador Bueno de Barros. Este, procura fazer valer do testamento do sacerdote, e apresenta ao Interlúdio Apostólico, Monsenhor Rocco Chia, o pedido para criar a Congregação. Em resposta, o Rescrito Apostólico, de 25 de março de 1886, determina que, com o pessoal docente já organizado e a Escola funcionando, cria-se na mesma Escola uma congregação de Filhas de Maria como já existe em outros colégios e autoriza a dita congregação a denominar-se Congregação de Nossa

Senhora do Amparo, observando a Regra de São Francisco de Assis, aprovada pela Igreja e moderada pelo Santíssimo Padre, o Papa Leão XIII, além da Regra do respectivo Manual das Filhas de Maria¹⁶⁷.

É importante ressaltar que também se fazia necessário que a diocese aprovasse a Congregação. Na época, Petrópolis ainda não era sede de uma diocese, o território petropolitano era parte da então diocese do Rio de Janeiro, que compreendia toda a província homônima. Assim, estando em Petrópolis, o Bispo do Rio de Janeiro, d. Pedro Maria de Lacerda, conseguiu a aprovação diocesana para a congregação, o Rescrito foi apresentado ao monsenhor Raimundo da Silva Brito, vigário geral da diocese que a autorizou a forma lacônica em 25 de março de 1886. No ano seguinte, a princesa Isabel, regente, em nome do Imperador d. Pedro II, atendendo ao que requereu o cônego Amador Bueno de Barros, procurador do cônego José Bento de Andrade, diretor da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, concedeu o seu beneplácito para que pudesse ter execução o Rescrito da Nunciatura Apostólica, cumprindo o testamento do padre Siqueira que trata da organização do pessoal docente constituindo-se em Congregação Franciscana de Nossa Senhora do Amparo.

A inauguração solene da congregação se deu aos 23 de março de 1888. A cerimônia foi oficiada pelo cônego Amador Bueno de Barros e as primeiras congregadas foram: Francisca Narcisa de Siqueira, sobrinha do padre Siqueira, também conhecida como Mamãezinha, que assume a congregação até o ano de 1897¹⁶⁸, Eulália Maria Francisca de Mello (primeira aluna matriculada na Escola)¹⁶⁹, Francisca Bibiana Garcia, Francisca Maria Rita da Silva¹⁷⁰, Amélia Augusta Monteiro do Amaral¹⁷¹, Cândida Bárbara da Silva¹⁷², Júlia Castilho Lessa Nunes¹⁷³,

¹⁶⁷ Revista Alegremo-nos no Senhor 100 anos de aliança. Congregação da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo. Petrópolis, 2006.

¹⁶⁸ A digna sobrinha do Padre Siqueira, Irmã Francisca (Mamãezinha), diretora da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, à proporção que os anos passam, vão aumentando seus merecimentos pela soma de trabalhos que vai acumulando no exercício de sua difícil missão. Com toda modéstia cristã, que muito realça seus méritos, ela, confundindo-se com suas cooperadas, sempre à frente de todo movimento da escola, esquecida de sua compleição fraca, animada de uma coragem varonil, vai dirigindo com esmero tudo que tem relação com os interesses da escola. “Mamãezinha” é o título de amizade com que as educandas distinguem aquela que, se consagrando à Virgem Senhora do Amparo, por isso mesmo fez mãe de tantas crianças privadas do ente precioso ao coração bem formado. Irmã Francisca vive tão somente para a escola, do mesmo modo que seu falecido tio, o padre Siqueira. Tal é o segredo do enigma: pensa, cogita, fala em favor da escola; é a sua única ocupação, identificou-se com a causa das pobres meninas, e por isso o maior sacrifício não lhe custa. Feliz criatura, ditosa senhora! (RELATÓRIO, 1890).

¹⁶⁹ Primeira aluna da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Entrou para a Escola dia 22 de janeiro 1871. Saiu da Escola no dia 23 de março de 1888 e retornou para entrar para a congregação.

¹⁷⁰ Entrou para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em 16 de maio de 1878. Entrou para a congregação em 23 de março de 1888.

¹⁷¹ Não há registro da Amélia nos livros de entrada da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

¹⁷² Entrou para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em 24 de abril de 1872. Entrou para a congregação em 23 de março de 1888, faleceu em 20 de outubro de 1909.

¹⁷³ Entrou para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em 01 de outubro de 1882. Entrou para a congregação em 23 de março de 1888.

Jesuína Maria da Conceição¹⁷⁴. As congregadas fizeram a sua profissão na ordem Terceira Secular de São Francisco em 9 de março de 1889. Viveram 18 anos como congregadas. Em 1906, d. João Francisco Braga foi sagrado como novo bispo de Petrópolis (ainda pertencente ao Rio de Janeiro) ficou bastante interessado pela Obra do padre Siqueira. Ao assumir a diocese, elaborou uma Regra, transformando a Associação das congregadas em congregação Religiosa Diocesana, no dia 17 de janeiro do mesmo ano, realizando, assim, as últimas vontades do padre Siqueira em seu testamento.

Essas primeiras mulheres foram responsáveis por manter a Obra do padre Siqueira, portanto, o protagonismo das mulheres, começa a transparecer nas primeiras congregadas. Possivelmente, o legado do padre Siqueira, foi muito maior do que o sacerdote imaginava, essas mulheres, mesmo cercada por ideais e, muitas vezes, vistas como inferiores e ou submissas aos homens, ao próprio sacerdote, atuaram fortemente levando a Obra numa dimensão da qual o padre Siqueira, jamais imaginaria. Atualmente, a congregação está presente em diversos lugares do Brasil, conforme indicado pelas setas vermelhas, no Mapa 01.

Mapa 01- Estados onde atualmente há a existência da congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: IBGE. Malha digital. Mapa do Brasil, 2021.

¹⁷⁴ Entrou para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em 02 de março de 1872. Entrou para a congregação em 23 de março de 1888.

No Brasil, a Congregação das Irmãs Franciscana de Nossa Senhora do Amparo está presente em diversos estados, conforme apresentado no mapa acima. Se faz presente nas seguintes cidades: no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Petrópolis – Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e Generalato (lugar de formação das irmãs) –; no município do Rio de Janeiro – Colégio Maria Raythe; no município de Jacarepaguá/RJ – Educandário Nossa Senhora do Amparo; no município de Barra Mansa – Colégio Nossa Senhora do Amparo. No Estado de São Paulo, no município de Jacareí (terra em que nasceu o padre Siqueira) – Casa padre Siqueira. No Estado de Minas Gerais, no município de Monte Carmelo, – Colégio Nossa Senhora do Amparo –, no município de Conquista – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo –, em Mateus Leme – Educandário São José –, em Sacramento – Creche Rosa da Matta –, em Juiz de Fora – Casa Betânia Nossa Senhora do Amparo –, em Chapada Gaúcha – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo – e em São Roma – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo. No Estado de Pernambuco encontra-se presente no município de Surubim – Colégio Nossa Senhora do Amparo – e em Ferreiros – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo. No Estado do Amazonas, no município de Nhamundá. No Estado do Alagoas, encontra-se em Maceió – Escola Nossa Senhora do Amparo – e em Piratininga – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo. Por fim, no Estado do Ceará, no município de Tururu – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo –, em Arapari – Fraternidade Santa Clara – e Deputado Irapuan Pinheiro – Fraternidade Nossa Senhora do Amparo. Atualmente as Irmãs Franciscanas de Nossa de Nossa Senhora do Amparo, também administram casas e escolas em Angola e no Peru.

Com todas essas obras espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, se concretiza mais um discurso presente em seu testamento: “Deus é Senhor de todos os bens, que não se deixem guiar pela falsa ideia de que com a morte do instituidor de uma boa obra, morre também a instituição. Não. Isto é falso e falta de fé. Deve acontecer o contrário, se antes a instituição precisava de proteção dessa data em diante, muito mais” (TESTAMENTO, 1880). Ou seja, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, através da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, seguiu com as premissas do seu fundador, dando sequência e ampliando sua Obra.

Para Furtado (2009, p. 114), “as possibilidades temáticas abertas por esses documentos são amplas e por vezes se revelam inesperadas”. Dessa forma, as análises do testamento vêm desvendando o legado do padre Siqueira, que, ainda no documento, deixa delegado a quem ficaria a responsabilidade pela Obra quando ele morresse: “se acontecer eu falecer antes que tenha organizado esta instituição, fica encarregado desta missão o meu prezado irmão, o Cônego José Bento de Andrade” (TESTAMENTO, 1880). O Padre ainda acentua uma segunda

possibilidade caso o irmão também viesse a falecer: “só por sua morte ou se por ventura, por qualquer outra circunstância seja ele forçado a deixar esta instituição, ficará então a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sob a direção, cuidados e zelo apostólico perpétuos, do Exmo. prelado diocesano” (TESTAMENTO, 1880). Ou seja, a Congregação e a instituição deveriam ficar a cargo da diocese sob a orientação do prelado (o bispo diocesano) que estivesse à sua frente. O Padre destaca claramente o princípio da Escola em Petrópolis e chega a dizer: “que por algum acontecimento extraordinário em qualquer época futura, este estabelecimento deixasse de ser ocupado por meninas desvalidas conforme programa que acabo de apresentar e se tivesse então, de dar outro destino ao prédio, terrenos e patrimônio, os seus descendentes seriam os legítimos herdeiros” (TESTAMENTO, 1880). E ainda acrescenta que: “é para que se cumpra esta disposição que os nomes de tão dignos benfeitores ficam impressos em vários relatórios” (TESTAMENTO, 1880). De certa, forma, nesse momento, caso a Escola deixasse de atender meninas desvalidas ou que por algum motivo perdesse sua existência, tudo deveria retornar para as mãos dos benfeitores. É importante ressaltar que, as irmãs da Congregação Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, mantêm viva a premissa do fundador e a Escola, criada por ele na cidade de Petrópolis, até os dias de hoje, somente atendendo meninas pobres¹⁷⁵, em situação de vulnerabilidade, fazendo-se, assim, valer seu testamento. Dessa forma, padre Siqueira deixou um legado para a cidade de Petrópolis.

Analisando o testamento do padre Siqueira também sob a ótica de que ele pode ser um valioso testemunho da vida material (FURTADO, 2009), pode-se dizer que realmente o sacerdote não tinha nenhum bem de fortuna, a única coisa que relata, que pode se dizer que era um bem material era a sua livraria, “a minha livraria, que consta de mais de mil volumes de boas obras, pertencerá também ao patrimônio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, devendo, porém, ser conservada na residência do capelão para uso dele” (TESTAMENTO, 1880). Infelizmente, essa livraria não foi localizada e não se sabe para onde esses livros possam ter ido.

Ainda no que constitui como legado, retornamos aos amigos que agora aparecem citados em seu testamento. Já havia nomeado o irmão e Cônego José Bento de Andrade como seu sucessor e agora aparecem os conselheiros e advogados da instituição: “Exmos. senhores conselheiros Paulino José Soares de Souza, senador Cândido Mendes de Almeida, Drº Antônio

¹⁷⁵ A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo atualmente atende somente meninas pobres e muito carentes, mas devido à atual conjuntura econômica do país, a Escola mantém um convênio com a Mitra Diocesana e com a Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis.

Ferreira Vianna e José Agostinho Moreira Guimarães” (TESTAMENTO, 1880)¹⁷⁶. Faz um apelo a d. Pedro II, sua esposa Teresa Cristina e sua filha a princesa Isabel, suplicando que continuassem a ajudar a Escola. Por fim, descreve a seguinte frase: “ao meu prezado irmão e primeiro testamenteiro peço a esmola de dar a meu corpo, se eu morrer em Petrópolis, uma humilde sepultura” (TESTAMENTO, 1880). Padre Siqueira não faleceu na cidade de Petrópolis, conforme já citado no segundo capítulo desta tese e nem tão pouco foi enterrado na cidade. Mas, no ano de 1864 seus restos mortais foram trazidos para Petrópolis pelo seu irmão o Cônego José Bento de Andrade em um jazigo e hoje estão próximos à capela no interior da Escola, conforme apresentado na Figura 17, no capítulo2 desta tese.

4.3 Opúsculo sobre a educação

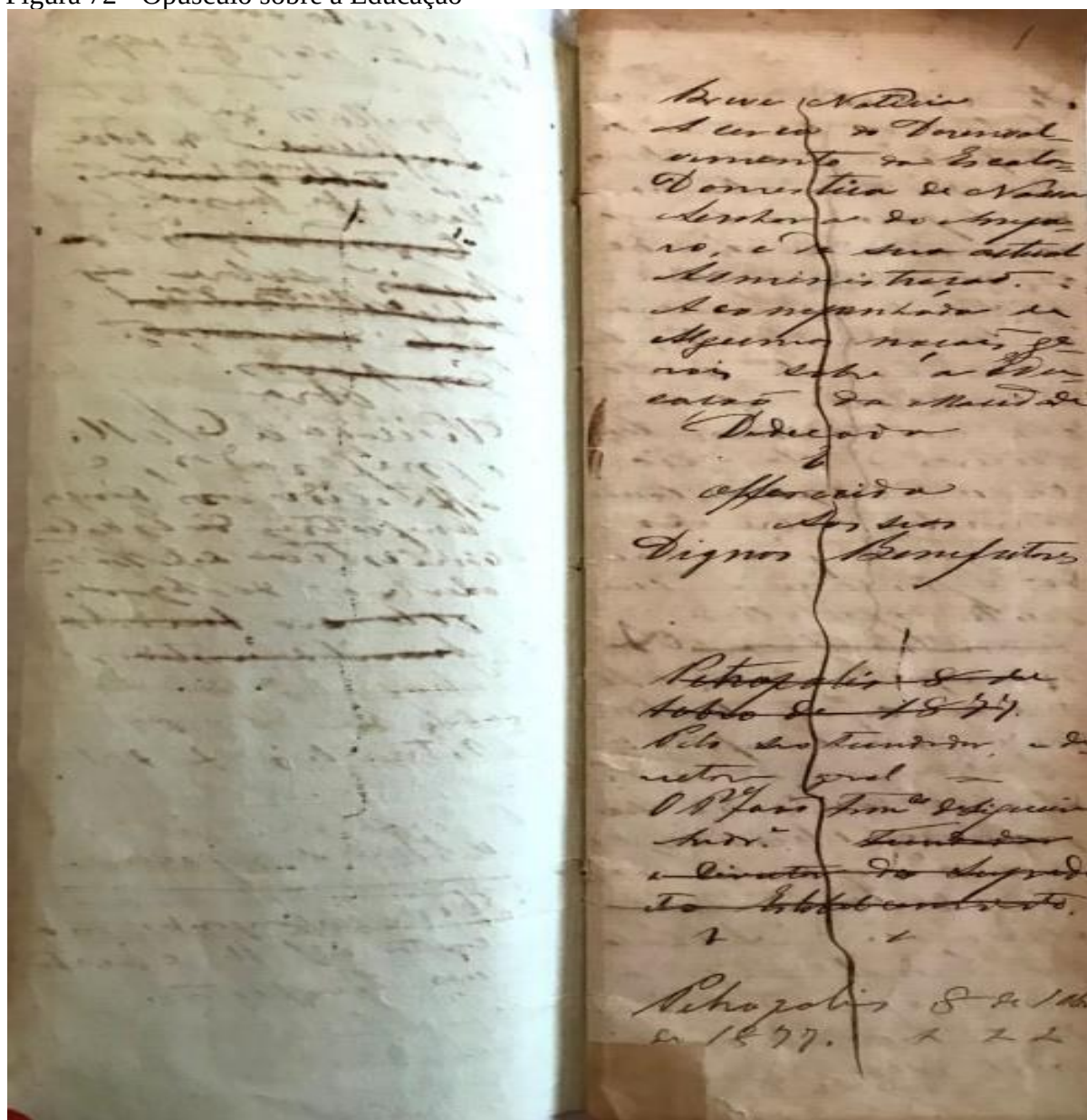
Para Buarque de Holanda (1989)¹⁷⁷, a palavra “opúsculo” significa uma pequena obra. O termo também pode sofrer acréscimos como: unidade bibliográfica constituída por documento com não mais de 48 páginas, ou pequena obra escrita sobre arte, ciência, literatura etc. Dessa forma, para análise do Opúsculo do padre Siqueira, será tomado como base o significado de uma pequena obra, mas também será verificada sua esfera literária, científica e até mesmo teológica, por se tratar de um documento feito por um sacerdote que pensava em uma educação, segundo ele, para o amor. A pequena obra (Opúsculo) do padre Siqueira, contém 46 páginas, e atualmente encontra-se na Sala-Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, parecendo-se com um rascunho, pois encontra-se com muitas rasuras, conforme pode ser visto na Figura 72¹⁷⁸..

¹⁷⁶ Entre tantos amigos e conselheiros destaca-se que o senador Cândido Mendes de Almeida que é avô de d. Luciano, Arcebispo de Mariana entre 1988 e 2006, e o senhor Moreira Guimarães, que foi quem recebeu o padre Siqueira em sua casa, no bairro de Correias, e não poderia faltar em seu testamento.

¹⁷⁷ Dicionário Prático de Língua Portuguesa - Aurélio

¹⁷⁸ O texto correspondente à Figura 72 é: Breve notícia acerca do desenvolvimento da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e de sua atual administração. Acompanhado de algumas noções gerais sobre a Educação da mocidade. Dedico e oferecido aos seus dignos benfeitores – pelo fundador e diretor geral. O padre João Francisco de Siqueira Andrade. Petrópolis, 8 de dezembro de 1877. (texto completo no ANEXO J).

Figura 72 - Opúsculo sobre a Educação



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1877.

Para Karnal e Tatsch (2009, p. 21), “um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época”, dessa forma, é importante a reflexão acerca da visão que o sacerdote tinha de sua época. Qual seria o sentido de deixar por escrito a sua visão de educação? Toma-se como base que o documento não é apenas um documento em si, mas um diálogo entre o passado e o presente, pode-se pensar na hipótese da existência desse diálogo acerca da educação para a infância. Sendo assim, todo documento histórico é uma construção permanente, suas subjetividades permitem diversas leituras. (KARNAL E TATSCH, 2009). Se eternizar, deixar registrado seu ideal de educação, deixar um legado. Além disso, também trata-se de um discurso militante em prol de uma educação para as mulheres, já

que as diversas leituras realizadas permitem observar essa mutabilidade no texto. Ora descreve sobre a importância da educação, ora relata sobre a moral e a teologia, ora traz informações acerca da mulher, do ensino e, por fim, relata sobre a “educação de e para o amor”.

Na introdução do Opúsculo, padre Siqueira começa com a seguinte ideia: “a educação é para o homem o que o alicerce é para o edifício a segurança deste depende tanto seu alicerce como daquele depende a sua educação” (OPÚSCULO, 1877). Sua preocupação com a educação era tão grande que chega a compará-la ao alicerce de um edifício, ou seja, o homem só fica erguido, se for pela educação. Para essa discussão, toma-se novamente como base Vasconcelos e Boto (2020) no texto *A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problemas e proposta*, em que as autoras destacam prerrogativas da legislação brasileira e autores clássicos defensores da escolarização. Sendo assim, essa discussão se dará na interpretação tanto do Opúsculo, quanto da toda a Obra (a Escola) criada pelo padre Siqueira, um sacerdote que acreditava em uma educação que passa pela escolarização em sua Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

As autoras destacam que a escola constitui uma instância de socialização, que ensina, além de ler e escrever, a se comportar, transmitindo saberes, valores e formas de agir. Dessa forma, o sujeito escolarizado tem ou deveria ter algo a mais. Ainda corroboram sinalizando que a função socializadora da escola não seria necessária apenas pelo conhecimento que transmite, mas pelo contexto no qual é transmitido. Sendo assim, a escola institui por seus ritos, por suas palavras e por seus sinais uma cultura que lhe é própria e que terá certamente um caráter civilizador. A cultura escolar dialoga claramente com a codificação dos saberes e a sua rotina possibilita o convívio entre iguais. Há cumplicidade e rivalidade, tudo isso é educativo, um contínuo aprendizado de equações dos conflitos inerentes à sociedade (VASCONCELOS; BOTO, 2020). O Opúsculo sobre a educação traz essa realidade da educação, que, de certa forma, passa pelo processo de escolarização, através daquela Escola que era a responsável pelo alicerce vida das mulheres que passaram pela educação “siqueirana”, ou seja, do padre Siqueira. A importância da educação é claramente enaltecida em todo o teor do documento, porque, para o sacerdote “a educação é tudo! É mais que tudo! É a vida do gênero humano, é o caminho da luz, da paz, da verdadeira nobreza e felicidade” (OPÚSCULO, 1877).

Educar na Escola talvez fosse a principal vontade do sacerdote, uma discussão que se torna mais ampla quando se pensa em educar meninas, dentro de uma escola. Mudar a realidade daquelas que eram incapazes economicamente de receberem qualquer tipo de educação que não fosse pelo processo de escolarização. É importante analisar o termo educação por vários ângulos, Alves (2020), salienta que há uma grande variedade de significados, que possuem realidades análogas, o autor chega a sinalizar que educar significa extrair, criar, avançar e elevar. Para o sacerdote, o ser humano precisava da educação para extrair algo, criar, avançar e

elevar-se. Dessa forma, as mulheres poderiam elevar-se a um lugar que talvez ainda não tivessem ocupado, assim, a ótica da palavra educação no Opúsculo é sempre direcionada para uma elevação, para um conhecimento de si e do outro, pois “o homem educado sabe definir a sua posição. Conhece a soma de aptidões de que é dotado, mede suas forças antes de qualquer empresa” (OPÚSCULO, 1877).

O documento também discute questões teológicas e morais em seu escopo, pois o padre entendia que “a educação moral e religiosa primeiro que tudo garante o direito individual e o da propriedade” (OPÚSCULO, 1877). Em outros documentos já analisados neste estudo, padre Siqueira sempre colocou a religião e a moral acima de muitas coisas, não seria diferente aqui, em seu Opúsculo, no qual aponta que a educação e a religião caminhavam lado a lado e, como dois grandes veleiros (HARTOG, 2020), seriam formadores, exerceriam um papel primordial na vida de suas alunas. Chega a dizer quase ao final do documento que “a ausência de Deus no homem é semelhante a ausência de luz” (OPÚSCULO, 1877). Enfim, o destaque teológico traçado pelo sacerdote no teor do documento ressalta que, para ele, na época, o homem não poderia viver sem Deus, poderia até ser educado, mas se não tivesse Deus, de nada adiantaria a boa educação.

Ampliando a discussão da teologia, a palavra amor, trazida pelo sacerdote no seu documento, também pode ser analisada sob essa ótica. Quando o sacerdote fala sobre a palavra amor, o sentido pode ser comparado com amar a Deus sobre todas as coisas, seguindo o mesmo princípio estabelecido nos evangelhos, sendo o amor é um ato necessário ao homem, chegando a dizer que o amor é um dogma, ou seja, uma lei a ser cumprida: “a lei do amor é o preceito mais sublime imposto pelo homem, senão mesmo, que é uma lei necessária” (OPÚSCULO, 1877).

Sendo assim, para Jinzenji (2012, p. 15), ler um documento é, portanto, escutá-lo naquilo que não apresenta explicitamente, mas que faz parte do cenário (inclusive sonoro) de sua produção. Dessa forma, ao “escutar” o documento, observa-se que a palavra amor era algo importante para o sacerdote, em quase todo o Opúsculo ela é citada com conotações relevantes, principalmente quando se trata do amor ao próximo e do amor a Deus em primeiro lugar: “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e para amar eternamente. Portanto, o preceito do amor devia também ser um preceito eterno, como era eterno o Ente que tinha de ser amado” (OPÚSCULO, 1877). Por fim, um dos pontos mais importantes do Opúsculo sobre a educação do padre Siqueira é o lugar da mulher, chega a dizer “a mulher é tudo do mundo” (OPÚSCULO, 1877).

A produção de determinados papéis para a mulher descrita no Opúsculo, emponderando-as (dentro de seus papéis), tornando-as parte responsável pelas diversas esferas da família, casa e trabalho. Ele imaginava “primeiramente, formar a mulher de modo a torna-

se uma digna mãe de família, implantando em seu coração os princípios religiosos e de uma moral sã” (OPÚSCULO, 1877). Ser mãe de família, ter princípios, saber se portar diante dos outros era um propósito fundamental para a educação na Escola. Em um dos relatórios publicados no *Jornal Mercantil*¹⁷⁹, o sacerdote chega a dizer que a “missão da mulher na terra não se limita a de serva obediente; a ela exclusivamente está confiado o futuro da sociedade, porque a ela compete a educação da família” (RELATÓRIO, 1880). Pode-se dizer que mesmo tentando romper barreiras para que as mulheres estivessem preparadas para enfrentar diversidades, não deixa de enfatizar que deveriam ser boas mães de família. Seria ali, educando seus filhos que elas mudariam a sociedade. Manoel (1996) comenta que, em 1852, o *Jornal das Senhoras*, do Rio de Janeiro, dirigido por Joana Paula Manso Noronha, se propunha a lutar para o desenvolvimento social e para a emancipação moral da mulher, o mesmo jornal também afirma que nada seria conseguido para a emancipação feminina sem a educação da mulher. Manoel (1996) também traz que o jornal conservador *Monitor Católico* publicava, em dezembro de 1879, que o modernismo exagerado da jornalista a levou a um dia projetar a educação da mulher na liberdade. O catolicismo conservador da época partia do suposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino (MANOEL, 1996).

Por outro lado, as mulheres exerciam outras atividades como parteiras, doceiras, lavadeiras, costureiras, vendedoras ambulantes e prostitutas (FIGUEIREDO, 1999; FURTADO; VENÂNCIO, 2000), além de professoras, escritoras, redatoras de jornais (KELLEY, 2006) e muitas outras. Também exerciam atividades econômicas como chefes de família no início do século XIX (SAMARA, 1997), como era o caso das viúvas dos soldados da guerra que trabalhavam para sustentar seus filhos. Padre Siqueira idealizava que as meninas (mulheres) pudessem viver dignamente de seus trabalhos, pudessem conduzir suas próprias histórias. Assim, a boa educação/instrução seria o que todas mereciam. O Opúsculo sobre a educação do padre Siqueira encontra eco num discurso problematizador, cercado de inferências, misturando a educação, a teologia/moral e o empoderamento feminino, mesmo que dentro das limitações do que era proposto para época.

A seguir, para compreender para onde foram as primeiras alunas que estiveram na Escola no ano de 1871, será necessário entender o contexto social das mulheres para a época.

4.4 O contexto social das mulheres no século XIX

“Falar das mulheres e de seus papéis no século XIX é mais do que propor um olhar empático em relação às naturalizações caricaturadas e conformadas, fabricadas e incorporadas

¹⁷⁹ Jornal Mercantil, 31 de janeiro de 1880

do feminino no período” (SARTORI, 2019, P. 53). As variadas situações de dominação e os mecanismos de controles impunham a elas o lugar que cada uma deveria ocupar na sociedade, eram submetidas ao sistema patriarcal que as colocavam somente no papel de esposa e mãe. A possibilidade de ascensão social para a mulher era pequena. Padre Siqueira pensava na mulher e no seu papel de mãe e esposa, mas, não deixava de lado a possibilidade de que, pelo trabalho, como professoras, diretoras, acompanhantes, poderiam tecer a história de suas vidas dignamente. Decerto, pode-se dizer que alinhar instrução e trabalho seria uma das principais razões da Escola do padre Siqueira. O *Jornal Correio Paulistano*¹⁸⁰ no ano de 1870 traz a seguinte publicação:

A Educação da Mulher

É um problema palpitante nas sociedades modernas, e deve também sê-lo no Brasil, onde está de pé o reinado das trevas, a nobilitação da mulher pela instrução.

Conforme disse um grande publicista da atualidade, ‘a mulher é o crime do homem’. Enquanto a mulher for escrava, enquanto a ignorância abater-lhe a alma, impedindo-a de exercer, nas relações da família, o sacerdócio sacratíssimo da moral e do civismo, o homem, vítima da própria humilhação que infringe, continuará a sentir as torturas incalculáveis da falsa e contraditória posição em que se acham os dois polos de seu viver- súdito na república- déspota no lar.

Neste ponto de vista, é de alto interesse o que se refere a carta que damos em seguida, e que nos foi dirigida de mulheres desvalidas, que trabalha em levar a efeito, na Província do Rio, um filho desta província, o Rev. sr. João Francisco de Andrade.

A carta¹⁸¹ torna dispensável de nossa parte comentário a respeito da obra gigantesca e do seu instituidor, que em breve, estamos certos, notável exemplo de que pode uma alma nobre iluminada por uma grande ideia (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870).

Esse teor é perceptível em todos os documentos deixados pelo sacerdote e em alguns deles chegou a dizer que educaria “as meninas na religião e para o trabalho” (TESTAMENTO, 1880); e afirmou que “só há um meio para a verdadeira emancipação, só há um meio para chegar-se a obter o nome de cidadãos bons e livres: a instrução reunida ao trabalho” (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1870)¹⁸². Essas palavras descritas pelo sacerdote corroboram com o propósito de uma educação aparentemente pensada para a emancipação feminina, através do trabalho, porém dentro dos parâmetros propostos para as mulheres da época.

Educar as mulheres oitocentistas para que tivessem condições de seguir os rumos de suas próprias vidas era uma tarefa um tanto quanto difícil. Del Priore (2000) sinaliza que as filhas de pais pobres ignoravam os meios de uma mulher poder viver do trabalho honesto e perseverante e, ainda, acrescenta que muitas eram arrastadas para a vida licenciosa. Michelle Perrot (2019) também observa que várias mulheres, entre elas as rainhas e as santas, sempre tiveram a vontade de emancipação pela educação, pelo saber e pelo trabalho. Segundo Manoel (1996), o catolicismo conservador partia do pressuposto de que as leis divinas e naturais teriam

¹⁸⁰ Biblioteca Nacional. *Jornal Correio Paulistano*, 1870, Ed. 4172, ano XVII, p. 1 e 2

¹⁸¹ Também se encontra disponível no mesmo Jornal.

¹⁸² Biblioteca Nacional. *Jornal Correio Paulistano*, 1870, Ed. 4172, ano XVII, p. 1 e 2

direcionado à mulher às tarefas domésticas, assim, toda a proposta de profissionalização feminina era entendida como atentado às leis criadas por Deus. Reunir instrução, trabalho e, de certa forma, associar tudo isso dentro dos princípios da religião católica era uma forma de exercer poder sobre as mulheres, ou seja, eram emancipadas até um determinado ponto, livres dentro de tais parâmetros. Para pensar em educação emancipadora das mulheres da Escola do padre Siqueira, é preciso levantar questionamentos acerca de educar a mulher na religião e para o trabalho. Parece uma temática ambivalente e até mesmo paradoxal, porque a religião é, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres (PERROT, 2019).

Os conventos, por sua vez, eram lugares de exercício de poder das mulheres, mas as superiores eram submetidas aos fundadores e às leis e regras ditadas e estabelecidas pela Igreja. Os conventos não somente “eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares de apropriação do saber, e mesmo de criação” (PERROT, 2019, p. 84). De antemão, é válido a retomada da ideia de que padre Siqueira constrói uma Escola para meninas, mas deixa registrado em seu testamento que uma congregação (um convento) deveria nascer para cuidar daquela Obra, ou seja, emancipar a mulher para assumir aquela congregação como uma forma de empoderamento através da educação e da instrução.

Trazer para a discussão essas nuances acerca da mulher e de seu papel no contexto social da época é ponderar as vidas e trajetórias marcadas por elementos comuns: jovens, solteiras, casadas, mães e filhas que fizeram as convenções de seu tempo e, de certa forma, transformaram a própria condição social. Sartori (2019), corrobora com a discussão, trazendo como pano de fundo pesquisas históricas ligadas à questão de gênero, mostrando como a idealização feminina constituiu-se ao longo do oitocentos. Para a autora, a idealização de estereótipos em relação às mulheres aparecia nos discursos médicos produzidos pela ginecologia. Sendo assim, era um consenso afirmar que ser mulher era ser mãe, cuidadora da casa, dos filhos e do marido. Os discursos médicos afirmavam que as próprias diferenças entre homens e mulheres eram capazes de produzir diferenças intelectuais entre eles, discurso que acabava excluindo as mulheres de capacidades criativas (SARTORI, 2019).

Zanatta e Burlamaque (2017) debatem que, por muito tempo, a representação dos homens e mulheres e das relações entre eles tinha o caráter de reservar à mulher a condição de inferioridade, principalmente na esfera pública. Ao homem era reservado o espaço público, ou seja, a intelectualidade e as relações públicas de trabalho. Enquanto a mulher era vista apenas como propagadora da moralidade e da religião, devendo ser discreta, silenciosa, submissa e somente atuar na esfera do lar. Para as autoras, a mulher sempre se definiu em relação ao homem, nunca por si própria, nunca esteve em posição de sujeito, e sim, de objeto. Em contrapartida, através do mercado de trabalho, as mulheres buscaram cruzar a ponte que as

separava do equilíbrio em relação aos homens. (ZANATTA; BURLAMAQUE, 2017). Essa emancipação também foi descrita por Vasconcelos (2015), relatando que a saída das mulheres às ruas, na década de 1880, já não era mais como a dos anos de 1835, quando a família levava vida claustral e as mulheres não eram vistas em lojas e ou em armazéns.

Jinzenji (2010) aborda o papel fundamental da mulher de guardiã e gestora da intimidade familiar, conjugal, e educadora de novas gerações. Também relata a distinção de comportamentos entre os sexos, a mulher não era somente educável, como deveria ser também educada, em alguma medida, por meio da escolarização. Ainda para a autora, o termo educação e instrução estão relacionados um ao outro, havendo a diferenciação no que diz respeito à finalidade: “o fim da educação é desenvolver as faculdades morais, enquanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intelectuais” (p.24). Nos escritos do padre Siqueira, também é possível encontrar essas narrativas, para ele:

Ministrada a educação e a instrução conveniente, de modo a prepará-la (a menina) segundo a aptidão de cada uma para, no futuro, viverem honestamente do seu trabalho, quer como mães de família, quer como professoras ou diretoras de estabelecimento pios ou literários, quer, enfim, como empregadas nos serviços domésticos de casas particulares (ESTATUTO, 1876).

Nesse discurso, ele assegura de que a educação e a instrução deveriam ser convenientes, ou seja, serem aplicadas juntas, quando necessário para o exercício do trabalho. E esse trabalho poderia ser no próprio lar, como mães de família, cuidadora da casa ou em estabelecimentos de ensino como professoras, diretoras e até mesmo como preceptoras. Com esse discurso, padre Siqueira reafirma a ideia de que as mulheres não deveriam ser somente as guardiãs do lar, mas que, dentro de sua aptidão, poderiam exercer outros papéis, mesmo que esses papéis estivessem sob o domínio da religião e/ou de um homem¹⁸³.

¹⁸³ Se no oitocentos a mulher era vista como inferior ao homem, submissa, e dita menos inteligente que o homem, Toste e Sorj (2021) divergem, em parte, desse contexto, trazendo para a discussão algumas mulheres que no oitocentos souberam se colocar diante da desigualdade e fizeram a diferença em seu tempo. No livro: *Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX (2021)*, as autoras narram histórias de mulheres que, mesmo diante de uma ideologia de que homens e mulheres estariam destinados pela natureza, ou seja, ao homem caberia o espaço público e à mulher o confinamento doméstico, muitas romperam essa barreira e se tornaram protagonistas de sua história e se colocaram em lugares jamais imaginados por uma mulher. Entre as narrativas das autoras, destacam-se: Harriet Martineau – (Inglaterra/1802-1876), que teve um olhar extremamente aguçado para as questões de gênero, denominou ciência da sociedade o casamento, a infância, a educação das crianças, as relações dos sexos, a economia política das mulheres e a condição de que os desprivilegiados tinham tanta importância quanto as instituições políticas, o mercado, a indústria e as classes sociais. Ela, antes que a sociologia se institucionalizasse como campo científico e sedimentasse hábitos de investigação centrados na vida de determinados homens, concebeu uma forma sistemática de pesquisa que reconheceu temáticas relacionadas a gênero como eixos centrais de organização das experiências do mundo social. Pandita Ramabai Sarasvati (Índia/1858-1922), jovem, viúva, pobre, mãe de uma filha, tinha todos os predicados para ser considerada a pior e mais cruel das criaturas no século XIX, mas foi precisamente contra esse estigma que vinha sendo projetado sobre ela, sobre as mulheres e, sobretudo, sobre as viúvas que Ramabai lutou a vida inteira. Ela conquistou respeito e notoriedade, tornou-se responsável por resgatar da opressão e da pobreza centenas de meninas, adolescentes e mulheres viúvas na Índia e redigiu o que hoje é considerado um dos primeiros manifestos políticos feministas escritos por uma

Refletir sobre a vida das mulheres do século XIX que viveram grande parte completamente enclausuradas, silenciadas, confinadas, “domesticadas”, submissas e, por outro lado, refletir sobre as mulheres que diante de tantas imposições souberam se colocar, emancipando-se mudando completamente o rumo de suas histórias é, sem dúvida alguma, uma análise de que o contexto social era imbricado de imposições/prescrições, certas regras impostas pela sociedade da época. Muitas lutaram pela ascensão social e/ou outras até mesmo pela sobrevivência, como o caso das alunas do ano de 1871 da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Ouvir a história de mulheres do século XIX e perceber que muitas foram protagonistas de suas histórias e mudaram o rumo de suas vidas, talvez seja, um dos pontos mais fundamentais para a análise da temática entre educação e instrução.

No capítulo 2, desta tese, discorreu-se sobre um homem que possibilitou a contação de história de muitas mulheres. A seguir, no último subtítulo deste trabalho, será contado uma parte da história de cada uma das 25 primeiras mulheres/alunas que teceram suas histórias na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

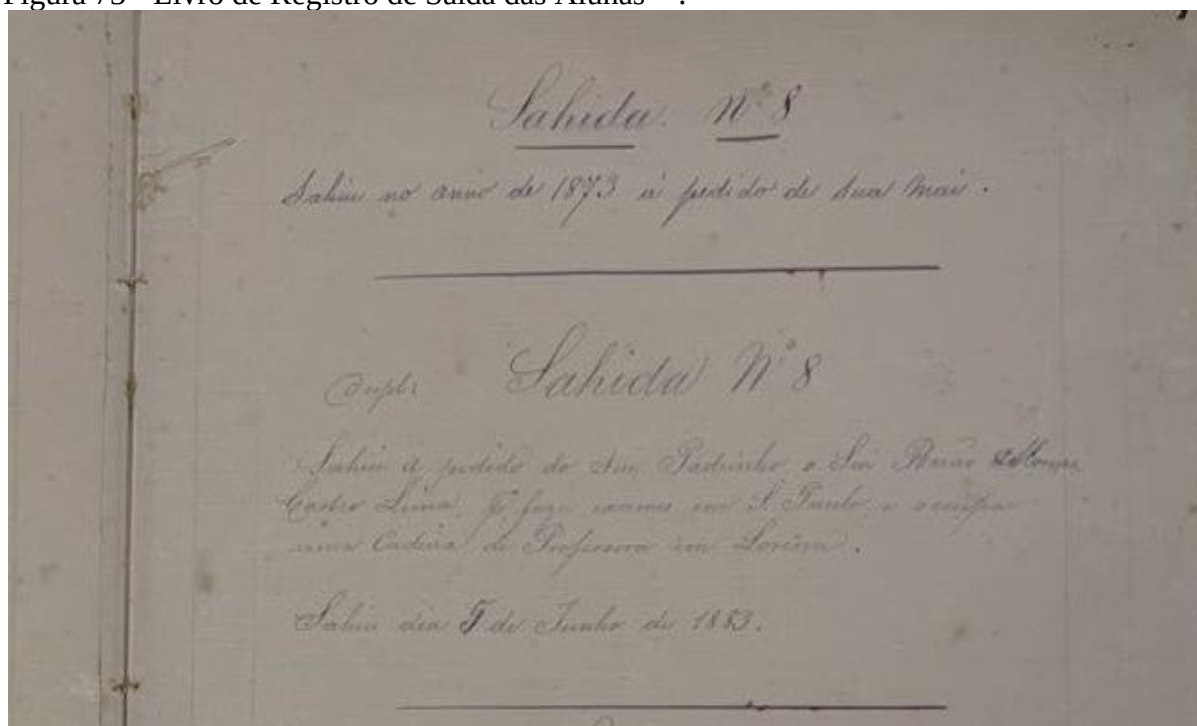
4.5 De malas prontas: Para onde foram essas mulheres?

A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma história “sem as mulheres” parece impossível. Entretanto, isso não existia. Pelo menos no sentido coletivo do termo: não se trata de biografias, de vidas de mulheres específicas, mas das mulheres em seu conjunto, abrangendo um longo período [...]. Por que isso? Por que esse silêncio? E como foi quebrado? (PERROT, 2019, p. 13)

Para compreender a saída das alunas, foi necessária uma leitura apurada no Livro de Registro de Saída (Figura 73). Sendo analisado, interpretado e alinhado a outras informações obtidas acerca das meninas, conforme já citado, o Livro de Registro de Saída foi encontrado posteriormente dentro de um saco preto e está bastante amarelado, com marcas de sua temporalidade, não tem capa, suas páginas estão soltas e muitas páginas estão completamente apagadas. As informações contidas nesse documento foram bem significativas e relevantes para a escrita do último subtítulo desta tese.

indiana. Ercília Nogueira Cobra (Brasil/1891), publicada em 1927, a novela *Virgindade inútil*: uma biografia de uma revoltada (Ercília Nogueira) que rompe com as convenções impostas para a época. Sua protagonista (Claudia) persegue um destino em tudo diferente do que era reservado às moças de família. Foge de casa, do convento e da polícia para tornar-se uma mulher independente, dona do seu dinheiro e do seu corpo (TOSTE E SORJ, 2021).

Figura 73 - Livro de Registro de Saída das Alunas¹⁸⁴.



Fonte: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Sala-Museu, 1871.

O livro contém 100 páginas, todas estavam escritas, com letra manuscrita sem nenhuma informação pré-determinada, ou seja, sem perguntas pré-concebidas, apenas duas páginas estavam em branco o que leva a pensar na hipótese de que alguém pulou aquelas páginas. O (a) próprio(a) (a) escriba do documento determinou a regra da escrita do livro com a numeração, a separação de uma aluna da outra com uma linha, a substituição de número de uma aluna para a outra. A caligrafia é bastante nítida e desenhada e, aparentemente, é usada da página 1 até a 99, supõe-se que talvez a mesma pessoa tenha escrito o livro do início ao fim. Para a interpretação deste material foi preciso analisar detalhes que podem parecer insignificantes (GINZBURG, 1989), mas que exigem um uso intenso do corpo documental, rigor científico desde a sua materialidade até as informações escritas que precisam ser lidas e interpretadas.

Na página 1, encontra-se o registro de saída da primeira aluna matriculada na Escola Doméstica de Nossa senhora do Amparo, Eulalia Maria Francisca de Mello, filha de Francisco João de Mello e de Maria Borges de Mello, natural de Portugal. Foi batizada aos 10 de setembro de 1864 com idade de 14 meses, com 1 ano e dois meses, na Matriz de Santa Rita. A saída de Eulalia se deu no dia 7 de junho de 1887 para ser adjunta no colégio Santa Candida. Consta no Livro de Saída que Eulalia retornou como adjunta na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e, posteriormente, entrou para a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa

¹⁸⁴ O texto correspondente à Figura 73 é: Sahida n° 8 Saiu no ano de 1873 a pedido de sua mãe. Comph. Sahida n° 8. Saiu a pedido de seu Padrinho Sr° João Maria Castro Lima para fazer compras em São Paulo e comprar uma cadeira de professora em Lorena. Sahida dia 5 de junho de 1883.

Senhora do Amparo. Infelizmente o livro de registro de professores do ano de 1871 não foi encontrado, não se sabe até mesmo se ele existiu. No livro de registro de despesas da casa também não consta nenhuma despesa que apresente a saída da aluna Eulalia para que se possa desenvolver uma discussão mais apurada sobre a primeira aluna que saiu da Escola para exercer uma profissão, ser professora/diretora e, depois, retornou para ser adjunta e irmã consagrada (freira) na congregação. Eulália cumpriu um dos ideais do sacerdote de que, as próprias alunas, retornassem para assumir a Obra.

A profissionalização da mulher aparece em sua primeira acolhida, uma mulher, ou melhor, a primeira mulher (aluna) da Obra do padre Siqueira. Interessa observar que sistema de diferenciação permite que uns atuem sobre os outros, que objetivos se perseguem – exercer uma profissão-, que formas de institucionalização estão embricados – regulamentos e costumes – e, que tipo de racionalidade está em jogo. Dessa forma, Eulalia retorna para um exercício - ser adjunta. Retorna para os regulamentos e costumes imbricados de regras e normas ao qual vivenciou inúmeras vezes. Retorna para o exercício de empoderamento sobre as outras acolhidas. E, por fim, retorna para reafirmar que a educação e a instrução que havia recebido lhe dava condições de atuar sobre as outras alunas.

Michelle Perrot (2019) afirma que, ao longo do século XIX a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto à sua natureza: feminilidade e saber se excluem. Eulalia foi formada para as letras e para atuar no papel de dona de casa, de esposa e de mãe. Escolheu exercer uma profissão, ser gestora de escola. Rompeu a barreira de que instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza (PERROT, 2019). Eulalia estava instruída para exercer um papel de poder, adjunta da escola mesmo que subordinada ao sacerdote, diretor – um homem.

Em 1887 quando Eulalia saiu da Escola, a educação feminina, bem ou mal, no Brasil, já dava seus passos iniciais. Ivan A. Manoel, em *Igreja e Educação feminina* (1996), destaca que o católico conservador, José Maria Correia de Sá e Benevides¹⁸⁵, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, negava a participação feminina na vida pública alegando que a mulher não deveria figurar nos cargos políticos por motivos morais e sociais. Decerto, quanto mais eram feitas as tentativas para assegurar o direito das mulheres, pensando-se na profissionalização feminina, mais o conservadorismo firmava-se, pautando-se na doutrina conservadora da Igreja. Sendo assim, a Igreja partia do suposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino (MANOEL, 1996).

¹⁸⁵ Foi político e presidente das províncias de Minas Gerais, de 14 de maio de 1869 a 26 de maio de 1870, e Rio de Janeiro, de 01 de junho a 27 de outubro de 1870. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1870-jose-maria-correia-de-sa-benevides> Acessado em: 22 de Jan. de 2022.

A saída dessas mulheres/meninas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo carrega subjetividades que implicam nas escolhas em que cada uma pode ou não realizar ao sair da Instituição. Não é possível saber, ao certo, o que as levou a escolher determinados caminhos, o que as fez negar-se ou aceitar-se enquanto mulheres educadas e instruídas para viverem do seu próprio sustento.

Para uma melhor organização e apresentação das saídas das alunas e dos lugares para onde foram, o Quadro 11 traz as informações organizadas por categorias em procedência de: lugares, nomes e saída. Essas informações foram cruzadas entre o livro de registro de saídas e o livro de registro de entradas das 25 primeiras alunas do ano de 1871 da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Quadro 11 – Saída das Primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Para onde foram?	Nome	Data da Saída
Retornaram para a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo para assumir a Direção e ou como adjunta	Eulalia Maria Francisca de Mello	07/01/1887
	Rosa Antônia Machado	31/01/1889
	Maria Antonia da Silva Ultra	20/12/1889
Doentes	Anna Mathilda Lacher	18/12/1873
Falecidas	Leopoldina Maria Maia	17/04/1883
	Anna Candida de Siqueira Lima	07/05/1876
Professoras/Adjunta em outra escola Empregada/Criada/Alugada Doméstica/Cuidadora/ Dama de Companhia/Recomendada	Maria Eulalia da Rocha	14/05/1883
	Isabel Pinto Nogueira	07/08/1884
	Maria Angela do Rosario	14/07/1882
	Floribella da Cunha Feijo	23/04/1883
	Antonia Mathilda Van Ervan	14/04/1882
	Albina Maria da Conceição	22/05/1883
	Amélia de Jesus Medeiros	09/03/1884
	Luíza Fortunata de Moura	30/10/1881
	Francisca Henriqueta de Moraes	26/04/1882
	Geraldina Maria	02/04/1881
	Ludmissa Borges do Espírito Santo	12/04/1882
Casou-se	Josephina de Souza Werneck	21/07/1878
Sem informação no Livro de saída	Libania Mathildes Caldeira	01/01/1873
	Amélia Siqueira Carvalho	S.I./S.I./1873
	Claudina Maria de Siqueira	09/02/1882
	Balbina Maria de Siqueira Lima	09/02/1882
	Francisca Chagas	27/06/1883
Recolhimento	Rosalina Knabel Krumser	04/12/1882
Completar a idade	Francisca Henriqueta de Moraes	28/06/1885

Fonte: A Autora, 2022.

A aluna Rosa Antônia Machado, filha de Margarida Machado e de Antônio Machado, nascida aos 10 de outubro de 1863, batizada aos 22 de abril de 1865, dada como afilhada ao Senhor Antonio B. Thomás de Aquino e dona Henriqueta, consta no livro de saída que Rosa foi, como adjunta, para a casa de Senhora dona Zelia de Abrico Magalhães, no dia 21 de agosto

de 1885. Depois, também voltou para continuar como adjunta na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo no dia 31 de janeiro de 1889.

Algumas casas de educação feminina faziam parte do contexto da educação oitocentista, como o caso da mestra Madame Diémer, dona de um colégio feminino e que dava aulas de bordado para a princesa Isabel, filha de d. Pedro II, conforme já citado anteriormente. A profissão docente para a mestra, professora e preceptora Madame Diémer foi, no século XIX, sem dúvida, um dos seus principais afazeres - dar aulas para a filha do Imperador e cuidar de crianças da aristocracia local, em sua casa de educação. Na época, era muito comum entre as famílias das elites do século XIX a educação dos príncipes e dos nobres na “casa”, ou seja, uma educação doméstica. Para Vasconcelos (2005), a educação doméstica era uma prática comum nas elites, constatada nos documentos pesquisados, não só para a formação elementar, mas também para o ensino da leitura, escrita, contas e ensino dos conhecimentos que eram fundamentais à época. As professoras ou preceptoras eram tipicamente mulheres, solteiras, viúvas ou até mesmo casadas, possivelmente vinham de classe média e ou até mesmo trabalhavam em estabelecimentos de ensino. Algumas pesquisas de Casadei (1991) norteiam para a importância do colégio de Madame Diémer para a cidade da “Corte”, a Petrópolis Oitocentista. Infelizmente não foi possível encontrar nenhuma pista desta “casa de educação” de dona Zelia de Abrico, mas, com certeza, deveria oferecer educação que se aproxima a de Madame Diémer.

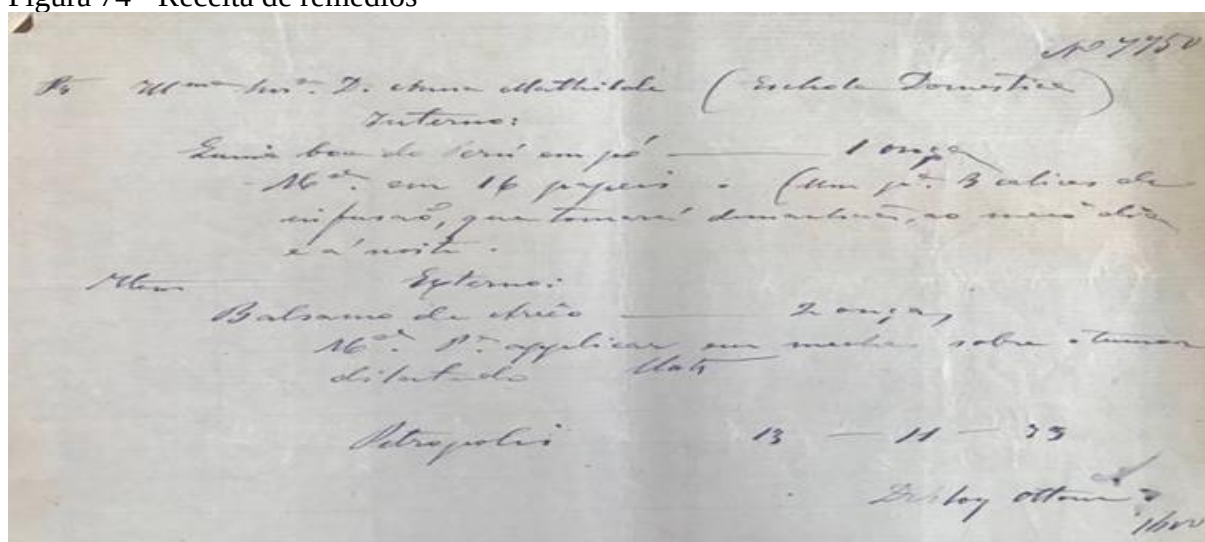
Rosa Antônia realizou percorreu um caminho um pouco diferente de Eulalia, atuou como professora/adjunta em uma casa de instrução/formação para a elite. Uma mulher pobre que vai educar a elite e depois retornou para assumir a direção da Escola Doméstica da Nossa Senhora do Amparo. Por que não ficou no estabelecimento da elite? Sua instrução não era considerada suficiente para a elite? O que a fez retornar para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo? Infelizmente, nunca será possível saber o que fez Rosa sair da educação de elite e retornar para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

A aluna Maria Antônia da Silva Ultra, filha de Maria de Jesus Moraes e de J. Ultra, já falecido no ato da matrícula, nasceu aos 14 de dezembro de 1867 e entrou para a Escola com apenas 04 anos de idade em 14 de abril de 1871. Possivelmente buscou a Escola pelo falecimento do pai e saiu no dia 13 de setembro de 1882 a pedido de sua mãe. Maria Antônia também retornou em 20 de dezembro, do mesmo ano, para ser adjunta na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Maria Antônia cumpre um dos preceitos descritos no Estatuto da Escola de que serão admitidas somente meninas órfãs ou filhas de famílias pobres (ESTATUTO, 1868). Por outro lado, ao entrar com 04 anos de idade para a Instituição rompe

com o paradigma de que somente seriam admitidas meninas de 07 a 12 anos (ESTATUTO, 1868). As alunas que saíram para retornarem, exerceram papéis significativos, segundo a intenção do seu fundador: formar mulheres para assumirem a sua Instituição.

Dando sequência no exame da saída das alunas, nesta categoria, será analisada a única aluna que saiu da Escola por ter ficado doente na Instituição. Ana Mathilde Lacher, filha legítima de José Lacher e Anna Catharina Lacher, batizada no dia 06 de outubro de 1861, na capela de Nossa Senhora da Glória na Estação de Juiz de Fora, província de Minas Gerais, dada como afilhada a David Lacher e Maria Lacher. Saiu da Escola no dia 18 de dezembro de 1873 para se tratar na companhia de sua mãe. Ana Mathilde ficou apenas 02 anos na Instituição. Estava bastante doente, como pode ser visto na Figura 74¹⁸⁶. Ana foi medicada ainda quando estava sob os cuidados da Escola.

Figura 74 - Receita de remédios



Fonte: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Sala-Museu, 1875.

Ana Mathilda tinha uma espécie de tumor em uma de suas partes do corpo. Ao analisar o livro de registro de saída das alunas, sua mãe a retira da Escola para levá-la para se tratar com um médico. Para a época, segundo Figueiredo (2005, p. 63) “em muitos casos o atendimento era dado por aqueles que lidavam com áreas afins, como o boticário/farmacêutico ou os dentistas, seguindo o mesmo modelo itinerante dos médicos”. Considerando essa descrição, Ely Otton (Doutor) poderia ser qualquer um destes profissionais citados. A medicina era imbricada de diversas situações, entre elas o conhecimento popular do corpo, da doença e os diversos

¹⁸⁶ O texto correspondente à Figura 74 é: Ilustríssima Senhora dona Ana Mathilda. Escola Doméstica. Interno: uma boa do peru em pó. 1 onça. Molhar em 16 papéis. 1 pequeno 3 cálices de infusão, que tomará de manhã, ao meio dia e à noite. Externo: Balsamo de arbores. 2 onças. Molhar para aplicar em mechas sobre o **tumor** dilatado. Petrópolis, 13/11/73. Dutor Ely Otton. **(Grifo nosso)**

agentes que intervinham: os curandeiros, raizeiros, práticos da medicina e cirurgia, as parteiras, os boticários, que podiam atuar para curar os males (FIGUEIREDO, 2005). Mas, o olhar do médico como um olhar especializado, sofisticado, erudito, que se constrói independentemente do saber popular e, muitas vezes, em oposição a esse saber também ganha proporções ao longo do século XIX, mais precisamente na segunda metade. Ana Mathilda foi atendida e medicada, mas não sabemos se seu “tumor” foi curado ou se ela faleceu deste mal.

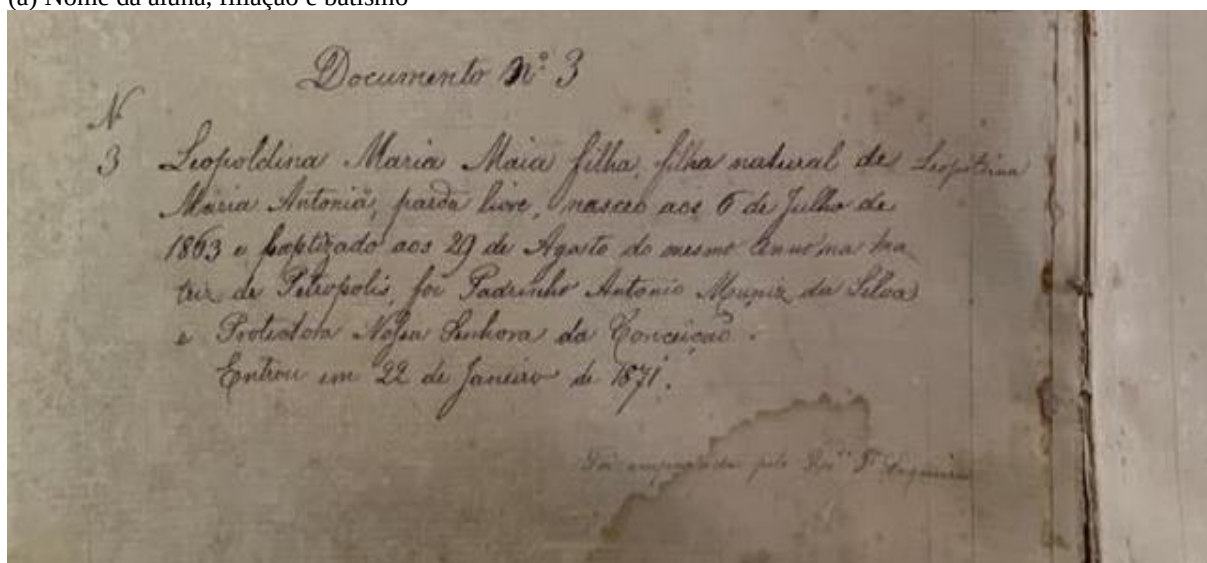
Seguindo com a história das mulheres da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, nesta próxima categoria serão evidenciadas as alunas que faleceram no interior da Instituição. Novamente, a reflexão sobre a morte se faz presente, assim como foi realizada acerca do próprio fundador da Instituição. Neste momento, serão apresentadas duas alunas que faleceram durante o período em que estavam estudando. Para Araujo e Vieira (2004, p. 364) “a partir do momento em que se nasce, tem-se idade suficiente para morrer, pois que a vida e a morte chegam juntas ao mundo”. A morte de uma pessoa pode ser um ponto central – uma espécie de reconhecimento- não alcançado durante toda a vida. Quando alguém morre, aquele exato momento de fim, pode ser o começo de uma imortalidade, pensar na morte é, de certa forma, pensar na vida. “O ser humano não está preparado para aceitar a imposição de que seu destino é morrer (ARAUJO; VIEIRA 2004, p. 365)”. A ideia sempre é a de que nascemos, crescemos, iremos nos tornar adultos, envelheceremos, e sim, iremos morrer (ARAUJO; VIEIRA, 2004).

Quando a morte não acontece nesta ordem, tudo se torna mais difícil de entender, como foi o caso da aluna Leopoldina Maria Maia, filha natural de Leopoldina Maria Antônia, parda livre, nascida em 06 de julho de 1863 e batizada em 20 de agosto do mesmo ano na cidade de Petrópolis, afilhada de Antônio Muniz da Silva. Também a aluna Anna Cândida de Siqueira, filha de Antônio Ignácio de Lima e de Maria da Penha de Siqueira Lima, nascida aos 25 de dezembro de 1860, sem informações de batismo. Ambas, ainda jovens, alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo faleceram em seu interior conforme pode ser visto na Figura 75 (a, b, c e d)¹⁸⁷. do livro de saída das alunas.

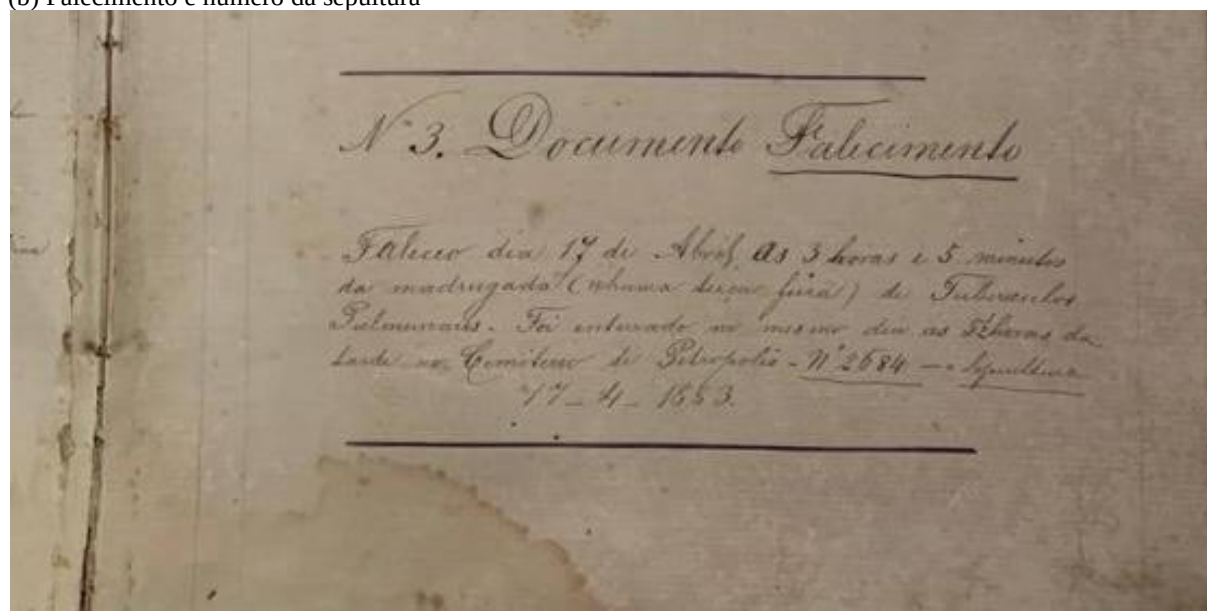
¹⁸⁷O texto correspondente à Figura 75 é: (a) Documento nº 3. Leopoldina Maria Maia, filha natural de Leopoldina Maria Antonia, parda livre, nasceu aos 6 de julho de 1863 e batizada aos 20 de Agosto do mesmo ano na matriz de Petrópolis, foi Padrinho Antonio Muniz da Silva e Protectora Nossa Senhora da Conceição. Entrou em 22 de janeiro de 1871. (b) nº 3 Documento Falecimento. Faleceu dia 17 de Abril, às 3 horas e 5 minutos da madrugada (nhuma terça feira) de Tuberculose Pulmonares. Foi enterrada no mesmo dia as 5 ½ horas da tarde no Cemitério de Petrópolis – nº 2684 – Sepultura - 14-4-1883.c) Documento nº 10. Anna Candida de Siqueira Lima filha legítima de Antonio Ignácio de Lima e de Maria da Penha de Siqueira e Lima, nascida a 25 de dezembro de 1860. Entrou em 3 de abril de 1871. Pelo Reverendo Padre Siqueira de Andrade. (d) Falecimento nº 10. Faleceu dia 7 de Maio de 1876 e foi sepultada no Cemitério de Petrópolis nº.

Figura 75 - Livro de saída

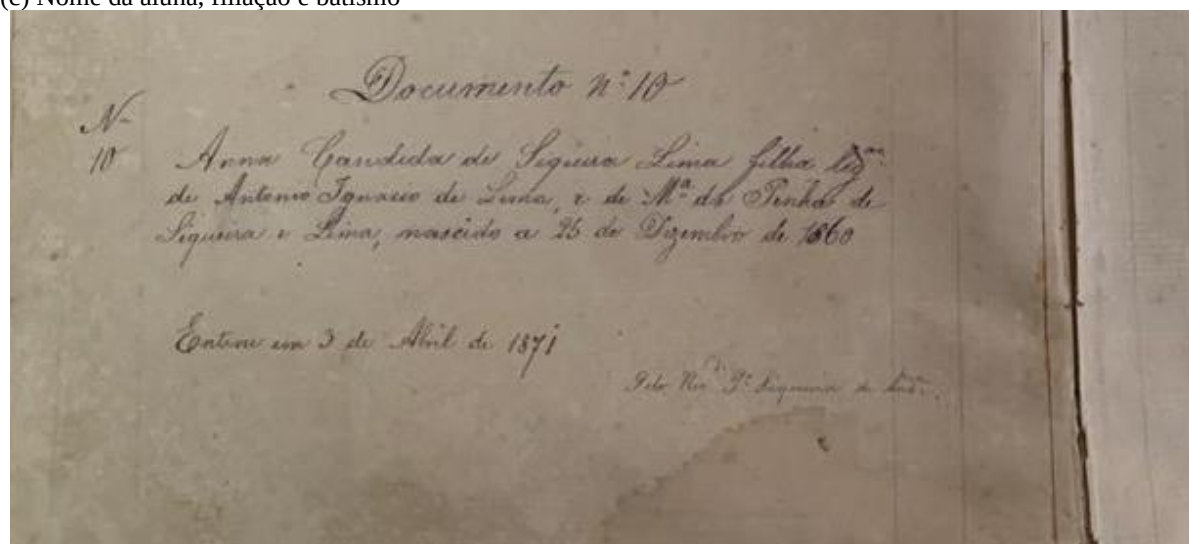
(a) Nome da aluna, filiação e batismo



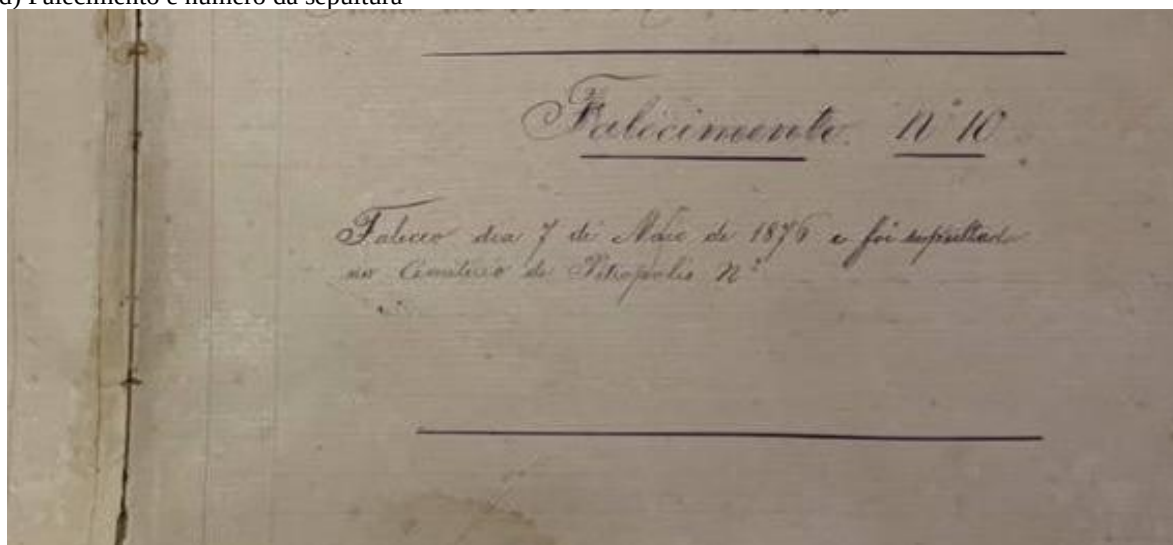
(b) Falecimento e número da sepultura



(c) Nome da aluna, filiação e batismo



(d) Falecimento e número da sepultura

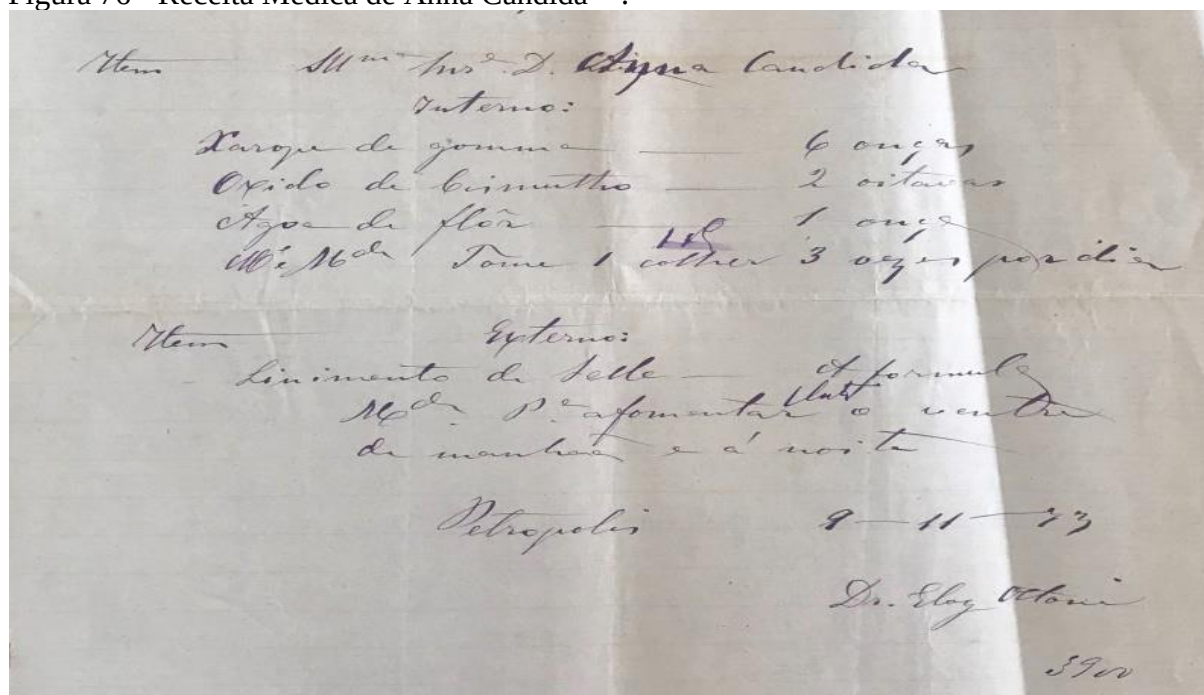


Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1876 e 1883.

Leopoldina Maia faleceu com 19 anos de idade e Anna Candida de Siqueira com 15 anos. Ambas entraram na Escola no ano de 1871, Leopoldina com 8 anos de idade e Anna Candida com 11 anos. Leopoldina fica de 1871 até 1883 na Escola, participando de todas as rotinas já relatadas até agora: aulas, orações, regras etc. Entre tantos documentos acerca das receitas médicas na Sala-Museu e do Arquivo, não há nenhuma receita da aluna Leopoldina. Analisando o documento de saída da aluna, verifica-se que ela falece de tuberculose, doença pulmonar contraída. Por não ter registro de nenhum outro tipo de atendimento médico ou de até mesmo alguma receita, há a hipótese de que a aluna contraiu a doença e rapidamente veio a falecer. Observa-se também que falece e é enterrada no mesmo dia. Para Rodrigues et al. (2007, p. 1) “até a metade do século XIX o caráter infecto-contagioso da tuberculose não era reconhecido; a doença era atribuída a diversas causas como a hereditariedade, aos miasmas e a outros determinantes ambientais e sociais”. Por ser uma doença bacteriana, a tuberculose afeta o pulmão, mas pode atingir outros órgãos do corpo. A tosse forte, o expelimento do catarro, febre alta, muita dor no peito, cansaço e falta de apetite são alguns dos seus sintomas. “Sua causalidade só pôde ser firmada com a descoberta de Koch, em 1882, do *Mycobacterium tuberculosis*. Porém, o advento do tratamento eficaz – a quimioterapia – teve que esperar por mais meio século” (HIJJAR, et al, 2007, p. 51). Dessa forma, muitas pessoas foram atingidas pela tuberculose no século XIX, tornando-se uma doença que matava rapidamente a população da época.

A aluna Anna Candida, ficou também apenas 05 anos na Instituição. Entrou no ano de 1871 com 11 anos e faleceu com 15 anos aproximadamente. A causa de seu falecimento não foi descrita no livro de saída das alunas da Escola. A receita médica de Anna Candida estava entre as diversas encontradas nos arquivos conforme pode ser visto na Figura 76.

Figura 76 - Receita Médica de Anna Candida¹⁸⁸.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1873.

Anna Candida sofria aparentemente de dores no ventre. Para tentar compreender melhor a morte de Anna Candida e de Leopoldina Maria Maia foi necessária uma visita no Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis para buscar os assentamentos de óbitos para o cruzamento e aproximação das informações. “Por se tratar de fonte nominativa, esses registros se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas” (BASSANEZI, 2009, p. 143). Assim, eles foram importantes para a análise da micro-história (GINZBURG, 1976), para olhar os detalhes e tentar chegar o mais próximo possível dos fatos. O Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis encontra-se hoje em processo de seleção e catalogação e tem como responsável o padre Thomas Andrade Gimenez Dias – diretor e arquivista- que trabalha todas as manhãs na organização e guarda destes documentos, até então, invisíveis para os historiadores/pesquisadores. Neste Arquivo existem certidões de casamentos, nascimentos, óbitos entre outros, “chamados de eventos vitais – nascimento/batismo, casamento e óbito – elaborados e conservados pela Igreja ou pelo Registro Civil de Pessoas Naturais” (BASSANEZI, 2009, p. 142). Importante ressaltar que até 1889 todos os documentos eram unicamente registrados pela Igreja Católica, somente depois o registro civil se torna obrigatório. Em Petrópolis, os óbitos foram realizados pela Igreja Católica até 1945. Dessa forma, a Matriz São Pedro de Alcântara (atualmente Catedral de São Pedro de Alcântara) era em frente à casa

¹⁸⁸ O texto correspondente à Figura 76 é: Intem. Ilma Senhora D. Anna Candida. Interno: xarope de gomas 6 onças. Oxido de cimento 2 oitavas. Água de flôr 1 onça. Tome 1 colher 3 vezes por dia. Externo linimento de sele a fórmula para **afomentar o ventre** de manhã e à noite. Petrópolis 9.11.73. Dr. Eloy Otoni. (**Grigo nosso**).

de verão de d. Pedro II, hoje, Museu Imperial. O livro do Cartório Paroquial da Catedral está atualmente sob a custódia da Cúria Diocesana.

Conforme pode ser visto na Figura 77 (a e b), o assentamento de óbitos de Anna Candida de Siqueira e de Leopoldina Maria Maia, ambas descritas acima, contém informações sobre a causa dos falecimentos e os números de sepulturas.

Figura 77 - Assentamento de óbito¹⁸⁹.

(a) Anna Candida de Siqueira

MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS
Rua São Pedro de Alcântara, 12 – Centro
CEP: 25685-300 – Petrópolis – RJ Tel.: (24) 2231-5212
CNPJ: 28805190/0001-33



DECLARAÇÃO

Certifico que revendo os assentamentos de Óbitos da Paróquia de São Pedro de Alcântara, consta no Livro II, Folhas 75v, o seguinte registro.

“Aos seis dias do mez de Maio de mil oitocentos e setenta e seis, no Asylo de Nossa Senhora do Amparo, depois de Sacramentada, faleceu de **consumpção**, Anna Candida de Siqueira, solteira, com quinze annos de idade, foi no dia seguinte, solemnemente encomendada pelo Reverendo Padre Theodoro Esch e mais Sacerdotes antes do corpo receber a sepultura na Cova nº 1409, do que lavrei esse termo.”

O Padre Vigário Nicoláo Germanio.

OBSERVAÇÕES À MARGEM: Nenhuma.

Nada mais continha no dito assentamento que fiz copiar fielmente do original a que me reporto.

Petrópolis, 23 de março de 2022.

Pe. Thomas Andrade Gimenez Dias
Pe. Thomas Andrade Gimenez Dias
Diretor do Arquivo Histórico Diocesano



¹⁸⁹ O texto correspondente à Figura 77 é: (a) Declaração: Certifico que revendo os assentamentos de Óbitos da Paróquia de São Pedro de Alcântara, consta no Livro II, Folhas 75v, o seguinte registro. “Aos seis dias do mez de Maio de mil oitocentos e setenta e seis, no Asylo de Nossa Senhora do Amparo, **depois de Sacramentada**, faleceu de **consumpção**, Anna Candadia de Siqueira, solteira, com quinze anos de idade, foi no dia seguinte, solemnemente encomendada pelo Reverendo Padre Theodoro Esch e mais Sacerdotes antes do corpo receber a sepultura na Cova nº 1409, do que lavrei esse termo”. O Padre Vigário Nicoláo Germanio. Observações à margem: Nenhuma. Nada mais continha no dito assentamento que fiz copiar fielmente do original a que me reporto. Petrópolis, 23 de março de 2022. Pe. Thomas Andrade Gimenez Dias. Diretor do Arquivo Histórico Diocesano. (b) Declaração: Certifico que revendo os assentamentos de Óbitos da Paróquia de São Pedro de Alcântara, consta no Livro 3, Folhas 33v, nº 58, o seguinte registro. “Aos dezessete dias de abril de mil oitocentos e oitenta e três no asylo da N.S. do Amparo faleceu de **tuberculose** com 19 annos a brasileira D. Leopoldina Maia, solteira, foi por mim solemnemente encomendada no mesmo dia antes do corpo receber a sepultura na Cova nº 2684 do que fiz este assento”. O Vigário Padre Theodoro Esch. Observações à margens: nenhuma. Nada mais continha no dito assentamento que fiz copiar fielmente do original a que me reporto. Petrópolis, 11 de novembro de 2021. Padre Thomas Andrade Gimenez Dias – Diretor do Arquivo Histórico Diocesano. **(Grifo nosso)**.

(b) Leopoldina Maria Maia

MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS
Rua São Pedro de Alcântara, 12 – Centro
CEP: 25685-300 – Petrópolis – RJ Tel.: (24) 2231-5212
CNPJ: 28805190/0001-33



DECLARAÇÃO

Certifico que revendo os assentamentos de Óbitos da Paróquia de São Pedro de Alcântara, consta no Livro 3, Folhas 33v, nº 58, o seguinte registro.

“Aos dezesete dias de abril de mil oitocentos e oitenta e tres no asylo da N.S. do Amparo faleceu de tuberculose com 19 annos a brasileira D. Leopoldina Maia, solteira, foi por mim solemnemente encomendada no mesmo dia antes do corpo receber a sepultura na Cova Nº 2684 do que fiz este assento.”

O Vigario Padre Theodoro Esch.

OBSERVAÇÕES À MARGEM: NENHUMA

Nada mais continha no dito assentamento que fiz copiar fielmente do original a que me reporto.

Petrópolis, 11 de novembro de 2021.

Pe. Thomas Andrade Gimenez Dias
Pe. Thomas Andrade Gimenez Dias
Diretor do Arquivo Histórico Diocesano



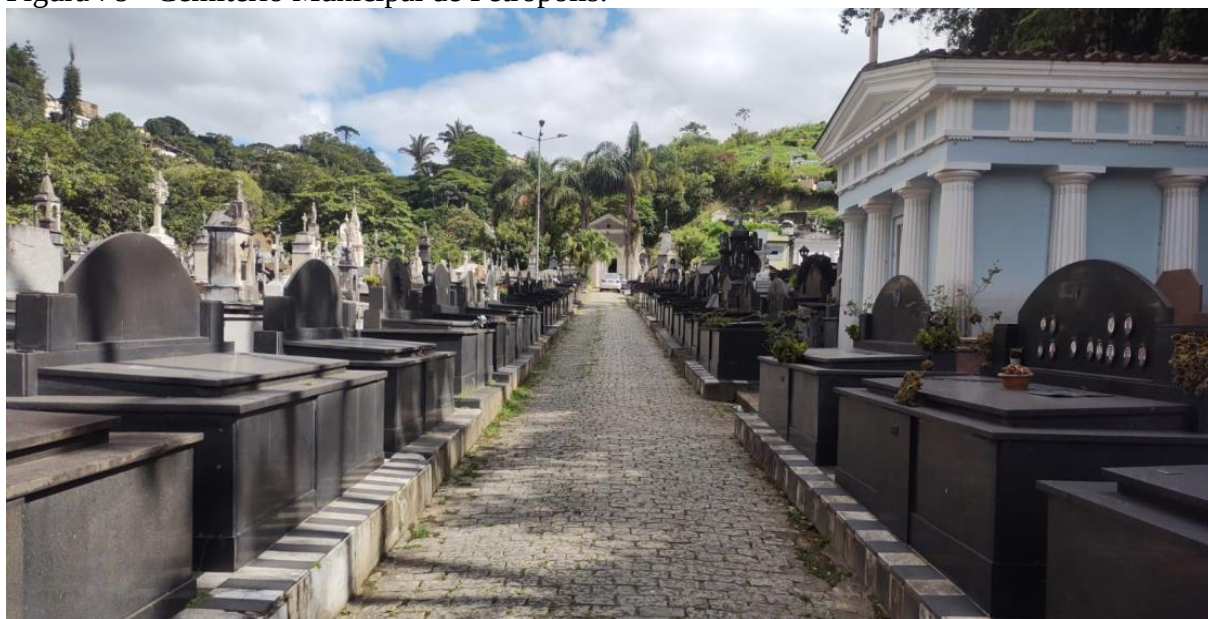
Fonte: Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis, 2021.

Na leitura do assentamento de óbito de Leopoldina Maria Maia, foi possível observar que a causa de seu falecimento foi o mesmo colocado no livro de saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, faleceu de tuberculose. Mas, as leituras apuradas dos de Anna Candida trouxe informações que analisadas transparecem mesmo que parcialmente relatos de seus últimos dias e de seu falecimento. Para Bassanezi (2009), a causa da morte, trazem termos difíceis de serem classificados, pois são imprecisos ou indicam apenas sintomas. No

assentamento de óbito aparece a palavra “consumpção”, ou seja, faleceu consumida, definhada. Ora, se estava com dores no ventre, conforme visto no livro de saída e faleceu definhando, acredita-se na hipótese de um possível problema no útero ou algo parecido, o qual, deveria sangrar bastante. Outro fator que aparece na certidão de óbito é que ela foi sacramentada antes de falecer. Dois sacramentos podem ter sido realizados neste momento, antes do falecimento de Anna Candida, o de batismo ou o da cura. No livro de matrícula e no livro de saída da aluna, não consta que ela foi batizada, portanto o batismo poderia ter sido realizado neste momento. Por outro lado, o sacramento da cura, mais conhecido como unção dos enfermos que segundo o Catecismo da Igreja Católica “é a união do doente com a paixão de Cristo, para seu bem e o bem da Igreja; restabelecimento da saúde, se isso convier à salvação espiritual” (CIC 1532), poderia ter sido realizado minutos antes de seu falecimento, assim, possivelmente estaria e seu óbito que depois de ser sacramentada, faleceu.

Outro ponto importante aspecto na leitura e na interpretação destes documentos foram as numerações das Covas das alunas. Leopoldina estava enterrada na Cova de nº 2684, essa informação também constava no livro de registro de saída. Anna Candida estava enterrada na Cova de nº 1409, esta informação não constava no livro de registro de saída da aluna. Para tentar compreender melhor sobre esses túmulos foi necessário ir ao cemitério municipal de Petrópolis, conforme pode ser visto na Figura 78, local onde elas foram enterradas.

Figura 78 - Cemitério Municipal de Petrópolis.



Fonte: A autora, 2022.

Encontrar dois túmulos do final do século XIX realmente seria uma tarefa quase que impossível. A pessoa responsável pela administração do cemitério relatou que as duas meninas

estavam enterradas em covas rasas, ou seja, sepulturas temporárias e, com o passar dos anos, ninguém adquiriu o direito de sepultura perpétua, então esses corpos foram exumados e colocados no ossuário comum. Assim, infelizmente não foi possível encontrar onde foram depositados os restos mortais de Leopoldina e Anna Candida, alunas que faleceram nos primeiros anos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Dando sequência na história das mulheres, nesta próxima categoria serão evidenciadas as alunas que saíram com suas profissões, as meninas que saíram da Escola com “profissões” definidas, aparentemente e/ou chamadas para trabalharem em algum lugar, conforme descrito no livro de registro de saída das alunas. “saiu como criada, saiu como professora/adjunta em outra Escola, saiu como recomendada, saiu como alugada, saiu como cuidadora, saiu como doméstica, saiu como dama de companhia” (LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDA, 1871, pág. 05). Como pode ser visto na Figura 79.

Figura 79 - Livro de Registro de Saída das Alunas¹⁹⁰



Fonte: Sala Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1883.

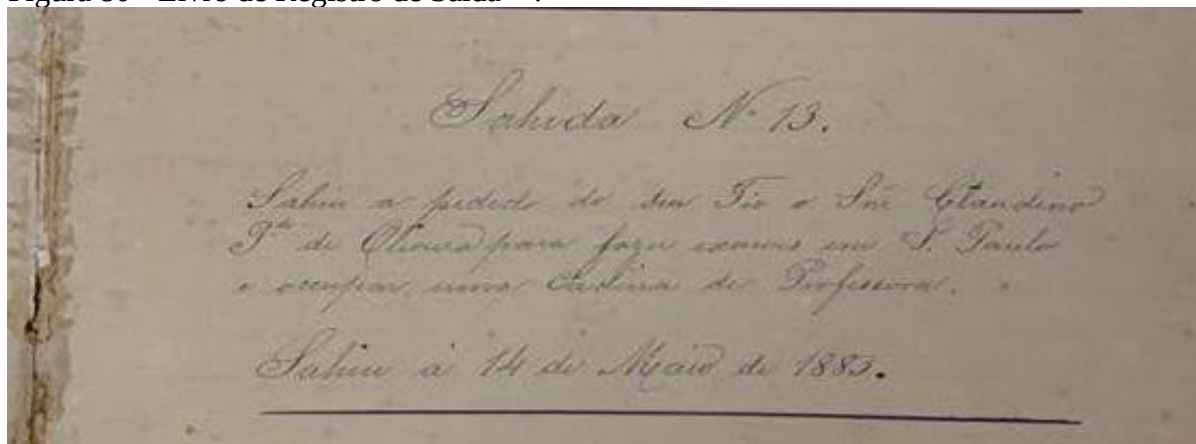
A numeração deste livro segue a numeração do livro de matrícula, sendo número 01 no livro de registro de saída, o número 01 no livro de registro de matrícula e assim, sucessivamente. Todas as informações acerca dessa categoria foram retiradas deste livro, pois, infelizmente, não foi possível encontrar outras pistas para cruzamento das informações e levantamento de dados. Desse modo, para apontar o destino dessas alunas tem-se apenas as descrições no livro de registro de saídas. A Irmã Neli dos Santo Deus, (Irmã que atualmente cuida do arquivo – Sala/Museu), em relatos orais, chegou a comentar que algumas famílias (e suas descendências) que contrataram essas alunas relataram o quanto elas foram importantes para a organização da casa, do cuidado com os afazeres domésticos entre outros afazeres que lhes eram destinados. Mas, infelizmente, somente os relatos orais, na memória da Irmã Neli “constrói uma ponte entre o mundo dos vivos” (HARTOG, 2020). Sendo a memória “um direito, um dever, uma arma” (HARTOG, 2020), ela poderá servir de mestra para a tessitura da vida dessas mulheres.

¹⁹⁰ O texto correspondente à Figura 79 é: Sahio como criada p o serviço da Ex.ª Sr.ª D. Firmina sua filha e seu esposo e Sr.º Augusto Bumim, no dia 23 de abril de 1883.

Perrot (2019, p. 109) reitera que “as mulheres sempre trabalharam”. Mesmo que muitas vezes seu trabalho não tenha sido reconhecido ou mesmo não tenham tido salários, as mulheres nunca deixaram de trabalhar, mesmo que invisíveis, como o trabalho doméstico ou como ajudantes de seus maridos. A frase do padre Siqueira, encontra eco neste discurso “educar as meninas para o trabalho” (TESTAMENTO, 1880), sua intenção era a de que elas pudessem trabalhar. Sair da Escola e ter suas profissões, ter sustento digno, cada uma conforme sua aptidão. Dentre tantas variedades de empregos: cozinheiras, lavadeiras, criadas, cuidadoras, professoras etc., essas ex-alunas – mulheres - escolheram ou não suas profissões, possivelmente ou não conforme seus interesses e aptidões e se lançaram em busca de uma “nova” oportunidade. Depois de anos no interior da Escola, adquirindo conhecimentos, vivendo suas rotinas e intensas horas de oração, trabalho e estudos, conforme comentado anteriormente, iriam supostamente exercer o que aprenderam.

A aluna Maria Eulalia da Rocha saiu para ocupar uma cadeira de professora e para fazer exames em S.P., conforme pode ser visto na Figura 80.

Figura 80 - Livro de Registro de Saída¹⁹¹.



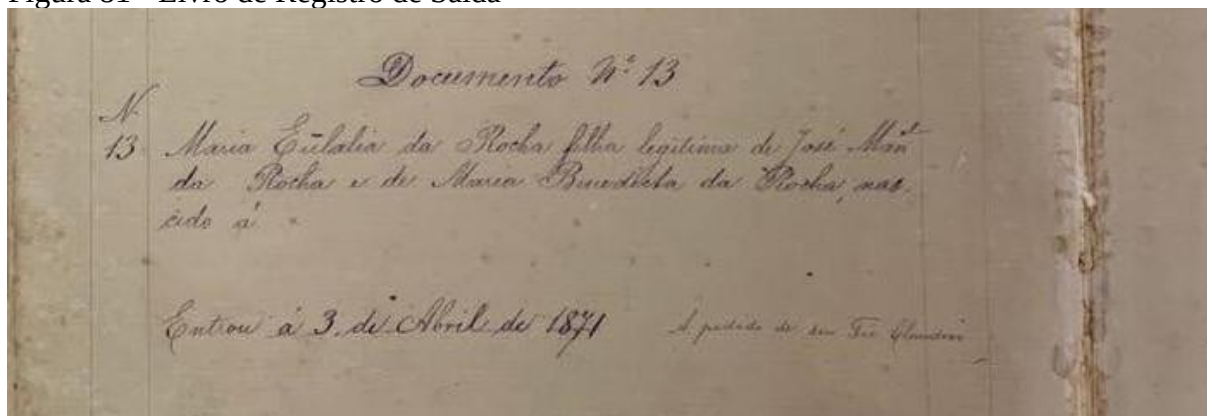
Fonte: Sala/Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1883.

Filha legítima de José Manda da Rocha e de Maria Benedita da Rocha, sem procedência de nascimento. Entrou na Escola sabendo ler. Saiu a pedido do seu tio Claudenir. Infelizmente, não foi possível saber onde Maria Eulalia foi lecionar. Pelo fato de seus registros estarem em branco e/ou incompletos dificultou bastante a pesquisa no Livro de Registro de Saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, conforme poder ser visto na Figura 81¹⁹².

¹⁹¹ O texto correspondente à Figura 80 é: Sahida nº 13 Saiu a pedido de seu tio e Srº Claudino Pº de Oliveira para fazer exames em S. Paulo e ocupar uma cadeira de Professora. Saiu à 14 de maio de 1883.

¹⁹² O texto correspondente à Figura 81 é: Documento nº 13 Maria Eulalia da Rocha filha legítima de José Manda Rocha e de Maria Benedita da Rocha nascido à...Entrou à 3 de Abril de 1871. A pedido do Tio Claudenir.

Figura 81 - Livro de Registro de Saída



Fonte: Sala/Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1883.

Saviani (2006), acentua que no século XIX, um legado importante para o tempo foi a conversão do magistério em profissão e exercida, majoritariamente, por mulheres. Dessa forma, muitas mulheres buscavam na cadeira de professora, além de ensinarem as primeiras letras, uma profissão digna. Na época a profissão docente podia ser realizada conforme descrito por Vasconcelos (2005) por instrução pública que era o ensino oferecido nas escolas mantidas pelo estado ou por “associações subordinadas a este”. A Educação particular refere-se àquela que era oferecida nos colégios particulares ou na casa dos mestres, que recebiam crianças e jovens para ensinar-lhes os conhecimentos estabelecidos. A educação doméstica, por sua vez, ocorria na casa do aprendiz, na esfera privada, na qual os pais contratavam, mediante sua livre escolha, os mestres, para ensinar seus filhos, no tempo e na disposição exclusiva, determinados pela casa. “Essa modalidade de educação tinha como agentes os professores particulares, os preceptores, os parentes ou agregados” (VASCONCELOS, 2005, p.17).

Nas escolas públicas, Morais (2017), acentua que, do ponto de vista legal, a Constituição de 1824, artigo 179, inciso 30, determinava a gratuidade do ensino elementar para todos os cidadãos do Império. Em 1827 as determinações do governo de d. Pedro I, asseguravam a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas, lugarejos e cidades mais povoadas. Ainda para o autor, os conteúdos que deveriam ser transmitidos aos alunos seriam o aprender a ler, a escrever, a fazer as quatro operações matemáticas, gramática da língua nacional e princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica, conforme já citado neste trabalho. O método Lancaster deveria nortear a ação dos professores nessas escolas de primeiras letras. Saviani (2008) destaca:

Proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell, pastor da Igreja Anglicana, e Joseph Lancaster, da seita dos Quakers, o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era posto na

atividade do aluno. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos da função docente. O método supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. (SAVIANI, 2008, p. 128)

Em um contexto em que existiam poucos professores e no qual era necessário difundir as primeiras letras para um número cada vez maior de alunos, esse “era um método que supria a escassez de professores atribuindo aos alunos mais adiantados e capazes a tarefa de transmitir aos colegas a instrução recebida de um professor” (XAVIER et al., 1994). Conforme já citado neste trabalho, padre Siqueira acreditava que as meninas deveriam ser educadas no trabalho, aproveitando, porém, as mais inteligentes e dotadas de aptidões, as quais se ministraria maior cultura; destinando-se umas para o serviço doméstico e outras para o ensino ou professorado (SIQUEIRA, 1988). Dessa forma, as com mais aptidões eram responsáveis também para o auxiliar no ensino, assim, pode-se dizer, que o método mútuo, fazia-se presente na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Outro fator importante no pensamento do padre Siqueira era acerca do preparo que as meninas deveriam ter para exercerem o exercício do professorado. Ele tinha a noção da falta de professores para atuarem nas escolas sejam elas públicas e ou particulares, assim, sua intenção era a de formar as meninas/mulheres para serem professoras.

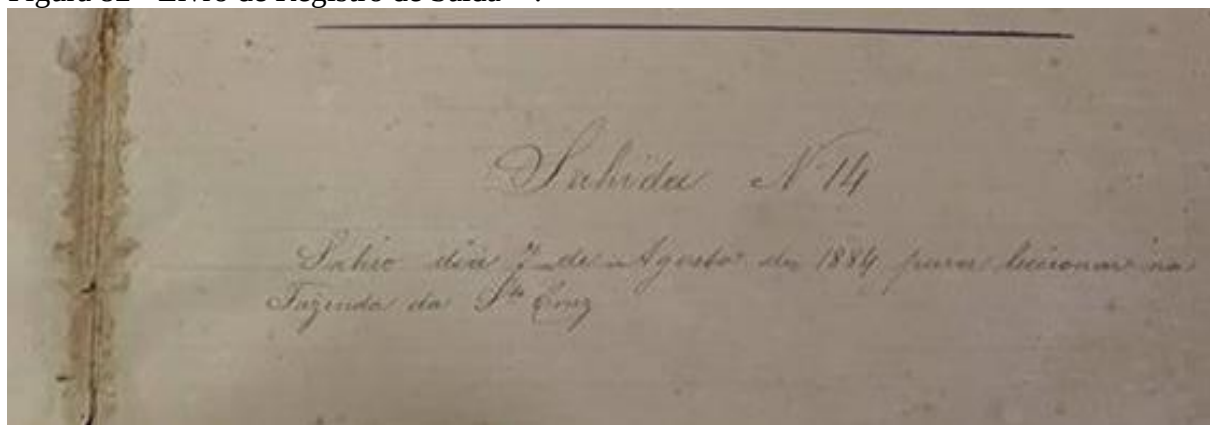
A escola particular - oferecida nos colégios particulares, na casa dos mestres ou na própria casa das famílias - recebia “muitas mulheres europeias, principalmente as alemãs, francesas e inglesas que, aportaram no país, para exercerem o ofício principalmente de preceptora na casa da Corte Imperial” (VASCONCELOS, 2018, p. 285). Importante destacar que a educação oferecida às filhas nas casas de famílias, no ambiente doméstico, era considerada equivalente à escolarização adquirida em instituições de ensino (VASCONCELOS, 2018). A contratação de preceptores que residiam junto às famílias era complexa, assim como a contratação de professores particulares para atuar nas casas (VASCONCELOS, 2005). Ainda segundo a autora os preceptores e professores viam no ensino um meio de sustento e prestígio social:

Muitas mulheres letradas, principalmente estrangeiras obtinham seu sustento trabalhando como educadoras dos filhos da elite. Contratá-las era uma prática comum entre os ricos do Brasil, copiada de tradicional costume da nobreza européia na educação de seus jovens fidalgos. As preceptoras residiam na casa de seus alunos, acompanhando-os não só nas lições diárias, mas também em atividades cotidianas, como missas, passeios e outros afazeres. Já os chamados professores particulares visitavam as casas dos estudantes semanalmente, ministrando aulas de primeiras letras ou de disciplinas específicas (VASCONCELOS, 2009, p.3).

Sendo assim, o pensamento do padre Siqueira em formar as meninas para serem professoras e, de certa forma, ministrar mais conhecimento – cultura e letramento - àquelas que demonstravam mais “inteligência¹⁹³”, está em conformidade ao que expõe Vasconcelos (2009) no que se diz respeito às mulheres letradas. O sacerdote sempre se preocupou em oferecer às meninas diversas situações de ensino e aprendizagem, entre elas, a leitura, a gramática e os afazeres domésticos. Dessa forma, as meninas estariam “prontas” para assumirem a posição de professora/preceptora dentro de uma instituição, como também, na educação na casa.

Entre outras alunas que saíram da Escola para assumir a profissão de professora/preceptora, destaca-se a aluna Isabel Pinto Nogueira filha de Adelaide de Jesus Nogueira e de Miguel Pinto Nogueira, nascida em 06 de junho de 1863 e batizada em 15 de novembro na freguesia de Santana na Corte, afilhada de Miguel do Espírito Santo Villa Real e Izabel Carolina as Silva. Saiu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo no dia 07 de agosto de 1884, a pedido de sua mãe, para lecionar na Fazenda da Santa Cruz, conforme pode ser visto na Figura 82.

Figura 82 - Livro de Registro de Saída¹⁹⁴.



Fonte: Sala/Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1884.

Isabel chegou à Escola no ano de 1871 analfabeta, com 8 anos de idade e saiu no ano de 1884, após permanecer 13 anos dentro da Escola com exatos 21 anos de idade para ser preceptora, ou seja, lecionar em uma fazenda. Esse lugar, para a Petrópolis oitocentista era notadamente ocupado por mulheres estrangeiras, conforme já sinalizado por Vasconcelos (2005). Dessa forma, a Obra do padre Siqueira possibilitou que mulheres brasileiras pobres ocupassem lugares almejados por estrangeiros. De analfabeta a professora/preceptora, será que Isabel ao entrar na Escola pensou que se tornaria uma professora? Quais foram os dilemas

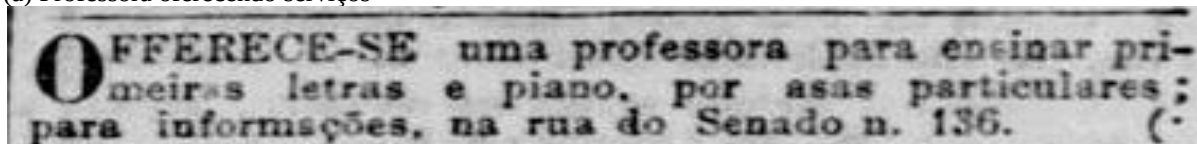
¹⁹³ Termo usado pelo sacerdote para sinalizar a divisão de trabalho dentro da Instituição escolar.

¹⁹⁴ O texto correspondente à Figura 82 é: Sahida nº 14. Sahio dia 7 de Agosto de 1884 para lecionar na Fazenda da Stª Cruz.

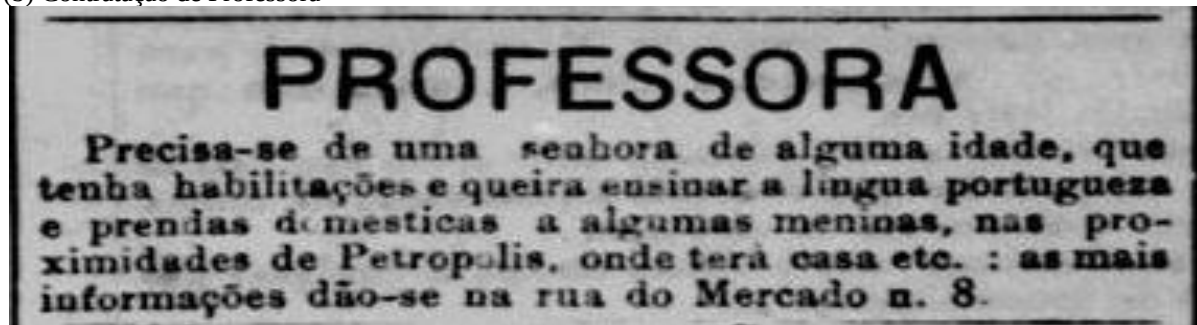
vividos por ela? Jamais será possível saber ao certo o que a levou a tornar-se professora/preceptora e até mesmo ser escolhida ou escolher lecionar em uma fazenda. Na época, muitas professoras colocavam anúncios em jornais oferecendo seus serviços e várias famílias também colocavam anúncios solicitando serviços de professores, conforme pode ser visto no *Jornal do Commercio*¹⁹⁵ na Figura 83 (a e b).

Figura 83 - Jornal do Commercio, 1879¹⁹⁶.

(a) Professora oferecendo serviços



(b) Contratação de Professora



Fonte: Biblioteca Nacional, 1879¹⁹⁷.

Para Vasconcelos (2018, p. 294) “os lugares nas casas ‘mais capazes’ de arcar com os altos custos dessa modalidade eram disputados por ofertas diárias de serviços”. Possivelmente as acolhidas do padre Siqueira não precisaram colocar anúncios e ou até mesmo observar se havia algum anúncio no jornal para trabalho. Ao analisar e interpretar alguns documentos, entre eles algumas cartas enviadas e recebidas, há a possibilidade de que o próprio sacerdote alinhava a saída das alunas com as possíveis famílias ou locais de trabalho. Sua influência na cidade de Petrópolis e outras regiões do Brasil possibilitava que lhe solicitassem quando algum colégio precisava de professoras, já que sua Obra havia preparado mestras com boa reputação.

Outra aluna que também teve o desfecho de ser professora foi Maria Ângela do Rosário, filha de Antônio de Umbelina, sem registro do seu nascimento, analfabeta. Entrou dia 21 de setembro de 1871 e teve sua saída aos 14 de julho de 1872, para lecionar num colégio em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Importante trazer aqui a reflexão de que padre Siqueira foi

¹⁹⁵ Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio*, 1879, Ed. 00011, p. 3.

¹⁹⁶ O texto correspondente à Figura 83 é (a): Oferece-se uma professora para ensinar primeiras letras e piano, por asas particulares; para informações, rua do Senado n.136. (b) Professora. Precisa-se de uma senhora de alguma idade, que tenha habilitações e queira ensinar a língua portuguesa e prendas domésticas a algumas meninas, nas proximidades de Petrópolis, onde terá casa etc.: as mais informações dão-se na rua Mercado n.8.

¹⁹⁷ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*, 1879, Ed. 00011, p. 3.

ordenado sacerdote em Porto Alegre, sendo assim, possivelmente conheceu inúmeros estabelecimentos de ensino e fez vários amigos, com os quais, provavelmente, alinou a ida de uma ou outra aluna para lecionar nesse estabelecimento. Esta aluna também entrou analfabeta e saiu com o ofício de professora. Assim, a história de cada menina/mulher tomou seu curso e seguiu o seu conforme a idealização do padre Siqueira

Os escritos registrados no livro de saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo auxiliam a compreender como cada aluna/menina/mulher começa a ser produtora de sua história. Esses “documentos criam importâncias que contaminam outros documentos que formam historiadores que passam a buscar aqueles documentos com hipóteses prévias” (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 23). Essas narrativas permitem ocultar e revelar história de mulheres, em princípio despercebidas na sociedade, silenciadas, não comentadas, invisíveis. Mulheres que sobreviveram a todo tipo de submissão – pais, freiras, padres – e, ainda, mulheres produtoras de gêneros discursivos que tiveram suas histórias escritas nos livros da escola e que agora, por meio de outras lentes terão suas histórias descortinadas.

Ainda na mesma categoria de mulheres trabalhadoras, serão evidenciadas as que tiveram outras profissões, tais como empregadas, criadas, alugadas, damas de companhia e recomendadas. Mulheres que saíram da Escola do padre Siqueira e foram exercer uma profissão, um ofício, vivendo também do seu próprio sustento. Talvez aqui a ênfase maior seja a ideia que o sacerdote tinha acerca das meninas, já citada nesta tese, “educar estas meninas no trabalho, aproveitando, porém, as mais inteligentes e dotadas de aptidões, as quais se ministraria maior cultura; destinando-se umas para o serviço doméstico e outras para o ensino ou professorado e, em geral, para boas mães de família” (SIQUEIRA, 1988), ou seja, pode-se dizer que as com menos “inteligência” seriam destinadas para outras profissões. Também se destaca uma das finalidades citadas por ele acerca de sua Obra “educar meninas pobres para servirem em casas de famílias, como alugadas” (ESTATUTO, 1868). Sejam como alugadas ou mesmo como empregadas domésticas, todas teriam condições de seguirem com suas próprias vidas.

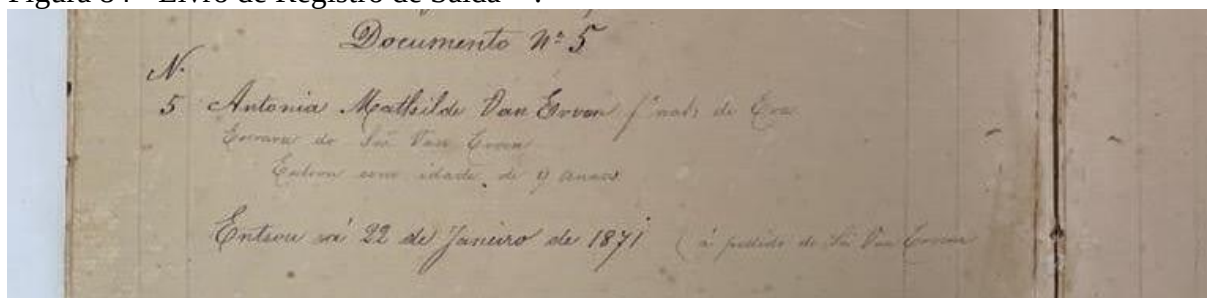
Para Rezende (2019), o trabalho doméstico incluía uma série de tarefas, não se resumindo apenas a tarefas de limpeza da casa, as funções de amas de leite, amas secas, damas de companhia entre outros, por exemplo, também eram trabalhos domésticos. Essas mulheres trabalhadoras frequentavam as casas das famílias que as alugavam, por dia ou por período. O trabalho doméstico era a principal fonte de renda para as mulheres, principalmente para as viúvas e migrantes pobres que chefiavam as próprias famílias ou complementavam a renda familiar. Ainda para a autora, o trabalho doméstico remunerado no Brasil, ao longo do tempo, tornou-se um ofício majoritariamente feminino, isto se deu devido à escassez de outros ofícios

destinados a mulheres que, considerando uma divisão de trabalho por gênero, viam como única forma de exercício remunerado o que sempre foi destinado às mulheres, os cuidados com a casa e crianças (REZENDE, 2019).

Ao dar instrução necessária para que as meninas pudessem trabalhar cuidando da casa e dos afazeres domésticos, de certa forma, padre Siqueira estava contribuindo para uma “possível” mudança na vida dessas mulheres, mesmo que sendo submissas às regras e imposições das famílias do qual eram alugadas. Entre as alunas que seguiram esse caminho está a aluna Florisbela da Cunha Feijo, filha de Sebastianna, batizada na Corte, que entrou na Escola em 12 de fevereiro de 1871, com idade presumida de 8 anos. Saiu como criada para o serviço da Senhora d. Firmina, sua filha e seu esposo, o senhor Augusto Bumim, no dia 23 de abril de 1883. Esta aluna permaneceu na Escola 12 anos, saiu com 20 anos e foi solicitada para trabalhar na casa da Senhora Firmina.

A aluna Antônia Maria da Conceição ou Antônia Mathilde Van Ervan, entrou como protegida do senhor Van Ervan, conforme consta no livro de Registro de Entrada (Antonia Maria da Conceição), todavia foi registrada no livro de registro de saída com o sobrenome dele (Antônia Mathilde Van Ervan), provavelmente sua mãe era escrava do senhor Van Ervan, pois, conforme pode ser visto na Figura 84, aparece a palavra escrava após o nome da mãe, Eva.

Figura 84 - Livro de Registro de Saída¹⁹⁸.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1882.

No livro de registro de saída, os dados dessa aluna também não estão completos, faltam informações acerca de batismo, padrinhos, nome do pai, o falecimento dele e ou outras informações que aparecem nos registros das outras alunas. Para Perrot (2019, p. 21) ao “escrever história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos”. Ao que tudo indica, essa aluna era filha de uma

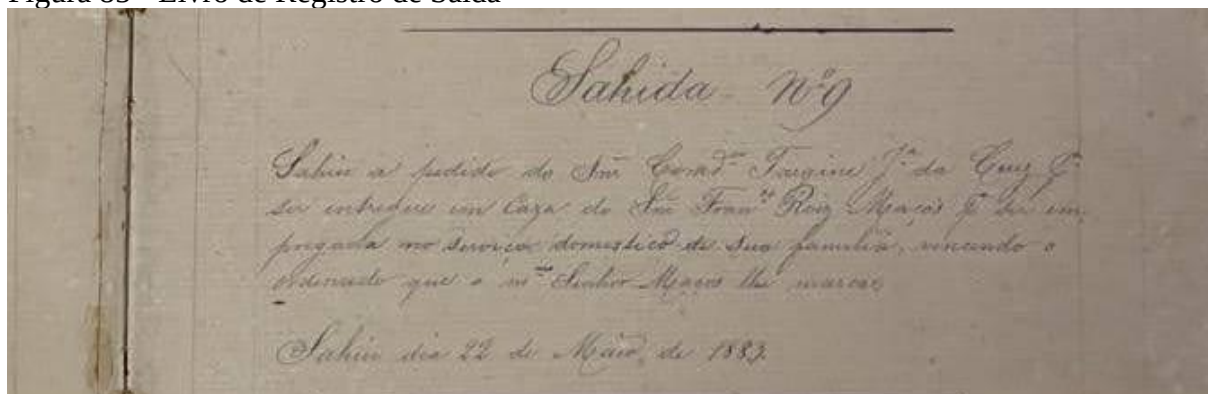
¹⁹⁸ O texto correspondente à Figura 84: é Documento nº 5. N.5. Antonia Mathilda Van Ervan filha de Eva **escrava** do srº Van Ervan. Entrou com idade de 9 annos. Entrou à 22 de janeiro de 1871 (à pedido do Srº Van Ervan). **Grifo nosso.**

senhora, escrava e que seu pai deveria ser desconhecido. Bacellar (2011) salienta que quando pessoas da família do senhor eram padrinhos e madrinhas, a convite dos escravos, buscava-se uma aliança mais larga, ou seja, aliados do senhor; tratava-se, de procurar a proteção de pessoas mais bem situadas na sociedade. Por outro lado, quando a criança era batizada também poderia ocorrer o “forro”, conforme citado por Picheli (2018), as alforrias de pia batismal eram liberdades concedidas quando crianças escravas recém-nascidas passavam pelo ritual católico do batismo e iniciavam, perante os olhos da Igreja, sua vida cristã. Esse tipo de manumissão era anotado no próprio livro paroquial. Por não se ter dados do local do batismo de Antônia, infelizmente não foi possível ter acesso ao livro de assentamento de batismo para saber o que aconteceu com essa escrava. Entrou para a Escola em 22 de janeiro 1871, com 09 de idade, e saiu no dia 14 de abril de 1882 para ser alugada na casa de Senhor Barboza e sua esposa Marianinha Ferraz de Abreu Barbosa. Em princípio, Antônia enquadra-se à condição de escrava cativa e que somente a partir da Lei do Ventre livre, de 28 de setembro de 1871, passaria a vigorar na ocasião de filha de escravos, livre. Vale reforçar que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi criada para atender a meninas desvalidas, pobres e livres, nesse caso, Antônia não poderia ter sido matriculada na Instituição, pois, por ser filha de escrava, supõe-se que, possivelmente ainda cativa, não se enquadrava nesta condição. Outro ponto importante para destacar na saída de Antônia é o fato de que ela foi alugada, mas não há como saber se foi por dia ou por período (REZENDE, 2019). Ela já estava com 20 anos de idade e sabia que aos 21 não poderia permanecer mais na Instituição. Terá sido alugada para morar na casa dessa família? Ou será que apenas iria por algumas horas? Infelizmente, não foi possível encontrar essas informações e até mesmo outras sobre o local da casa dessa família e o que possivelmente poderiam ter oferecido ao sacerdote pelo “aluguel” da menina/mulher.

A aluna Albina Maria da Conceição, filha de Leopoldina Maria da Conceição, nascida em 01 de novembro de 1864, batizada na Matriz de São Nicolau de Suruhy, teve apenas um padrinho, o senhor Manoel José do Nascimento. Não consta nos registros o nome do pai, possivelmente porque também era desconhecido. Entrou na Escola no dia 18 de março de 1871, completamente analfabeta, com 09 anos de idade e saiu no dia 22 de maio de 1883, a pedido da condessa Fargine da Cruz, para ser entregue na casa do senhor Francisco Roiz Marços como empregada doméstica da família e para viver do ordenado que a família lhe pagasse. Essa informação consta no livro de registro de saída, Figura 85¹⁹⁹.

¹⁹⁹ O texto correspondente à Figura 85 é: Sahida nº9. Sahiu a pedido da Srª Condª Fargine Jª da Cruz pª ser entregue em caza do Srº Francº Roiz Marços pª ser empregada no serviço doméstico de sua família, vivendo do ordenado que o mº Senhor Marços lhe marcar. Sahiu dia 22 de Maio de 1883.

Figura 85 - Livro de Registro de Saída



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1883.

Albina saiu da Escola para cuidar de sua própria vida, com um lugar de trabalho e com um ordenado. Relembrando as palavras de Perrot (2019), as mulheres sempre trabalharam, mas o pagamento do salário nem sempre era praticado ou o trabalho doméstico era julgado inferior aos outros. Rezende (2019), corrobora com a ideia de que, mesmo as mulheres pobres podendo ter um trabalho remunerado, não seria apenas um direito concedido pela sociedade, mas, sim, uma questão de sobrevivência dada à condição de miséria que a classe pobre brasileira vivia. Diversas vezes esse ofício não era considerado como um trabalho, por ser visto como um serviço inferior, pelo fato de ser realizado majoritariamente por mulheres.

Outras alunas tiveram o mesmo desfecho. Assim, Francisca Henriqueta Morais filha de João Batista de Souza Lopes e de Antonia Candida, já falecidos, foi batizada na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em Rio Claro, e seus padrinhos foram Antonio Lopes e Henriquetta Rosa de Almeida. Órfã de pai e mãe, ela teve seu destino consolidado na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Entrou no ano de 1871 e saiu em 26 de abril de 1882 para também ser empregada doméstica na casa do senhor Nogueira Gama. A aluna Geraldina Maria de Souza também saiu para ser empregada doméstica, sendo filha de Candida, parda, escrava de Julio Ernesto da Costa Souza, sendo seu padrinho de batismo, Diogo, escravo do mesmo Castro Souza. “compadres e comadres podiam ser da mesma condição social do batizado, cativos, caracterizando uma escolha “horizontal”” (BACELLAR, 2011, p. 2). Nessa aluna, novamente encontra-se uma escrava cativa, que entra para a Instituição e muda a história de sua vida. Na leitura e interpretação das fontes, foi possível perceber que ela saiu da Escola e não voltou para a mesma casa onde era escrava. Será que teve seu forro ao ser batizada? Ou adquiriu sua liberdade após a Lei do Ventre Livre? Infelizmente, também não foi possível encontrar o local de batismo da aluna para verificar estas informações. Ao sair em 02 de abril de 1881 vai ser doméstica na casa do senhor João Joaquim Pizarro. Será que isso foi uma opção? Também a aluna Ludmissa Borges do Espírito Santo, saiu para ser empregada doméstica na casa de Madame Flores. Filha de Francisco Antônio Borges da Silva e Joanna Julia do Espírito Santo, foi batizada por seus padrinhos Antônio José de Mello e Henriqueta Pereira de Mello, por

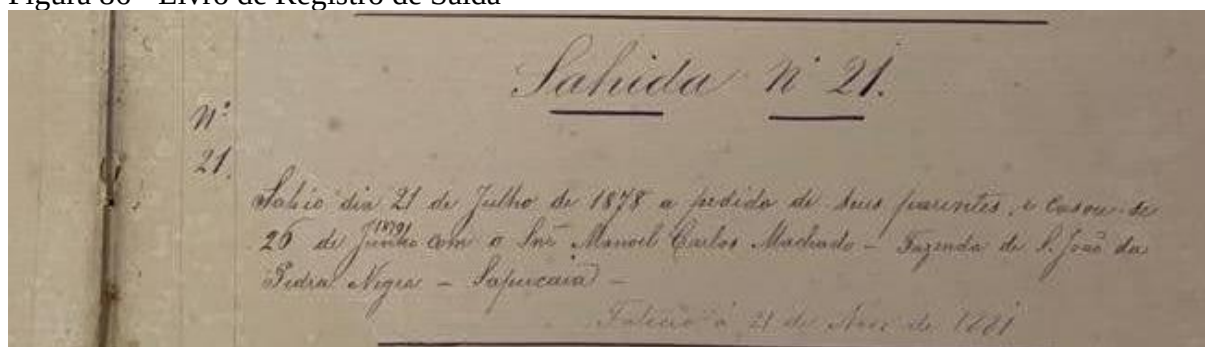
procuração de Luiza Maria de Mello Santo. Entrou na Escola no ano de 1871 e saiu aos 12 de abril de 1882.

A aluna Amélia de Jesus Medeiros, filha de Manoel de Medeiros e de Jacintha de Medeiros, batizada em Petrópolis, tendo como padrinhos Julio de Mello e Silva, solteiro e Francisca de Assis de Mello, casada, entrou na Escola no ano de 1871, a pedido de sua madrinha. Saiu no dia 09 de março de 1884, a pedido da viúva Paula Fonseca, para cuidar de suas duas filhas. Cuidadora de criança que, possivelmente, poderia se tornar uma preceptora, já que no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo aprendeu não somente o ofício dos afazeres domésticos, mas também foi instruída para lecionar, como o próprio currículo descrito no Estatuto da Escola, revela as aulas vivenciadas diariamente pelas alunas. Apesar de ser analfabeta quando entrou para a Instituição, saiu com condições cuidar ou educar uma criança.

A aluna Luíza Fortunata de Moura, filha de Miguel Dias de Moura e de Elizarda Joaquina do Espírito Santo, batizada em Iguaçu por seus padrinhos Luiz Antônio de Jesus e Maria João do Nascimento, entrou na Escola no ano de 1871 e saiu aos 30 de outubro de 1881 para a companhia de sua tia. O destino de Luíza, em ser dama de companhia, possivelmente lhe trouxe inúmeros afazeres, sua própria tia a convida para esse ofício. Qual seria o exercício de dama de companhia ao lado da tia? Qual a idade dessa tia? Infelizmente, não será possível tecer muitos comentários sobre Luíza, pois há poucas informações acerca dessa aluna no livro de registro de saída.

“As mulheres eram obrigadas a garantir a imagem do restante da família, principalmente a da figura masculina a quem eram ligada”, (SARTORI, 2019, p. 154). Dessa forma, a próxima categoria analisada será a da única aluna que saiu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo para se casar, ou seja, para garantir a imagem da família, conforme pode ser visto na Figura 86²⁰⁰.

Figura 86 - Livro de Registro de Saída



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1878.

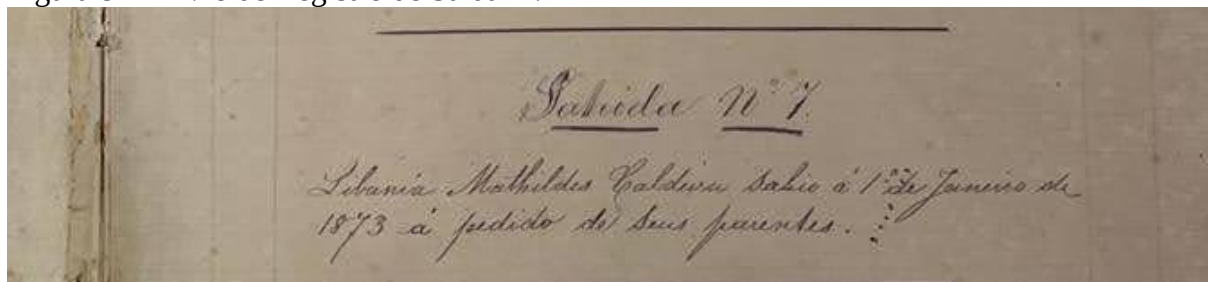
²⁰⁰ O texto correspondente à Figura 86 é: Sahio dia 21 de julho de 1878 a pedido de seus parentes e casou-se 26 de janeiro 1879 com o Srº Manoel Carlos Machado – Fazenda de S. João da Pedra Negra – Sapucaia. Falecida à 21 de Nov. de 1881.

A aluna Josephina de Souza Werneck é filha de Ignácio de Souza Werneck e de Marianna de Souza Werneck, sem registro de nascimento e batismo. Esteve na Instituição por 07 anos, saiu em 1879 para se casar com o senhor Manuel Carlos Machado, na Fazenda de São João da Pedra Negra, em Sapucaia, no dia 26 de junho de 1879. Na época, “o homem com quem a moça, de pouco mais de treze anos, se casava, raramente era de sua própria escolha. A escolha era de seus pais ou simplesmente de seu pai” (FREYRE, 2008, p. 97). Assim, pode-se dizer que Josephina, teve seu destino traçado, possivelmente, conforme seu pai o senhor Werneck, quis. Os próprios parentes de Josephina solicitaram a saída da aluna da Escola, o que indica que a moça foi dada ao matrimônio bem jovem. “Para a pessoa do sexo feminino, o casamento e a família eram os poucos lugares de atuação” (COSTA, 2013, p. 67), sendo, muitas vezes, um negócio. As moças pobres sonhavam com o casamento e com a maternidade, pois, muitas vezes, essa era a única via de passagem para o mundo adulto (DEL PRIORE, 2016). A situação da mulher consistia em ser submissa ao pai e ao marido, deveria ser virgem até o casamento e, depois, permanecer fiel ao marido. A castidade e a beleza tornavam a mulher virtuosa e própria para o matrimônio (JINZENZI, 2010). Para que o casamento fosse um negócio que desse certo, a mulher não poderia apenas ter os conhecimentos aprendidos na sala de estudos, já que o casamento exigia inúmeras outras habilidades. Além de inteligente e culta, a senhora casada precisava ser dona de sua própria casa, saber cuidar dos filhos e do marido (VASCONCELOS; GOMES, 2021). Apesar de Josephina ter se casado, esse momento não durou por muito tempo, pois consta no livro de registro de saída, bastante apagado, a informação de que ela faleceu 02 anos após o casamento, no dia 21 de novembro de 1881. Por mais que Josephina tenha ido morar com seu marido na fazenda Pedra Negra em Sapucaia, não perdeu o vínculo com a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, visto que, ao falecer esse fato foi registrado. Por outro lado, isto também demonstra o cuidado da Escola com a aluna, como se ela fosse sempre acompanhada pela Instituição.

Para a construção da identidade feminina e o lugar das mulheres na sociedade oitocentista, principalmente das mulheres pobres, é necessário olhar o passado, como elas eram vistas e tratadas. Dessa forma, as fontes são importantes para que essa história seja lida, questionada, problematizada e interpretada. Sem elas, seria difícil inferir a história das mulheres da primeira turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. No entanto, as fontes documentais precisam de outros elementos que colaboram para criar a “aura” que os documentos sugerem. (KARNAL; TATSCH, 2009). Assim, buscar as hipóteses prováveis sobre as mulheres “está vinculada à ideia de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa

às ações cotidianas” (PERROT, 1995, p. 9). Decerto, todo documento histórico é uma construção permanente e várias leituras podem ser realizadas. Tendo ele inúmeras informações e ou até mesmo lacunas nas informações, permite ao historiador sua interpretação. Desse modo, encontra-se o livro de registro de saídas de algumas alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo que, em alguns momentos, as informações estão completas e, em outros, faltam informações acerca delas. Qual teria sido o motivo da omissão/falha/distração das informações? Se a Escola tinha tanto cuidado com as alunas, visto que até após o casamento as informações eram mantidas nos registros, porque para estas alunas, que serão evidenciadas a seguir, as informações não foram também cuidadosamente escritas? Ao analisar os documentos, a impressão que se tem é a de que algo foi silenciado, as mulheres foram silenciadas, a vida virou uma página em branco, sem informações, conforme pode ser visto na Figura 87.

Figura 87 - Livro de Registro de Saída²⁰¹.



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1873.

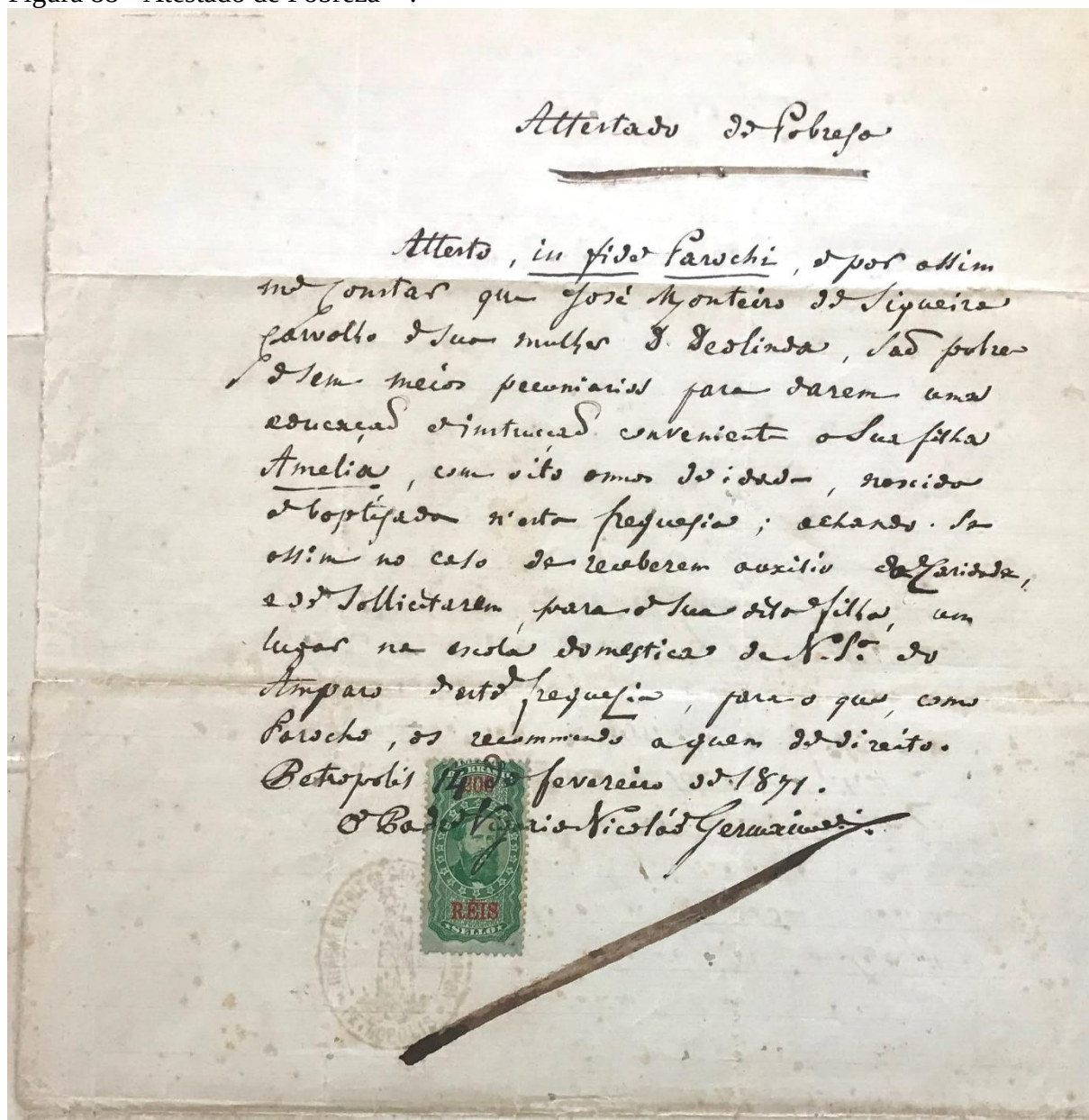
Para onde foi Libania? Uma história silenciada, uma mulher silenciada, uma página sem informações, lacunas e mais lacunas da história de vida dessas alunas descritas a seguir. Ao interpretar essas fontes, vislumbrou-se o que se pode chamar de história apagada. Seus dados não estavam descritos no livro de registro de saída. Além de Libânia, as três sobrinhas do padre Siqueira (Amélia de Siqueira, Claudia Maria de Siqueira e Balbina Maria de Siqueira) também estão com os registros incompletos. Será que ele quis omitir essas informações? Ou por estar dentro na Instituição não achou necessário registrá-las completamente?

Essas alunas tiveram suas saídas organizadas por familiares e ou até mesmo por terceiros. Libania Mathildes Caldeira, filha de Mathilde Caldeira e pai desconhecido, sem informação de batismo, entrou para a Escola em fevereiro de 1871 e saiu em janeiro de 1873, permanecendo na Instituição apenas 02 anos. A aluna Amélia Siqueira Carvalho (sobrinha do padre Siqueira), filha de José Monteiro Carvalho, falecido e de Deolinda, sem filiação de

²⁰¹ O texto correspondente à Figura 87 é: Sahida n.º 7. Libania Mathildes Caldeira sahio à 1.ª de janeiro de 1873 à pedido de seus parentes.

batismo, entrou para a Escola em 1871 e saiu em 1873 a pedido de sua mãe. Encontra-se na Sala-Museu um único atestado de pobreza da época, sendo da aluna Amélia, conforme pode ser visto na Figura 88.

Figura 88 - Atestado de Pobreza²⁰².



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

Amélia entrou para a Instituição realmente porque era muito pobre, cumprindo com o preceito brifado no Estatuto, pois deveriam as meninas entregarem atestado de pobreza

²⁰² O texto correspondente à Figura 88 é: Atento in fide parochi (na fé do pároco) que por assim constar que José Monteiro de Siqueira Carvalho e sua mulher dona Deolinda, são pobres e sem meios primários para darem uma orientação convincente à sua filha Amélia, com oito anos de idade nascida e batizada neste freguesia, achando-se assim o caso de receberem auxilio da caridade e ao solicitarem para a sua dita filha um lugar na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo desta freguesia, para que como pároco os recomendo para quem for de direito. Petrópolis, 14 de fevereiro de 1871. O Padre Vigário Nicolao Gerunximes.

(ESTATUTO, 1868). Quem atesta a pobreza de Amélia é o padre Nicolao, este, vigário na cidade de Petrópolis e possivelmente amigo do padre Siqueira. Amélia ficou apenas 02 anos no interior da Escola. Para onde terá ido uma menina pobre, sobrinha do padre Siqueira, filha de pai falecido e moradora da cidade de Petrópolis?

A aluna Claudina Maria de Siqueira (sobrinha do padre Siqueira), também teve seu futuro desconhecido, filha de Antônio Ignácio de Lima e de Maria da Penha Siqueira Lima, nascida em 29 de junho de 1861, batizada, entrou para a Instituição em abril de 1871, a pedido de seu tio, o padre Siqueira, e saiu em 09 de fevereiro de 1882 a pedido de sua mãe. Infelizmente não sabemos se Claudina retornou para a sua terra natal, Jacarey ou se permaneceu em Petrópolis, seguindo o rumo de sua vida. A aluna Balbina Maria de Siqueira Lima, (sobrinha do padre Siqueira), irmã de Claudina, filha Antônio Ignácio de Lima e Maria da Penha Siqueira de Lima, moradora de Jacarey, batizada, entrou para a Escola em abril de 1871, a pedido de seu tio, o próprio padre Siqueira. Saiu no dia 09 de fevereiro de 1882, a pedido de sua mãe. Mais duas sobrinhas do sacerdote que infelizmente não há como saber o que fizeram ao sair da Instituição. Aluna Francisca Chagas, filha de pais icognitos, entrou para a Escola a pedido do senhor comendador José Barros, no dia 11 de dezembro de 1871, e saiu na companhia de sua madrinha de crisma, a senhora Anna Ramiming e do coronel Vianna, moradores de Pinheiros, Rio de Janeiro. Seria empregada doméstica? O que estava reservado para esta aluna?

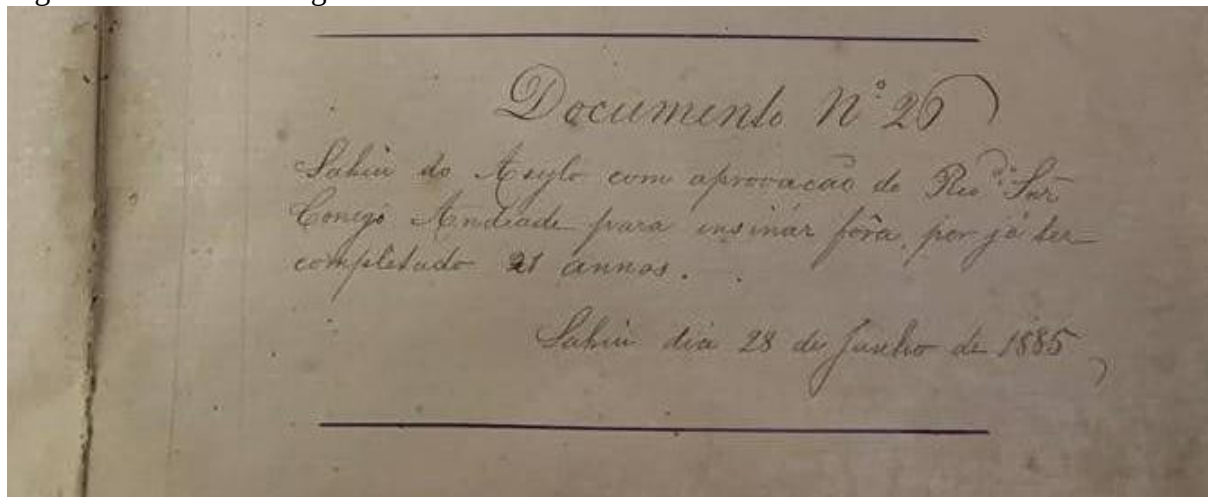
Por fim, as duas últimas dentre as 25 alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, do ano de 1871. A aluna Rosalina Knabel Krumser filha de Rosina K Krumser e de Nicoláo Keumser, nascida em Juiz de Fora, batizada, dado aos padrinhos Francisco Hilario Maciel e Francelina Joaquina, que entrou na Escola em setembro de 1871, a pedido de um padre. Saiu no dia 04 de dezembro de 1882 para ser admitida no recolhimento de Santa Tereza, em São Paulo, a pedido da própria Rosalina. Ao que tudo indica, esse local, Santa Tereza, era uma casa de recolhimento similar a um convento, sendo que, as internas não faziam votos ou juramentos solenes, mas usavam hábitos das ordens que pertenciam, era um local reservado para as moças com forte vocação religiosa e só aceitavam internas que soubessem ler²⁰³. Dessa forma, quando Rosalina saiu em 1882, sabia ler, escrever e diversos outros afazeres domésticos e, com certeza, era uma forte candidata para esta casa de recolhimento.

A aluna Francisca Henriqueta de Moraes, entrou em 1871, era filha de Guilhermina, batizada e dada aos padrinhos José Faria Braga e Escolástica Rosa Assumpção, e saiu por ter cumprido o Art. 1º do Estatuto que contempla o seguinte: “completa a idade de 18 anos, estão

²⁰³ Conferir em: <https://saopaulopassado.wordpress.com/2019/07/03/o-recolhimento-de-santa-teresa/> Acessado em: 25 de jul. de 2022.

aptas as meninas a seguirem seu destino, ficando, entretanto, sob a proteção da Escola até a idade de 21 anos” (ESTATUTO, 1868), ou seja, completando 21 anos, conforme pode ser visto na Figura 89.

Figura 89 - Livro de Registro de Saída²⁰⁴



Fonte: Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1885.

Francisca Henriqueta, ao completar seus 21 anos, possivelmente, tomou a decisão de ensinar fora, não estava mais presa às submissões impostas e ou a regras que lhes era mantidas diariamente. Ela saiu em junho de 1885 para começar a vida em outro lugar, para trabalhar fora, para ter seu sustento e viver de seu trabalho. Enfim, a história dessas mulheres encontra eco em muitas outras que, por meio da instrução e da educação, puderam seguir seus próprios caminhos. Vozes femininas que, mesmo sendo pobres puderam dar outro sentido à vida. É claro que muitas não tiveram escolhas, ainda foram submissas ao poder da Instituição, dirigida por um homem, um sacerdote, o padre Siqueira. Talvez a história dessas alunas nunca seria contada, nunca seria pesquisada. Mexer no arquivo, analisar e interpretar as fontes, permitiu que histórias como as de Eulalia fossem contadas. Assim, essas mulheres, domésticas hábeis, esposas dóceis, moças casadoiras ocupam um lugar central de história do cotidiano, a vitalidade de pessoas humildes que tentaram de tudo para sobreviver no emaranhado da vida (PERROT, 2019).

Contudo, padre Siqueira deixou um legado de amigos, de documentos escritos (Opúsculo e testamento) e, principalmente, a história de muitas mulheres que foram moldadas no interior de sua Obra, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

²⁰⁴ O texto correspondente à Figura 89 é: Documento 26. Sahia do Asylo com a aprovação do Verº Srº Conego Andrade para ensinar fora por já ter completado 21 annos. Sahiu dia 28 de junho de 1885.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prédio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é um monumento arquitetônico que representa para além da história. São três séculos de mudanças sociais, políticas, econômicas, demográficas que a Obra já “presenciou”. Petrópolis, cidade ligada ao protagonismo da Corte Imperial, foi testemunha de muitas transformações e, no século XXI, o monumento, por meio dessa arquitetura, sobreviveu ao tempo e às transformações climáticas, como a tragédia ocorrida em 15 de fevereiro de 2022, que assolou a cidade. O entorno da Obra foi totalmente devastado, o primeiro andar do edifício monumental ficou completamente alagado pelo rio situado à frente da escola, fazendo com que seu pátio, apresentado no terceiro capítulo desta tese (Figura 59), ficasse cheio de lama e destroços. Ainda assim, a Obra do padre Siqueira para a educação da pobreza, mesmo com seu entorno completamente destruído, permaneceu de pé, como uma prova de que ele fez algo duradouro que atravessou os séculos e cristalizou-se em uma obra de caridade.

Todavia, é preciso pensar até onde os ideais do padre Siqueira foram alterados. Se a arquitetura permanece intocada, podendo ser representada em qualquer fatia do tempo, seu interior tem perspectivas diferentes. Mesmo recebendo somente meninas pobres, não se vive mais somente da caridade²⁰⁵. Padre Siqueira viveu em uma época na qual os cidadãos entendiam a nobreza como “noblesse oblige”, ou seja, fazia parte das obrigações dos nobres a responsabilidade pela caridade, cumprindo um papel que, na república, passou a ser do Estado. Obras como a do padre Siqueira permaneceram sendo sustentadas pela caridade da população e, no decorrer do tempo, as irmãs tiveram que se adaptar à situação econômica e social, afastando-se das premissas do fundador.

Padre Siqueira trata-se de um homem que, mesmo fazendo inúmeras caridades por meio de sua Obra, não ficou muito conhecido na cidade de Petrópolis. Muitas outras personalidades públicas, as quais nomeiam ruas, instituições públicas e prédios na cidade - pessoas essas que, na verdade, promoveram mais mortes do que vida, mais pobreza do que elevação social – têm maior reconhecimento da população em detrimento ao padre Siqueira. Mesmo tendo uma rua ao lado da Escola com seu nome, Rua Padre Siqueira, não é muito conhecida pelos cidadãos petropolitanos. Apesar de o prédio aparentemente estar “congelado” no tempo, seu nome ainda não é muito prestigiado nem tão pouco divulgado na cidade de Petrópolis, o que também tornou

²⁰⁵ Atualmente, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo possui um convênio com a Prefeitura Municipal de Petrópolis e com a Mitra Diocesana, ambas custeiam a maior parte dos proventos e de todas as necessidades das meninas matriculadas.

o meu trabalho a primeira incursão sobre o assunto: A Obra do padre Siqueira para a Educação da Pobreza, a mais desvalida, a do sexo feminino.

Diante dos objetivos e do cenário que paulatinamente fui construindo, acessei o passado pelo presente (HARTOG, 2020) e, envolvida nessa conjuntura, decifrei e interpretei parte dos documentos no silêncio dos arquivos (HARTOG, 2020). Dessa forma, ao findar esse processo de decifrar e interpretar os documentos, percebi que o resultado da pesquisa que desenvolvi se tornou um “discurso”, uma forma de “produção” (CERTAU, 2017), que se materializou nesta escrita. Garimpei os arquivos, organizei e analisei as fontes, busquei o cruzamento com outras fontes para tentar me aproximar ao máximo de uma narrativa histórica. Contudo, mesmo remontando incessantemente às fontes, prescrutando os sistemas históricos e linguísticos, nunca será possível voltar à sua origem, apenas estágios sucessivos da sua existência (CERTAU, 2017) e, é claro que, por mais controlada que seja a análise dos documentos, a leitura do passado é sempre dirigida por uma leitura do presente (CERTAU, 2017).

Para tecer a pesquisa, criei no meu imaginário a ideia de que estava fazendo uma viagem dentro de um trem do século XIX e fiz a narrativa apresentando, primeiramente, o início da viagem e o encontro com o objeto. Conheci o padre Siqueira através de uma assessoria pedagógica que realizei para a congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo. Nunca poderia imaginar que um dia de trabalho, tornar-se-ia uma produção científica em história da educação. A historiografia acerca da Obra do padre Siqueira que nasce a partir desse encontro, só pôde ser realizada devido ao cuidado que as Irmãs da Congregação, mesmo que à sua maneira, tiveram de guardar os objetos do sacerdote e da escola em uma sala intitulada Sala- Museu, que se tornou o objeto e fonte desta pesquisa. A arte de escrever a história de uma personalidade intrigante e de uma escola (a Obra) encontrou eco no discurso de Koselleck (2014, p. 291) “toda historiografia exerce uma função pública”, assim, esta produção científica evidencia um sacerdote que, no século XIX, acolheu meninas desvalidas e construiu uma escola para instruir e educar as camadas mais pobres. A partir da minha incursão nesta problemática, o padre Siqueira e sua Obra tornou-se um pouco mais conhecido, estudado, problematizado, fazendo com que suas ideias e ideais pudessem ser, em parte, descortinados.

Para seguir a viagem que eu ainda precisava percorrer para a escrita da tese, entendi que, “nem sempre se deram por vontade própria” (MINOT, 2017, p. 264), muitos caminhos que eu gostaria de ter traçado foram sendo sucumbidos. Decerto que, para entrar no trem do século XIX e compreender a vida e a Obra de um sacerdote, era necessário organizar a diversidade de fontes que estavam à minha frente na Sala-Museu para iniciar a tecitura do texto. Dessa forma, a viagem foi trilhada por caminhos um pouco mais seguros, e assim se deu a primeira parada,

o inventário da Sala-Museu, com a organização de toda a documentação que seria utilizada para a tese. Para o exercício de investigação deste capítulo, precisei passar dias no interior da Sala-Museu, sempre acompanhada pela Irmã Neli dos Santo Deus que, com certeza, se tornou mais uma fonte – oral – para esta pesquisa. As problemáticas analisadas em cada documento foram cruzadas com diversos autores e, além das informações para o início da escrita, a própria Sala-Museu também foi lida em seus objetos e interpretada à luz de autores que recorreram acerca de arquivos e museus pedagógicos. Após todo esse trabalho, interroguei-me se estava “qualificada” para tentar responder às problemáticas da tese e continuar minha viagem.

Ampliando as lentes da pesquisa, no capítulo 2, mais um itinerário foi percorrido, a trajetória de lutas e conquistas do padre Siqueira. Neste capítulo, foi possível perceber que o sacerdote sempre teve a intenção de construir um edifício para a educação da pobreza, entretanto a decisão de se dedicar a meninas desvalidas é que veio depois, ao perceber a situação, principalmente, das meninas órfãs, filhas dos soldados da guerra. Educar as meninas para que, no futuro, pudessem seguir suas próprias vidas, entre tantos ideais escritos pelo sacerdote, era o que ele mais se propunha a realizar. Para angariar fundos com a finalidade da construção da Obra, realizou inúmeras viagens subindo, descendo e percorrendo milhares de léguas. Fez diversos amigos e, por vezes, teve vontade de desistir, sentindo-se triste e sozinho. Escolheu a cidade de Petrópolis para a construção de sua escola, cidade a qual ele mesmo dizia que era “um lugar próprio para isto, seja pelo lado sanitário, seja econômico” (APELO AO POVO, 1868)²⁰⁶. Realizou correspondências para amigos e recebeu inúmeras missivas, entre elas, muitas enviando fundos para a Obra e outras solicitando vaga para alguma protegida. Sua jornada também foi marcada por decisões, em diversos momentos de sua vida, quando precisou tomá-las para seguir o caminho da sua aspiração maior. Entrou para o seminário episcopal bem cedo, depois ordenou-se em outro estado, foi para uma pequena paróquia, foi voluntário na guerra do Paraguai, retornou para outra paróquia e, enfim, decidiu largar tudo para seguir com seu sonho de construir uma Obra. Teve a participação de inúmeros personagens que compartilharam o seu desejo, principalmente no que diz respeito ao auxílio para a realização de seu ideal, entre eles destacam-se, d. Pedro II, ao qual apresentou o programa para a construção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, e do amigo padre Bacellar que, no futuro, o auxiliaria na própria instituição.

Padre Siqueira passou seus últimos dias sofrendo de uma doença que o levou para a sepultura, mas pôde experimentar, vivenciar, conduzir e dirigir sua Obra durante 10 anos de

²⁰⁶ Biblioteca Nacional – Jornal Correio Mercantil – Ano XXV, 1868. Ed. 236, p.3.

1871 a 1881, sem contar os anos anteriores quando já estava angariando fundos e organizando o Estatuto e o Programa para início da sua construção. Assim, de 1868 até 1881- recorte temporal desta tese- a história do padre Siqueira e de sua Obra foi temporalizada e, com isso, historicizada nos diversos períodos em que as pessoas se movimentaram e os acontecimentos se desenrolaram (KOSELLECK, 2014).

O terceiro capítulo deste trabalho teve como exercício de investigação a Obra (escola) do padre Siqueira, sem o propósito de findar essa análise, até porque as fontes eram inúmeras e, possivelmente, irão proporcionar novas pesquisas sobre a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Prescrutar as questões acerca do monumento arquitetônico foi a problemática inicial deste capítulo. Um edifício, um patrimônio que, conforme já dito, parece “congelado no tempo”, Obra gigantesca realizada no século XIX, com as enormes janelas que se abriam e se fechavam para guardar cada aluna que chegava com sonhos e perspectivas em relação ao futuro. Vislumbrar esse prédio talvez tenha sido uma das melhores experiências que vivi durante a escrita da tese, por muitas vezes tendo olhado aquele monumento que acolheu as meninas desvalidas e, hoje, aos olhos de um historiador, é uma referência histórica arquitetônica na cidade de Petrópolis. Um edifício construído realmente para resistir ao tempo e às transformações geográficas, econômicas, sociais etc.

Continuando a minha viagem, agora de dentro da Instituição, observei as escadas do prédio e experimentei o que cada aluna vivenciou, os enormes corredores, pé direito alto e todas as salas de aulas e dormitórios que fizeram parte da tecitura da vida de cada aluna ali acolhida. Abrindo os arquivos da Sala-Museu, tive a possibilidade de manusear, ler, analisar e interpretar o livro de registro das alunas do ano de 1871, da primeira turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Além do livro de matrícula, também, da mesma forma, tocar, ler, analisar e interpretar diversos documentos, como o livro de agulhas, usado para os trabalhos das alunas, o livro de notas e menções, o livro de despesas e o Estatuto da escola do ano de 1871. Ao colocar esses documentos em análise, entendi que o ideal do padre Siqueira em formar as alunas para que no futuro pudessem conduzir suas vidas, de fato, transparecia nos documentos, principalmente no currículo escolar apresentado no Estatuto e no livro de notas. Mesmo sabendo que outros fatores também colaboraram para a construção da identidade das meninas, entre eles, as subjetividades vividas na escola, elas foram preparadas para seguirem suas próprias vidas, sendo como empregadas, mães de família ou até mesmo como professoras.

Por meio dos trilhos do trem que estive seguindo, consegui identificar, nas fontes, a primeira diretora da escola e as primeiras professoras. Decerto, a diretora foi escolhida pelo próprio sacerdote, sendo ela, Bárbara Maix, da congregação do Sagrado Coração de Maria e

outras quatro congregadas. Essas senhoras subiram a serra da cidade de Petrópolis para então assumir a escola. As professoras selecionadas para iniciar os trabalhos, junto com as congregadas, foram uma senhora viúva e suas duas filhas. A ação pedagógica realizada no interior da escola seguia os princípios do método Lancaster, em que se repartia as alunas em classe, utilizando-se das mais “inteligentes” para auxiliar as que tinham menos condições de aprendizagem, bem como aquelas que tinham aptidões para o exercício do professorado.

A cultura material escolar repleta de subjetividades também fez parte das análises deste capítulo. Através da investigação vislumbrei que a memória materializada, recortada na ampla rede de relações culturais, constrói a escola e suas práticas, a forma de organização exercida por objetos como a posição das carteiras, a disposição das camas e os artefatos produziam um discurso de regime coletivo, disciplinar e hierárquico no interior da escola. Dessa forma, verifiquei que as meninas viviam em regime de internato e que ocupavam espaços formativos e de descanso no mesmo lugar, ou seja, dentro da escola. Outro fator que também foi analisado e problematizado foram os uniformes escolares das alunas, entre tantos usos e possibilidades, o uniforme escolar produzia um discurso de diferenciação, não somente entre as alunas, mas também entre alunas, professoras e superiores. O uso do uniforme também trouxe uma narrativa de um certo padrão de comportamento, respeito, decência e padrões morais rigorosamente exigidos para a época.

Também observei o rigor, o silêncio e o horário em uma mensagem transmitida através de som - o sino da escola. Esse instrumento batia toda vez que algum discurso precisava ser produzido, entretanto, hoje, encontra-se silenciado em uma vitrina na Sala-Museu. Encerrando este capítulo, entendi que as práticas e rituais, de caráter civilizador, eram realizados todos os dias na escola: hora para acordar, alimentar-se, dormir, conversar, brincar, rezar, estudar etc., revelando certo controle das meninas que estavam no interior da escola. Enfim, constatei, na escrita deste capítulo, que os processos de escolarização feminina foram múltiplos e dinâmicos produzindo meninas/mulheres que receberam um ensino respaldado pelo catolicismo e sustentado no que era esperado para as mulheres da época, ou seja, possuir uma boa educação e instrução para se tornarem boas mães de família ou para que conseguissem trabalhar em casas ou em escolas, a fim de se sustentarem a si próprias.

Percorrendo o caminho da escrita, observei que “história e museu andam juntos: a história esclarecia o caminho percorrido, o museu o mostrava, por meio de objetos significativos” (HARTOG, 2020, p. 72). Ao realizar a pesquisa em um museu (Sala-Museu) ainda pouco explorado, foi possível, por meio dos objetos significativos, esclarecer um pouco mais sobre a vida e a Obra do padre Siqueira. Entre tantas coisas vistas a tecitura do último

capítulo deste trabalho fez sua última viagem no legado do sacerdote. Discorrer sobre a história de um homem que possibilitou a contação de história de muitas mulheres no século XIX, por meio de sua Obra pretendeu ser uma contribuição para a história da educação e para a história das mulheres. Assim, antes de falar sobre cada aluna do ano de 1871 da escola, apresentarei o legado deixado pelo sacerdote.

Padre Siqueira deixou um grande legado e não apenas o futuro das meninas/mulheres de sua Obra. Deixou vários amigos, entre eles o padre Bacellar, o padre João Batista, Inhá Chica, vários viscondes e viscondessas e diversas autoridades dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro. A cada lugar que percorria, encontrava e fazia inúmeros amigos. Em seus relatos, no diário de viagens, por diversas vezes, deixou transparecer que dormia na fazenda de algum amigo ou que era convidado para ir para alguma outra fazenda para descansar. Ao me debruçar na leitura e interpretação do seu testamento que, um rascunho encontra-se na Sala-Museu, percebi que o sacerdote deixou escrito e testamentado que as alunas deveriam ser educadas na religião e no trabalho; explicou que todas deveriam trabalhar no interior da escola e que as próprias meninas, ao concluírem seus estudos, poderiam se tornar docentes da instituição. Também enfatizou que uma congregação deveria nascer daquelas primeiras docentes que teriam suas saídas em aproximadamente 1881 e 1882, fato esse que foi concretizado. A Congregação da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo nasceu dessas primeiras alunas/professoras da escola. Ele também deixou registrado que com sua morte e na falta de um substituto a sua Obra (escola) deveria ir para as mãos da diocese, no caso atual, de Petrópolis. O sacerdote também enfatiza que, se algum dia sua Obra deixar de atender meninas pobres ou se a escola deixar de ser escola, o monumento (prédio) deverá ser entregue aos benfeitores, ou seja, a todos que colaboraram para a construção da Obra. Verifiquei, interpretando seus escritos no testamento, que padre Siqueira não fez uma Obra para aquele tempo, aparentemente, ele demonstra que aquela Obra seria para se perpetuar por gerações e gerações. Hoje, no século XXI, vendo o monumento arquitetônico, realmente percebo o quanto ele tinha a convicção de que sua Obra duraria. Entre tantos documentos escritos deixados pelo sacerdote, em um deles chega a dizer: “minha convicção de que era chegado o tempo e de que a obra era de Deus, era tão forte, que minha divisa única foi e é, ou a morte ou o triunfo de uma empresa que a considero divina” (PADRE SIQUEIRA, 1877)²⁰⁷. A Congregação que nasceu do legado do padre Siqueira atualmente encontra-se no Brasil e em mais alguns países, conforme apresentado (MAPA 1). A Congregação, devido à situação socioeconômica, não mantém nas outras unidades a premissa

²⁰⁷ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. OS-5 A.5.62. Documento considerado pela congregação como um apelo ao País.

do fundador de educar a pobreza. Essa premissa somente é mantida na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, na cidade de Petrópolis, a primeira Obra idealizada e construída pelo padre Siqueira.

Continuando minha viagem nas leituras e interpretação dos documentos, tive como intuito analisar os diversos Estatutos escritos pelo sacerdote. A cada ano que reescrevia o Estatuto da escola, ele incorporava algo a mais, como se fosse uma nova necessidade que precisava estar no documento. Esses Estatutos sempre se sobrepunham aos diversos pedidos realizados a ele para matrículas na escola. Em todos os Estatutos ele sempre se preocupou com as meninas pobre, desvalidas, entretanto, quando em 1876, tentou mudar a perspectiva de atendimento da escola, para atender a meninas ingênuas, não foi autorizado pela princesa Isabel. Por fim, encerrando o último capítulo desta tese, me debrucei na história das mulheres, as quais eu chamo de “mulheres do padre Siqueira”, ou seja, mulheres a que ele, através de sua Obra, proporcionou um futuro mais digno. Ainda que esse futuro não tenha sido totalmente escolhido por elas, pelo menos, não estavam mais expostas à situação de extrema pobreza.

Para mergulhar na história dessas mulheres da primeira turma que havia entrado no ano de 1871, primeiramente precisei compreender melhor a história social das mulheres do século XIX e analisar os modos como elas viviam, o que era proposto para elas na época. Entender esses e outros contextos acerca da mulher foi de extrema necessidade para a escrita deste tópico. A mulher pobre, desprotegida, sem acesso à escolarização, somente poderia mudar seu futuro se tivesse um bom casamento o que era quase impossível diante da situação da pobreza e miséria que muitas se encontravam. Assim, ao entrarem, no ano de 1871, para a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, as 25 primeiras alunas tiveram seus futuros modificados. Infelizmente, não foi possível descobrir mais sobre elas devido ao longo espaço de tempo, ou seja, minha análise era das alunas do ano de 1871, sendo assim, suas descendências não foram encontradas. A análise realizada na história dessas mulheres, bastante ínfima, foi apenas dos escritos deixados na Sala-Museu. Verifiquei que a escola teve relevância na vida de cada uma, pois os registros sobre elas, até mesmo depois de mortas ou de casadas, eram mantidas. Por outro lado, há muitas lacunas de informações de algumas alunas, as quais prejudicaram a análise. Notei também que algumas alunas saíram para serem professoras, outras para serem empregadas domésticas e outras, ainda, voltaram para a instituição para seguir na congregação; algumas morreram, outras ficaram doentes e apenas uma se casou. Assim, verifiquei que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi um importante espaço de escolarização e instrução para as mulheres na religião e para o trabalho, especialmente às pobres desvalidas,

permitindo experiências educativas que contribuíram para os possíveis futuros vividos por essas mulheres.

Portanto, com limites enfrentados pelo cotidiano profissional, ao optar por fazer um doutorado, assumi a responsabilidade de produzir uma pesquisa historiográfica na cidade de Petrópolis, cidade da qual sou conterrânea. Percebo “vazios” na pesquisa, talvez a falta de tempo, fôlego e ou o cansaço da escrita. É como se faltasse algo, mas vejo que esse vazio é necessário, o chamado vazio da pesquisa, a sensação de que não está pronto e realmente não está, assim como nós também não estamos prontos, estamos sempre em construção. Compreendi nos quatro anos da escrita da tese que tudo sempre está em construção, nada está pronto, nada termina totalmente.

Desse modo, deixo um espaço aberto para seguir com outras pesquisas, quem sabe acerca do padre Siqueira, de sua Obra e até mesmo das mulheres que fizeram parte de sua Obra (as alunas e as irmãs da congregação). Encerrando a tese, também me deparei com o quanto a história das mulheres ainda precisa ser escrita. Afinal, nesta operação historiográfica empreendida, foi possível problematizar para onde foram algumas mulheres moldadas no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Infiro que outras investigações necessitam ser produzidas, as quais podem contribuir para pensar no modo como as mulheres de distintos, espaços de tempos, foram educadas e até mesmo preparadas para o futuro. Agora, eis que é chegada a hora de guardar as luvas brancas usadas em todos os momentos de análise dos documentos na Sala-Museu e torná-las parte de minha memória (KOTRE, 1997).

REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, L. de M. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 145–164, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643763>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- AGUIAR, Jaqueline Vieira de. **Princesa Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2015.
- ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871-1931.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em história da educação**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021.
- ALVES, Anderson Machado Rodrigues. Educar na liberdade: Princípios Pedagógicos da Ética das Virtudes. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio "Ramon Llull", 2021.
- ALVES, C. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar - Education, memory and identity: immaterial aspects of school material culture. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 101–125, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/28914>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Reflexões sobre a pesquisa historiográfica dos testamentos. São Paulo: **Justiça & história / Centro de Memória do Judiciário**. 2005. Disponível em: <http://www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/9_Maria%20Lucilia_Viveiros.pdf>. Acesso em: 01 maio 2022.
- ARAÚJO, Paula Vanêssa Rodrigues de; VIEIRA, Maria Jésia. A questão da morte e do morrer. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2004, v. 57, n. 3 [Acessado 10 agosto 2022], pp. 361-363. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000300022>>. Epub 04 Feb 2011. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000300022>.
- ARRIADA, Eduardo. O Olhar de Deus: a educação de meninas no Colégio São José de Pelotas. In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (org.). **Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da Universidade UFPEL, 2008. P.101-134.
- ARTIÈRES, Phelippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle Rouchou; HEYMANN, Luciana (org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2013. cap. 1, p. 45-54. ISBN 978-85-225-1432-8.

ASSENTAMENTO DE ÓBITO. **Assentamento de óbito Anna Candida de Siqueira**. Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis, 2021.

ASSENTAMENTO DE ÓBITO. **Assentamento de óbito Leopoldina Maria Maia**. Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis, 2021

ATESTADO DE POBREZA. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da história, escrita biográfica: das possibilidades de sentido. In AVELAR, Alexandre de Sá e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Grafia da vida: Reflexões e experiência com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso. **O que pode a biografia**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.

BACELLAR, Carlos De Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Acessado: 10 fevereiro de 2022. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf

BAGGIO, Hugo D. **Padre Siqueira**: uma resposta à educação do menor carente no Brasil. Petrópolis: Congregação das Irmãs Franciscanas do Amparo, 1987.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

BARLETTA, J. M. Arquivos ou museus: qual o lugar dos acervos escolares? **Revista Brasileira de História da Educação**, 5(2 [10]), p. 101-122, 2012. Acessado em: 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38648>.

BARRADAS BARATA, Rita de C; RODRIGUES, Laura; BARRETO, Mauricio; KRAMER, Monica. Resposta brasileira à tuberculose: contexto, desafios e perspectivas. **Revista de Saúde Pública**, 41(1), 2007. Acessado em 25 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240164001>

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BASSANEZI, M.S.C.B. Os eventos vitais na reconstituição da história. In PINSKY, C.B. e LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

BECK, D. Q. Uniformes escolares: delineando identidades de gênero. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 58, p. 136–150, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i58.8640384. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640384>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BREVIÁRIO DE ORAÇÕES. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868.

BRITO, Paula Sônia de. **A luta do Bispo Dom José de Medeiros Delgado por educação escolar para todos (Caicó-RN, 1941-1951)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. **BIBLOS**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 98–129, 2019. DOI: 10.14295/biblos.v32i2.7968. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7968>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BURKE, PETER (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução: Magna Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CADERNO DE CALIGRAFIA DAS ALUNAS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Caderno de caligrafia das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (iFHC), 2007.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependência, biografias coletivas e network analysis. In: AVELAR, Alexandre S. e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CARVALHO, Luisa Maria Delgado de. Um acervo como ponto de partida. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 217 - 234. jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180307142015217>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de. **Mulheres e creanças: notas sobre educação**. Porto: Editores — Joaquim Antunes Leitão e Irmão Rua do Almada 209 — 1.º andar, 1880.

CASADEI, Thalita de Oliveira. Petrópolis: **Relatos Históricos**. Petrópolis, Ed. Gráfica Jornal da Cidade, 1991.

CASTILLO Antonio Gómez; BLAS, Verónica Sierra. Cinco siglos de cartas: Historias y prácticas epistolares en las épocas moderna y contemporánea. Huelva: **Universidad de Huelva**, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5064159> Acesso em: 15 dez. 2021.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, p. 93-124, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38710>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CECCHIN, Cristiane; CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha modos! Educação e sociabilidades em manuais de civilidade e etiqueta (1900 – 1960). In: Apresentação. X Simpósio Internacional de Processo Civilizador. Campinas – SP – abril de 2007. Disponível em: <https://silo.tips/download/tenha-modos-manuais-de-civilidade-e-etiqueta-na-escola-normal-anos-1-resumo> Acesso em: 15 jan. 2022.

CERAVOLO, Suely M. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM): a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária (FMVZ/USP)**. Dissertação. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. **D. Paula Marianna a Princesa sem a qual Petrópolis provavelmente não existiria**. Publicado na coluna IHP EM CENA, Tribuna de Petrópolis, 20/09/2017. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=6931> Acesso em: 18 jan. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTIFICADO DE ASSENTAMENTO DE BATISMO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1837.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da UnB, 2010.

CHAVES, Antonio Marcos; GUIRRA, Raquel Cardoso; BORRIONE, Roberta Tavares de Melo. Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 8, p. 85-95, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/PPHw4H8BvTcSSvdtDMnGmcN/?lang=pt> Acesso em: 26 jan. 2022.

CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: História, Comunicação e Educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

CIDADE DE PETRÓPOLIS. Carta Recebida em Petrópolis. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo 1871.

CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO (1545-1563). Disponível em: www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra. Acesso em 25 fev. 2021

COSTA, Lourenço Resende da. História e Gênero: a condição feminina no século XIX a partir dos romances de Machado de Assis. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, vol. 1, n. 2, 2013. Disponível em: Acesso em:

<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/117> Acesso em 25 fev. 2022.

CUNHA, Maria Teresa Santos. (Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente / Maria Teresa Santos Cunha, 1. ed. – São Paulo: Florianópolis : Rafael Copetti Editor, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos Escolares: Olhares ao passado no tempo presente. Florianópolis: [s. n.], 2015.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Copiar para homenagear, guardar para lembrar: cultura escolar em álbuns de poesias e recordações. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (orgs.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil – Vol. III – Século XX**. Editora Vozes. Petrópolis, 2005. P.347-362.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. Revista Patrimônio e Memória: UNESP, FCLAs; CEDAP, v. 3, nº 1, p. 53-70, 2007.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). História: Questões & Debates. Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013. Editora UFPR

CUNHA, Maria Teresa Santos. Por hoje é só. Cartas entre amigas. In: BASTOS, M. H. C./CUNHA, M. T. S./MIGNOT, M.C.V. (Org.). **Destinos das letras – história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60/ século XX). Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009. 80 p.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SOUZA, Flávia de Freitas. **Viver e escrever**: Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Sec XX). Florianópolis: Insular, 2015.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520> Acessado em: 13 de julho de 2022.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; CAMARA BASTOS, Maria Helena. **Histórias e memórias da educação no Brasil, volIII**: século XX. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 77 – 86.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima. (orgs.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular**: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931 – 1961). Uberlândia: EDUFU, 2014.

DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Márcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: Quando O Indivíduo Encontra a História. **Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira: volume 2: Império**. São Paulo: LeYa, 2016.

DEUS, Imã Neli do Santo. **Padre Siqueira o profeta da Caridade**. Petrópolis: Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, 2020.

DEUS, Imã Neli do Santo; SILVA, Irmã Rossana Espíndola da. **Padre Siqueira: escritos, crônicas e testemunhos**. Petrópolis: Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, 2014.

DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez (coord.). **Los Museos Pedagógicos en España: entre la memoria y la creatividad**. Espanha: Trea, 2016.

DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez. Mapeo de la museología de la educación en España: aproximación al estado de la cuestión. **História da Educação**, Porto Alegre, ano 55, v. 22, p. 293-313, maio/ago 2018. DOI <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/75395>>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592018000200293&lng=pt&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 11 set. 2019.

DOURADO, Autran. **Os Sinos da Agonia**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1974.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-08122010-135132. Acesso em: 2021-08-23.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

ESCOLANO BENITO, Agustín Benito. **A Escola como cultura: experiência, memória, arqueologia**. Ed. Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Augustin. Arqueología y rituales de la escuela. In: MOGARRO, M. J. (Org.). **Educación e patrimonio cultural: escolas, objetos e práticas**. Colibri: Lisboa, 2015. p. 45-60.

ESTATUTO ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FABRICIO, Matheus Di Felippo. O impacto da Lei 851 de 04 de setembro de 1850: Lei Eusébio de Queiroz e a consequência para alforrias em províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. E-Civitas - **Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH**, Belo Horizonte, Volume XIV, número 1, julho de 2021. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3104> Acesso em: 01 de março de 2022.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

FERNANDES, R. Cultura de escola: entre as coisas e as memórias. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 19–39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643753>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: **International Oral History Conference**, 10., 1998, Rio de Janeiro. Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference /Eds. Ilana Strozemberg... [et al]. Anais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998. v. 1. p. 379-386.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. **Educar em Revista** [online]. 2005, n. 25 [Acessado 30 setembro 2021], pp. 59-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.366>>. Epub 04 Mar 2015. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.366>.

FORTES, Cristina Lazzarotto. **Políticas públicas em direção à prevenção da violência contra crianças e adolescentes**. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão, trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010

FRAGO, A. V. A escola como lugar. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO BENITO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO BENITO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FRANCISCO, Ana Cristina Borges López M. **A Condessa Preceptora: entre o cotidiano nos Paços Imperiais e a construção do mito**. Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Teologia e Humanidades, Doutorado em Educação. Petrópolis, 2017.

FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro. **A infância no banco dos réus no Brasil Oitocentista**. Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Teologia e Humanidades, Mestrado em Educação. Petrópolis, 2011.

FREITAS, José Higino de. **Aplicação no Brasil do decreto tridentino sobre os seminários até 1889**. Belo Horizonte: São Vicente, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 135–144, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643759>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FUNCRIA - **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**: Seja responsável, construa um futuro melhor para nossas crianças e adolescentes. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cmdcapetropolis.com.br/fundo-municipal.php>>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

FURTADO, Júnia F e VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In PRIORE, Mary del. (org.). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.93-113.

FURTADO, Júnia F. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1881, Ed. 99, Ano VII, p.1.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e historia. Tradução de Frederico. ? CAROTTI. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. Il nome e il come. **Mercato storiografico e scambio disuguale**. Quaderni Storici, v. 40, p. 181-190, 1979.

GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. Os carroceiros do Recife (1870-1890): organização, insubordinação e relações de poder. 2020. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis | v. 12 | p. 1-18 | 2020 e-ISSN: 1984-9222 | Acesso em: 22 de setembro de 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e67150>

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**: a título de prólogo. 1. ed. [S. l.]: FGV Editora, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069> Acessado em: 21 janeiro de 2022.

GONDRA, José G. Tomar distância do poder. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

HARTOG, F. **O tempo desorientado: Tempo e história**. "Como escrever a história da França?". Anos 90, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 7–28, 1997.

HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HERNANDEZ DIAZ, J. M. Etnograia e história material de la escuela. In: ESCOLANO BENITO, A.; HERNANDEZ DIAZ, J. M. (Coord.). **La memoria y el deseo: cultura de la escuela y educación deseada**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2005. p. 225-246.

HERNÁNDEZ DIAZ, José Maria (dir.). **Prensa pedagógica em Castilla y León (1793-1936): repertorio analítico**. Salamanca: Hergar Ediciones Antema, 2013b.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. De niño a escolar. El alumno como construcción pedagógica. In.: ESCOLANO BENITO, Agustín (Dir.). **História Ilustrada de la Escuela en España: Dos siglos de perspectiva histórica**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, p. 99-119) (Colección Biblioteca del Livro).

HERNÁNDEZ DIAZ, José Maria. **Prensa pedagógica y patrimonio educativo em España: conceptualización y géneros textuales**. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria (ed.). Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2013a, p. 15-32.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O Lugar do Arquivo: A Construção do Legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2018.

HIJJAR, Miguel Aiub et al. **Retrospecto do controle da tuberculose no Brasil**. Revista de Saúde Pública [online]. 2007, v. 41, suppl 1 [Acessado 26 agosto 2022], pp. 50-57. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000800008>>. Epub 21 Nov 2007. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000800008>.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **II. História Geral da Civilização Brasileira, t. II: O Brasil Monárquico, 5º. vol. Do Império à República**. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977.

JINZENJI, Mônica Yumi. Arlette Farge e os modos de apreensão da existência no passado. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. II, p. 9-23.

Jinzenji, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu** [online]. 2012, n. 38 [Acessado 26 Agosto 2022], pp. 367-394. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000100013>>. Epub 24 Jul 2012. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000100013>.

JORNAL A GAZETA DE CAMPINAS. **Jornal A Gazeta de Campinas**, São Paulo, Ano III, 1872, Ed. 280, p.2.

JORNAL CORREIO MERCANTIL. **Jornal Correio Mercantil**, 1868, Ed. 298, ano XXV.

JORNAL CORREIO MERCANTIL. **Jornal Correio Mercantil**, Ano XXV, 1868. Ed. 236, p.3.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. **Jornal Correio Paulistano**, 1870, Ed. 4172, Ano XVII, p. 1 e 2.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. **Jornal Correio Paulistano**, São Paulo, 22 de jul. 1865, Ed. 528, Ano II, p. 1 e 2.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. **Jornal Correio Paulistano**, São Paulo, 8 de jul. de 1866, Ed. 3054, Ano XIII, p. 2.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. **Jornal Correio Paulistano**, São Paulo, 1881. Ed. 7371, Ano XXVIII, p. 2.

JORNAL DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. **Jornal da Província de Minas Gerais**, Ouro Preto, 1881, Ed 44.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Jornal Diário de São Paulo**, 1869, Ed. 1102, Ano IV, p. 2 e 3.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Jornal Diário de São Paulo**, p. 3, 1872.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Jornal Diário de São Paulo**, São Paulo, 1865, Ed. 528, ano II, ps. 1 e 2.

JORNAL DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Jornal Diário do Rio de Janeiro**, 1869, Ed. 140, p. 3.

JORNAL DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Jornal Diário do Rio de Janeiro**, 1870, Ed. 273, p.3.

JORNAL DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Jornal Diário do Rio de Janeiro**, 1874, Ed. 361, Ano 57, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio do Rio de Janeiro**, 1879, Ed. 00011, p. 3.

JORNAL O MERCANTIL. **Jornal O Mercantil**, 1875, Ano XIX, Ed. 35, p. 1,2 e 3.

JORNAL O MERCANTIL. **Jornal O Mercantil**, 1875, Ed. 03.

JORNAL O MERCANTIL. **Jornal O Mercantil**, 1875, Ed.08, Ano XIX, p.2.

JORNAL O MERCANTIL. **Jornal O Mercantil**, 31 de janeiro de 1880.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história – A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-28.

KELLEY, Mary. Learning to stand and speak: Woman, education, and public life in America's republic. Williamsburg: Published for the Omohundro Institute of Early American History and Culture; Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

KOHLRAUSCH1, Regina. Apresentação – Literatura Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. **Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS**: Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 148-155, janeiro-junho 2015.

Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/21361>
Acesso em: 11 de junho de 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOTRE, John. **Luvras brancas**: como criamos a nós mesmos através da memória. São Paulo: Mandarim, 1997.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 16 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000100015>.

LACERDA, L. M. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, A, C. V.; BASTOS, M. H.; CUNHA, M. T. S. (Org.) **Refúgios do eu: educação história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.

LAURIZETE. Ferragut Passos; DIVA, Otero Pavan: **Saberes escolares de uma escola primária paulista: regras de civilidade e noções de moral, civismo e nacionalismo** (1930-1980) Revista História da Educação, vol. 14, núm. 31, mayo-agosto, 2010, pp. 71-93 Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Rio Grande do Sul, Brasil. Acessos em 18 out. 2022. [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11719-40409-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11719-40409-1-PB%20(1).pdf)

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIMA, Solange Ferraz de.; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCCA, Tânia Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. pp.29-60.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

LIVRO DE DESPESAS. Despesas com o funeral do Padre Siqueira. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1881.

LIVRO DE MATRÍCULA E LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDAS DAS ALUNAS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871-1884.

LIVRO DE MATRÍCULAS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1871.

LIVRO DE REGISTRO DE DESPESAS. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868 e 1870.

LIVRO DE RESUMO DE MÉDIAS DAS ALUNAS DE TODAS AS CLASSES. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1890.

LIVRO DE TRABALHOS DE AGULHAS DAS EDUCANDAS. . Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1886-1887.

LIVRO DESPESAS DE COMPRA DA CASA EM CAMPOS DO JORDÃO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1881.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). Pensadores sociais e História da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. II, p. 9-23.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pósestruturalista. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em História**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p.197-206.

MANDUCA. Carta ao Padre Siqueira. Arquivo Geral, 1870, A 8.1-01 02.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1910)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. Níveis de leitura na estrutura narrativa de: **Os sinos da Agonia**, de Autran Dourado. Mimesis, Bauru, v. 22, n.2, p. 81-93, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/19577266/Mito_e_s%C3%ADmbolo_em_Autran_Dourado_uma_leitura_de_Os_sinos_da_agonia_pela_perspectiva_do_imagin%C3%A1rio Acesso em 14 de maio de 2022.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MELLO, Virgínio Cordeiro de. **Um passeio pelo centro histórico de Petrópolis**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

MESA BRASIL. **Saiba mais sobre essa iniciativa**. Disponível em: < <http://www.sescrio.org.br/mesa-brasil>>. Acesso em: 29 de jul. de 2019.

MIGNOT, A. C. V. Vitrine de Guardados: exposições de escritas ordinárias como estragégia de preservação da memória escolar. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 35–46, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v13i14.8645628. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645628>. Acesso em: 26 fev. 2022.

MIGNOT, A. C. V.; CUNHA, M. T. S. Razões para guardar: a escrita ordinária em e arquivos de professores/as. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 25, n. 11, p. 40–61, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8286>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MIGNOT, Ana Chrystina. Apresentação. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**. Salvador, v. 02, n. 05, p. 263-267, maio/ago, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/issue/view/198> Acesso em: 11 de maio de 2022.

MISSIONSZENTRALE DER FRANZISKANER. Disponível em: <<https://mzf.org/>> Acesso em: 29 de jul de 2019.

MOGARRO, M. J. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciência da Educação**, n. 1, p.71-84, 2006. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 20 de ago de 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Marcos Antonio de (Org.). **Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira**. São Paulo: EDUSP, IEB, 2000.

MOREIRA, P. R. S. “Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio” – Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre /RS). **Espaço Plural**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. p. 78–89, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/4836>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MOURA, Ana Maria. **Cocheiros e carroceiros**: homens livres no Rio de senhores e escravos. São Paulo: Hucitec, 1988.

O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, 1873, Ed. 8. P.4.

O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 1870, Ed. 41, p. 327.

O APÓSTOLO. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1871. p. 22.

O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 1871, Ed.05, p. 40.

O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 1881, Ed. 41, p2.

O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 1888.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **A qualidade da escola pública no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 149-159, junho 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/2243> Acessado em: 22 de abril de 2022.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume, 2003.

PENA, F. **Teoria da biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 4, p. 9–28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PERROT, Michelle. **História dos Quartos**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2019.

PERUSSATTO, M. K. Alforria e agência nas últimas décadas da escravidão – Rio Pardo/RS. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/11191>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. São Leopoldo, **História Unisinos**, v. 8, nº 10, p. 179-189, jul. dez. 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/36658895/PESAVENTO Sandra Jatahy. O corpo e a alma a Micro-Hist%C3%B3ria e a constru%C3%A7%C3%A3o do passado](https://www.academia.edu/36658895/PESAVENTO_Sandra_Jatahy._O_corpo_e_a_alma_a_Micro-Hist%C3%B3ria_e_a_constru%C3%A7%C3%A3o_do_passado) Acesso em: 11 de setembro de 2021.

PICHELI, Talison M. As alforrias de pia batismal: uma reflexão em torno do cruzamento de fontes na reconstrução das trajetórias e conquistas de mães escravas - Campinas, século XIX. In: **XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: História & Democracia - precisamos falar sobre isso**, 2018, Guarulhos. Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018. p. 1-16. Disponível em: <https://docplayer.com.br/116524963-Talison-mendes-picheli.html> Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

PIMENTA, Jussara Santos. Vestígios Autobiográficos na escrita de viagem: o “diário de bordo” (1934). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 02, n. 05, p. 343-358, maio/ago, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3432> Acesso em: 14 de abril de 2022.

POLETTI, Julia Tomedi. **“Preparadas para a vida”**: uma escola para mulheres, Colégio São José (Caxias do Sul/RS, 1930-1966). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PROVISÃO DO COADJUTOR DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DA PARAÍBA. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1866.

PROVISÃO NA PARÓQUIA DE MOGGI DAS CRUZES. . Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1865.

RECEITA E RECEITUÁRIO DE REMÉDIO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1869-1881.

RECEITA MÉDICA DE ANNA CANDIDA. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1873.

RECIBO. Recibo do senhor Francisco Dutra da Silveira. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1872-1873.

REGISTRO DO CEMITÉRIO. Cemitério Municipal de Petrópolis. 1881.

REGRA BULADA. Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum,[s.d.]. Disponível em:<<https://www.ofmcap.org/pt/regola-di-san-francesco>>. Acesso em: 13 de julho de 2019 às 20h20.

REGRAS DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA. **Pia União das Filhas de Maria**, 09 de março de 2017. Disponível em: <<http://piauniaodasfilhasdemaria.blogspot.com/2017/03/regras-da-pia-uniao-das-filhas-de-maria.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2019 às 20h10.

RELATÓRIO. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1877.

RESENDE, R. H.C.; KNIBEL, Carolina M. da Silva; FERREIRA JR, Mauricio Vicente. **Almanaque de Petrópolis n. 4** - Memórias da Educação em Petrópolis. Petrópolis, 2015.

REZENDE, B. C. De Escravas a Vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 237–249, 2019. DOI: 10.33026/peg.v20i1.6306. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6306>. Acesso em: 24 ago. 2022.

REZZUTTI, Paulo. **Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos**. São Paulo: LeYa, 2019.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, Sept. 2012. Available from <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 ago. 2022.

RICŒUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Laura et al. Resposta brasileira à tuberculose: contexto, desafios e perspectivas. *Revista de Saúde Pública* [online]. 2007, v. 41, suppl 1 [Acessado 02 agosto 2022], pp. 1-2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000800001>>. Epub 21 Nov 2007. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000800001>.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista: Revista do Departamento de História (UFG)**, v. 2, n. 2, p. 7-21, 1997Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001095939> . Acesso em: 26 ago. 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SARTORI, Maria Ester de S. R. Escritas de si: a arte da existência grafada em autobiografias, diários pessoais e relatos de viagens femininos. ANPUH - 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3407> Acesso em 01 de maio de 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHUELER, Alessandra F. Crianças e escolas na passagem do Império para a República." **Revista Brasileira de História**, 19, no. 37, 1999.

SEMINÁRIO DO BRASIL. **Segunda Reunião de Reitores**. Petrópolis – São Paulo: Editora Vozes Limitada, 1955.

SILVA, Márcia Regina Barros da. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910). **Varia História** [online]. 2010, v. 26, n. 44 [Acessado 26 Agosto 2021] , pp. 395-420. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000200004>>. Epub 07 Fev 2011. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000200004>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do Currículo**. 2ª Edição. Belo horizonte, Autêntica 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “**A dialética da interioridade e da exterioridade em Bernstein e em Bourdieu**”. Teoria e Educação. Porto Alegre, V. 5, 1992.

SILVA, Viviane Rummler da. Miguel Navarro y Cañizares e a Academia de Belas Artes da Bahia: relações históricas e obras. **REVISTA OHUN: Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA**, Bahia, ano 2, p. 219-261, outubro 2005. Disponível em: <http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Viviane_Rummler.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SILVA, W. C. L. DA. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. **Diálogos**, v. 21, n. 2, p. 32 - 43, 16 set. 2017. Acesso em: 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/39526>

SIQUEIRA, Padre. **Carta ao padre Francisco de Castro Bacellar**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874

SIQUEIRA, Padre. **Carta aos benfeitores**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1880.

SIQUEIRA, Padre. **Carta enviada à Princesa Isabel**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1876.

SIQUEIRA, Padre. **Diário de Viagens**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo 1866/1867.

SIQUEIRA, Padre. **Diário de Viagens**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo 1868/1869.

SIQUEIRA, Padre. **Itinerário de viagens**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo 1875.

SIQUEIRA, Padre. **Opúsculo sobre a educação**. [S. l.: s. n.], 1877.

SIQUEIRA, Padre. **Opúsculo sobre a educação**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1877.

SOUZA, Anlene Gomes de. **O estrangeiro e a cidade: o Rio de Janeiro e o imaginário da viagem na primeira metade do século XX**. 1995. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SOUZA, Antônio Wilson Silva de. Os manuais de caligrafia e seu vínculo com o desenho no Brasil do século XVIII. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 40, p.39-58, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/15918144-Os-manuais-de-caligrafia-e-seu-vinculo-com-o-desenho-no-brasil-do-seculo-xviii.html> Acesso em: 23 de maio de 2022.

SOUZA, E.C. **Histórias de vida e formação de professores**. Salto Para o Futuro, TV Escola. SEED-MEC, 2007.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Assistência social educativa para a infância desvalida (Brasil, 1822-1889). **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, vol. 75, p. 89-110, ago. 2017. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo1402295-assist%C3%A2ncia-social-educativa-para-a-inf%C3%A2ncia-desvalida-brasil-1822-1889 Acesso em: 30 de abril de 2022.

TESTAMENTO. **Testamento do Padre Siqueira**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1880

VASCONCELOS, M. C. C. Uma mulher educada no oitocentos: a escrita feminina no Diário da Viscondessa de Arcozelo. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 53, n. 39, p. 104–131, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v53n39ID8522. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8522>. Acesso em: ago. 2022.

VASCONCELOS, M. C. C.; BOTO, C. A Educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–21, 2019. DOI: 10.5212/PraxEduc.v15.14654.019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14654>. Acesso em: 12 ago. 2021.

VASCONCELOS, M. C. C.; GOMES, E. V. Práticas educativas femininas nas memórias de Maria Paes de Barros. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.3, p. 1422–1438, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.3.15290. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15290>. Acesso em: 30 abr. 2022.

VASCONCELOS, M. C. C.; LEAL, M. J. S. de C. Dos traços de pecadora aos modos recatados: a educação do corpo feminino. In: Maria Beatriz Nader. (Org.). **Gênero & Racismo: múltiplos olhares**. 1ed. Vitória - ES: Secadi/EDUFES, 2014, v. 1, p. 14-41.

VASCONCELOS, M. C. C.; RODRIGUES, M. G. D. Mulheres educadas e mulheres educadoras no Brasil oitocentista: perspectivas biográficas de Madame Diémer. In: RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; MANZKE, José Fernando; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. (Org.). **Mulheres, professoras, artistas e intelectuais: ensaios biográficos**. 1ed. São Luis - MA: EUFMA, 2011, v. 1, p. 32-46.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação na casa: uma prática das elites portuguesas e brasileiras no século XIX. In: Souza, Donaldo Bello & Martinez, Sílvia Alícia (eds.), **Educação comparada: rotas de além-mar**, São Paulo, Xamã. 2009.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, v.17, n.2, p.285-308, mai.-ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43282#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20s%C3%A9culo%20XIX,de%20grande%20circula%C3%A7%C3%A3o%20na%20C3%A9poca>. Acesso em: 19 de março de 2022.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Ensinos e contos: Maria Amália Vaz de Carvalho e sua estratégia para a educação da mulher. *Rev. Diálogo Educ.* [online]. 2020, vol.20, n.67 [citado 2022-08-01], pp.1513-1538. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2020000401513&lng=pt&nrm=iso>. Epub 31-Dez-2020. ISSN 1981-416X. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.20.067.ds02>.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares**. s.l.: s.ed., 2004 (Publicado em CD-ROM).

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré, 1999.

ZANATTA, D. L.; BURLAMAQUE, F. V. A Emancipação Feminina na Literatura: Uma Leitura de Um Par de Meias De Seda, de Kate Chopin. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 186–200, 2017. DOI: 10.14572/nuances. v28i1.4445. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4445>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ZERO, Arethusa Helena. Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society). 2003. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_arethusa_helena_zero_ingenuos-libertos-orfaos-e-a-lei-do-ventre-livre.pdf Acesso em 07 de out. de 2021.

ANEXO A - Relatório enviado aos Benfeitores²⁰⁸

Sentindo-me com vocação para dedicar-me à educação e ensino da mocidade, tratei de habilitar-me percorrendo várias províncias do Império, visitando as escolas públicas e particulares, derrota em que me empreguei o espaço de tempo que decorreu de março de 1864 até setembro de 1867, com algumas pequenas interrupções e examinei minuciosamente os asilos dirigidos pelas Irmãs de Caridade. Nas escolas públicas do interior encontrei alguma instrução primária, porém, nenhuma educação ou ensino de moral, notando-se que isso se dá por deficiência de pessoal habilitado, nos asilos da corte encontrei muitos defeitos no método de ensinar e em outros pontos essenciais, cuja individualização seria longa, sobretudo, com relação às meninas pobres, razão por que o resultado dessas casas de ensino têm sido até hoje quase nulo, de modo que foi só depois de ter estudado bem o atraso em que se acham as províncias quanto à educação popular e reconhecido a necessidade em geral de preparar professoras nacionais para o ensino, bem como mulheres livres para o trabalho doméstico, que o abaixo assinado organizou o programa para a criação de um instituto e o apresentou a S. M. o Imperador em 15 de julho de 1868, sendo as bases, em resumos, as seguintes: Fundar um estabelecimento sob a denominação de – Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo – para o fim de admitir exclusivamente meninas pobres e desvalidas, expostas aos perigos da miséria. Educar estas meninas no trabalho, aproveitando, porém, as mais inteligentes e dotadas de aptidões, as quais se ministraria maior cultura; destinando-se umas para o serviço doméstico e outra para o ensino ou professorado e, em geral, para boas mães de família. Ser este instituto dirigido por senhoras do país, tirando-se as mestras, de preferência, de entre as educandas quando habilitadas, não se devendo, entretanto, por isso, recusar os bons serviços de qualquer outra senhora, qualquer que seja a sua procedência, desde que se recomende por suas virtudes e habitações. Depois do casamento, que será atendido sempre, de preferência, saírem as meninas nunca antes de 21 anos, contratando-se umas para o serviço doméstico e outras para o ensino particular ou público, conforme as habilitações de cada uma, podendo estes contratos serem celebrados não só com os pais de família que forem dignos de confiança e requisitarem seus serviços, com os colégios acreditados e dignos de consideração, presidentes de província, e mesmo câmaras municipais, quando tenham de criar casas de educação, à proporção que o desenvolvimento do país o for exigido e este estabelecimento, ampliando seus benefícios, possa ir fornecendo o pessoal docente. Do edifício, abertura e seu desenvolvimento até hoje, foram sobre estas bases que se lançaram, em 1869, os alicerces para um grande edifício com proporções para admitir número superior a 300 educandas. Até 1871, desse mesmo ano, com 18 meninas, número que se elevou a 50 em muito tempo, ficando assim, preenchidos todos os lugares. Estas meninas, depois da instrução primária, ler, escrever e contar, sem exceção nenhuma, fazem semana de cozinhar, lavar, engomar, inclusive o tratamento de horticultura e

²⁰⁸ Disponível em: Biblioteca Nacional, Jornal O Apostolo, 1880.

jardinagem vulgares, assim como, ocupam-se de trabalhos de confeitaria, além dos de agulha, que são ensinados com muito esmero, matriculando-se em aulas de ensino superior àquelas que na proporção de seu desenvolvimento, vão revelando maior soma de aptidão e inteligência. Foi assim que, em 1877, quando já eu pode contar com professoras educadas na própria casa, suficientemente habilitadas para se encarregarem das diversas cadeiras de ensino, comecei de novo a obra do grande edifício que se acha em construção, faltando pouco para a sua conclusão, de modo que atualmente a casa funciona com 50 meninas, seis professoras tiradas já de entre as próprias educandas, doze matriculadas nas aulas de ensino superior, habilitando-se para professoras e trinta empregadas exclusivamente nos serviços domésticos por suas próprias inclinações, tendo já se casado duas, que vivem felizes. As educandas estão fortes, coradas e sempre alegres. Desde a época da abertura da casa até hoje só faleceu uma que havia admitida já muito doente. Conta a casa com o patrimônio de 81 apólices de 1:000\$000 cada uma, além do legado de 100:000\$000, deixado pelo comendador José de Souza Breves, que deverá juntar-se a este patrimônio logo que se realize sua entrega pelo testamenteiro. Das despesas com as obras e construção da casa: a primeira parte do edifício custou, quando pronta para admissão de meninas, 79:000\$000, à exceção dos terrenos, que importaram em 11:000\$000. Importância despendida com alimentação e vestidos das educandas, mestras, médicos e todos os utensílios da casa e capela desde 1871 a 1880, aproxima-se a 150:000\$. Com o grande edifício se tem gasto até esta data cerca de 235:000\$000, faltando para a sua conclusão final mais ou menos 50:000\$000. Toda esta importância tem sido agenciada pelo abaixo assinado, em várias peregrinações pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, penosas viagens que são o motivo de meus sofrimentos. Tudo se acha muito bem escriturado e, registrados os nomes de todos os benfeitores, exprimindo a receita, assim como arquivados todos os recibos e documentos de onde consta a despesa. Para se apreciar bem a grande economia e cuidados com que se tem feito estas obras basta saber que o edifício, com o qual se tem despendido 235:000\$000, tem uma frente de 400 palmos de cumprimento e 55 de fundo, exceto a parte que já está funcionando e que constitui a sua ala esquerda e a ala direita que é destinada à futura capela em 200 palmos de fundo; tem dois pavimentos além do terreno, com um pé direito de 70 palmos. Está pronto exteriormente, pintado e envidraçado, faltando interiormente concluir apenas as obras do assoalho e forro. Ainda não recebeu esta instituição do governo imperial até hoje nem sequer um sinal de proteção. Particularmente tem S. M. o Imperador contribuído de seu bolso por diversas vezes com o total de 2:000\$000 e, recomendado a casa muitas pessoas importantes S. M. a Imperatriz tem também contribuído já com a quantia de 5000\$000. Na importância acima mencionada está incluído o legado de 74:000\$000 deixado pelo benfeitor o Sr. Vicente Uberlhard. Petrópolis, 10 de abril de 1880. O padre João Francisco de Siqueira Andrade²⁰⁹.

²⁰⁹ Texto escrito pelo padre Siqueira e publicado no jornal “O Apóstolo” no ano de 1880. O documento original encontra-se na Biblioteca Nacional. Na Sala-Museu, encontra-se uma cópia deste relatório, junto a outros

ANEXO B - Primeira Lista de benfeitores apresentada ao Imperador²¹⁰

Petrópolis, 20 de Setembro de 1870.

Lista nominal dos senhores que já contribuíram para a criação da escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo na cidade de Petropolis, em continuação da publicação feita no Jornal do Commercio n. 138 do anno proximo passado.

Os Illms. E Exms. Senhores:

Commendador José de Souza Breves 3:000\$, sendo, porém 2:000\$ adiantados de suas anuidades, Padre Francisco de Castro Abreu Magalhães 2:000\$, excedente da subscrição dos festejos pela chegada de Suas Magestades e Altezas Imperiaes, oferecido pela comissão dos mesmos festejos 1:300\$, comendador Joaquim José Gonçalves de Maraes 1:000\$, D. Maria Benedicta Gonçalves Martins 1:000\$, viscondessa do Rio Novo 600\$, commendador João de Souza Werneck, sua Exma. Senhora e seus filhos 500\$ viscondessa do Rio Preto 500\$, Galdino José Goulart 500\$, marquesa do Paraná 500\$, D. Alda Romana Monteiro de Barros 500\$, Joaquim Fernades Braga 500\$, barão de Guapy 500\$, comendador Manoel da Rocha Leão 500\$, o mesmo mais 100\$ por anno, commendador João Corrêa Tavares 400\$, Luiz de Souza Breves 400\$, Marinho & Irmãos 300\$, barão do Rio das Flores 200\$, Domingos Theodoro de Azevedo Junior 200\$, barão de Ipiabas 200\$, conselheiro Francisco de Paula Cerqueira Leite 200\$, Dr. Braz Augusto Monteiro de Barros 200\$, João de Bastos Pinheiro 200\$, barão de Santa Justa 200\$, D. Joaquim José de Moraes Castro 200\$, Ricardo José Gomes Guimarães 200\$, Luiz Domingos do Lago 200\$, Dr. José Gomes Varella Lessa 200\$, barão do bananal 200\$, José Monteiro de França 200\$, commendador Joaquim José de Souza Breves 200\$, tenente-coronel Silvino José da Costa 200\$, D. Anna de Moraes Costa 200\$, coronel Antonio Luiz da Silveira 200\$, Manoel Pontes Camara 100\$, capitão Antonio Barroso Pereira 100\$, major Marcelino Rodrigues de Araújo Braga 100\$, D. Maria Isabel de Jesus Vieira 100\$, commendador Francisco José Teixeira Leite 100\$, commendador Carlos Teixeira Leite 100\$, Dr. Joaquim José Teixeira Leite 100\$, D. Anna J. C. Teixeira Leite 100\$, baroneza de Cananéa 100\$, commendador Francisco Luiz dos Santos Werneck 100\$, capitão João José Vieira 100\$, A. P. de Oliveira 100\$, barão de Maroim 100\$, Joaquim de Araújo Padilha 100\$, Pio Ângelo Corrêa de Azevedo 100\$, José Marques da Silva Dias 100\$, Francisco Martins Esteves 100\$, D. Maria Rosa do Nascimento 100\$, Luiz Martins Esteves 100\$, Innocencio José da Silva 100\$,

relatórios e documentos da fundação da escola. O jornal está bastante rasgado, sendo bastante complicado extrair dados dele. Realizar a fotografia não traria e mensagem tão clara como a transcrição possibilitou.

²¹⁰ Disponível em: Biblioteca Nacional, Jornal O Apóstolo, 1870, Ed. 41, p.327.

Domingos Teixeira Alves 100\$, João Teixeira Alves Braga 100\$, Manoel Teixeira Alves Sobrinho 100\$, tenente Antonio José Barroso de Carvalho 100\$, Fernando Luiz dos Santos Werneck 100\$, José Carlos de Araújo Franco 100\$, D. Maria José da Natividade Vieira 100\$; D. Veridiana Rosa do Oliveira 100\$, capitão Francisco Antonio Nunes 100\$, José Vieira Machado 100\$, Valeriano José do Val 100\$, capitão Damaso José Barroso de Carvalho 100\$, tenente-coronel Celso Eugênio dos Reis 100\$, Joaquim José Mariano Júnior 100\$, major Camillo da Silva Reis 100\$, tenente-coronel Antonio Galdino da Silva Reis 100\$; coronel Firmiano José de Castro 100\$; barão da Vargem Alegre 100\$, Luiz Antonio de Almeida 100\$, Gaspar dos Reis e Souza 100\$, José Frazão de Souza Breves 100\$, Miguel Bueno de Araujo 100\$, M. I. da Silveira Pereira 100\$, Luiz Antonio Garcia 100\$, commendador José Pereira de Faro 100\$, commendador José Gonçalves de Moraes 100\$, José Dutra Navarro 60\$, tenente-coronel Antonio José Barbosa de Andrada 50\$, José Rodrigues Alves Barbosa 50\$, José Luiz Garcia 50\$, barão de Massambara 50\$, Matheus Gomes do Val 50\$, D. Maria dos Anjos Sanches Paiva 50\$, Vicente Rodrigues da Cosia 50\$, Manoel Corrêa de Amorim 50\$, Antonio Luiz Nunes 50\$, Elias Pereira Nunes 50\$, barão da Parahyba 50\$, Azarias José de Audrade 50\$, Manoel Luiz dos Santos Werneck 50\$, Germano Neves da Silva Campos 50\$, tenente Domiciano José do Valle 50\$, José de Queiroz Mascarenhas 50\$, Dr. Eduardo Rabello 50\$, Antonio José Mariano de Souza 50\$, tenente-coronel Nuno Eulalio dos Reis 50\$, Dr. João de Azevedo Carvalho Mala 50\$, Miguel José da Costa Coutinho 50\$, commendador Joaquim Gomes Jardim 50\$, Dr. Antonio Ovidio Diniz Junqueira 50\$, Dr. Antonio Leme da Silva 50\$, Vicente Ferreira Leite 50\$, Manoel Ferreira de Campos Silva 50\$, Manoel N. Carneiro Leão 50\$, Antonio Pereira Leite 50\$, Dr. Christovão de Andrade 30\$, Manoel Vaz Franca 30\$, Lucas Evangelista Rodrigues Barbosa 30\$, José Rodrigues de Avellar Barbosa 30\$, José de Souza Werneck 30\$, herdeiros de Carlos Caetano Alves 30\$, Bernardo do Almeida Magalhães 30\$, Gavino Pinto Corrêa da Silva 30\$, Dr. Braz Pereira Nunes 30\$, D. Rosa Castilho Ribeiro de Avellar 30\$, Lauriano de Andrade 20\$, José Silverio Pereira do Lago 20\$, somma 21:1058000.

ANEXO C - Programa apresentado ao Imperador – 1868 (IPr1868)

Programa para o Estabelecimento²¹¹ Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (IPR1868)

CAPÍTULO I

Do estabelecimento

Art. 1.º - Terá por título – Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Art. 2.º - Seu fim é dar uma educação apropriada às meninas pobres para servirem em casas de famílias, como alugadas, ficando, entretanto sob a proteção da Escola até que se achem em condições que a dispensem e que estão marcadas neste programa.

CAPÍTULO II

Da administração

Art. 1.º - A administração externa será composta de dois sacerdotes, um Reitor capelão e um vice-reitor como coadjutor, e a interna de um número conveniente de Irmãs de Caridade que tomarão conta do ensino e direção das meninas.

Art. 2.º - As obrigações relativas ao Reitor e Vice-Reitor, às Irmãs de Caridade e à Superiora respectiva, achar-se-ão nos estatutos que serão apresentados no tempo competente.

CAPÍTULO III

Do ensino

Art. 1.º - As matérias do ensino resumem-se no seguinte:

§ 1.º Doutrina cristã e histórica sagrada etc.

§ 2.º Ler e escrever bem a língua nacional e as quatro operações da aritmética.

§ 3.º Arranjos domésticos.

§ 4.º Costuras, bordados, tecidos e flores.

§ 5.º Cozinha, lavagem e engomado.

§ 6.º Cultura de horta e jardim no que diz respeito à sua conservação ou tratamento das plantas.

Art. 2.º - Os trabalhadores serão divididos em duas grandes classes, segundo a idade e a disposição física das meninas.

²¹¹ 101. **AUREA**, Madre. O padre Siqueira sua vida e sua obra, 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2013, p. 52. 102. Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1868, PS – 3, A. 04.36. Apresentado ao Imperador, em 15.07.1868.

§ 1.º A primeira classe compor-se-á de meninas de 7 a 12 anos que receberão o ensino menos pesado, e que sua tenra idade e desenvolvimento comportarem.

§ 2.º A segunda classe será de meninas de 12 a 18 anos que receberão todo ensino da Escola.

Art. 3.º - Todos os trabalhos relativos ao serviço interno da escola serão feitos pelas meninas, distribuídos semanalmente, como objeto de ensino, porém sempre de acordo com o art. 2º, deste capítulo.

CAPÍTULO IV

De recepção ou admissão

Art. 1.º - Serão admitida somente meninas de 7 a 12 anos de idade, órfãs ou filhas de famílias pobres, cujos pais ou tutores queiram confiá-las ao estabelecimento com o fim de servirem como alugadas, quanto tenham completado o tirocínio marcado.

Art. 2.º - Quando os pais ou tutores queiram um lugar na escola para suas filhas ou tuteladas devem requerer ao Reitor, apresentando documentos que atestam sua pobreza, bem como uma declaração autenticada pela autoridade civil de sua freguesia, fazendo constar que desiste de todo direito e ação que pode ter sobre as meninas enquanto forem pensionistas da Escola.

Art. 3.º - O número das meninas será fixado anualmente segundo os recursos de que dispuser o estabelecimento.

Art. 4.º - Haverá um livro de matrícula das meninas, onde serão declarados os nomes de seus pais, tutores, naturalidade, bem como todas as notas relativas ao comportamento de cada uma delas enquanto dependem da escola.

Art. 5.º - As meninas cujo estado de saúde for valetudinário e que por isso demande ser contínuo o tratamento, não serão admitidas na Escola, bem como aquelas que tiverem defeitos físicos que as privem do serviço a que se destinam.

Art. 6.º - Serão igualmente consideradas tuteladas e sob todas as condições acima postas, aquelas meninas, embora de ventre cativos, porém cujos senhores ou senhoras as libertarem com o fim de lhes darem uma educação apropriada à sua condição, e depois irem servir como alugadas ou criadas nas mesmas casas em que nasceram.

Art. 7.º - Logo que o estabelecimento tenha proporções receberá também crianças que não necessitam mais de ser amamentadas para acabar de cria-las e educá-las, devendo ser pajeadas pelas alunas mais antigas, entrando isso na ordem do ensino.

CAPÍTULO V

Da retirada

Art. 1.º - Completa a idade de 18 anos, estão aptas as meninas a seguirem seu destino, ficando, entretanto, sob a proteção da escola até a idade de 21 anos.

Art. 2.º - Serão entregues para servirem como alugadas a famílias conhecidas pela sua posição e virtudes, ou mesmo a colégios de meninas que gozarem de consideração e que as procurem na Escola requerendo ao Reitor, e obrigando-se às condições impostas nos parágrafos seguintes:

§1.º Dar uma pequena esmola ou joia ao estabelecimento para sua manutenção, que será marcada nos estatutos.

§ 2.º Pagar à menina uma mensalidade pequena que irá subindo anualmente até a idade de 21 anos, de cuja data em diante ficará sobre si e será segundo o contrato que então fizerem.

§ 3.º Se antes de a menina completar a idade de 21 anos não quiser mais seus serviços, deverá levá-la e entregá-la no estabelecimento.

§ 4.º Quando dispensar os serviços da menina alugada deverá informar escrupulosamente sobre seu comportamento e aptidão, em uma caderneta bem feita que para esse fim será fornecida pela mesma escola, e, que acompanhará a menina alugada, como recomendações de seu préstimo e conduta.

Art. 3.º - As famílias que tiverem tomado meninas alugadas na Escola, e que depois forem privadas delas por motivos extraordinários antes de um ano, e quiserem tomar outras como substitutas, justificando esses motivos, ficam dispensadas de dar ao estabelecimento outra esmola ou joia.

Art. 4.º - Os pais podem, quando suas filhas queiram, retirá-las sem ônus algum da Escola, tendo completado o tirocínio marcado ou idade de 18 anos, ficando desde então inteiramente desligada do estabelecimento. Para isso, deverão requerer ao Reitor, declarando qual o destino que lhes vão dar.

Art. 5.º - Os tutores terão sempre preferência para retirarem suas pupilas, satisfazendo, entretanto, as condições dos parágrafos do art. 2º do Cp. 5.º

Art. 6.º - O casamento será sempre atendido em primeiro lugar, querendo as meninas anuam e se reconheça que o pretendente poderá fazer a sua felicidade, podendo isso ser proporcionado pelos tutores ou protetores.

CAPÍTULO VI

Economia da Escola

Art. 1.º - Em todos os arranjos da Escola, para acomodações, trabalhos, alimentação, vestuário e outros misteres será sempre observada a maior simplicidade, economia e asseio.

Art. 2.º - O vestuário será apropriado ao serviço a que as meninas se destinam, sendo as costuras feitas por elas próprias.

Art. 3.º - Haverá uma enfermeira custeada por elas.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. Único. Os artigos deste programa servirão de base para a organização dos estatutos da Escola, que, no tempo competente, serão apresentados a fim de, recebida a aprovação, merecerem igualmente o necessário apoio do Governo Imperial.

15 de julho de 1868.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ANEXO D - Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis (Est. 1872)²¹²

**Introdução adicional ao Estatuto publicado,
Em 1º de Setembro de 1870**

A Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo fez sua abertura a 22 de janeiro do próximo passado ano de 1871, em presença de suas Majestades Imperiais, oficiando o Ex.mo. Rev.^{mo} Sr. Internúncio Apostólico.

Funciona hoje com 30 meninas pobres. Suas proporções, porém, depois de concluídos todo o edifício, são para admitir cerca de 300 meninas. Seu fim, como se vê do próprio estatuto, é salvar da perdição as meninas pobres desvalidas, habilitá-las para boas mães de família e boas empregadas domésticas, educando-as na doutrina cristã, no santo amor de Deus e no trabalho.

Este estabelecimento todo de caridade, sem oferecer outras recompensas mais que as eternas, fundado tão somente com o óbolo dos cristãos, é a prova mais evidente da inexaurível caridade dos habitantes do Brasil e de que suas generosidades têm sido, em todos os tempos, filha dos sentimentos humanitários de seus nobres corações.

Há apenas três anos que se começou esta obra e, seus resultados já provam, eloquente, quanto Deus protege as obras humanitárias e, por seguinte, quanto protegerá seus benfeitores.

Adicionando a este Estatuto mais esta folha, tenho em vista comemorar o dia de hoje, o mais solene da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, o da Primeira Comunhão de parte das suas educandas, ato a que assistiram Suas Altezas Imperiais, importante concurso de pessoas, celebrando os atos religiosos o Ex.^{mo} Sr. Internúncio Apostólico, seu digno Auditor e outros sacerdotes.

Hoje, como nunca, possuído da mais viva confiança de novo apelo a todos os cristãos, e peço os seus auxílios em favor, já não mais de uma ideia, mas sim de uma realidade. Na “Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo” ficarão estabelecidos em favor das almas caridosas que fizeram seus donativos em algum legado testamentário, ou por qualquer outro modo, sufrágios de missas, orações e outras distinções de honra, como sejam a conservação de seus retratos na galeria dos benfeitores, a fim de que sejam perpetuamente lembrados por beneficiadas, e seus nomes sirvam de exemplo às gerações futuras.

Petrópolis, 19 de março de 1872.

²¹² Arquivo Biblioteca Nacional Digital – **FONSECA**, Paulo Delfino da. Diário de S. Paulo, Ed. 2016, p.3, 1872 – Ano VII.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ESTATUTO
DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO
EM PETRÓPOLIS

CAPÍTULO I

Do fim

Art. 1º - A Escola Doméstica de Nossa Senhora instituída pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade e dirigida pelas Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria, tem por fim educar meninas desvalidas, sem distinção de classe ou de cor nos misteres domésticos e no santo temor de Deus, de modo que possam viver honestamente de seu trabalho, quer como boas mães de família, quer como empregadas doméstica ou mesmo sobre si, segundo habilitações ou vocações de cada uma.

Art. 2º - A sua administração será, por ora, composta de uma superiora regente e de mais quatro congregadas.

Art. 3º - Compete à superiora toda a direção interna da casa, que a fará executar conforme os artigos deste estatuto.

CAPÍTULO II

Do ensino

Art. 1º - As matérias do ensino são as seguintes:

§ 1º - Doutrina Cristã

§ 2º - Ler e escrever bem a língua nacional e as quatro operações da aritmética.

§ 3º - Exercício de leitura em livros piedosos, história sagrada e música de canto.

§ 4º - Todas as obras de agulha, costura, bordados, tecidos, flores, calçados de lã, chapéus etc.

§ 5º - Cozinhar, lavar e engomar.

§ 6º - Doces ou confeitarias.

§ 7º - Tratar de hortaliças e flores etc.

Art. 2º - Todos estes trabalhos, exceto as aulas, serão distribuídos semanalmente às alunas. As alunas serão divididas por classes segundo as idades e, estas, por turmas que farão suas semanas dos trabalhos, conforme suas forças físicas.

Art. 3º - Compete à superiora regente formar o horário para as aulas e outros misteres como melhor convier à boa ordem da casa; bem como, distribuir semanalmente os trabalhos, atendendo sempre as forças físicas de casa aluna.

CAPÍTULO III

Da admissão

Art. 1º - Serão admitidas somente meninas pobres e inteiramente desvalidas, sem distinção de classe, de cor ou de origem, de 5 a 10 anos de idade.

Art. 2º - Não serão admitidas meninas doentes ou que tiverem defeitos físicos que as privem do fim a que se destinam.

Art. 3º - Para serem admitidas, apresentarão os seguintes documentos: atestado de sua pobreza ou desvalimento, certidão de batismo e de óbito dos pais, quando falecidos, os quais deverão exigir do pároco respectivo; bem como a certidão de vacina. Estes documentos juntarão a um requerimento que deverão apresentar ao diretor, ou em sua falta, ao capelão, que os examinará e determinará a admissão da pretendente, se conhecer que está no caso de merecer o favor pedido e houver lugar.

Art. 4º - Em um livro especial, serão matriculadas todas as meninas e registrados os seus documentos bem como, todas as notas relativas ao seu comportamento e progresso, enquanto estiverem na escola, os quais servirão de base para o emprego futuro.

CAPÍTULO IV

Da retirada

Art. 1º - O casamento das alunas constituirá o principal objeto dos cuidados da casa, se lhe dará a preferência sempre que se puder prever mais ou menos que o pretendente poderá fazer a felicidade de sua mulher em conformidade às disposições do último capítulo.

Art. 2º - Serão entregues, para servirem como empregadas ou criadas para os trabalhos domésticos, a famílias conhecidas por suas virtudes e tratamento, bem como, a colégios de meninas de instrução superior, que gozarem de consideração; para cujo fim requererão ao diretor geral, que em sua falta, ao capelão. Em seus requerimentos, deverão explicar o emprego para que desejam a menina, a fim de que, de combinação com a superiora se lhe apresente uma menina com as habilitações mais adequadas ao suposto emprego.

Art. 3º - Serão contratadas e entregues, como empregadas, só depois de completar a idade de dezoito anos, à exceção do casamento que poderá efetuar-se logo que tenham a idade marcada pela igreja e apareça pretendentes.

CAPÍTULO V

Das condições dos contratos

Art. 1º - Nos contratos, quer para o casamento quer para o emprego doméstico, se permitirá às meninas a mais plena liberdade.

Art. 2º - As pessoas que as tomaram como empregadas serão obrigadas às condições seguintes:

§1º - Entregar ao diretor ou em sua falta, ao capelão como um auxílio ao estabelecimento, no momento de retirar a menina contratada, uma joia de 50\$000 a 100\$000, conforme suas circunstâncias.

§2º - Pagar à menina uma mensalidade de 10\$000, por um contrato celebrado na mesma ocasião e assinado em um livro especial para isso, por tempo de um ano, no fim cujo prazo será então, segundo o contrato que fizerem.

§3º - A referida mensalidade de 10\$000 pertencerá à menina desde o dia do contrato no estabelecimento.

Art. 3º - As meninas que saírem contratadas como empregadas ou para qualquer posição honesta na sociedade, não serão mais admitidas na casa, salvo alguma circunstância extraordinária, porque serão imediatamente substituídas por outras meninas desvalidas.

Art. 4º - Quando dispensar os serviços da menina informará, escrupulosamente, sobre seu comportamento e maneira por que desempenha as suas obrigações, em uma caderneta que lhe será fornecida pela escola para que lhe sirva de guia e recomendação, quando tenha de empregar-se em qualquer outra casa.

Art. 5º - As famílias que forem privadas das meninas que as tiverem contratadas, antes do ano, conforme o estatuto, por motivos extraordinários, como sejam de casarem-se ou falecerem, aposentando documentos que provem os referidos motivos, como seja a certidão de casamento ou de óbito, poderão contratar outra, sem mais obrigação de dar outra joia ao estabelecimento.

Art. 6º - Além da plena liberdade concedida às meninas nos contratos, como se vê já dos artigos acima, poderão, depois da idade de vinte e um anos, por si mesmas e livremente, despedir-se da casa e sair, tratar de sua vida com a condição somente de que, uma vez despedidas não poderão mais reclamar os lugares que serão ocupados por outras.

CAPÍTULO VI

Das obras feitas pelas meninas

Art. 1º - as obras feitas pelas meninas, quer de agulhas, (como se diz vulgarmente roupas feitas) quer de confeitarias, serão expostas em salões especiais (bem entendido, logo que o edifício todo esteja acabado) e vendidos; os seus resultados aplicados para ajudar a manutenção da casa e o que sobrar para ir formando uma espécie de monte pio para deles dar-se um pequeno dote à cada menina que casar-se.

Art. 2º - A escola se encarregará também de fazer obras por encomenda quer de agulhas, quer de confeitarias, logo que as alunas estejam habilitadas.

CAPÍTULO VII

Das visitas ao estabelecimento

Art. 1º - As pessoas ou famílias que desejarem visitar o estabelecimento só poderão fazer uma vez por mês e estas, nos primeiros domingos de cada mês, das 2 às 5h da tarde; salvo algumas visitas extraordinárias, como de alguma família em viagem que então será admitida a ver a casa em qualquer dia, dirigindo-se antes, à superiora.

Art. 2º - As famílias, porém, ou parentes que desejarem visitar alguma das meninas o poderão fazer em qualquer domingo, depois da missa das 9 horas, indo imediatamente à sala de espera, onde lhe será apresentada, sempre acompanhada por uma de suas mestras.

Art. 3º - Todo e qualquer presente que desejarem fazer a uma menina o deverão fazer por intermédio da superiora da casa.

CAPÍTULO VIII

Da religião

Art. 1º - O estabelecimento terá o seu capelão, que será o diretor espiritual da Congregação e das meninas e celebrará as missas e todos os seus atos religiosos da casa.

Art. 2º - Haverá na capela do estabelecimento, missas e todos os dias sendo nos dias úteis sempre às 7 horas, e nos domingos e dias santificados sempre às 9 horas.

CAPÍTULO IX

Do vestuário

Art. 1º - O vestuário será fornecido às alunas, pela escola: (não quer dizer isto que as famílias piedosas fiquem privadas de fazer as suas esmolas à casa em fazendas para ajudar a vestir as meninas, pelo contrário, é uma esmola que a casa agradecerá muito.)

Art. 2º - Haverá um só uniforme para todas.

Art. 3º - Em todos os arranjos da escola, acomodações, alimentação, vestuário e outros misteres serão observados o maior asseio, simplicidade e economia.

CAPÍTULO X

Das disposições gerais

Art. 1º - Este estatuto será observado na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo desta cidade de Petrópolis e, em qualquer outra escola filial que mais tarde se puder criar sob a mesma denominação e inovação.

Art. 2º - A direção geral deste estabelecimento e de outros que por ventura se criar conforme o artigo acima, pertencerá sempre a seu instituidor, como diretor geral e, em sua falta, ao capelão ou aquele por ele designado ou eleito entre seus companheiros.

CAPÍTULO ÚLTIMO E ESPECIAL

Sobre o modo porque se devem efetuar os casamentos

Art. 1º - Como se vê do art. 1º do capítulo 4º, o casamento das alunas constituirá o principal objeto dos cuidados da casa pela sua importante razão por que deixei para dele tratar em um capítulo especial.

ANEXO E - Estatutos de 1873 (Est 1873)

Introdução aos Estatutos¹⁰⁴ da Escola Doméstica de Nossa Senhor do Amparo, em Petrópolis (Est. 1873)²¹³

Tendo-se esgotado a edição dos Estatutos desta Escola, publicados no 1º de Setembro de 1870, e tornando-se preciso o mandar reimprimi-los, não perderei a oportunidade, que se me oferece, de dar ao público em geral, e mui especialmente aos caridosos benfeitores dessa pia casa, conhecimento do seu progresso e atual administração.

Afora a generosidade brasileira, que nunca louvarei assaz, e a Divina Providência que tudo rege, é à falta de experiência em mim, que da minha parte devo ver coroado de tão favorável êxito, o desejo ardente, que tantos anos nutri e que me inspirei na caridade evangélica e amor à minha terra natal.

Foi a inexperiência que não me deixou apavorar ante o apodo de xxxx pia, que tantas vezes caído de fronte coroadas de venerandas cãs é avalanche esmagadora de cometimentos nobres e generosas aspirações.

O respeito humilde que tributo aos ditames da experiência ilustrada prostrou-me algumas vezes em triste desalento; mas o desejo era forte, e não podia facilmente renunciar à esperança desde longo tempo acariciada e a ideia era do Evangelho e Ele em sua peregrinação de séculos, reinos e continentes nunca cessou de ouvir essa palavra.

A falta de anos e talentos, de renome e valimento no iniciador da obra seria, em verdade, um obstáculo insuperável e um arrojo de inexperiência o tentame se o Brasil não fosse também jovem e inexperiente, a sua terra virgem e vigorosa, as suas matas tesouros de riqueza amontoada pelos séculos, a sua natureza inteira um ensinamento majestoso e palpitante da grandiosa generosidade do autor da criação.

As nações, como tudo que nasce, passam por períodos de desenvolvimento, florescência e ruína, como homem, de que são grupos, têm também essa quadra formosa da vida, em que preponderam os sentimentos nobres, domina o esplendor da glória, seduz a dificuldade dos cometimentos e brilha o desinteresse das intenções. E, de que o Brasil cresce nesse período expansivo do seu ser, é irrefragável prova a história desta instituição nascente, em que já trinta e seis criancinhas, arrancadas pela mão da caridade aos horrores da miséria e desamparo, erguem aos céus em voz de inocência, preces de gratidão àqueles que ali as sustentam.

A proteção à infância é uma justa e espontânea correspondência do nosso coração à confiança inocente e meiga, com que nos busca, e à serenidade toda celeste, com que nos sorri.

²¹³ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. OS-5,A.05.59.

E assim dizia o salvador aos povos que se lhe agrupavam em torno para escutarem a sua santa palavra: “Deixa aproximar de mim as crianças, que delas é o reino dos céus” .

A infância, quando desvalida de proteção e amparo, inspira-nos mais vivo interesse. Não pode ninguém presenciar, sem comoção, os cuidados prodigiosos do amor materno, desde o ninho da ave, até ao covil da fera. Não pode ao contemplar a solícitude com que a avezinha busca um lugar seguro, em que esconda a sua geração. A indústria com que faz o seu ninho; o desvelo que põe em recamar-lhes o berço de brandos colchões. O júbilo com que regressa, depois de muitos rodeios, para não descobrir o seu tesouro, a trazer o alimento a seus filhinhos. Não pode ninguém, ao ver, em tão maravilhoso e providente instinto, tanto amor, tanto a Deus, deixar de se interessar por aquela família suspensa. Não pode escutar, sem dor, o regresso da mãe, que a ave carnívora lhes levou. E poderia alguém ver, sem íntimo sofrimento, o anjo da terra, a imagem do Senhor, desamparado e coberto de luto, legado à nudez e à fome, à miséria e perdição, aos regelos do frio e da desgraça?

Da infância, o sexo, o mais exposto e melindroso é o feminino, assim como, depois é o maior valimento para a moralização da família e boa educação das gerações futuras. A mãe é a sacerdotisa da casa, a ela cumpre o ensinar-nos as nossas primeiras orações. São elas que, brandamente e sem custo, gravam profundamente em sua alma as ideias de Deus e de virtude, por entre carícias e afagos, de que nos recordamos com saudades, no decorrer da vida. Elas, finalmente, verdadeira profecia do nosso destino, tecem-nos a biografia ao lado do berço, na doce aurora da existência.

Além destas considerações, quando as meninas educadas não houvessem de serem mães ou mestras, que benéfica influência não podem elas, como domésticas, levar à sociedade, num país aonde a família é rodeada do elemento servil a que, para último dos aviltamentos e abjeções se não implanta moral e virtude, nem se lhe estranham vícios, mas tantas vezes refletindo, como espelho, alheias manchas; porque a natureza indignada, por justa reação, arremessa a afronta à face daqueles que lhe querem fazer o ultraje.

Tal era e é o meu pensar. E o ardor destes sentimentos e a profunda convicção destas verdades foram o renome e talentos, a experiência e o valimento, destas verdades foram o renome e talentos, a experiência e o valimento, que me apresentaram às almas modeladas pelo Evangelho, a patrícios distintos, tão cristãos pela caridade, como cidadãos ilustres pelo amor à sua terra natal, que deram generoso acolhimento à minha ideia, amor à terra natal, que deram generoso acolhimento à minha ideia, auxílios valiosos para a realização da obra e novo incitamento ao meu zelo, para não trepidar ante as contrariedades, urses inerentes a tudo neste vale de lágrimas e misérias.

Assim, permitiu o Onipotente, em um curto espaço de tempo lograsse realizar a solene abertura da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, com trinta meninas; ato que foi honrado com a presença de Suas Majestades e Altezas Imperiais, e em que se dignou de officiar S. Ex^a Ver^o, o Sr^o Internúncio Apóstolo.

Depois disso, mais algumas meninas têm sido recebidas na casa, mas não tantas quanto desejávamos, por não se ter ainda podido concluir o edifício, cujo plano é para se recolherem cerca de trezentas educandas; e a cujas obras, porque a providência houve por bem conceder-me auxiliares tão valiosos, se passará a dar o máximo impulso.

A educação das meninas tem sido tão esmerada quanto se tem podido e é com íntimo prazer que acompanhamos os benfeitores a visitarem a casa, para verem os primeiros frutos, e gozarem o prêmio terrestre de sua caridade.

O governo da província, inspirado por sentimento nobremente patrióticos, fautor da educação pública, como não podia deixar de ser um governo ilustrado, também contribuiu com uma verba para doação do estabelecimento, que se ergue sob tão auspiciosos benefícios.

Era nosso desejo, e como preito de gratidão, publicar agora a lista dos benfeitores da casa, que mais conspícuos têm sido em dispensar-lhe proteção generosa, mas, porque aguardamos a abertura do tempo para a festa da caridade, em que se exporá na sala do estabelecimento a galeria dos seus retratos em testemunho de imorredouro reconhecimento, adiaremos o cumprimento de esse grato ser, não podendo deixar de mencionar, desde já, o nome do insigne benfeitor, o Sr^o Vicente Ublhard, que deixou em seu testamento legado de 74:000\$000 em apólices da dívida pública, que foi aplicado ao patrimônio da casa.

É o primeiro nome que oferecemos ao respeito daqueles, em cujo peito pulse um coração compassivo às dores alheias, e capaz de apreciar as santas plácidas alegrias da caridade. É o primeiro nome que as pobres orfãzinhas todos os dias pronunciam, em suas orações àqueles que é pai dos que não o tem. É a primeira alma sufragada em seu aniversário na capela do estabelecimento, garantia de que todos os benfeitores gozarão, além da que lhes confere o art. 4º do cap. 3º.

Entre os benfeitores que o estabelecimento tem recebido, um dos mais apreciáveis é o dos serviços dos Rev.^o sacerdotes Francisco de Castro Bacellar, José Benedicto Moreira, companheiros tão dedicados como zelosos, e cujas virtudes não ousa encarecer, porque sei que a sua modéstia não mo revelaria.

A eles, dou aqui, um público testemunho do meu imenso reconhecimento pela sua tão valiosa, como cordial cooperação. A eles como a mim, poderão dirigir-se todos os benfeitores de casa, pois que, o Rev.mo Sr. Padre Francisco Bacelar, dignou-se aceitar o ser tesoureiro e

diretor geral de todas as obras e o Revdo. Sr. Padre Moreira, a incumbência da instrução religiosa e direção espiritual das educandas.

Aos meus nobres patrícios que tão do íntimo d'alma me têm auxiliado em meu propósito, hoje e sempre lhes testemunho a minha gratidão eterna; não cessarei de lembrá-los no fervor de minhas humildes preces, e de encomendá-los às orações da inocência, que são o mais agradável incenso ante o trono de Eterno.

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é obra sua, que de mim só há um pequeno trabalho, largamente, remunerado por santíssimas alegrias; e as próprias contrariedades que tenho superado as olho como um presente do céu, porque nunca a mãe dedica mais estranhado afeto a seu filho, do que quando o tem alimentado a seu próprio seio, e presenciado as alternativas do ser melindroso, cujo rosto ora vê anuviado pelas sombras da morte, já ressurgindo risonho para as alegrias da sua alma. Porque nunca o homem ama tanto a terra em que nasceu como quando tem vertido em seu duro seio bagas de suor do seu trabalho.

Dos generosos benfeitores da casa, quase só tenho sido humilíssimo instrumento; a eles cabe a glória brilhante da caridade; para eles são grinaldas de pérolas, em que a Virgem transforma as últimas lágrimas de miséria, que a orfandade verte a seus pés, ao entrar pela casa da oração no hospício da caridade.

Petrópolis, 19 de março de 1873.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ESTATUTOS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, EM PETRÓPOLIS

CAPÍTULO I Origem, Natureza e fim da Instituição

Art. 1º - A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo instituída pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, superintendida por ele e seus reverendos companheiros, Francisco de Castro Abreu Bacelar e José Benedito Moreira e dirigida por senhoras brasileiras, tem por fim educar meninas desvalidas de proteção e amparo, sem distinção de classe, cor ou origem, de modo que possam, no futuro, viver honestamente do seu trabalho, quer como boas mães de família, quer como empregadas domésticas ou mesmo sobre si, segundo as habilitações de cada uma.

Art. 2º - A sua direção interna será, por ora, composta de uma superiora regente e de mais quatro senhoras para a coadjuvarem.

Art. 3º - Compete à superiora, toda a direção interna da casa em harmonia com o determinado nos artigos destes estatutos.

CAPÍTULO II

Do ensino

Art. 1º - As matérias que constituem a instrução das educandas são:

§ 1º - Doutrina Cristã

§ 2º - Ler e escrever corretamente a língua nacional e as quatro operações fundamentais da aritmética.

§ 3º - Exercício de leitura em livros piedosos, História Sagrada e música de canto.

§ 4º - Obras de agulha, costura, bordados, tecidos, flores, calçados de lã, chapéus etc.

§ 5º - Cozinhar, lavar e engomar.

§ 6º - Confeitaria

§ 7º - Conhecimento prático de horticultura e jardinagem vulgares.

§ 8º - E prática na enfermaria da casa.

Art. 2º - Todos estes trabalhos, com exceção das aulas, serão semanalmente distribuídos pelas educandas, que, para isso, deverão ser divididas em classes e, estas, por turmas, tendo-se em especial consideração às idades, forças físicas e aptidões de cada uma.

Art. 3º - Compete à superiora regente formar o horário das aulas e bem assim o distribuir os trabalhos pela forma prescrita no artigo antecedente.

CAPÍTULO III

Da admissão

Art. 1º - Serão somente admitidas na casa, meninas pobres e totalmente desvalidas, de 5 a 10 anos de idade, sem distinção de classe, cor ou origem.

Art. 2º - Não o poderão ser, as que, por doença ou quaisquer defeitos físicos, estejam inibidas da consecução do fim a que se propõe o estabelecimento.

Art. 3º - Para serem admitidas, deverão apresentar ao instituídos ou seus companheiros, requerimento instruído com certidões de idade, pobreza e óbito de seus pais, quando sejam órfãs, passadas pelos respectivos párocos, para segundo elas, serem mandadas recolher, havendo vagaturas.

Art. 4º - Em igualdade de circunstância e quando o número de concorrentes seja superior ao dos lugares a preencher, terão justa preferência as apresentadas pelos benfeitores da casa.

Art. 5º - Em um livro especial de matrícula, serão registrados os documentos das educandas, bem como exaradas todas as notas, que digam respeito a sua procedência, progresso, caráter e aptidões, as quais deverão servir de base para o seu futuro emprego.

CAPÍTULO IV

Da retirada

Art. 1º - Todas as vezes que se possa realizar matrimônio vantajoso, às filhas da casa, a administração lhe dará, de preferência, este destino e para isso envidará todos os seus esforços, não só buscando proporcionar-lhes algum dote, mas ainda dando-lhes, o mais valioso deles: educação religiosa, hábito do trabalho, prática de economia doméstica e mais prendas essenciais a digna mãe da família.

Art. 2º - Quando qualquer educanda, por aptidão superior, mostre ser digna de mais ampla cultura que a constante do programa da escola, a administração fará, o que estiver ao seu alcance para lhe ministrar, a fim de que mais tarde ou fique sendo de sua vontade, na direção da casa ou se proponha ao professorado público, o que se lhe dispensará a possível proteção.

Art. 3º - Terá também lugar, a saída das educandas sendo concedidos os seus serviços a famílias conhecidas por seu tratamento e virtudes e a colégios de meninas de instrução superior, para cujo fim se deverão dirigir à administração do estabelecimento, petição que declare o emprego a que se destina a filha da casa, para que, depois de ouvidas as informações da superiora, se lhes apresente, e se contrate a que possua habilitação mais adequadas ao desejado fim.

Art. 4º - Os contratos, de que fala o artigo antecedente, não poderão ter lugar antes, que a menina tenha 18 anos; o matrimônio, porém realizar-se-á em qualquer idade posterior à determinada pela igreja, havendo pretendente em condições, que autorizem a se prever bom futuro da família a construir.

CAPÍTULO V

Das condições dos contratos

Art. 1º - Nos contratos, quer para casamento, quer para empregos domésticos, permitir-se-á às meninas, a mais ampla liberdade.

Art. 2º - As pessoas que as tomarem como empregadas obrigam-se-ão às seguintes condições:

§ 1º - A dar à administração do estabelecimento, na ocasião da saída da educanda, para auxílio das despesas da casa, uma joia de 50\$000 a 100\$000, conforme a sua circunstância.

§ 2º - A pagar à menina, desde aquele dia, por contrato exarado e assinado em livro da casa, especial para este efeito, no primeiro ano mensalidades de 10\$000, e nos seguintes, a quantia, que se combinar em novo ajuste.

Art. 3º - As filhas da casa, que saírem pela forma acima exposta, não serão depois, readmitidas no estabelecimento, salvo circunstâncias extraordinárias, porque, além de outros motivos, os seus lugares serão imediatamente preenchidos.

Art. 4º - Não obstante o determinado no anterior artigo, porque a administração deseja acompanhar com a sua proteção, quanto possa, as filhas do estabelecimento, deverão os contratantes, no caso de dispensarem, o seu serviço, dar disso, conhecimento à casa, e bem assim, de qual tenha o sido o seu procedimento e desempenho das obrigações aceites.

Art. 5º - As famílias que, antes de terminarem o primeiro ano, forem privadas dos serviços das meninas, que houvessem contratado, por circunstância extraordinárias, como de casamento ou morte, poderão contratar outra sem obrigação de nova joia, apresentando documento, que prove qualquer dos referidos motivos.

Art. 6º - A mesma liberdade que se garante para o matrimônio e contratos, existirá para a saída do estabelecimento, depois da idade de 21 anos, ampliando-se às que se determinarem sair no prescrito no artigo 3º deste capítulo.

CAPÍTULO VI

Das obras feitas pelas meninas

Art. 1º - Haverá, em salões especiais, trabalhos executados pelas meninas, não só para estímulo entre elas, mas para que, expostos, sirvam a mostrar aos visitantes os produtos, que ali podem encomendar.

Art. 2º - A superiora é a só competente para qualquer ajuste de obras e para a conveniente distribuição dos trabalhos pelas educandas.

Art. 3º - A remuneração das encomendas será recolhida em cofre especial, e destinada aos respectivos dotes das meninas.

CAPÍTULO VII

Das visitas

Art. 1º - Nos primeiros domingos de cada mês, das 4 às 6 horas da tarde, estará o estabelecimento patente às pessoas e famílias, que o desejarem visitar.

§ único – Em circunstância especiais, como a de passagem pela cidade, poderá o Revdo. Capelão conceder liderança para a visita.

Art. 2º - As famílias ou parentes que queiram visitar alguma das educandas, podê-lo-ão fazer em todos os domingos, imediatamente depois da missa.

§ único – Qualquer prenda ou lembrança que por essa ocasião desejarem oferecer, deverá ser entregue por intermédio da superiora.

CAPÍTULO VIII

Da religião

Art. 1º - O estabelecimento terá um capelão, incumbido da direção espiritual das mestras e meninas, que celebrará o santo sacrifício da missa e todos os mais atos do culto religioso.

Art. 2º - Haverá na capela da casa, missa cotidiana que será, nos domingos e dias santificados, às 8 horas e nos outros, às 7h.

Art. 3º - Sufragar-se-ão, nos dias que o regulamento próprio determine, as almas dos benfeitores do estabelecimento.

CAPÍTULO IX

Do vestuário

Art. 1º - O vestuário será fornecido às educandas, pela casa.

Art. 2º - Deverá ser uniforme para todas, o que não obsta a que sejam muito para agradecer as dádivas de quaisquer fazendas, que pessoas caridosas se dignem ofertar ao estabelecimento.

Art. 3º - Em todos os arranjos da escola, acomodações, alimentação, vestuário e mais misteres serão observados o máximo asseio, simplicidade e economia.

CAPÍTULO X

Das disposições gerais

Art. 1º - Estes estatutos serão fielmente observados na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, desta cidade de Petrópolis e, em qualquer outra escola filial que de futuro se possa criar sob a mesma invocação e título.

Art. 2º - A direção e a administração gerais deste estabelecimento e de outros que por ventura se criem na forma do artigo antecedente, pertencem ao seu instituidor e companheiros mencionados no art. 1º do cap. 1.

CAPÍTULO ÚLTIMO E ESPECIAL

Sobre o modo por que se devem efetuar os casamentos

Art. 1º - Pelo que se disse no artigo 1º do cap. 4º, o casamento das educandas, pela sua importância, constituirá o principal objeto dos cuidados da casa.

Art. 2º - Todas as vezes que se propuser algum pretendente a casamento com alguma das filhas do estabelecimento, será apresentado às que estiverem habilitadas a tomar estado, depois que um dos diretores tenha entrado em conservação franca a cerca de sua profissão e meios de vida etc. ser-lhe-á dado o prazo de 30 dias para vir saber a resposta.

Art. 3º - Durante este espaço de tempo, a administração buscará colher as convenientes informações e a filha da casa examinará bem a sua vocação, para que, vindo o pretendente, a saber a resolução, se lhe possa dar franca e livremente.

Art. 4º - Estabelecido que seja, o acordo recíproco, proceder-se-á, com a brevidade possível, a celebração do santo Sacramento do matrimônio

Art. 5º - Será absolutamente indispensável, para que tenha lugar a apresentação; a que se refere o artigo 2º, que o pretendente seja acompanhado por pessoa ou família de reconhecida probidade ou conceito, que abone a sua conduta e garanta a sinceridade do seu propósito.

Petrópolis, 19 de março de 1873.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ANEXO F - Estatutos de 1874 (Est 1874)**Introdução aos Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis²¹⁴**

Tendo-se esgotado a edição dos estatutos desta Escola, publicados no 1º de Setembro de 1870, e tornando-se preciso o mandar reimprimi-los, não perderei a oportunidade, que se me oferece, de dar ao público em geral, e mui especialmente aos caridosos benfeitores dessa pia casa, conhecimento do seu progresso e atual administração.

Afora a generosidade brasileira, que nunca louvarei assaz, e a Divina Providência que rege, é à falta de experiência em mim, que da minha parte devo o ver coroado de tão favorável êxito, o desejo ardente que tantos anos nutri e de que inspirei na caridade evangélica e amor à minha terra natal.

O respeito humilde que tributo aos ditames da experiência ilustrada, prostrou-me algumas vezes em triste desalento; mas o desejo era forte, e não podia facilmente renunciar à esperança desde longo tempo acariciada.

E assim, permitiu o Onipotente, em um curto espaço de tempo lograsse realizar a solene abertura da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, com trinta meninas, ato que foi honrado com a presença de Suas Majestades e Altezas Imperiais, e em que se dignou de officiar S. Ex.^a Rev.^{ma}, o Sr. Internúncio Apostólico.

Depois disso mais algumas meninas têm sido recebidas na casa; mas não tantas quanto desejávamos por não se ter ainda podido concluir o edifício, cujo plano é para se recolherem cerca de trezentas educandas; e a cujas obras, porque a Providência houve por bem conceder-me auxiliares tão valiosos, se passará a dar o máximo impulso.

A educação das meninas tem sido tão esmerada quanto se tem podido e é com íntimo prazer que acompanhamos os benfeitores a visitarem a casa, para verem os primeiros frutos, e gozarem o prêmio terrestre de sua caridade.

O governo da província, inspirado por sentimentos nobremente patrióticos, fautor da educação pública, como o não podia deixar de ser um governo ilustrado, também contribui com uma verba de 10:000\$000, para as obras do estabelecimento, que se ergue sob tão auspiciosos benefícios.

Era nosso desejo, e como em preito de gratidão, publicar agora a lista dos benfeitores da casa, que mais conspícuos têm sido em dispensar-lhe proteção generosa, mas, porque

214 Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1875, PS – 5, A.05.61.

aguardamos a abertura do tempo para a festa da caridade, em que se exporá na sala do estabelecimento a galeria dos seus retratos em testemunho de imorredouro reconhecimento, adiaremos o cumprimento desse grato dever, não podendo deixar de mencionar, desde já, o nome do insigne benfeitor, o Sr. Vicente Übelhard, que deixou em seu testamento legado de 74:000\$000 em apólices da dívida pública, que foi aplicado ao patrimônio da casa.

É o primeiro nome que oferecemos ao respeito daqueles, em cujo peito pulse um coração compassivo às dores alheias, e capaz de apreciar as santas plácidas alegrias da caridade. É o primeiro nome que as pobres orfãzinhas todos os dias pronunciam, em suas orações Àquele que é pai dos que o não tem. É a primeira alma sufragada em seu aniversário na capela do estabelecimento, garantia de que todos os benfeitores gozarão, além da que lhes confere o art. 4º do cap. 3º.

E de dentro os dignos benfeitores existentes, não posso deixar de lembrar, desde já, o nome acatável do Ex.^{mo} Sr. Comendador José de Souza Breves, o qual, além de ser um dos mais importantes benfeitores da casa, tendo já contribuído para suas obras com a soma de 15:000\$000, e feito outros importantes favores, como particular amigo, deixando seus cômodos e sujeitando-se sabe Deus a quantos sacrifícios, a 13 de agosto do próximo passado ano de 1873, dirigiu-se a esta cidade de Petrópolis, com o fim positivo de visitar a tão pia instituição e passar dois dias em nossa modesta companhia.

Não ousou expandir aqui o meu humilde pensamento sobre a nobreza de seu magnânimo coração e seus feitos de caridade e patrimônio, já bem conhecidos no país e devidamente apreciados, não só porque temo ofender a sua justa modéstia, como porque a recompensa de tão sublimes e admiráveis virtudes só lhe será dada no seio da Eternidade, ante o Trono do Deus Onipotente; embora pertençam elas, à história do futuro para exemplo das gerações.

Entre os benefícios que o estabelecimento tem recebido, um dos mais apreciáveis é o dos serviços do Rev.^{mo} sacerdote Francisco de Castro Abreu Bacellar, companheiro tão dedicados como zeloso, e cujas virtudes não ousou encarecer, porque sei que a sua modéstia não mo relevaria.

A ele, dou aqui, um público testemunho do meu imenso reconhecimento, pela sua tão valiosa como cordial cooperação. A ele, como a mim, poderão dirigir-se todos os benfeitores da casa, pois que o Rev.^{mo} Sr. Padre Francisco Bacelar, dignou-se de aceitar o ser tesoureiro e diretor geral de todas as obras; e lembrar também, o nome respeitável do Rev.^{mo} Sr. Padre José Benedito Moreira é um dever sagrado, a ele muito deve esta casa e só do Trono de Deus terá a sua recompensa.

Aos meus nobres patrícios que tão do íntimo d'alma me têm auxiliado em meu propósito, hoje e sempre lhes testemunho a minha gratidão eterna. Não cessarei de os lembrar, no fervor de minhas humildes preces, e de encomendá-los às orações da inocência, que são o mais agradável incentivo ante o Trono de Deus.

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é obra sua, que de mim só há um pequeno trabalho, largamente, remunerado por santíssimas alegrias; e as próprias contrariedades que tenho superado as olho como um presente do céu.

Dos generosos benfeitores da casa, quase só tenho sido humilíssimo instrumento; a eles cabe a glória brilhante da caridade; para eles são grinaldas de pérolas, em que a Virgem transforma as últimas lágrimas de miséria, que a orfandade verte a seus pés, ao entrar pela casa da oração no hospício da caridade.

Petrópolis, 7 de março de 1874.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ESTATUTOS²¹⁵ DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, EM PETRÓPOLIS²¹⁶.

CAPÍTULO 1

Origem, natureza e fim da instituição

Art. 1º - A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, instituída pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, superintendida por ele e seu reverendo companheiro Francisco de Castro Abreu Bacellar, dirigida por senhoras seculares, tem por fim educar meninas desvalidas de proteção e amparo, sem distinção de classe, cor ou origem, de modo que possam, no futuro, viver honestamente do seu trabalho, quer como boas mães de família, quer como empregadas domésticas ou mesmo sobre si, segundo as habilitações de cada uma.

CAPÍTULO III

Da admissão

Art. 3º - Para serem admitidas, deverão apresentar ao instituidor, ou a quem fizer suas vezes, requerimento instruído com certidões de

²¹⁵ Constam apenas as alterações.

²¹⁶ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1874, PS-05, A.05.61.

Idade, pobreza e óbito de seus pais, quando sejam órfãs, passadas pelos respectivos párocos, para segundo elas, serem mandadas recolher, havendo vagaturas.

CAPÍTULO IV

Da retirada

Art. 5º - Quando, porém, o protetor de alguma das educandas queira retirar da casa a sua protegida antes de completar a idade marcada no artigo acima, deixando ela, por isso, de preencher o determinado em outros artigos, deverá antes fazer satisfazer as seguintes condições:

§ 1º - Se a menina educanda for órfã e ainda não tiver tutor habilitado perante o juízo dos órfãos, se o fará habilitar e constituir-se, porém, for pai e ainda não reconhecido, se o fará reconhecer do mesmo modo e disto juntará documento ao seu requerimento.

§ 2º - Antes de retirar a menina da escola, indenizará todas as despesas feitas com ela durante o tempo de sua estada na casa.

Petrópolis, 07 de março de 1874.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ANEXO G - Estatutos de 1875 (Est 1875)

**Introdução aos Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em
Petrópolis²¹⁷
Terceira Edição**

Tendo-se esgotado a edição dos estatutos desta Escola, publicados no 1º de Setembro de 1870, e tornando-se preciso o mandar reimprimi-los, não perderei a oportunidade, que se me oferece, de dar ao público em geral, e mui especialmente aos curiosos benfeitores dessa pia casa, conhecimento do seu progresso e atual administração.

Afora a generosidade brasileira, que nunca louvarei assaz, e a Divina Providência que tudo rege, e à falta de experiência em mim, que da minha parte devo o ver coroado de tão favorável êxito, o desejo ardente que tantos anos nutri e que inspirei na caridade evangélica e amor à minha terra natal.

O respeito humilde que tributo aos ditames da experiência ilustrada, prostrou-me algumas vezes em triste desalento; mas o desejo era forte, e não podia facilmente renunciar à esperança desde longo tempo acariciada.

E assim permitiu o Onipotente, em um curto espaço de tempo lograsse realizar a solene abertura da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, com trinta meninas, ato que foi honrado com a presença de Suas Majestades e Altezas Imperiais, e em que se dignou de officiar S. Ex.^a Rev.^{ma}, o Sr. Internúncio Apostólico.

Depois disso mais algumas meninas têm sido recebidas na casa, mas não tantas quanto desejávamos por não se ter ainda podido concluir o edifício, cujo plano é para se recolherem cerca de trezentas educandas, e a cujas obras, porque a Providência houve por bem conceder-me auxiliares tão valiosos, se passará a dar o máximo impulso.

A educação das meninas tem sido esmerada quanto se tem podido e é com íntimo prazer que acompanhamos os benfeitores a visitarem a casa, para verem os primeiros frutos, e gozarem o prêmio terrestre de sua caridade.

Dali, sairão habilitadas, não só para dignas mães de família ou professoras como excelentes criadas, governantes de casas, de modo a poderem ocupar com vantagem o vácuo que a emancipação vai deixando no santuário das famílias.

O governo da providência, inspirado por sentimentos nobremente patrióticos, fautor da educação pública, como o não podia deixar de ser um governo ilustrado, também contribui com

217 109. Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1875, OS – A.05.61.

uma verba de 10:000\$000, para as obras do estabelecimento, que se ergue sob tão auspiciosos benefícios.

Era nosso desejo, e como em preito de gratidão, publicar agora a lista dos benfeitores da casa, que mais conspícuos tem sido em dispensar-lhe proteção generosa, mas, porque aguardarmos a abertura do templo para a festa da caridade, em que se exporá na sala do estabelecimento a galeria dos seus retratos em testemunho de imorredouro reconhecimento, adiaremos o cumprimento desse grato dever, não podendo deixar de mencionar, desde já, o nome do insigne benfeitor, o Sr. Vicente Übelhard, que deixou em seu testamento legado de 74:000\$000 em apólice da dívida pública, que foi aplicado ao patrimônio da casa por seu testamento, o Ex.^{mo} Sr. Comendador Manuel José Rodrigues, com aprovação de suas mui dignas e caridosas irmãs, D. Anastácia Ubelhard Rodrigues, D. Mariana Übelhard Lemgruber e D. Thereza Ubelhard da Motta.

É primeiro nome que oferecemos ao respeito daqueles, em cujo peito pulse um coração compassivo às dores alheias, e capaz de apreciar as santas plácidas alegrias da caridade. É o primeiro nome que as pobres orfãzinhas todos os dias pronunciam, em suas orações Àquele que é pai dos que o não tem. É a primeira alma sufragada em seu aniversário na capela do estacionamento, garantia de que todos os benfeitores gozarão, além da que lhes confere o art. Do cap. 3º.

Dentre os dignos benfeitores existentes, não posso deixar de lembrar, desde já, o nome acatável do Ex.^{mo} Sr. Comendador José de Souza Breves, o qual, além de ser um dos mais importantes benfeitores da casa, tendo já contribuído para suas obras com a soma de 15:000\$000, e feito outros importantes favores, como meu particular amigo, deixando seus cômodos e sujeitando-se sabe Deus a quantos sacrifícios, a 13 de agosto do próximo passado ano de 1873, dirigiu-se a esta cidade de Petrópolis, com o fim positivo de visitar a nossa pia instituição e passar dos dias em nossa modesta companhia.

Não ousa expandir aqui o meu humilde pensar sobre a nobreza de seu magnânimo coração e seus feitos de caridade e patriotismo, já bem conhecidos no país e devidamente apreciados, não só porque temo ofender a sua modéstia, como porque a recompensa de tão sublimes e admiráveis virtudes só lhe será dada por Deus no seio da eternidade, embora pertençam tais atos à História do futuro para exemplo das gerações.

Entre os benefícios que o estabelecimento tem recebido, um dos mais apreciáveis é o serviço do sacerdote Francisco de Castro Abreu Bacellar, José Benedicto Moreira e João Batista Gomes, companheiros tão dedicados como zelosos, e cujas virtudes não ousa encarecer, porque sei que a sua modéstia não mo relevaria.

Aos meus nobres patrícios que tão do íntimo d'alma me têm auxiliado em meu propósito, hoje e sempre lhe testemunho a minha gratidão eterna; não cessarei de lembrá-los às orações da inocência, que são o mais agradável incenso ante o trono de Deus.

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é obra sua, eu de mim só há um pequeno trabalho, largamente, remunerado por santíssimas alegrias e as próprias contrariedades que tenho superado as olho como um presente do céu.

Dos generosos benefícios da casa, quase só tenho sido humilíssimo instrumento; a eles cabe a glória brilhante da caridade; para eles são grinaldas de pérolas, em que a Virgem transforma as últimas lágrimas de miséria, que a orfandade verte a seus pés, ao entrar pela casa da oração no hospício da caridade.

Petrópolis, 1 de Setembro de 1870.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ESTATUTOS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, EM PETRÓPOLIS.

CAPÍTULO I

Origem, natureza e fim da Instituição

Art. 1º - A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, instituída pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, e dirigida por senhoras brasileiras, tem por fim educar meninas desvalidas de proteção e amparo, sem distinção de classe, cor ou origem, de modo que possam, no futuro, viver honestamente do seu trabalho, quer como boas mães de famílias, quer como empregadas domésticas ou mesmo sobre si, segundo as habilitações de cada uma.

110. Aqui, consta apenas o artigo que traz uma relação diferente da edição de 1873.

ANEXO H - Estatutos apresentados à imperatriz, em 1876 (Est 1876)²¹⁸

Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo

CAPÍTULO I

Da Escola

Art. 1º - A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, fundada na cidade de Petrópolis, pelo Padre João Francisco de Siqueira Andrade, tem por fim, receber gratuitamente, meninas desvalidas, menores de 10 anos, e, mediante contribuição pecuniária que for estipulada, as ingênuas, em virtude da Lei de 28 de Setembro de 1871, que o Governo quizer para aí mandar, de acordo com o Diretor.

Art.2º - A estas meninas, cujo número não poderá exceder de 200, será pela Escola ministrada educação e instrução conveniente, de modo a prepará-la segundo a aptidão de cada uma para, no futuro, viverem honestamente do seu trabalho, quer como mães de família, quer como professoras ou diretoras de estabelecimento pios ou literários, quer, enfim, como empregadas nos serviços domésticos de casas particulares.

Art. 3º - A Escola funcionará no edifício em que está e que lhes pertence, até que se possa concluir o que se acha em construção.

Art. 4º - Quando o permitirem os rendimentos da Escola, serão criadas e mantidas, onde convier, casas filiais com o mesmo fim desta e com o número de educandas que for determinado.

CAPÍTULO II

Da administração

Art. 5º - A administração da Escola pertencerá exclusivamente e seu fundador, que será o Diretor enquanto viver; por sua morte, ao Sacerdote brasileiro que para este cargo for nomeado pelo Bispo Diocesano e sob a inspeção e fiscalização deste.

Art. 6º - Ao diretor compete:

§1º. Promover os interesses da Escola, arrecadando por si ou por seu bastante procurador, as esmolas por quaisquer modo feitas ao estabelecimento e os rendimentos do patrimônio, dando-lhes aplicação na forma destes estatutos e concluindo o edifício da mesma Escola, em construção.

§2º. Resolver sobre a admissão, retirada e destino das educandas, de conformidade com estes Estatutos.

218 Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1876, OS-5. A.05.58. Programa apresentado à Imperatriz. Princesa Isabel

§3º. Organizar o corpo docente do estabelecimento; assim como nomear e demitir os empregados.

§4º. Organizar a escrituração da receita e despesa bem como o balanço anual.

§5º. Prestar aos Governos Imperial e Provincial, todas as informações que lhe forem., pelos mesmos, exigidas e as que por lei for obrigado a dar.

§6º. Propor ao Bispo Diocesano a nomeação do sacerdote idôneo para Capelão da Escola.

§7º. Resolver, segundo o disposto nos artigos 4º e 42º, sobre a criação de casas filiais.

CAPÍTULO III

Do patrimônio

Art. 7º - O patrimônio da Escola, além do edifício em que está funcionando, consistirá em apólices intransferíveis da Dívida Pública.

Art. 8º - As doações e esmolas feitas ao estabelecimento, os legados a este deixados, o produto das joias dos contratos de locação de serviços das educandas e as rendas o patrimônio, salvo as despesas de custeio e da conclusão do edifício em construção, serão, logo que realizados e devidamente escriturados, convertidos em apólices intransferíveis da Dívida Pública.

CAPÍTULO IV

Da admissão das Educandas

Art. 9º - Serão admitidas na Escola somente as meninas desvalidas, de 4 a 10 anos de idade, que não sofrerem de moléstias contagiosas, nem tiverem defeitos físicos ou morais, que as inabilitem para o fim a que se propõe o estabelecimento.

Art. 10º - As pessoas que se interessarem pelas meninas desvalidas, em tais condições, deverão requerer a admissão destas ao Diretor, apresentando certidões de idade e de óbito dos pais, se forem órfãs, e, atestados de pobreza e de sanidade.

Art. 11º - Em igualdade de circunstâncias, e quando o número das concorrentes á admissão for superior ao dos lugares a preencherem-se, serão preferidas as meninas apresentadas pelos benfeitores do estabelecimento.

Art. 12º - Serão igualmente admitidas as ingênuas de que trata o art. 1º, contato que estejam nas condições do art. 9º, mediante contribuição pecuniária e mais as clausulas ajustadas por contrato entre o Governo e o Diretor.

Art. 13º - Haverá, para a matrícula das educandas, um livro especial, onde se registrarão os documentos de admissão e se lançarão as notas concernentes à procedência, progresso, caráter e aptidão das mesmas.

CAPÍTULO V

Do ensino

Art. 14º - O ensino da Escola consistirá nas seguintes matérias:

- I – Doutrina Cristã e Moral,
- II – Leitura e escrita,
- III – Noções de gramática portuguesa,
- IV – Aritmética até decimais,
- V – Elemento de sistema métrico,
- VI – Exercício de leitura de livros piedosos e história sagrada,
- VII – Canto coral,
- VIII – Costura, bordados, trabalhos de agulha e flores,
- IX – Cozinha, lavagem e engomado de roupa,
- X – Confeitaria,
- XI – Elementos com exercícios práticos de horticultura e jardinagem,
- XII – Economia doméstica,
- XIII – Prática na enfermaria da Escola,

Art. 15º - Às educandas que revelam aptidão e inteligência superiores, será dada instrução mais ampla e desenvolvida, que as habilite para o magistério ou direção de estabelecimento de educação.

Art. 16 – Para o ensino em exercícios práticos, serão as educandas divididas em classes e estas em turmas, que se revezarão semanalmente tendo-se em atenção, as idades e forças físicas de cada uma.

Art. 17 – O ensino será ministrado por professoras tiradas, segundo as necessidades deste e o número das educandas, das mesmas educandas da Escola, para isto, preparadas e, na falta destas, pelas senhoras competentemente habilitadas que forem nomeadas.

CAPÍTULO VI

Da direção interna

Art. 18 – Para a direção interna da Escola haverá:

- Uma Regente,
- Uma Sub-regente,
- Uma Secretária.

Art. 19 – À regente, que poderá ter por ajudantes as professoras que designar, compete:

§1º - Dirigir o serviço interno do estabelecimento, dando as ordens e instruções necessárias aos demais empregados,

§2º - Organizar o horário das aulas e dos exercícios práticos, dividir as educandas em classes e turmas na forma do artigo 16 e fiscalizar as professoras no exercício do magistério.

§3º - Fazer as despesas internas da Escola, as quais deverão ser escrituradas pela Secretária; e prestar delas, contas, ao Diretor.

§4º - Dar semanalmente ao Diretor, um boletim do aproveitamento e do comportamento das educandas.

§5º - Finalmente, tomar por encomenda trabalhos para as educandas, ajustando os preços e recebendo a importância para entregar ao Diretor.

CAPÍTULO VII

Da retirada das educandas

Art. 20 – Terá lugar a retirada das educandas da Escola:

§1º - Para casarem-se,

§2º - Para exercerem o magistério ou dirigirem estabelecimentos pios ou de instrução,

§3º - Para se empregarem no serviço doméstico de casas particulares,

§4º - Quando forem reclamadas por seus legítimos parentes ou tutores,

§5º - Se forem ingênuas, quando o Governo o exigir e o contrato o permitir,

§6º - Finalmente, quando completarem a idade de 21 anos e não quiserem continuar a resistir na Escola.

Art. 21 – Ao indivíduo que quiser casar-se com alguma das educandas e que for abonado por pessoas ou famílias honestas e probas, conhecidas no estabelecimento, depois de, colhidas pelo Diretor informações favoráveis sobre os seus meios de vida, profissão, caráter e moralidade, serão apresentadas as educandas em idade de casarem-se segundo as leis eclesiásticas, marcando-se, em seguida, um prazo, nunca menos de 30 dias, para procurar a solução de sua pretensão.

Art. 22 – Findo este prazo, consentindo espontaneamente a educanda escolhida, no casamento proposto, e nada havendo que se oponha, será, de acordo com o pároco, designado o dia da celebração do Sacramento, depois do qual, entregar-se-á ao nubente o dote que se houver constituído com o produto do trabalho da mesma educanda por efeito da caridade pública.

Art. 23 – As educandas habilitadas para o magistério, sendo requisitadas pelo Governo Imperial, Provincial, Câmaras Municipais ou por qualquer outra autoridade, para exercerem o professorado em estabelecimentos públicos de educação ou para dirigi-los, poderão retirar-se da Escola, exigindo o Diretor as garantias que julgar necessárias em bem das mesmas educandas.

Art. 24 – À retirada das educandas para servirem como professoras ou diretoras em estabelecimentos particulares ou como criadas em casa de família, precederá sempre contrato, respeitada plenamente a vontade das contratantes.

Art. 25 – Os proponentes à locação de serviços dirigir-se-ão, por meio de requerimento, ao Diretor da Escola declarando a natureza dos mesmos serviços e apresentando documentos que provem a sua moralidade e probidade.

Art. 26 – Nos contratos, que serão lavrados em livro especial, obrigar-se-ão os locadores.

§1º - A dar à Escola uma joia de 50\$ ou de 100\$, a juízo do Diretor.

§2º - A remunerar a educanda, com um salário correspondente à qualidade de serviço e aptidão da mesma.

§3º - A comunicar à Escola quando dispensar o serviço da educanda, informando sobre seu procedimento e os motivos da dispensa.

Art. 27 – Para ter lugar a retirada da educanda, nos casos dos parágrafos do art. 20, é indispensável que elas tenham completado vinte e um anos de idade (salvo o 1º).

Art.28 – A família ou estabelecimento que for privado, dentro de um ano, dos serviços da educanda contratada, por causa extraordinárias como morte ou casamento, poderá contratar outra, independente de nova joia.

Art. 29- Aparecendo parente ou protetor de qualquer educanda reclamando a sua retirada da Escola antes de completar ela a idade exigida na art. 27, poderá ser atendido, preenchidas as seguintes condições:

§1º Se a educanda for órfã e não tiver tutor, o reclamante irá previamente habilitar-se como tal, no juízo competente.

§2º Se o reclamante for pai natural da educanda, reconhecê-la-á legalmente como filha, salvo impedimento que isto se oponha, porque nesse caso se habilitará na forma da condição anterior.

§3º Será, pelo reclamante indenizada a Escola de todas as despesas que houver feito com a educanda durante a sua estada no estabelecimento.

Art. 30 – As educandas que se retirem da Escola por qualquer motivo, não poderão mais para aí voltar, a não ser por circunstância extraordinárias, no caso de haver vaga e a juízo do Diretor.

Art. 31 – A educanda que retirar-se da Escola para se empregar no serviço doméstico levará uma caderneta, na qual os locadores de seus serviços atestarão sobre o seu procedimento, moralidade e aptidão.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 32 – Serão pagos, em proporção às rendas do estabelecimento e do serviço que prestarem, e quando forem exigidos, os ordenados estipulados aos empregados e às professoras.

Art. 33 – Em salão especial, serão expostos os trabalhos executados pelas educandas, a fim de servirem de estímulo às mesmas e de serem vistos pelos visitantes.

Art. 34 – O produto da venda dos trabalhos será recolhido em cofre especial, constituirá dotes para as educandas que se casarem.

Art. 35 – O estabelecimento será franqueado às pessoas que o quiserem visitar, nos domingos, das 11 da manhã até às 3 horas da tarde, assim como nos mesmos dias, logo depois da Missa, em sala especial, poderão os parentes ou pessoas que quiserem, visitarem as educandas.

Art. 36 – Qualquer dádiva que queiram fazer às educandas, será a estas entregue por intermédio da Regente.

Art. 37 – Haverá na Escola um Capelão incumbido da direção espiritual dos empregados, professoras e educandas, o qual celebrará o santo sacrifício da Missa nos dias e horas que designar, na Capela do estacionamento, onde dará instrução religiosa e celebrará todos os demais atos de Culto.

Art. 38 – Quando se houver concluído o edifício em construção, além dos sufrágios comuns, serão solenemente sufragadas as almas dos benfeitores da Escola, nos dias do aniversário de seu passamento, assim como, em salão especial, serão expostos os seus retratos.

Art. 39 – O vestuário das educandas será uniforme, fornecido pela Escola.

Art. 40 – Serão considerados benfeitores da Escola, para os efeitos do art. 38, as pessoas que, por qualquer modo, concorrerem com o valor superior a 10:000\$000, quer em dinheiro, legados testamentários, títulos ou mesmo objetos necessários ao estabelecimento.

Art. 41 – Haverá, em todas as acomodações, vestuários e alimentação, o mais rigoroso asseio, simplicidade e economia.

Art. 42 – Nas casas filiais da Escola, observar-se-ão, no que lhes for aplicável, os presentes estatutos, que serão submetidos à aprovação do Governo Imperial.

Petrópolis, 7 de junho de 1876.

Padre João Francisco de Siqueira Andrade

Estes Estatutos, submetidos à aprovação do Governo, foram-lhe devolvidos com este despacho (contido na mesma carta):

“Não se tratando de uma sociedade anônima, mas de um colégio de instrução primária e secundária na cidade de Petrópolis, entendo que o Governo Imperial não tem competência para aprová-los.”²¹⁹

Sua Ex.^a, entretanto, resolverá.

Em 28 de junho de 1876. Dr. Campos de Medeiros

²¹⁹ Esta anotação é encontrada também, no Relatório da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, p. 12, 1887, Sala-Museu, PS-6 A.05.77a.

ANEXO I - Testamento (Test)

Do padre João Francisco de Siqueira Andrade, Fundador da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis. J.M.J.²²⁰

¹Em nome da Santíssima Trindade, eu João Francisco de Siqueira Andrade, presbítero secular da Igreja Católica Apostólica Romana natural da cidade de Jacareí, na província de S. Paulo, filho legítimo de Miguel Nunes de Siqueira e de Claudina Maria de Andrade, ambos já falecidos e morador, atualmente, nesta cidade de Petrópolis, província do Rio de Janeiro, sentindo agravarem-se os meus sofrimentos estando, porém, em meu perfeito juízo, resolvi fazer este meu testamento. ²Não possuo bens de fortuna e nem tão pouco tenho herdeiros necessários aos quais o devesse legar.

³As minhas disposições testamentárias referem-se exclusivamente ao estacionamento de minha instituição, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, por mim fundada e dirigida nesta cidade de Petrópolis, cujo programa publicado em quinze de julho de mil oitocentos e sessenta e oito, reduzido a estatutos em primeiro de setembro de mil oitocentos e setenta e um, os quais foram ainda reimpressos em mil oitocentos e setenta e cinco, desejo e espero que se cumpra fielmente cujo resumo consiste no seguinte

⁴**Primeiro** – Não admitir-se na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo senão meninas exclusivamente pobres e expostas ao desamparo e a miséria, as quais deverão ser educadas na religião e no trabalho destinando-se umas para criadas de servir e outras, as mais inteligentes, para professoras, ministrando-se então a estas uma maior cultura e em geral para boas mães de família podendo permanecer na casa por sua livre e espontânea vontade e, aquelas que quiserem, na qualidade de professoras ou de criadas. ⁵Não serão consideradas jamais nesta classe de meninas pobres e desvalidas as ingênuas ou libertas.

⁶**Segundo** – Em ser o pessoal docente nacional, tirando de preferência de entre as educandas da própria casa, não se devendo, por isso, excluir os bons serviços de qualquer outra senhora qualquer que seja a sua nacionalidade, desde que seja digna por suas virtudes e educação e espontaneamente queira se ligar a esta pia instituição.

⁷**Terceiro** – Que este pessoal docente uma vez organizado, tome o título de Congregação de Nossa Senhora do Amparo e que para a sua boa ordem e direção, tome a Regra da Terceira Ordem de S. Francisco da Penitência, regra esta aprovada pela Igreja e adotada já no Brasil por

²²⁰ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1877.

inúmeras Irmandades, constituindo-se assim uma Congregação completamente livre de modo que, qualquer das congregadas possa escolher o estado que melhor lhe parecer conveniente na sociedade em qualquer época da vida.

⁸**Quarto** – Se acontecer eu falecer antes que tenha organizado esta instituição, fica encarregado desta missão o meu prezado irmão, o Cônego José Bento de Andrade que se acha instruído de todos os meus desejos e sentimentos e com o mesmo ânimo que eu.

⁹**Quinto** – Delego a este meu prezado irmão, a quem dou por abonado em juízo, todos os meus direitos enquanto ele viver, a fim de que ele possa completar esta obra da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, tal qual temos estudado e convencionado durante nossa vida.

¹⁰**Sexto** – Só por sua morte ou se por ventura, por qualquer outra circunstância ele seja forçado a deixar esta instituição, ficará então, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sob a direção, inspeção, cuidados e zelo apostólicos perpétuos, do Ex^{mo} prelado diocesano. ¹¹ O mesmo meu prezado irmão José Bento de Andrade, além da direção espiritual da casa da qual está encarregado deverá dirigir e administrar todos os mais negócios relativos a esta pia instituição como, por exemplo, receber por si ou por seus procuradores os rendimentos todos do patrimônio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, só por sua falta e daí por diante, o Ex^{mo} prelado diocesano, até que se organize, se ainda não estiver organizado o pessoal docente da casa, porque neste caso a diretoria do estacionamento é a competente para passar essas preocupações e gerir os negócios da casa, precedendo consulta e acordo com o diocesano, bem como na qualidade de diretora de uma casa de educação e instrução dar todas as informações que por lei forem exigidas pelo governo geral ou provincial.

¹²**Sétimo** – Como é sabido, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo é uma instituição fundada com esmolas por mim obtidas de particulares que, livre e espontaneamente confiavam-me as suas espórtulas sem condição alguma e acha-se em terrenos próprios como se poderá ver de suas escrituras, se, entretanto, aparecer algum documento que mostre pertencer-me qualquer terreno ou objeto qualquer sem outras declarações, passará imediatamente a pertencer ao patrimônio da mesma Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. ¹³ Embora essas esmolas fossem recebidas na forma acima, todavia, eu me comprometi em consciência para com todos estes benfeitores a dispor o seguinte em seu favor. ¹⁴ Que por algum acontecimento extraordinário em qualquer época futura, este estabelecimento deixasse de ser ocupado por meninas desvalidas conforme o programa que acabo de apresentar e se tivesse então, de dar outro destino ao prédio, terrenos e patrimônio e os seus descendentes

seriam os legítimos herdeiros deste prédio, terrenos e patrimônio, excetuando apenas os legados que nesta hipótese tenham outro destino, declarado por escritura pública.

¹⁵E é para que se cumpra esta disposição que os nomes de tão dignos benfeitores ficam impressos em vários relatórios registrados em um livro próprio que será cuidadosamente conservado. ¹⁶ Possui esta instituição um patrimônio de oitenta e uma apólices gerais do Estado e de um conto de réis cada uma, sendo setenta e quatro legadas pelo insigne benfeitor o Sr. Vicente Ubelhard em seu testamento. ¹⁷ Além disso, conta com mais cem apólices gerais de um conto cada uma que por sua morte legou o caridoso benfeitor comendador José de Souza Breves, pendente apenas do cavalheirismo do seu digno irmão e testamenteiro, o comendador Joaquim José de Souza Breves, a cumprimento dessa disposição testamentária a fim de que se aumente a soma do benefício em orfandade e posta ao desamparo.

¹⁸**Oitavo** – As disposições acima exaradas constituem a base do programa que a face de Deus me comprometi a executar, em virtude de cuja promessa, conforme eu expunha aos caridosos benfeitores, obtive proteção e auxílio para a sua consecução. ¹⁹ A minha livraria, que consta de mais de mil volumes de boas obras, pertencerá também ao patrimônio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, devendo, porém, ser conservada na casa de resistência do capelão para uso deste. ²⁰ Assim, pois, em nome de Deus, - imploro do governo de Sua Majestade, o Imperador não só de fazer cumprir fielmente as disposições deste meu testamento como de proteger uma instituição como esta que promete benefícios de que tanto precisa a nossa sociedade. ²¹ Agradeço a todos os fiéis que com tanta generosidade cooperaram com o óbolo de sua caridade para a fundação desta pia instituição. ²² Não posso deixar de lembrar aqui a importante firma social dos Sr. Gracie Ferreira & Comp., que muitos serviços já têm prestado a esta casa, e de cujos cavalheiros a continuação de seu apoio em favor de meu sucessor. ²³ As pobres órfãs agradecidas não cessarão de erguer suas preces até ao trono de Deus das misericórdias, em favor de tão caridosos benfeitores.

²⁴Outrossim, peço-lhe, em nome do mesmo ²⁵Deus e Senhor de todos os bens, que não se deixem guiar pela falsa ideia de que com a morte do instituidor de uma boa obra, morre também a instituição. ²⁶ Não. Isto é falso e falta de fé. Deve acontecer o contrário, se antes a instituição precisava de concurso e proteção de todas as almas generosas, dessa data em diante precisa muito mais.

²⁷Peço, pois, de novo aos meus amigos e delicados benfeitores que a minha morte seja um motivo para que redobrem seus esforços e dedicação em favor desta humanitária e santa empresa. ²⁸ Tenho alguns compromissos pecuniários para com alguns distintos e respeitáveis

cavalheiros, é meu plano firme satisfazê-los logo que tenha concluído nosso pio estacionamento.

²⁹Se, porém, acontecer que eu morra sem os ter satisfeito dificultando-se assim, ao meu sucessor, o dar conta prontamente de tais compromisso, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo rogo àqueles de meus caridosos amigos que puderem, cedam em favor desta humanitária instituição a importância de que lhe sou devedor, cuja esmola será um verdadeiro empréstimo feito a Deus. ³⁰Conto, porém, com a caridade daqueles que, não podendo ceder estas quantias ao estacionamento, para com meu sucessor e testamenteiro a fim de que lhes vá satisfazendo pouco a pouco.

³¹Peco a senhora diretora da casa e a todas as mestras que se unam conforme os conselhos do Evangelho, de modo que, por meio de uma harmonia verdadeiramente fraternal, possam, guiadas pelo amor de Deus e do próximo, levar a cabo a obra já começada.

³²Espero de meu particular amigo e colega, padre José Benedicto Moreira, que com a maior dedicação tem prestado a mim e a esta instituição tão bons serviços que continue a auxiliar o meu sucessor com essa caridade e abnegação com que até hoje tem feito no desenvolvimento desta pia instituição, cujo pedido dirijo ao responsável e digno clero de Petrópolis, que muito pode e seus amigos; conto pois, com a sua coadjuvação junto de meu sucessor, a fim de que se conclua uma obra que considero de Deus.

³³Nomeio e constituo meu testamenteiro e sucessor o mesmo meu prezado irmão o cônego José Bento de Andrade, e protetores o advogado desta instituição, os Ex.^{mos} Srs. Conselheiros Paulino José Soares de Souza, Senador Cândido Mendes de Almeida, Dr. Antônio Ferreira Vianna e conselheiro José Agostinho Moreira Guimarães, aos quais peço, em nome de Deus, queiram aceitar esta comissão e ajudar a consolidar esta casa.

³⁴Apelo, igualmente, para os caridosos corações de S. M. o Imperador e de S. M. a Imperatriz e de S. A. a Augusta princesa imperial, a continuação de sua alta e valiosa proteção.

³⁵Humildemente prostrado suplicio da Santa Sé Apostólica Romana, todas as bênçãos e graças de que precisam uma instituição desta ordem a fim de que possa prestar à religião e à humanidade os benefícios correspondentes a seu fim. ³⁶Peço, afinal, perdão a todos aqueles que porventura tenham recebido de mim alguma ofensa e pela minha parte, nada tenho a perdoar, pois que todos só hei recebido benefícios e inúmeros favores; e se algumas privações e contrariedades sofri as recebi sempre como benefício do céu.

³⁷Ao meu prezado irmão e primeiro testamenteiro peço a esmola de dar a meu corpo, se eu morrer em Petrópolis, uma humilde sepultura e os sufrágios por minha alma a sua vontade.

³⁸Rogo a todas as filhas da casa que me recomendem a Deus, a Maria Santíssima e a São José, nosso universal padroeiro.

³⁹Concluindo este meu testamento, declaro que como humilde filho da Igreja Católica Apostólica Romana, acreditei sempre em tudo quanto ela crê e ensina, tomei logo por minha divisa única a Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo e com ela espero morrer abraçado. ⁴⁰Por me achar fraco, pedi ao meu amigo, Ricardo Narciso da Fonseca que escrevesse este testamento conforme lhe ditava e, tendo-o feito tal e qual como vejo de sua leitura, o assino e faço aprovar.

Petrópolis, quatorze de novembro de mil oitocentos e oitenta.

O Padre João Francisco de Siqueira Andrade

ANEXO J - Opúsculo sobre à Educação¹³¹ (OSE)

Opúsculo Sobre a Educação²²¹

Os efeitos da educação em favor da sociedade humana. Obra dedicada a S. M. o Imperador e oferecida aos dignos benfeitores da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Petrópolis, 8 de dezembro de 1877

O padre João de Siqueira

Deve acompanhar uma carta a S. M. e outra aos benfeitores.

Breve notícia acerca do desenvolvimento da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e de sua atual administração. Acompanhada de algumas noções gerais sobre a Educação da mocidade.

Dedicado e oferecido aos seus dignos benfeitores – pelo fundador e diretor geral

O padre João Francisco de Siqueira Andrade

Petrópolis, 8 de dezembro de 1877

INTRODUÇÃO

1Tendo finalmente de tratar da conclusão do Edifício da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo no começo do próximo ano e devendo para esse fim apelar de novo para a caridade cristã, é-me, sumamente grato e consolador, poder dar aos caridosos benfeitores desta pia casa alguns conhecimentos sobre seu programa, que hão de satisfazer a sua justa expectativa.

2A educação é para o homem o que o alicerce é para o edifício: a segurança deste depende tanto de seu alicerce como o daquele depende da sua educação. 3A educação moral e religiosa primeiro que tudo garante o direito individual e o da propriedade e é, no santuário da família, a segurança única de paz.

4A paz universal não será possível?

5Eis a pergunta que os mais eminentes estadistas que já têm exterminado este grande pensamento, fazem a si; e, aterrados ante o aspecto político da sociedade humana, têm deixado morrer em si essa aspiração, a mais nobre, a mais política e a mais concernente com o Evangelho.

6Pax vobis¹³².

²²¹ Sala-Museu. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, 1877, PS-4 – A.1.04.54.

7Pois bem, a essa pergunta já tantas vezes discutida e a esse tentame tantas vezes baldado apesar dos mais extremos e sábios esforços, eu respondi é possível, é mais que possível e em menos de meio século.

8É possível não pelos meios obsoletos de que se têm lembrado os imperadores. Porquanto a formação de um conselho supremo e o reconhecimento de um árbitro que decida dos negócios ou implicações políticas do mundo, sem mais apelação, hão de vir como consequência necessária.

9Depois da educação dos povos, todos os homens podem e devem ser educados, mas nem todos os homens podem ser instruídos e nisto vai o equilíbrio da sociedade.

10^a tendência do homem, sua inteligência, suas inclinações e aptidões variam tanto quanto são variados e diferentes os objetivos e cargos e posições de que se devem ocupar sobre a terra.

11Do certo, portanto, na escolha dos cargos e das posições em harmonia com a inteligência e as aptidões de cada homem, depende absolutamente a paz universal e a felicidade da humanidade; 12e este acerto e harmonia dependem, exclusivamente, da educação. 13A educação fertiliza o terreno das faculdades do homem, as ilumina e as habilita para a posição ou cargo que tiver de eleger mais tarde, segundo sua inteligência e aptidões.

14A educação é para o homem o que o alicerce é para o edifício; a segurança deste depende tanto de seu alicerce, como a daquele depende de sua educação. 15A educação moral e religiosa primeiro que tudo, garante o direito individual e o da propriedade; e é no santuário da família a segurança única de paz, honra e felicidade; 16é o maior benefício à humanidade.

17Para um governo sábio, generoso e patriótico, a educação da mocidade deveria ser a sua estreia no começo de sua administração governativa. 18Já o tem sido de alguns governos e os seus resultados nunca se fizeram esperar, embora para serem logo destruídos por outros. 19Seria, por certo, o passo mais altamente político. 20De fato, ela supre os exercícios, enobrece as nações e preenche as vistas do Criador na criação do homem. 21Sim, não é possível que Deus criasse os homens para viver em uma luta eterna, semelhante aos leões que habitam as brenhas, e é certo que o dia de uma vitória desta ou daquela Nação sobre a outra é o começo de uma nova guerra ainda mais encarniçada pelo espírito de vingança e da desforra e a 22paz pelo exército seria uma guerra eterna. 23Impor a paz pelo exército é o mesmo que erguer uma imensa muralha para obstar a marcha de um caudaloso rio que, aumentado por torrentes tempestuosas, ameaça um grande estrago, sem, todavia, se lembrar de que ele se erguerá e levará diante de si esses obstáculos produzindo maiores estragos. 24Ou antes, eu direi com um sábio orador: 25os

exércitos mantém a paz como um punhado de cinzas contra um vulcão. Retarda a sua erupção, para um pouco mais tarde produzir mais terríveis estragos.”

26A educação é tudo! É mais que tudo! É a vida do gênero humano, é o caminho de luz, da paz, da verdadeira nobreza e da felicidade.

27A Divina Providência que tudo rege neste mundo e que é tão misericordiosa para com os homens, apesar do estado de ignorância em que se acham pela queda do nosso primeiro pai, dota a cada homem com a soma de aptidões bastante para que desempenhe com nobreza a missão que lhe está destinada sobre a terra e na órbita em que foi colocado pela mesma Providência. 28É preciso que o homem conheça essas aptidões e saiba aplicá-las. 29Visto que este dom do céu não lhe tira a liberdade, bem pelo contrário, deixa-lhe toda inteira para que os seus atos possam merecer a recompensa ou o castigo. 30E é da falta deste conhecimento e destas aplicações que resulta, como eu creio piamente, a maioria dos males que afligem o mundo. 31Porquanto, separado o homem dessa órbita providencial, pelo orgulho, pela vaidade ou pela ambição, ou mesmo no começo da vida estrangido pelos próprios pais ou por qualquer outra circunstância a seguir esta ou aquela carreira, 32como muito geralmente acontece, lançado assim, no meio de um mar inteiramente estranho para ele, encarregado de uma missão contrária à sua natural inclinação, superior ou inferior à soma de aptidões com que foi dotado, tergiversando e se batendo aqui e acolá por um caminho desconhecido, há de, por força, depois de muitos erros, naufragar-se com ele a nau que lhe foi confiada.

33A educação não levará a sociedade a uma perfeição consumada, uma vez que essa só pertence a Deus, mas equilibrando a humanidade pela consciência do dever para com Deus e para com o seu semelhante é o caminho mais certo e seguro para chegar ao maior grau de perfeição permitindo à criatura. 34O homem educado sabe definir a sua posição 133. Conhece a soma de aptidões de que é dotado, mede as suas forças antes qualquer empresa, refreia suas paixões, sabe respeitar a sociedade e ser cavalheiro para com seus irmãos em Cristo. 35Ora, a sociedade não é outra coisa mais que a reunião de muitos homens dirigidos por um mesmo princípio e para um mesmo fim. 36Portanto, se os grupos de indivíduos que compõem esse todo social forem estudados, corteses, humanitários, caridosos, segue-se, necessariamente, que o todo também o será.

37A poesia, a música, as representações dramáticas, artísticas, as cenas de mil diferentes coloridos, nobres invenções da inteligência humana; são todas destinadas, até com fins políticos, a entreter os povos e muitas vezes, empregadas como meios de distrair as massas e ondas populares em momentos críticos. 38Mas tudo é vão, tudo é inútil se lhes falta a educação do coração, o amor e o respeito ao Ente Supremo, ao autor da nossa existência.

39E é por isso, que a harmonia entre os homens, ou antes, a fraternização universal segundo o espírito do Evangelho e os preceitos do Salvador, parece a muitos, à primeira vista, uma utopia e, pensar nela, uma grande loucura! Eu direi ainda mais uma vez que é mis possível!

40O homem é um ente necessariamente ensinado. A sua linha de conduta será eternamente segundo a educação e o ensino que tiver recebido. Dessa educação e ensino dependem, portanto, a harmonia e a fraternização de todos os homens.

41Ah! A dificuldade para empreender-se esse tentame e chegar-se a tão grandioso resultado é muito grande, porque é preciso que os imperadores e governadores do mundo desarmem os seus exércitos e apliquem na educação e ensino da humanidade essas somas de milhões de milhares de contos que são arrecadados ao povo a custo de sangue para se desafiarem entre si e derramarem o sangue deste povo, quantas vezes, por simples capricho. 42Fundar, com essas somas consideráveis, Escolas por todas as partes, pelas grandes e pequenas cidades, pelas povoações e arraiais; entregá-las a professores dignos por sua conduta moral, religiosa e por suas habilitações será o começo da paz para a humanidade. 43Embora, a educação pertença mais aos pais que às Escolas, pois que a verdadeira, e melhor e a durável educação é aquela que a criança bebe com o leite maternal e com os exemplos e lições de seus pais; é certo que nas escolas, durante os cursos de ensino quer primário, quer secundário, essa educação pode aperfeiçoar-se muito ou corromper-se completamente. 44E assim, pode se dizer que a educação pertence exclusivamente aos pais, o ensino primário, ao governo, como protetor, sob a inspeção dos próprios pais; o secundário ao governo e às iniciativas particulares que devem ser auxiliadas pelo mesmo governo, como as instituições pias e os próprios colégios etc. 45De modo que, posta a tese sob as condições que hei emitido: pendente o bem estar futuro do homem e em seguida da sociedade, do certo na escolha da vida segundo a soma maior ou menor das aptidões com que Deus o tiver dotado, a conclusão para chegar a esse grandioso resultado, antes, co certeza, de meio século, será a seguinte: 46primeiramente, formar a mulher de modo a tornar-se uma digna mãe de família, implantando em seu coração os princípios religiosos e de uma moral sã. 47Constituí-la em família, segundo os preceitos sagrados do Catolicismo, portanto, a mulher é tudo no mundo. 48Não falarei de sua influência direta, mesmo sobre os altos destinos da sociedade, a empresa e o desenrolar dos maiores acontecimentos, mas direi: 49o homem será em todos os tempos o que sua mãe quiser que seja, viverá e obrará os preceitos supostos por ela.

50Acompanhar a mocidade de ambos os sexos durante os cursos de estudos primários e secundários dispensando-lhes todos os cuidados e toda a proteção, quer os pais, quer o governo.

51Durante este primeiro tirocínio da vida, devem os pais e os professores envidarem todos os seus esforços, sobretudo, para que os estudantes entrem em si mesmos, reflitam sobre suas naturais inclinações e descubram e conheçam as suas aptidões.

52Nestes cursos de ensino primário, deve acompanhar a educação física que consiste, não tanto na ginástica como no exercício do trabalho, quer de ofícios, artes e indústria fabril e mecânica, quer da lavoura ou agricultura de modo que, o estudante obtenha, pelo menos, noções gerais desses diversos ramos do viver, tão honesto e honroso, como os das ciências. 53Feito isto, deverá o governo, por sua parte, abrir ao jovem estudante as portas das Universidades e das Academias, de modo que, ele veja diante de si aberto o caminho das ciências e das artes.

54Os pais e protetores, por seu lado, mostrem o caminho do comércio, da indústria, da lavoura e dos diversos ofícios e muitos outros ramos da vida e, deixem ao estudante a escolha livre da profissão que agrada às suas naturais aspirações e lhe parecer mais conforme a soma de suas aptidões. 55Nesta época, o jovem estudante deve contar com a idade de 18 a 21 anos, tempo mais próprio, para escolher a sua profissão.

56A experiência tem mostrado que, todas as vezes que um gentil homem assume a responsabilidade de algum cargo importante na sociedade, antes de 28 anos de idade, salvo alguma exceção extraordinária, é sempre infeliz. 57De modo que, dando-lhe 21 para escolher entre as classes laboriosas, uma posição e depois deste curso, 28 anos como a idade própria para ele com mais critério escolher uma posição e um estado na alta sociedade e envolver-se nos negócios públicos de seu país.

58Pode se dividir e proporcionar três épocas preciosas para o ensino de sua vida futura. 59Os primeiros sete anos são o tempo precioso para que se constitua, desenvolva e se consolide todo o organismo da criança. 60Durante esta época, verdadeiramente infantil, a criança só recebe afagos e carícias e com elas apenas começa a articular ou balbuciar as palavras, a revelar os seus instintos naturais que já servem muito ou exprimem, o seu futuro e devem ser bem encaminhadas pelos pais.

61Os sete anos, que constituem a segunda época da sua existência juvenil, é o tempo suficiente para ele receber de seus pais a educação e de seus mestres, na Escola, a instituição primária, sob a inspiração dos cuidados dos pais.

62Os últimos 7 anos, que constituem a terceira época já de sua adolescência, é o tempo suficiente apenas para ele fazer os seus estudos secundários, sobretudo, se a este curso se adicionarem as noções expostas.

63De modo que, aos 21 anos poderá ele tomar a sua deliberação, abraçar qualquer profissão de artes, indústria, ofício, empregar-se na lavoura ou no comércio ou começar o curso

da Universidade ou Academia. 64No fim de 26 para 28 anos, poderá, refletidamente, e com vantagens, escolher entre o caminho das ciências, uma especialidade, ou na sociedade política, uma posição ou emprego. 65Eu mesmo já vi saírem da Academia de São Paulo alguns jovens formados na tenra idade de 23 anos, manifestando ideias tão exageradas e contrárias à ordem social, que penalizava ver a paixão com que falavam; 66no entanto, seis para que a sociedade progrida sem que a ordem preestabelecida se perturbe. 67Ora, está visto que se estes jovens moços se encarregassem logo de negócios importantes do país, teriam, em seu começo, se desmoralizado e inutilizado, como já tem acontecido a muitos, ou, feito algum mal ao país. 68As faculdades humanas são como as frutas que enquanto verdes têm muito ácido e são nocivas à saúde, mas depois de maduras são saborosas e nutritivas, mormente quando vêm de terrenos preparados e fertilizados.

69Se a noite ou o sono é o primeiro conselheiro do homem, o tempo e a idade servem-lhe de mestres e de guias no caminho da vida.

70Entretanto, é agora que vou chegar ao ponto principal de tudo quanto acabo de dizer. São muito distintas as matérias que constituem a educação das que pertencem à instrução primária a secundária, e, como meu escopo é desenvolver as que pertencem à primeira, elas constituirão exclusivamente o objeto desta segunda parte de meu esboço. 71Tratando das matérias que pertencem à educação é certo que me elevarei, talvez, em alguns pontos, até o metafísico, e isto é necessário, porém, deixarei os seus pontos bem claros e à inteligência de todos.

72Deus criando o homem lhe disse como o primeiro e principal preceito: “Amarás o Senhor teu Deus sobre todas as coisas”¹³⁴.

73Neste preceito do Onipotente está encerrado o grande segredo que o mundo ainda não o tem querido descortinar, e, é por isso, que ele geme e se estrebucha sob a pressão dos tormentos os mais contraditórios há 59 séculos.

74Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e para o amor eternamente. Portanto, o preceito do amor devia também ser um preceito eterno, como era eterno o Ente que tinha de ser amado.

75Deus, Ente necessário e livre, não podia ser amado também, senão por um amor necessário e livre. Logo, o amor no homem é um ato necessário e livre, assim como é necessário e livre o Ente que deve ser amado. 76Deus, Ente necessário, porém livre em aceitar ou rejeitar o amor da parte do homem; assim como o amor no homem é um ato necessário, porém, igualmente livre, e o seu emprego que pode ser Deus, ou em qualquer objeto fora de Deus, e, sem o que, não existirão virtude ou mérito. 77Educar o homem não é outra coisa mais do que conduzi-lo

pelo caminho do amor, e como o amor nasce com o homem, a educação quase deve também nascer com ele, ou pelo menos, proceder todo o ensinamento. 78Portanto, a matéria da educação é a direção do amor. 79Da boa direção do amor, isto é, da educação, pendem a paz e a felicidade do gênero humano.

80Estas proposições não admitem explicações ou maior desenvolvimento, já como preceito da parte de Deus, já como verdadeiros dogmas da religião; porém, podem ser aprovadas e demonstradas a sua evidência com admirável brilho.

É o que vou fazer.

81Que Deus é um Ente necessário e livre não precisa de nenhuma demonstração aqui. É um dogma que todas as filosofias reunidas ainda não puderam contestar. 82O amor é um ato necessário no homem – eis a proposição que vamos não provar, porque a sua evidência brilha mais que a luz do sol, porém, chamar a atenção do leitor para essa verdade.

83Para se convencer de que o amor no homem é um ato necessário, bastaria estudar o instinto de conservação com que nasce uma criança, essa ansiedade com que busca os meios de conservar a sua existência, que não significa outra coisa mais que o amor de si mesmo que é nato nela. 84Mas, como este fenômeno é comum com os outros animais, passaremos às demonstrações racionais e aos fatos.

85Primeiro depreende-se do próprio preceito do Criador, que não disse “convém que tu ames”, ou “podereis amar”, mas sim “tu amarás”. 86De modo que, se vê claramente que o preceito caído sobre o homem com aquele império onipotente não lhe permitiu retorquir. 87Foi uma ordem que o servo recebeu de um Senhor Absoluto e eterno que se constitui em um dever igualmente eterno. 88O homem há de amar quer queira, quer não, por uma força toda sobrenatural. 89O que já não sucede com as últimas palavras: “Ao Senhor teu Deus sobre todas as coisas”. 90Aqui, vê-se claramente, que é imposto o preceito como um dever necessário. 91Deu Deus, entretanto, a mais plena liberdade no emprego do amor, exigindo apenas que Ele fosse preferido às outras coisas que também devem ser amadas pelo homem. 92Nas palavras: “sobre todas as coisas”, admira-se a bondade divina, deixando ao homem inteira liberdade até naquilo que constituía o fim principal da criação, qual era de ser Ele servido, amado e adorado pelo homem.

93Em segundo lugar, depreende-se da própria natureza da alma que, criada à imagem de seu Deus e sendo seu fim amá-lo e adorá-lo eternamente, o amor deveria, por conseguinte, ser o atributo constitutivo de sua natureza: conhecê-lo e amá-lo sempre.

94Finalmente, chegarei às provas práticas. Se até aqui pode resvalar da parte de algum espírito forte e livre pensador algum sofisma, admissível ao menos na discussão, daqui por

diante não tem remédio, senão curvar-se ante a lógica inexorável dos fatos. 95Creio que os acontecimentos devem ser bastante para provar a evidência do dogma do amor. 96Perguntarei primeiro que tudo: filho de quem é o paganismo de todos os séculos? O que tem levado as tribos mais ignorantes do globo a adorar como Deus um ou outro astro? Que tem obrigado nações inteiras a forjar e eleger os crocodilos e tantos outros bichos da terra e desprezíveis estátuas para objetos de suas homenagens e adorações? 97Que será que produz essa insaciabilidade de gozos e prazeres da terra e arrasta os príncipes pela ambição da glória a nadarem sobre o sangue de seus irmãos para conquistar um pedaço de terra? 98Por que será que a riqueza produz no homem, em geral, uma insaciabilidade incompreensível? 99Por que será que cada instante vemos sucumbir ao suicídio não alguns desgraçados somente, porém homens poderosos por sua posição e por sua fortuna? (Como poderia eu citar muitos fatos presentes). 100Por que será que vemos a cada instante tantos jovens donzelos pertencentes, muitas vezes, à alta nobreza, anteriormente extraviados, sucumbirem ao punhal suicida ou lançarem-se nos braços da prostituição, deixando após si, uma ascendência nobre mergulhada na dor e coberta de luto? 101Qual será a razão por que com espanto, ainda no século das luzes, contemplamos a mais horrível barbaria que assombraria os séculos chamados da ignorância dos gentios? 102Oh! Sim, o que dirão as gerações futuras dessas manchas negras dos séculos de Luís XVI e de Napoleão III? 103Qual será a causa de tantos sábios sacerdotes, religiosos e religiosas, de um momento para outro, abandonarem a sua nobre e pia missão e se entregarem às maiores degradações? 104Qual será a razão por que, neste momento em que escrevo, a humanidade inteira, poderia dizer, embala-se entre os embates de uma conflagração geral ou de uma paz armada que equivale a uma guerra perpétua? 105Qual será, finalmente, a razão desse drama tão desconcertado e cheio de tantos horrores e, ao mesmo tempo, de tantos benefícios que tem representado a humanidade neste vasto cenário do mundo, há 59 séculos? 106Ah! Em verdade, o grande segredo ou o mistério deste terrível problema, está naquelas Palavras do Criador: “Amarás o Senhor teu Deus sobre todas as coisas”¹³⁵.

107Agora, porém, me dirá, talvez, o caro leitor: “então, Deus é a causa de todos esses males do mundo, impondo ao homem uma lei necessária, como é a lei do amor, que tem produzido só efeitos desastrosos?” – 108Eu respondo: “Não! Mil vezes, não!” A lei do amor é o precioso mais sublime imposto sobre o homem, senão mesmo, que é uma lei necessária. 109É por ela que a alma mais se assemelha ao se Deus, e com Ele estabelece esse comércio divino que deve existir entre o Criador e a sua criatura, mesmo durante a peregrinação na terra. 110A origem desse desconcerto terrível da humanidade não vem da lei do amor, mas sim, da aplicação errada que fazem os homens desse dom celeste.

111 Todos os males que oprimem o gênero humano vêm de os homens esquecerem-se e separarem-se de Deus, Ente único necessário e, por conseguinte, único capaz de um amor necessário e, preferirem as coisas criadas e transitórias para objetos de seu amor e suas adorações. 112 É isto mais claro que o sol. 113 Vejamos: se o amor é, como já provamos, uma lei necessária no homem, é claro que só um Ente necessário é capaz dele. Além disto, se o homem foi criado para amar a Deus e um Deus imenso, infinito e eterno, é evidente também que a ausência desse Ente infinito, imenso e eterno, deve deixar na alma um vácuo infinito, imenso e eterno; 114 uma insaciabilidade incomparável e impossível de satisfazer-se com os objetos criados. Aqui está explicada a origem desse drama desconcertado e terrível que a humanidade tem representado até hoje.

115 A ausência de Deus no homem é semelhante a ausência da luz. 116 Assim como as trevas da noite sucedem no dia a luz pela ausência da luz do sol, as trevas do erro sucedem no homem a verdade pela ausência de Deus. 117 Foi pela ausência de Deus, que, insaciável por não encontrar no meio das trevas do erro e da ignorância nada capaz de satisfazer a sua insaciabilidade, os homens criaram o paganismo. Este, a seu turno, incapaz de um amor que só deveria ser tributo ao Deus verdadeiro, servia apenas para autorizar entre eles os mais hediondos crimes.

118 E pela ausência de Deus.